## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA INSTITUTO DE GEOGRAFIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DINÂMICAS TERRITORIAIS

# SEGREGAÇÃO URBANA EM UBERLÂNDIA (MG): EMERGÊNCIA DAS OCUPAÇÕES DOS SEM-TETO

Beatriz Bicalho

Uberlândia / MG

#### Beatriz Bicalho

# SEGREGAÇÃO URBANA EM UBERLÂNDIA (MG): EMERGÊNCIA DAS OCUPAÇÕES DOS SEM-TETO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial obrigatório para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B471s Bicalho, Beatriz, 1994-

2022 Segregação urbana em Uberlândia (MG) [recurso eletrônico] : emergência das ocupações dos sem-teto / Beatriz Bicalho. - 2022.

Orientadora: Geisa Daise Gumiero Cleps.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografía.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.5322

Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.

 Geografia. I. Cleps, Geisa Daise Gumiero, 1965-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



## ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA									
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acad	lêmico; Número 524,	PPGGEO							
Data:	19 de julho de 2022	19 de julho de 2022 Hora de início: 13h:30m Hora de encerramento: 16h:30m								
Matrícula do Discente:	12012GEO001									
Nome do Discente:	BEATRIZ BICALHO									
Título do Trabalho:	SEGREGAÇÃO URBANA EM UBERLÂNDIA (MG): EMERGÊNCIA DAS OCUPAÇÕES DOS SEM-TETO									
Área de concentração:	DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS									
Linha de pesquisa:	DINÂMICAS TERRITORIAIS									
Projeto de Pesquisa de vinculação:										

Reuniu-se no Anfiteatro [On-line], Campus [Mconf RNP], da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pósgraduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: Fernando Luiz Araújo Sobrinho - UNB/DF; William Rodrigues Ferreira - IG/UFU e Geisa Daise Gumiero Cleps - IG/UFU orientadora do(a) candidato(a). Em função da Pandemia COVID-19, todos os membros participaram de forma on-line.

Iniciando os trabalhos o(a) Presidente da mesa, Dr<sup>a</sup>. Geisa Daise Gumiero Cleps - IG/UFU, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do titulo de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida eachada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Geisa Daise Gumiero Cleps**, **Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/07/2022, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,

§ 1°, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Luiz Araujo Sobrinho**, **Usuário Externo**, em 19/07/2022, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por **William Rodrigues Ferreira**, **Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/07/2022, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,

§ 1°, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\_externo.php?">https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\_externo.php?</a>
<a href="mailto:acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">acesso\_externo=0</a>, informando o código verificador 3726635 eo código CRC C777D2BA.

**Referência:** Processo nº 23117.046579/2022-69

#### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, a consciência maior de tudo que existe nessa vida, por permitir que eu encontrasse força e motivação para traçar minha caminhada e encerrar este ciclo com glória.

Agradeço ao meu pai Zózimo, por me ensinar a nunca desistir daquilo que almejo. E, também, às minhas mães Sandra e Núbia, personalidades tão distintas, porém igualmente amorosas, que guiaram meu caminho ao longo desses vinte e oito anos sempre servindo como meus maiores exemplos de força, de dedicação, de humildade e simplicidade.

Agradeço a todos os meus irmãos, aos mais velhos e aos mais novos, pelo exemplo, pelo estímulo, pelas conversas, pela ajuda, pelo companheirismo, pelo prazer da companhia de cada um de vocês e por me proporcionarem descobrir a alegria que é ter sobrinhos.

Como já dizia o ditado, quem tem um amigo tem tudo. Agradeço a todos meus amigos e amigas, que contribuíram de forma direta ou indireta na permanência da minha saúde mental e do meu bem-estar ao longo de todo esse processo. Agradeço pelas piadas, pelo compartilhamento de conteúdo de qualidade duvidosa, pelas visitas, pelo apoio e pelos momentos de alegria que me foi proporcionado.

Agradeço ao Bruce, mais que um amigo, meu companheiro de vida, essa 'pessoinha' peculiar. Por estar sempre ao meu lado apoiando minhas escolhas, pela compreensão, por me proporcionar incontáveis momentos de felicidade e de lazer, e por ser a pessoa com quem eu posso compartilhar todo o amor que sinto.

Agradeço ao Henrique, por toda a ajuda e contribuição com os aparatos técnicos do Geoprocessamento, que foram fundamentais para a elaboração de material cartográfico e conclusão deste trabalho.

Agradeço ao Programa de Educação Tutorial em Geografia da UFU. Graças ao programa eu tive experiências acadêmicas incríveis, pude descobrir minha principal área de interesse dentro da ciência geográfica e chegar até aqui.

Agradeço também ao Instituto de Geografia da UFU, ao Programa de Pós-graduação em Geografia e aos professores que contribuíram significativamente na minha formação acadêmica e profissional.

Agradeço aos professores Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti e Prof. Dr. Willian Rodrigues Ferreira pelas significativas contribuições feitas em minha qualificação, que foram de fundamental importância para a construção deste trabalho.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que me propiciou o financiamento, quesito fundamental para a realização desta pesquisa.

E por último, mas não menos importante, gostaria de deixar aqui registrado meus dois últimos agradecimentos.

À minha orientadora, Profa. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps, que me conduziu por esse caminho de uma maneira totalmente profissional e, ao mesmo tempo, intensamente compreensiva e acolhedora. Agradeço por me fazer sentir otimista quanto ao meu futuro profissional ao final de cada uma de nossas reuniões. Tal como é dito pelos corredores do IG, uma mãezona.

À Amanda, minha querida amiga, conselheira e companheira. Agradeço imensamente pela oportunidade que nos foi dada de cruzarmos nossos caminhos. Agradeço a conexão pessoal e profissional que criamos, por ser um exemplo para mim e por sempre me incentivar a abrir as portas em direção a um futuro brilhante. Tudo isso foi fundamental para que eu estivesse aqui hoje.

ix

Aos excluídos, aos segregados e aos injustiçados: se você não se encaixa nesse mundo, significa que nasceu para criar um novo.

#### **RESUMO**

A carência habitacional no Brasil resulta do uso dos espaços urbano e rural, através do modo de produção capitalista ao longo do tempo. Analisar essa realidade implica na necessidade de entender um processo amplo e complexo de práticas segregacionistas que visam preservar a diferenciação social em função da manutenção dos privilégios de uma elite, e expressa, como principal produto, a materialização da precariedade do direito à habitação. Nesse sentido, esta dissertação tem como principal objetivo compreender a ocorrência das ocupações urbanas na cidade de Uberlândia a partir do pressuposto de que tais ocupações manifestam-se como uma consequência da reprodução desigual de seu espaço urbano. Portanto, visando alcançar o objetivo proposto, o presente trabalho dividiu-se em quatro etapas. A primeira consiste em um levantamento teórico dos principais processos e fenômenos que evidenciam a relação entre a concentração de terras e os movimentos de luta pela moradia no Brasil. Para isso, construiu-se uma reflexão sobre a concentração fundiária como um processo intencional e induzido, instituído a partir de inúmeras iniciativas que objetivaram, ao longo do tempo, transformar a terra em propriedade privada, desvinculando-a de sua principal função: o sustentáculo da vida. Esse fenômeno acompanhou a modernização do país e se estendeu para o urbano de tal forma a compreender essa concentração fundiária como a origem de grande parte dos problemas que envolvem a temática da habitação no Brasil de hoje. A segunda etapa analisou a lógica da reprodução do espaço urbano no lócus do objeto de estudo da pesquisa em questão, a cidade de Uberlândia (MG), e sua intrínseca relação com a carência habitacional, proveniente de uma lógica mercadológica, especulativa e segregacionista. Em um terceiro momento, constatou-se a ocorrência de um total de onze ocupações no recorte temporal estabelecido, ou seja, com ocorrência entre 2010 e 2020. Também foi identificada a reintegração de posse de três ocupações, com ano de início em 2006, 2011 e 2014; três casos de ocupações que tiveram início antes do recorte temporal estabelecido, porém, que ainda existem. Por fim, a pesquisa retratou o incremento de diferentes visões sobre a ocorrência das ocupações urbanas na cidade, sendo realizada junto a uma parcela da população, aos moradores das ocupações, a um advogado da causa e às organizações que atuam, por meio da solidariedade, no auxílio às famílias sem-teto. Ressalta-se, finalmente, que, por se tratar de um contexto pandêmico, a metodologia deste trabalho pautou-se principalmente no levantamento de dados secundários, obtidos por meio de entrevistas online e do fornecimento de imagens de satélite.

**Palavras-chave:** Ocupações Urbanas. Sem-teto. Segregação socioespacial. Concentração fundiária. Uberlândia (MG).

#### **ABSTRACT**

The housing shortage in Brazil results from the use of urban and rural spaces, through the capitalist mode of production over time. Analyzing this reality implies the need to understand a broad and complex process of segregationist practices that aim to preserve social differentiation in terms of maintaining the privileges of an elite, and expresses, as the main product, the materialization of the precariousness of the right to housing. In this sense, this dissertation has as main objective to understand the occurrence of urban occupations in the city of Uberlândia from the assumption that such occupations manifest themselves as a consequence of the unequal reproduction of its urban space. Therefore, in order to achieve the proposed objective, the present work was divided into four stages. The first consists of a theoretical survey of the main processes and phenomena that show the relationship between the concentration of land and the movements of struggle for housing in Brazil. For this, a reflection was built on land concentration as an intentional and induced process, instituted from numerous initiatives that aimed, over time, to transform land into private property, detaching it from its main function: the mainstay of life. This phenomenon accompanied the modernization of the country and extended to the urban area in such a way as to understand this land concentration as the origin of most of the problems involving the housing theme in Brazil today. The second stage analyzed the logic of the reproduction of urban space in the locus of the object of study of the research in question, the city of Uberlandia (MG), and its intrinsic relationship with the housing shortage, coming from a marketing, speculative and segregationist logic. In a third moment, there was a total of eleven occupations in the established time frame, that is, between 2010 and 2020. The repossession of three occupations was also identified, starting in 2006, 2011 and 2014; three cases of occupations that started before the established time frame, however, that still exist. Finally, the research portrayed the increase of different views on the occurrence of urban occupations in the city, being carried out with a portion of the population, the residents of the occupations, a lawyer for the cause and organizations that act, through solidarity, in helping homeless families. Finally, it is noteworthy that, as it is a pandemic context, the methodology of this work was mainly based on the collection of secondary data, obtained through online interviews and the provision of satellite images.

**Key words:** Urban Occupations. Homeless. Socio-spatial segregation. Land concentration. Uberlândia (MG).

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Brasil: População Total Residente, em 1940	50
Figura 2. Brasil: População Total Residente, em 2000	50
Figura 3. Uberlândia - MG: Bairro Nobre do Setor Sul da Cidade	56
Figura 4. Uberlândia - MG: Assentamento de População Sem-teto	56
Figura 5. Funcionamento por Etapas do PMCMV	67
Figura 6. Uberlândia – MG: Eixos de Estruturação Urbana (1994)	91
Figura 7. Uberlândia - MG: Agentes Produtores do Espaço Urbano (1994)	96
Figura 8. Uberlândia - MG: Vazios Demográficos no Setor Oeste, Sentido Pequis	97
Figura 9. Uberlândia - MG: Condomínios Horizontais Fechados (2018)	101
Figura 10. Uberlândia – MG: Página Principal do Site do Condomínio Morada do Sol (2022)	102
Figura 11. Delimitação de Área da Ocupação Nova Renovação (2022)	125
Figura 12. Aspectos Infraestruturais da Ocupação Nova Renovação (2020)	126
Figura 13. Infraestrutura das Habitações na Ocupação Nova Renovação (2020)	127
Figura 14. Delimitação de Área da Ocupação Esperança III (2022)	129
Figura 15. Infraestrutura das Habitações na Ocupação Esperança III	130
Figura 16. Aspectos Infraestruturais da Ocupação Esperança III	131
Figura 17. Delimitação de Área do Residencial Integração (2022)	132
Figura 18. Mapa de Divisão das Glebas da Fazenda do Glória	140
Figura 19. Delimitação de área da Ocupação do Glória (2021)	141
Figura 20. Vista do Triângulo do Glória (2011 e 2022)	142
Figura 21. Insalubridade no Glória	144

Figura	22.	Impleme	entação d	e Obras	de Infraestrutu	ıra - Retrat	ado Pela Míd	ia Local	146
Figura	23.	Delimita	ção de Á	rea da C	Ocupação Nels	on Mandel	a		147
Figura	24.	Ciclovia	na Aven	ida Rio	Acima (2012 /	2022) – B	airro Shoppir	ng Park	149
Figura	25.	Infraestr	utura das	Habitaç	cões na Ocupa	ção Nelson	Mandela (20	)22)	150
Figura	26.	Delimita	ção de ái	ea da O	cupação Fidel	Castro			152
Figura	27.	Vista da	Entrada	Principa	l da Ocupação	Fidel Cas	tro (2012 / 20	17 / 2022)	154
Figura	28.	Aspectos	s Infraest	ruturais	na Ocupação l	Fidel Castr	o (2022)		155
Figura	29.	Delimita	ção de Á	rea da C	ocupação Rena	scer			156
Figura	30.	Situação	de Insalı	ubridade	na Ocupação	Renascer (	(2022)		157
Figura	31.	Aspectos	s Infraest	ruturais	na Ocupação l	Renascer (2	2019 / 2022)		158
Figura	32.	Delimita	ção de Á	rea da C	Ocupação Man	á			159
Figura	33.	Vista da	Ocupaçã	o Maná	(2011 / 2019)				161
Figura	34.	Delimita	ção de Á	rea da C	Cupação Santa	a Clara			162
Figura	35.	Vista da	Ocupaçã	o Santa	Clara (2013 / 2	2021)			164
Figura	36.	Delimita	ção de Á	rea da C	Ocupação Zaire	Rezende	II (2021)		165
Figura 2021)			Vista		Ocupação	Zaire		(2011 /	166
_					o Zaire Rezen		-		167
Figura	39.	Delimita	ção de ái	ea da O	cupação Santa	Bárbara (2	2021)		168
Figura	40.	Vista da	Ocupaçã	o Santa	Bárbara (2012	. / 2021)			169
Figura	41.	Aspectos	s Infraest	ruturais	na Ocupação S	Santa Bárb	ara (2021)		170
Figura	42.	Delimita	ção de Á	rea da C	Ocupação Mon	te Horebe	(2021)		172
Figura	43.	Vista da	Ocupaçã	o Monte	e Horebe (2013	3 / 2021)			173
Figura	44.	Delimita	ção de Á	rea da C	Ocupação Irmã	Dulce (20	21)		174
Figura	45.	Vista da	Ocupaçã	o Irmã I	Oulce (2011 / 2	2020)			175

Figura 46. Aspectos Infraestruturais na Ocupação Irmã Dulce (2021)	176
Figura 47. Delimitação de Área da Ocupação Bom Jesus (2021)	177
Figura 48. Comentário de Usuários do Facebook em Publicações Sobre as Ocupações	192
Figura 49. Publicação de Postagem Sobre a Visita de Guilherme Boulos em Uberlândia (2020)	193
Figura 50. Comentários de Usuários do Facebook Sobre a Postagem	194
Figura 51. Veículo do Projeto "Busão Social", Shopping Park (2022)	213

# LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Brasil: Evolução da População Urbana e Rural entre 1940 e 2010	49
Gráfico 2. Panorama dos Conflitos Fundiários no Brasil: Contagem Por Estado (2020)	75
Gráfico 3. Uberlândia – MG: Empregabilidade por Setores Econômicos (2010 – 2019)	83
Gráfico 4. Uberlândia - MG: Distribuição do PIB por setores (2019)	84
Gráfico 5. Perfil Étnico dos Respondentes da Pesquisa	182
Gráfico 6. Tipo de Moradia dos Respondentes do Questionário	183
Gráfico 7. Localização Habitacional dos Respondentes (2021)	184
Gráfico 8. Relação das Principais Fontes de Informação dos Respondentes	186
Gráfico 9. Terminologias Utilizadas para se Referir às Ocupações	186
Gráfico 10. Uberlândia – MG: Percepção dos Respondentes Sobre a Formação das	
Ocupações	188

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização da Cidade de Uberlândia – MG	79
Mapa 2. Uberlândia - MG: Expansão Urbana (2010 / 2020)	88
Mapa 3. Uberlândia - MG: Setores Urbanos	89
Mapa 4. Uberlândia – MG: Densidade Populacional (2010)	98
Mapa 5. Uberlândia – MG: Ocupações Sem-teto (2017)	122
Mapa 6. Uberlândia – MG: Ocupações Urbanas (2010 – 2020)	138

# LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Distribuição das Capitanias Hereditárias no Brasil (1534 – 1536)	35
Quadro 2. Uberlândia - MG: Loteamentos Irregulares por Setor (2001)	111
Quadro 3. Uberlândia - MG: Loteamentos irregulares por setor (2020)	113
Quadro 4. Uberlândia - MG: Ocupações Urbanas com Início na Década de 1990	124
Quadro 5. Uberlândia - MG: Ocupações Urbanas Alvo de Reintegração de Posse	134
Quadro 6. Uberlândia - MG: Ocupações Urbanas Não Encontradas	136
Quadro 7. Uberlândia - MG: Ocupações Urbanas (2010-2020)	136

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Brasil: População Total, Urbana (%) e Rural (%), 1940-2010	48
Tabela 2. Brasil: Déficit Habitacional Componentes (%) – 2016 a 2019	60
Tabela 3. Uberlândia - MG: Empregabilidade por Setores Econômicos (2019)	83
Tabela 4. Uberlândia: PMCMV (2006 a 2016)	108
Tabela 5. Contagem das Respostas Associadas ao Fornecimento de Serviços à População	
Sem-teto	190

#### LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ADI	JF	U -	- Sessão	Sindical	dos	Docentes of	la l	Universi	dade	Fec	leral	de	Ul	berla	ànd	lia
-----	----	-----	----------	----------	-----	-------------	------	----------	------	-----	-------	----	----	-------	-----	-----

- AGB Associação de Geógrafos Brasileiros
- APA Áreas de Proteção Ambiental
- APP Área de Preservação Permanente
- BNH Banco Nacional de Habitação
- CAI Complexo Agroindustrial
- CEASA Central Estadual de Abastecimento
- CEMIG Companhia Energética de Minas Gerais
- CEP Código de Endereçamento Postal
- CLT Consolidação das Leis do Trabalho
- COMPHAC Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia
- CPT Comissão Pastoral da Terra
- CRAS Centro de Referência de Assistência Social
- DEMAE Departamento Municipal de Água e Esgoto
- DNIT Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes
- EMCOP Empresa Municipal de Urbanização e Construções Populares
- EMEI Escolas Municipais de Educação Infantil
- FCP Fundação Casa Popular
- FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- FML Frente de Luta por Moradia
- FNH Fórum Nacional de Habitação
- FNHIS Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social
- FPPSRU Fórum Permanente da População em Situação de Rua em Uberlândia
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA - Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

LMD - Movimento Luta por Moradia Digna

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDM - Movimento Pelo Direito à Moradia

MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MNSM - Movimento Nacional de Luta Pela Moradia

MPF - Ministério Público Federal

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MSTS - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

ONU – Organização das nações Unidas

ONU Habitat - Nações Unidas para Assentamentos Humanos

OSC - Organização da Sociedade Civil

PAC - Plano de Aceleração do Crescimento

PAIH - Plano de Ação Imediata para a Habitação

PCVA - Programa Casa Verde e Amarela

PDU - Plano Diretor de Uberlândia

PETGEO - Programa de Educação Tutorial do instituto de Geografia

PIB – Produto Interno Bruto

PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida

PMU – Prefeitura Municipal de Uberlândia

PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PNH – Plano Nacional de Habitação

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PNMH - Programa Nacional de Mutirões Habitacionais

PROURBI - Programa de Regularização Fundiária de Núcleos Urbanos Irregulares

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

REGIC - Regiões de Influência das Cidades

REURB - Regularização Fundiária Urbana

SEPLAN – Secretaria de Planejamento Urbano

SNH - Sistema Nacional de Habitação

TAC - Termo de Ajuste de Conduta

UBSF - Unidade Básica de Saúde da Família

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UNMP - União Nacional por Moradia Popular

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

ZPL - Zonas de Preservação e Lazer

# LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A. Questionário Aplicado na População de Uberlândia (MG)	232
Apêndice B. Roteiro da Entrevista com o Advogado Igino Marcos Oliveira	238
Apêndice C. Roteiro da Entrevista com o Coordenador do Projeto Horta Solidária	240
LISTA DE ANEXOS	
Anexo 1. Loteamento Irregulares/clandestinos na Zona Urbana Identificados até	
30/09/2020	242
Anexo 2. Loteamentos Irregulares/clandestinos na Zona Rural Identificados até	
30/06/2021	243
Anexo 3. Loteamentos Irregulares/clandestinos e Invasões na Zona Rural Inseridos no	
Parque Estadual do Pau Furado e Sua Zona de Amortecimento	248
Anexo 4. Mapa de Bairros Integrados – Prefeitura Municipal de Uberlândia (2017)	251

# **SUMÁRIO**

INTR	ODUÇÃO	26
1 CO	NCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E A LUTA POR MORADIA NO BRASIL	33
1.1	As origens da concentração fundiária no Brasil	
1.2	Os moldes da Urbanização no Brasil	
	banização e consequências: as questões que envolvem o direito à moradia	
	3.1 Déficit de Moradias e Políticas Habitacionais no Brasil	
	3.2 Favelização e Ocupação Ilegal de Terras	
	3.3 Conflitos Fundiários e a Insurgência de Movimentos de Luta por Moradia	
2. A (l	RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO PERIFÉRICO EM UBERLÂNDIA (MG)	79
2.1 Ur	m breve Histórico da Produção do Espaço Urbano de Uberlândia (MG)	79
	xpansão Urbana e o Consumo do Espaço: descentralização e novas centralidade ândia (MG)	
2.3 Es	peculação Imobiliária e Segregação Socioespacial em Uberlândia (MG)	94
2.4 A	Produção do Espaço Periférico de Uberlândia (MG)	105
3. AS	OCUPAÇÕES URBANAS EM UBERLÂNDIA (MG)	116
3.1 Oc	cupações Urbanas com Início na Década de 1990	123
3.2 Oc	cupações Alvo de Reintegração de Posse	134
3.3 Oc	cupações Urbanas Não Encontradas	135
3.4 Oc	cupações Urbanas em Uberlândia (2010 a 2020)	136
3.5 Pe	erspectivas Acerca das Ocupações Urbanas de Uberlândia	177
	IFERENTES OLHARES ACERCA DAS OCUPAÇÕES URBANAS RLÂNDIA (MG)	
4.1 O	olhar da População de Uberlândia Sobre as Ocupações	181
4.2 Ol	har dos Agentes Envolvidos na Luta pela Moradia	195
4.3 01	hares e Vivências: Conhecendo os Moradores das Ocupações	. 202

4.4 Olhares de Solidariedade: Conhecendo Projetos Solidário	os que Auxiliam a População
Sem-teto	209
-	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
REFERÊNCIAS	220
APÊNDICES	231
ANEXOS	







Laerte Coutinho (2021)

#### INTRODUÇÃO

O espaço é fragmentado, articulado, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas (CORRÊA, 1989, p. 15). Lefebvre (2000) o compreende como produto das relações da sociedade que nele ocorrem ao longo de um processo histórico, ou seja, ele está essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção e fundamentalmente ligado à realidade social. Santos (1997) indica que as diferentes representações do espaço estão interligadas pelos agentes de produção e de consumo, que o articulam e o (re)organizam de acordo com seus interesses, arquitetando as formas espaciais que se constituem como suporte para a reprodução social através do modo de produção capitalista. Portanto, o espaço deve ser entendido através de fatores essenciais, àqueles que o constroem, que o moldam, que o modificam e que o revelam por meio da paisagem.

Nesse sentido, a paisagem é considerada como forma do espaço geográfico, que esconde e revela seu movimento, sua historicidade e sua natureza social, bem como seu dinamismo determinado pelo tipo de desenvolvimento que a reprodução do capital imprime ao processo espacial (CARLOS, 1994, p. 64).

O urbano da sociedade moderna se moldou em função de dinâmicas promovidas por aquilo que o produz, fruto do trabalho e das relações humanas. Desse modo, a histórica concentração fundiária no Brasil provocou uma série de implicações no mundo rural, que implicou no Êxodo Rural e um consequente processo de urbanização.

No Brasil, a urbanização consolidou-se através de um modelo econômico centralizado na produção industrial e trouxe como consequência a consolidação da separação entre o urbano e o rural e uma redistribuição da população pelo território no sentido de induzir um grande fluxo migratório para os centros urbanos.

As cidades transformavam-se o lugar por excelência da produção fabril e das relações de produção capitalistas modernas (GUIMARÃES, 2016). Ainda segundo o autor (2016), esse processo veloz e maciço de alocação de milhares de pessoas em cidades e a constituição de uma população urbanizada é uma condição inerente ao processo de avanço e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Assim, o país se industrializou às custas do trabalho de mão de obra da população aglomerada em grandes centros urbanos às quais viviam, em sua maioria, sob precárias condições de vida.

O acelerado processo de urbanização e o expressivo aumento do número de trabalhadores nas cidades, implicou na necessidade de moradia. Tendo em vista que a moradia é algo essencial para o ser humano, foi a partir dessas condições que se multiplicaram no urbano as habitações para tais trabalhadores.

No entanto, os agentes imobiliários passaram a criar lugares valorizados em áreas centrais através do apoio do Estado com a implantação de políticas urbanas de espaços de valorização. Essa lógica da especulação imobiliária, que possui suas origens na concentração fundiária, instalou-se no urbano como uma alternativa de manter a posse da terra nas mãos de determinados grupos de poder. Para os trabalhadores a alternativa foi ocupar espaços periféricos compreendidos por favelas e lugares precários de condições de moradia, o que demostra um aprofundamento dos níveis de desigualdade social e de segregação espacial caminhando junto com o desenvolvimento de um modo de vida urbanizado.

Logo, a contradição do urbano se moldou a partir da produção capitalista do espaço que propiciou a especulação imobiliária nas cidades, a partir da aliança entre o Estado e os agentes imobiliários, ocasionando o aumento da desigualdade socioespacial. Tal dinâmica provocou a expulsão da população, que não comtemplasse o modo de vida que as cidades oferecias, às periferias e até mesmo locais impróprios à habitação.

A especulação imobiliária, associada ao encarecimento da terra provocado pelos investimentos públicos, produz um distanciamento social cada vez maior dos mais necessitados (HARVEY, 1982). Como consequência, restou ao Estado dois principais problemas: lidar com a ocupação ilegal de terras e o déficit habitacional.

Combinando investimento público com ação reguladora, o Estado garante a estruturação de um mercado imobiliário capitalista para uma parcela restrita da população, ao passo que à maioria resta como opção as favelas, os cortiços ou os loteamentos ilegais, na periferia, sem urbanização, das metrópoles e das grandes cidades (MARICATO, 1996). Essa dinâmica excludente espacializa e acirra as desigualdades presentes nas esferas da sociedade. Ou seja, a segregação espacial torna-se um produto e, também, produtora da desigualdade social. Conforme assinala Carlos (2007) a cidade é onde se desenrola e ganha significado a vida cotidiana, como consequência dessa urbanização excludente, esta torna-se para alguns um espaço de integração e de acolhimento, mas para outros, um lugar segregador e supressor de seu direito à cidade.

A partir da segunda metade do século XX, as desigualdades espaciais aprofundaramse não somente nas metrópoles, mas começaram a se destacar também em regiões não metropolitanas em função de uma redivisão territorial do trabalho, como é o caso de Uberlândia.

Considerada uma das principais cidades do estado de Minas Gerais, possui uma posição territorial estratégica e apresentou um significativo crescimento nos últimos anos em função da polarização que exerce, principalmente devido ao intenso desenvolvimento no setor de terciário. Dispõe também da particularidade de ter sua expansão marcada pela concentração de terras, que ocasiona as práticas de especulação imobiliária em diversos pontos da cidade, facilmente identificados na paisagem urbana.

Em Uberlândia, as consequências da habitação como mercadoria manifestam-se também a partir da retenção de terras urbanizadas, que é um dos grandes negócios das elites locais e contrasta com a carência de moradia social. Complementa a estratégia desses especuladores, ampliar os limites da expansão urbana, por meio da legislação, na Câmara Municipal, "[...] inserindo na cidade verdadeiras fazendas, terras que passam de rurais para urbanas condenando a cidades à ocupação dispersa, ocasionando o surgimento de mais de vinte ocupações irregulares na cidade" (MARICATO, 2017).

Essa articulação revela áreas de valorização imobiliária em setores planejados da cidade, que acarreta, como consequência, a exclusão social e o surgimento de diversas ocupações irregulares, materializando e evidenciando a ocorrência de espaços precários de moradia na cidade. Isso implica pensar na desigualdade espacial como consequência dessa expansão e em limites às possibilidades de acesso ao direito de moradia, que tem ocasionado o surgimento de espaços de urbanização precária para atender à população que se torna vítima desse processo, atuando como agente principal na formação das ocupações urbanas, as quais se apresentam como principal objeto de análise deste trabalho.

A partir da compreensão de tal lógica, presume-se que a produção do espaço urbano em Uberlândia é historicamente marcada por associações entre o poder público local e os agentes imobiliários, produzindo espaços heterogêneos e fragmentados, acarretando o surgimento das ocupações urbanas, cuja formação se constitui de maneira ilegal do ponto de vista da legislação vigente.

Desse modo, a problemática central estabelecida nesta pesquisa consiste na constatação da ocorrência das ocupações dos sem-teto em Uberlândia enquanto materialização de um sintoma provocado pela forma como se dá a reprodução de seu espaço urbano. Assim, essa proposta justifica-se a partir necessidade de se compreender o processo de urbanização de Uberlândia e sua consequente segregação socioespacial, especialmente a partir da

emergência das recentes ocupações urbanas dos sem-teto, inseridas na cidade entre 2010 e 2020. A partir daí, o fio condutor deste trabalho apoia-se na hipótese de que as ocupações urbanas em Uberlândia surgem como um problema social que se manifesta como consequência da reprodução de seu espaço.

A necessidade de trabalhar a problemática proposta surge, inicialmente, a partir dos resultados de uma pesquisa coletiva realizada pelo Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Geografia entre os anos de 2017 e 2018. A pesquisa constatou a ocorrência de um total de 24 (vinte e quatro) ocupações de sem-teto inseridas no perímetro urbano de Uberlândia.

Acerca dos procedimentos metodológicos, a pesquisa contempla uma metodologia baseada em um viés crítico da Geografia e a utilização do método quanti-qualitativo. Tal método ofereceu a este trabalho uma maior clareza de critérios no julgamento da pertinência do caminho percorrido para se alcançar o resultado, desde o projeto de pesquisa até a interpretação dos resultados obtidos.

Discutir a construção metodológica desta pesquisa é como a montagem de um quebracabeça, onde cada informação adquirida, de diferentes fontes podem ser comparadas a uma peça diferente. Desse modo, o presente trabalho foi construído através das seguintes etapas.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa teórica acerca da temática proposta. Conhecer as contribuições científicas que se efetuaram sobre determinado assunto, possibilita estabelecer uma relação com o objeto de pesquisa, dá suporte às hipóteses e constrói o principal instrumento para a interpretação de seus resultados (SILVA; MENDES, 2013, p 212). A pesquisa contemplou livros, teses, dissertações e artigos científicos. As bibliografias utilizadas foram fundamentadas em conhecimentos aprofundados sobre abordagens que remetem ao assunto e foram de primordial importância para a construção do referencial teórico.

Considerou-se, também, os resultados da pesquisa desenvolvida pelo PET Geografia, a qual resultou na elaboração de um mapa das ocupações urbanas em Uberlândia e o levantamento dos loteamentos irregulares/clandestinos até setembro de 2020, disponibilizados pela Secretaria de Planejamento Urbano de Uberlândia (SEPLAN), que identificou um total de 18 áreas em situação de irregularidade na zona urbana do município.

A partir desses dados iniciais, realizou-se uma conferência das informações por meio da utilização das ferramentas "Google Earth" e "Google Maps". Através das imagens de satélite do ano de 2021, disponibilizadas por esses aplicativos, e das fotografías do *Google Street View*, foi possível observar, verificar e comparar o processo de evolução das ocupações urbanas ao

longo do tempo no recorte temporal estabelecido. Complementa-se a essa etapa a busca, através de meios digitais, por reportagens de jornais locais, vídeos concedidos pelo Youtube, publicações em redes sociais, arquivos disponibilizados pela Secretaria de Planejamento Urbano, todos sobre a temática das ocupações urbanas de Uberlândia.

A terceira etapa consistiu-se na realização de trabalhos de campo e visitas às ocupações com o propósito de levantar informações a respeito das condições estruturais dos espaços ali produzidos. Nessa fase da pesquisa as ocupações foram caracterizadas, no sentido de conhecer a infraestrutura física desses espaços e das moradias ali edificadas, buscando compreender o modo de vida no lugar e dos sujeitos que o habitam. O lugar revela a especificidade da produção espacial global. Tem um conteúdo social e só pode ser entendido nessa globalidade que se justifica pela divisão territorial do trabalho que, por sua vez, cria uma hierarquia espacial que se manifesta na desigualdade e se configura enquanto existência real em função das relações de interdependência com o todo (CARLOS, 1996). Assim, o trabalho de campo promove a interação entre o pesquisador e os sujeitos e proporciona o conhecimento, de fato, do lugar.

Destaca-se também a dificuldade encontrada em seguir o devido planejamento das etapas deste trabalho em função do contexto pandêmico. A pandemia da Covid-19 influenciou diretamente nos resultados da pesquisa no sentido de inviabilizar muitas das ações planejadas, a exemplo, a própria realização dos trabalhos de campo e entrevistas com os moradores devido às orientações de distanciamento social.

Por meio da metodologia acima descrita, foi possível elaborar, como resultado da pesquisa proposta um material teórico dividido em quatro sessões. A primeira sessão destinouse a explicitar as origens da concentração fundiária, suas implicações nos processos de Êxodo Rural e Urbanização, e em como as questões que remetem à moradia manifestam-se no espaço urbano como resultante desses processos anteriores.

A segunda sessão realizou uma análise da reprodução do espaço urbano de Uberlândia, com enfoque no espaço periférico e na relação que se estabelece entre centro e periferia na cidade, com destaque para as ocupações urbanas.

A terceira sessão apresenta o resultado do levantamento quantitativo das ocupações urbanas e uma análise descritiva das mesmas. Nela aprofunda-se a discussão acerca do objeto de estudo deste trabalho, as ocupações sem-teto. Constatou-se a ocorrência de três ocupações urbanas com ocorrência na década de 1990 (Nova Renovação, Esperança III e Residencial Integração), três ocupações urbanas que surgiram a partir de 2010 e que foram alvo de reintegração de posse (Lagoinha, CEASA e Jardim Célia), onze ocupações urbanas com

ocorrência entre 2010 e 2020 (Glória, Nelson Mandela, Fidel Castro, Renascer, Maná, Santa Clara, Zaire Rezende II, Santa Bárbara, Monte Horebe, Irmã Dulce e Bom Jesus), e, ainda, duas ocupações urbanas contatadas, no entanto, não se obteve informações suficientes para incluílas na contagem (Taiaman e Carlito Cordeiro). Ao todo, contabilizou-se 13.763 famílias habitando em situação irregular, o que corresponde a, aproximadamente, 42.252 pessoas.

Na última sessão, destinou-se um espaço para compreender e evidenciar a percepção dos diferentes olhares acerca da temática proposta. Para tanto, a sessão foi dividida em quatro partes. Para escrevê-las utilizou-se a entrevista, que é em si um processo comunicacional, como principal método de pesquisa, contribuindo de forma qualitativa com as demais informações já expostas nas sessões anteriores.

Na primeira parte, foi elaborado um roteiro de entrevista estruturada, na forma de questionário, composto por 26 questões de múltipla escolha, destinadas a obter e compreender a opinião da população residente em Uberlândia sobre a temática das ocupações na cidade. A disposição das perguntas foi estruturada de forma a identificar primeiramente o perfil dos respondentes, depois o acesso à informação acerca das questões propostas e, por último, perguntas que envolvem diretamente as ocupações urbanas.

Na segunda parte buscou-se, a partir da elaboração de um roteiro prévio, no formato entrevista semiestruturada, evidenciar a opinião de agentes diretamente envolvidos com as ocupações. A entrevista semiestruturada tem como característica um roteiro com perguntas abertas e é indicada para estudar um fenômeno com uma população específica, no caso, o advogado dos movimentos sociais que atuam em prol do direito à moradia em Uberlândia.

Na terceira parte, realizou-se entrevistas, no formato não estruturado, com os moradores das ocupações de forma de possibilitar o entendimento e a percepção dos sujeitos inseridos nesses territórios. A entrevista não estruturada inicia-se com uma pergunta geradora e o pesquisador não possui um roteiro previamente estabelecido. Ressalta-se que os procedimentos em campo foram realizados de acordo com os protocolos e medidas de prevenção ao COVID-19.

Como forma de finalizar este trabalho, buscou-se, por fim, apresentar uma quarta visão acerca das ocupações: a visão da solidariedade; dos agentes que compreendem a realidade dos sujeitos e se comprometem com projetos solidários destinados a auxiliar a população residente nesses espaços.

O resultado desta pesquisa encontra-se sistematizado a seguir.

# SESSÃO 1

Concentração Fundiária e a luta por moradia no Brasil

## CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E A LUTA POR MORADIA NO BRASIL

O território brasileiro encontra-se, atualmente, dividido em duas grandes categorias, o espaço urbano e o espaço rural. Segundo Santos (1993), essa divisão ocorre devido ao processo de urbanização e de expansão capitalista do campo, que provocou um aumento dos índices de desemprego na produção agrícola e um consequente processo de Êxodo Rural.

Compreende-se tais transformações a partir da concepção lefebvriana, ou seja, espaço enquanto um produto social, enquanto algo produzido pela sociedade. Nesse sentido, Villaça (1997) aponta o espaço urbano como um produto do trabalho humano, se materializa a partir de um valor único; o valor da terra urbana, cuja origem retoma séculos de uma estruturada concentração fundiária no Brasil. Conforme indicado por Maricato (2001, p.13),

A tragédia urbana brasileira não é fruto das décadas perdidas, portanto. Tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888).

Sabe-se que o latifúndio no Brasil de hoje está diretamente relacionado à internacionalização da economia brasileira através do agronegócio. Portanto, é de extrema importância para este estudo entender a origem dessa concentração fundiária e os arranjos produtivos provocados a partir de sua articulação no território brasileiro ao longo do tempo. Como exemplos pode-se apontar os processos de Urbanização e Êxodo Rural, o aumento dos índices de desemprego, de subemprego, de violência e de criminalidade nas cidades, a segregação socioespacial, os processos de favelização, dentre tantos outros.

Entender a dinâmica contemporânea acerca do espaço e os fatores que levaram à sua formação implica também na ciência de um processo histórico ainda mais profundo - com origem no período da colonização brasileira - que será aqui discutido a partir de uma lógica processual que objetiva estabelecer a relação entre as origens da propriedade privada e a histórica luta pela moradia no Brasil.

#### 1.1 As origens da concentração fundiária no Brasil

O primeiro indício da concentração de terras no Brasil ocorreu a partir da implantação do sistema de Capitanias Hereditárias. Este ordenamento foi adotado pela coroa portuguesa como um sistema de colonização do território brasileiro, dando assim, o processo de escolha das classes dominantes pela concentração fundiária no Brasil colônia.

A coroa portuguesa entregava aos integrantes da nobreza grandes extensões de terra, denominadas de capitanias hereditárias. Tratava-se de lotes de terra com 150 a 600 quilômetros de largura cedidos a pessoas físicas e divididos na extensão delimitada pela linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, compreendendo de Belém, no Pará, à Laguna, em Santa Catarina (LARANGEIRA, 2009). As capitanias brasileiras possuíam, dessa forma, dimensões similares ou mesmo superiores às das maiores nações europeias (BUENO, 2006).

Dentre os motivos que levaram à formação desse sistema, Innocentini (2009) explica que os portugueses seguiam encontrando diversos navios franceses com pau-brasil, e até ocupando áreas que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, pertenciam a Portugal, o que ajudou a pressionar D. João na sua decisão por dividir o Brasil em Capitanias Hereditárias e começar a povoá-lo para acabar com o risco de perder as terras para a França.

Assim, o Brasil foi dividido em quinze quinhões entregues aos chamados capitães donatários, os quais poderiam deixar essas terras como herança e, ainda, distribuí-las em parcelas a outros membros da elite que pudessem explorá-las (CAMACHO, 2011). De acordo com Fausto (2006) eles constituíam um grupo diversificado no qual havia gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, tendo em comum suas ligações com a Coroa. Conforme pode ser observado no quadro 1, seguinte, foram criadas e doadas um total de quinze capitanias as quais foram destinadas a doze donatários, compostos por fidalgos, militares, funcionários da coroa, aristocratas, comerciante e navegador.

**Quadro 1**. Distribuição das Capitanias Hereditárias no Brasil (1534 – 1536)

Capitanias	Donatários	Ofícios
Maranhão (1º quinhão)	João Barros	Fidalgo e feitor da casa da Índia
	Aires da Cunha	Militar
Maranhão	Fernão Álvares de Andrade	Funcionário da Coroa
Ceará	Antônio Cardoso de Barros	Funcionário da Coroa
Ceará (2º quinhão)	João Barros	Fidalgo e feitor da casa da Índia
	Aires da Cunha	Militar
Itamaracá	Pero Lopes de Sousa	Militar
Pernambuco	Duarte Coelho	Fidalgo, militar e navegador
Bahia	Francisco Pereira Coutinho	Fidalgo
Ilhéus	Jorge de Figueiredo Correia	Funcionário da Coroa
Porto Seguro	Pero do Campo Tourinho	Comerciante e navegador
Espírito Santo	Vasco Fernandes Coutinho	Militar
São Tomé	Pero de Góis	Lugar-tenente de Martin Afonso
Rio de Janeiro	Martim Afonso de Sousa	Aristocrata e militar
Santo Amaro	Pero Lopes de Sousa	Militar
São Vicente	Martim Afonso de Souza	Aristocrata e Militar
Sant'Ana	Pero Lopes de Sousa	Militar

Fonte: Larangeira (2009). Org.: BICALHO, B. (2021).

As capitanias representaram uma tentativa transitória e ainda tateante de colonização, com o objetivo de integrar a colônia à economia mercantil europeia (FAUSTO, 2006). Desse modo, por meio da concessão de terras à iniciativa privada, que se deu a primeira instância da colonização no Brasil. Ressalta-se que a posse das capitanias aos donatários não os tornava donos da terra, ou seja, ainda se encontrava nas mãos do rei o poder sobre elas, porém, implicava em importantes poderes sobre as esferas econômica e administrativa. Segundo Fausto (2006, p. 44),

A instalação de engenhos de açúcar, de moinhos de água e o uso de depósitos de sal dependiam do pagamento de direitos; parte dos tributos devidos à Coroa pela exploração de pau-brasil, de metais preciosos e de derivados da pesca cabiam também aos capitães donatários. Do ponto de vista administrativo, eles tinham o monopólio da justiça, autorização para fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando.

Dentre as várias atribuições acima citadas, o poder conferido aos donatários de doar sesmarias será aqui o foco dessa discussão pois entende-se que é justamente tal ação que veio a originar a formação de latifúndios no país. Segundo Bueno (2006) a estrutura fundiária, a expansão da grande lavoura canavieira, a estrutura social excludente, o tráfico de africanos para serem escravizados em larga escala e o massacre dos indígenas, foram incorporados à história do Brasil justamente após o desembarque dos donatários.

Logo, compreende-se por sesmaria uma extensão de terras inexploradas cuja propriedade era doada a um sesmeiro, com a obrigação de cultivá-la no prazo de cinco anos e de pagar os devidos tributos à Coroa. Tal relação pode ser entendida como uma forma primária de aluguel da terra.

Nas palavras de Bueno (2006), chamavam-se sesmarias os lotes de terras virgens distribuídos pelos donatários a seus colonos. A palavra de origem latina era usada desde a Idade Média para definir o "sesmo" (ou sexta parte) do "côvado" (antiga medida de cumprimento igual a 66 centímetros). Ao receber as terras, os colonos assumiam no Brasil o compromisso de as explorarem no prazo máximo de cinco anos. Logo, pode-se deduzir que o principal objetivo dos donatários e dos colonos não era o da colonização, mas sim o de obtenção de lucro.

Ao pensar em sua função ao longo dos primeiros séculos de colonização, Mota (2012) defende que as sesmarias eram concedidas, na América portuguesa, com cláusulas específicas para melhor direcionar o processo mercantil agroexportador, estabelecendo os limites da ocupação territorial, as formas e os meios de produção e os impostos devidos aos cofres públicos.

Com uma carta de sesmaria em mãos, alguns súditos conseguiam reforçar e ampliar o seu poder sobre seus adversários políticos frente à influência da elite local. As cláusulas tinham um caráter de lei agrária provisória e passaram a perpetuar um caráter aristocrático (MOTA, 2012). A extinção do sistema de capitanias ocorreu formalmente em 28 de fevereiro de 1821, pouco mais de um ano antes da declaração de independência, e a maioria das capitanias tornaram-se províncias (INNOCENTINNI, 2009).

Bueno, (2006) referindo-se à doação de sesmarias, traz a problemática acerca do uso da terra proposta pelo historiador Francisco de Varnhagen (1859):

É certo que a mania de muita terra acompanhou sempre pelo tempo a diante os sesmeiros, e acompanha ainda hoje os nossos fazendeiros que se regalam de ter matos e campos em tal extensão que levem dias a percorrer-se, bem que às vezes só décima parte esteja aproveitada; mas que se tivesse havido alguma resistência em dar o mais, não faltaria quem se fosse apresentando a buscar o menos." (BUENO, 2006, p. 13).

De maneira geral, interpreta-se as sesmarias como porções de terras que serviram de atributos para o início do processo de constituição da propriedade privada no Brasil, o que implica também na concentração de riqueza e, consequentemente, de capital. Entende-se então que, desde os primórdios da colonização do país, a terra fora utilizada como um instrumento crucial nesse processo de concentração, que veio a se tornar cada vez mais intenso e segregador a partir de então.

No Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente, através da fusão em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo vem sendo cada vez mais moldado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei de Terras e o fim da escravidão (OLIVEIRA, 2007). Nesse sentido, faz-se necessário discorrer sobre os pontos fundamentais que levaram à formulação da Lei de Terras de 1850 e suas principais implicações.

O período das Capitanias Hereditárias, no contexto da colonização brasileira, encerrase com a com a lei nº 601, também conhecida como a Lei de Terras, decretada em 18 de setembro de 1850 por Dom Pedro II. Dentre seus objetivos, o principal era regulamentar a questão fundiária no país garantindo os privilégios da elite, representada pelos senhores escravocratas. Acerca desses objetivos, Stedile afirma:

Sua característica principal é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra — que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política — em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra. (STEDILE, 1998, p. 24).

Uma outra característica que merece destaque é o fato de que, a partir dessa lei, qualquer cidadão poderia se transformar em um proprietário de terra, desde que pagasse um determinado valor à Coroa Portuguesa. Em teoria, a implementação da Lei de Terras parecia uma ideia interessante do ponto de vista econômico e social. Porém, Camacho (2011) ressalta que dando um preço à terra restringe-se o acesso a ela e, mantinha-se a classe de ex-escravos e imigrantes europeus subordinados ao trabalho pois, não conseguindo adquirir um pedaço de terra, continuariam dependentes desta elite.

O contexto histórico de formulação dessa lei inicia-se ainda no continente europeu. A crise na Europa no século XVII foi responsável pela exclusão e expropriação do camponês. O número de camponeses em situação de miséria no campo aumentava cada vez mais e em torno disso começou a formar-se uma tensão social. Assim, a Lei nº 601 foi pensada como uma alternativa a esse problema. Já existia uma histórica tradição do camponês europeu ligada à propriedade da terra, agora era necessária a criação de uma legislação que incentivasse a migração desses camponeses para o Brasil com a promessa de se tornarem trabalhadores assalariados e, principalmente, donos de seu próprio pedaço de terra. Deste modo, Stedile (1998) ressalta que a vinda desses imigrantes ao Brasil resolveria, parcialmente, o problema dos dois países.

Outro ponto importante é o fato de que o modelo escravista de produção já não era mais viável para grandes potências na época, como a Inglaterra, que influenciou outros países a abolir a escravidão e a adotar o trabalho livre em função de interesses próprios.

O motivo por trás disso certamente não seria uma compaixão dos ingleses para com os povos africanos e indígenas. O fato é que o tráfico de pessoas escravizadas poderia ser um grande fator influenciador no aumento da concorrência de outros países, no sentido de reduzir drasticamente custos com a produção. Posto isso, a Inglaterra exerceu uma forte influência sobre o fim da comercialização de indivíduos escravizados e, posteriormente, o fim da escravidão.

Porém, os interesses da Coroa Portuguesa não eram exatamente os mesmos que os da Inglaterra e, percebendo a inevitabilidade da libertação dos escravos. Conforme afirma Stedile (1998), a coroa tratou de legislar o processo de posse, para que o acesso à terra fosse mais restrito, assegurando a disponibilidade de mão-de-obra, já que os escravos libertos deveriam permanecer nas fazendas como trabalhadores assalariados.

Como a lei determinava que somente quem pudesse pagar à Coroa poderia ter direito a sua propriedade privada, não seriam então os imigrantes europeus camponeses, em condições de pobreza e miséria, e os ex-escravos que teriam acesso a esses títulos. Camacho (2011) explica que este fato concentrou a terra na mão de poucos e negou o acesso da população oprimida a ela, definindo a forma como seria constituída a propriedade privada no Brasil. Esse é um dos motivos que justifica a existência da luta de classes no campo brasileiro.

Assim, a terra passa a ser tratada como um produto, a ter um preço, para que a partir dela possa ocorrer a reprodução da força de trabalho. Segundo as palavras de Rodrigues (1990, p. 18):

Ou seja, impedindo o acesso das camadas subalternas aos meios de produção, justamente, num período de ascensão do modo de produção capitalista no Brasil. Em outras palavras: "[...] o preço da terra se define originalmente como uma forma de impedir, no momento histórico da ascensão do capitalismo no Brasil, o acesso do trabalhador sem recursos à terra: Este momento refere-se à passagem do escravismo ao trabalho livre [...]".

Dessa maneira, ficou garantido que os imigrantes e os ex-escravos não teriam acesso aos meios de produção, o que firma, nesse momento histórico, a exclusão do trabalhador de sua terra. Ou seja, a terra agora passa a ter um valor justamente para que se torne inacessível ao trabalhador e facilmente controlada pela aristocracia rural. Isto é, "[...] a terra tornou-se uma mercadoria do modo de produção capitalista. Uma mercadoria que tem um preço, só acessível a uma determinada classe". (RODRIGUES, 1990, p. 18)

Destaca-se ainda, nesse cenário, o processo de independência do Brasil que, segundo Moraes (2011), aliado à crise do regime escravocrata, produziram preocupações dos proprietários de terra frente às questões relacionadas à consolidação da propriedade privada absoluta, à garantia dos fundos territoriais para possíveis apropriações futuras de terra e desenvolvimento econômico de seus interesses de classe. Foi a partir de tal contexto que se deu a constituição da grilagem.

Assim como as sesmarias e a Lei de Terras de 1850, a grilagem constitui-se de um importante elemento para a compreensão do processo da concentração fundiária no Brasil, uma das maiores do mundo. A partir da combinação entre a Constituição Federal de 1824 e da Lei de Terras em 1850 foram estruturados os processos de legalização e legitimação da grilagem de terras realizadas no período colonial (PIETRO, 2017) que, segundo Schwarz (2012) instituiu um novo conjunto de aparentes confusões jurídicas que propiciaram novas estratégias de apropriação privada da terra, consequentemente, reproduzindo uma coexistência estabilizada.

Ainda segundo Pietro (2020), a grilagem de terras é um fenômeno que constitui as relações sociais, econômicas e políticas do país e é fator decisivo para a aliança de classes entre grandes proprietários de terra e proprietários do capital que governam o Brasil. Nesse sentido, a negociação a partir de seu valor de troca não foi o único mecanismo de apropriação de terras. Faria (2020) afirma que, historicamente, existe uma apropriação privada ilegal das terras públicas - processo de grilagem - que se desenvolveu para favorecer a formação das fazendas.

De acordo com o Art. 3º da Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850, caracterizam-se como terras devolutas:

- § 1º As que não se acharem applicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal.
- § 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.
- § 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commisso, forem revalidadas por esta Lei.
- § 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.

O Brasil possuía (e ainda possui) uma vasta extensão territorial e, nesse sentido, uma grande quantidade de terras classificadas como devolutas. As terras devolutas foram apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores. Assim, os grileiros - verdadeiros traficantes de terra - formaram os latifúndios (FERNANDES, 2014).

Desse modo, a representação do poder do Estado na esfera legislativa, além de promover uma estrutura social que dificultasse a ascensão de determinadas classes, estes, segundo Pietro (2020) elevaram suas próprias classes aliançadas à condição única de se valer das leis e da primazia política do funcionamento das engrenagens do Estado e dos privilégios sociais de garantia de direitos. Ainda nas palavras de Pietro (2020, p. 134):

Trata-se, assim, não só de garantir leis que transfigurem grilos em propriedades privadas capitalistas, mas de produzir a ideologia da legitimidade social do sujeito proprietário (os assim chamados conquistadores, desbravadores, donos, pioneiros e/ou bandeirantes) e da inviolabilidade da propriedade adquirida pelo suposto fruto do trabalho, do merecimento e do esforço pessoal ou familiar.

Acerca da regulamentação da grilagem, Pietro (2017) afirma que o estabelecimento de uma garantia absoluta da propriedade na Constituição, produzida na ausência de

regulamentação, reproduziu a grilagem (assim chamada de posse) como forma per se de aquisição de terras entre 1824 e 1850 - período denominado como "império da grilagem". Faria (2020) ressalta ainda que a legalização da usurpação das terras pelos grileiros para sua transformação em propriedade privada se constitui historicamente por meio da violência e do conflito. Isso é consequência da resistência e da luta dos povos de comunidades que mantém uma ocupação da terra fundamentada em distintos conteúdos de apropriação que negam os da propriedade privada capitalista.

O processo de legitimação da grilagem foi estruturado na sociedade brasileira de forma tão intensa que o campo, ainda hoje, séculos depois, reflete nitidamente as marcas dessa concentração fundiária. Como uma consequência desse processo, Oliveira (2020) indica:

O país (Brasil) apresentou a concentração absurda de apenas 15.305 estabelecimentos agropecuários concentrar um total de 101.307.014 hectares de terras. Enquanto que os estabelecimentos voltados para a agricultura camponesa (familiar) apresentaram o número de 15,89 hectares de área média. O que se entende por uma conta faraônica de 70.692.755 de hectares sendo divididos entre 4.448.751 estabelecimentos. (OLIVEIRA, 2020, p. 11)

Outra importante implicação é acerca do papel do camponês. Enquanto os "donos" de terras, que aqui se coloca entre aspas no sentido de se fazer compreender a ilegitimidade desse processo, cuidavam de garantir seus latifúndios por meio da legislação, ao camponês, não tendo outra opção, restava-lhe o papel de trabalhador na concretização dessa concentração.

Segundo (Fernandes, 2014) os camponeses trabalhavam na derrubada da mata, plantavam nestas terras até a formação das fazendas, depois eram expropriados. Aos que resistiram na terra, o poder do coronel era explicitado pela perseguição e morte. Dessa forma, os camponeses - sem-terra - formavam fazendas que eram apropriadas pelos coronéis.

De maneira geral, compreende-se que a grilagem se constituiu de um importante marco na formação da propriedade privada no Brasil, a qual se materializou de forma violenta a partir dos conflitos agrários contra camponeses e indígenas, cujas práticas se perpetuam ainda no século XXI.

Uma vez entendida a origem da base que consolidou a estrutura fundiária no Brasil, fazse então um salto na história até meados do século XX para compreender os processos de Mecanização das Atividades Agropecuárias e Êxodo Rural como elementos fundamentais no aprofundamento da consolidação da estrutura fundiária do país e suas posteriores implicações, principalmente no que diz respeito ao espaço urbano.

Compreende-se o termo "modernização agrícola" como a constituição de um processo de transformação do campo a partir da implementação de novas tecnologias e maquinários de produção no meio rural. Sua origem no território brasileiro é evidenciada a partir da década de 1950 na região Sul e se estende rapidamente para outras regiões do país. Essa necessidade de modernização do campo parte do discurso do Estado de que o desenvolvimento e a modernização do território deveriam estar diretamente atrelados ao espaço rural, ou seja, a agricultura, enquanto importante setor da economia, deveria acompanhar o progresso do país.

Nesse sentido, o desenvolvimento industrial foi o responsável pela dinâmica do desenvolvimento agrícola, ditando à agricultura as regras segundo as quais esta poderia progredir, bem como os limites até onde poderia expandir-se (GUIMARÃES, 1982, p.83). Desse modo, entende-se a ordem de transformação das forças produtivas industriais como o elemento propulsor da mecanização das atividades agrícolas.

Silva (1996) explica que esse processo pode ser subdividido em quatro principais partes: a transfiguração da base técnica que foi possível graças ao apoio do Estado e de investimentos estrangeiros, a industrialização da produção do campo, a integração agricultura-indústria e, por último, a integração de capitais. Tais etapas foram consolidadas a partir da constituição dos Complexos Agroindustriais (CAI's).

De acordo com Guimarães (1982), à medida em que se ampliaram os conhecimentos técnicos e científicos da indústria, abriu-se o caminho para um salto qualitativo da produção agrícola, propiciando um avanço na produtividade, aumento da produção e uma submissão cada vez maior da agricultura à indústria. Nessa perspectiva, aponta-se uma intencionalidade do capital industrial no sentido de obter o máximo controle sobre a agricultura e os processos naturais a partir da instituição dos Complexos Agroindustriais. Guimarães (1982, p. 92) complementa:

Com a implantação de um parque industrial de grande magnitude, especializado na produção de equipamentos e insumos agrícolas de alta complexidade (...), cria-se uma situação qualitativamente diferente, que se caracteriza pela dependência cada vez maior da agricultura à grande indústria (e paralelamente ao grande capital urbano-industrial), pela integração das duas atividades através de vínculos contratuais ou orgânicos, e que conduzem à formação do complexo agroindustrial.

Silva (1996) também indica essa relação de dependência ao explicar que a partir da constituição dos complexos agroindustriais, a agricultura passa a ter suas dinâmicas atreladas aos setores industriais, ou seja, uma relação de submissão se estabelece e transforma todo o processo produtivo cuja produção agrícola encontrava-se inclusa. Não se pode mais falar da agricultura, portanto, como "grande setor" da economia porque a maior parte das atividades agrícolas integrou-se profundamente na matriz de relações interindustriais, sendo seu funcionamento determinado de forma conjunta. (SILVA, 1996, pp. 32-33).

Mendonça (2004) defende a tese de que o processo de modernização da agricultura deve ser pensado simultaneamente ao de modernização do território nacional. A difusão do meio técnico científico informacional atinge todas as esferas das relações de produção (social, política, econômica e cultural) e viabiliza a criação de uma infraestrutura para a modernização do território brasileiro.

O discurso acerca do campo passou a ser associado a uma necessidade de mudança, de evolução, de modernizar-se. O que ficou subentendido nesse cenário foi a premissa de que toda essa manifestação, na verdade, soava como um pressuposto para a implementação de novas formas de exploração do espaço agrário. Foi nesse contexto que surgiu e se legitimou um termo muito comumente utilizado nos dias de hoje; o agronegócio. De acordo com Matos e Pessôa (2011, p. 293):

A concepção deste termo difundida por vários países, veio a ser incorporada ao discurso e às análises de alguns estudiosos no Brasil, a partir da década de 1980 e associada ao termo Complexo Agroindustrial. Desde então, propagou-se o termo agronegócio no território brasileiro para caracterizar a racionalidade do processo produtivo capitalista no campo.

A todo esse conjunto de diversos aparatos no processo de transformação do território brasileiro, a partir do discurso da necessidade de modernização do campo, somou-se a Revolução Verde, que visava a implementação de um pacote tecnológico que pretendia melhorar as condições de produção, de trabalho e, também, de acesso à terra.

Ao olhar o passado e refletir sobre a atual estrutura fundiária brasileira, pode-se afirmar que o grande objetivo por trás da modernização agrícola era o de re-funcionalizar o campo para maior obtenção de lucros a partir do modelo de produção capitalista, visto que muitas questões sociais e ambientais não foram levadas em conta ao longo desse processo. Como resultado, tem-se a intensificação da concentração da terra e da renda, a exclusão social, a expulsão da população que habitava no campo em direção às cidades e a destruição do meio ambiente.

Destarte, a modernização foi uma falsa imagem de progresso, um mito, produto do discurso de desenvolvimento rural (Matos e Pessôa, 2011, p. 301).

Desse modo, a passagem de um modelo de sociedade rural para um modelo de sociedade urbana no Brasil não ocorreu do dia para a noite, mas sim, através de etapas de processos complexos. O primeiro deles é a constituição de relações capitalistas no campo e a modernização da agricultura a partir da mecanização das atividades agropecuárias, que pode ser entendido como o processo de transformação da base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e de fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade (SILVA, 1998). Tal processo acarretou a migração do pequeno produtor e do trabalhador do campo para as cidades. Santos e Silveira (2005) complementam ainda que a mecanização e depois a cientificização do mundo rural contribuíram, certamente, para a queda da participação da população rural na população total do Brasil.

O êxodo rural foi motivado pela modernização agrícola e resultou sobretudo, segundo Gaspar (1970), da má distribuição e do aproveitamento de terras: a existência de latifúndios, concentrando, sem aproveitamento, imensas extensões de terras nas mãos de poucos.

O segundo processo diz respeito à pressão sobre a terra em determinadas áreas onde, a introdução de melhoramentos sanitários e higiênicos ocasionaram uma diminuição da mortalidade infantil e um consequente aumento de população que não foi absorvida por causa das limitações sociais e físicas do meio rural (OLIVEN, 2010).

Aliado aos dois primeiros processos, a expansão das fronteiras agrícolas se constitui de um terceiro fator na migração da população do rural para o urbano. O campesino, ao ter seu trabalho dispensado e substituído, possui duas opções: migrar em busca de novas terras, para além das fronteiras agrícolas, ou migrar para as zonas urbanas.

Por último, as cidades, que recebem forte influência de um capitalismo industrial voltado para a produção fabril, representam um forte atrativo para as populações rurais "expulsas" do campo. Nelas, o camponês se firma em uma expectativa de melhores condições de trabalho e de vida que, segundo Oliven (2010), é fomentada pela constante difusão de representações e de valores urbanos através do país pelos meios de comunicação, contribuindo diretamente na formação de uma imagem atrativa das cidades.

Outros fatores ainda, como o aumento da pobreza no campo, a interligação dos territórios brasileiros com o avanço das rodovias, também contribuíram no deslocamento da população em direção aos principais centros urbanos, lócus da produção industrial no Brasil, no século passado. Acerca do exposto Becker (2010, p. 121) complementa:

No Brasil, já no século XX, principalmente no pós-guerra, a dinâmica da urbanização começou a avançar por todo o território, em consonância com o processo de crescimento e integração econômica do país. Até então, o Brasil era basicamente rural, com uma rede urbana pouco articulada e com apenas algumas cidades se destacando, formando um verdadeiro "arquipélago" concentrado na faixa litorânea.

Desse modo, entende-se que o processo de urbanização se estabelece como um importante fator na consolidação da infraestrutura necessária para a solidificação da reestruturação da relação entre capital e trabalho, tanto no espaço rural quanto no urbano.

## 1.2 Os moldes da Urbanização no Brasil

Desde os primeiros dias da nossa história, temos sido uma população de agricultores e pastores. O urbanismo é uma condição, segundo Vianna (1956), moderníssima da nossa evolução social. Em 1800 apenas 3% da população mundial era urbana, já em 1850 a população vivendo em cidades chegava a 6%, alcançando 14% em 1900 (BECKER, 2010). Ainda segundo a autora, a urbanização acelerada do mundo no século XX produziu elevado número de grandes cidades. Em 2007 a ONU listou 19 aglomerações urbanas com mais de dez milhões de habitantes, que concentravam 9% da população urbana do mundo (BECKER, 2010, p. 120).

A urbanização brasileira consolidou-se através de um modelo econômico centralizado na produção industrial e trouxe como consequência a efetivação da separação entre o urbano e o rural e uma redistribuição da população pelo território no sentido de induzir um grande fluxo migratório para os centros urbanos.

O processo de industrialização, consolidou-se no século XX e concentrou-se na região Sudeste do país por meio de sua intrínseca relação com o ciclo do café e seu importante destaque na economia brasileira naquele período. Cano (2007) aponta que parte do capital gerado pelo complexo cafeeiro era destinado também a outros segmentos como bancos, estradas, indústrias, usinas, entre outros. Assim, garantia-se que, ao se ter uma baixa do preço do café, ainda sim, era possível sustentar altas margens de lucro. Essa "válvula de escape financeira" propiciou a transformação do capital cafeeiro em capital industrial. Acerca desse processo, Cleps (2003, p. 66) indica:

Vários fatores históricos e econômicos levaram à concentração da atividade industrial brasileira na região Sudeste, especialmente em São Paulo. A economia cafeeira e uma série de condicionantes criados para dar sustentação àquele ciclo econômico, acabaram por favorecer e fortalecer a atividade industrial naquele estado.

A partir da década de 1930 ocorreram muitas transformações na economia brasileira, das quais, conforme Oliven (2010) aponta, parte do excedente criado pelas oligarquias agrárias foi usado para iniciar um novo processo de industrialização, embora os privilégios destas oligarquias tenham sido mantidos sob uma forma alterada. O autor ressalta ainda que o gradual deslocamento da economia brasileira de um eixo agrário para um eixo industrial não ocorreu em oposição aos interesses rurais, sendo, ao contrário, frequentemente associado a eles (OLIVEN, 2010).

Esse processo de industrialização é considerado, segundo Santos (1993), como um novo arranjo espacial do território brasileiro, marcado pelo aumento de cidades locais e sua força, assim como de centros regionais. Sposito (2017) deixa evidente que entender a urbanização a partir do desenvolvimento industrial, é procurar entender o próprio desenvolvimento do capitalismo.

A passagem de um modelo de sociedade rural para um modelo de sociedade urbana no Brasil não ocorreu do dia para a noite, mas sim, através de etapas de processos complexos. A primeira delas trata-se da constituição de relações capitalistas no campo junto à mecanização das atividades agropecuárias, conforme acima descrito. Essa etapa pode ser entendida, de maneira geral, como a transformação da base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade (SILVA, 1998). Tal processo acarreta na migração do pequeno produtor do campo para as cidades. Santos e Silveira (2005) complementam ainda que a mecanização e depois a cientificização do mundo rural contribuíram, certamente, para a queda da participação da população rural na população total do Brasil.

O Êxodo Rural foi motivado pelo processo de modernização agrícola e resulta sobretudo, segundo Gaspar (1970), da má distribuição e do aproveitamento de terras: a existência de latifúndios, concentrando, sem aproveitamento, imensas extensões de terras nas mãos de poucos. Os latifúndios têm sua origem a partir de mecanismos proporcionadores e facilitadores da concentração fundiária do país ao longo do tempo, como as Sesmarias, a formulação da Lei de Terras de 1850 e as Grilagens, conforme analisado anteriormente.

A segunda etapa diz respeito à pressão sobre a terra em determinadas áreas onde, a introdução de melhoramentos sanitários e higiênicos ocasiona uma diminuição da mortalidade infantil e um consequente aumento de população que não é absorvida por causa das limitações sociais e físicas do meio rural (OLIVEN, 2010).

Aliada às duas primeiras etapas, a expansão das fronteiras agrícolas se constitui de um importante fator no processo de migração da população do rural para o urbano. O camponês, ao ter seu trabalho dispensado e substituído, possui duas opções: migrar em busca de novas terras, para além das fronteiras agrícolas, ou migrar para as cidades.

Por último, as cidades, que recebem forte influência do capitalismo industrial voltado para a produção fabril, representam um forte atrativo para as populações rurais "expulsas" do campo. Nelas, o camponês se firma em uma expectativa de melhores condições de trabalho e de vida que, segundo Oliven (2010), é fomentada pela constante difusão de representações e valores urbanos através do país pelos meios de comunicação, contribuindo diretamente na formação de uma imagem atrativa das cidades.

Outros fatores ainda, como o aumento da pobreza no campo, a interligação dos territórios brasileiros com o avanço das rodovias, também contribuíram para o intenso processo de deslocamento da população em direção aos principais centros urbanos, lócus da produção industrial no Brasil, no século passado. Segundo Becker (2010, p.121),

No Brasil, já no século XX, principalmente no pós-guerra, a dinâmica da urbanização começou a avançar por todo o território, em consonância com o processo de crescimento e integração econômica do país. Até então, o Brasil era basicamente rural, com uma rede urbana pouco articulada e com apenas algumas cidades se destacando, formando um verdadeiro "arquipélago" concentrado na faixa litorânea.

A tabela a seguir ilustra a porcentagem das populações urbana e rural, de acordo com os Censos Demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 1. Brasil: População Total, Urbana (%) e Rural (%), 1940-2010

Ano	População total	População urbana	População rural (%)	
	(milhares)	(%)		
1940	41.236.315	31,23	68,77	
1950	51.944.407	36,17	63,83	
1960	70.070.457	44,67	55,33	
1970	93.139.037	55,92	44,08	
1980	119.002.706	67,59	32,41	
1991	146.825.475	75,59	24,41	
2000	169.799.017	81,00	19,00	
2010	190.732.694	84,36	15,64	

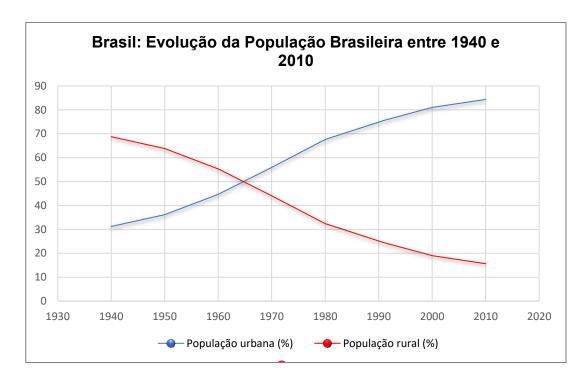
Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1940-2010. Org. BICALHO, B. (2021).

Segundo o IBGE Memória, o Brasil realiza censos da população desde o período colonial, a partir de estimativas destinadas a atender aos interesses da Metrópole. Na década de 1930 foi criado pelo governo Getúlio Vargas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e em 1940 foi realizado seu primeiro recenseamento, o quinto do país até então, o qual contabilizou uma população total de 41.236.315 pessoas, sendo aproximadamente 70% rural e 30% urbana. Isso significa que, até aquele momento, a grande maioria da população do país concentrava-se em zonas rurais.

Já na década de 1970, foi realizado o VIII Recenseamento Geral, o qual detectou-se uma significativa mudança em relação à distribuição da população. Diferentemente do panorama apresentado pelo IBGE em 1940, o país contava com 55,92% de sua população urbana, enquanto 44,08% rural. Ou seja, o censo de 1970 demostra uma inversão, a população urbana ultrapassa a rural. Interpreta-se que em um período de trinta anos, de 1940 a 1970, houve um aumento de 24,69% da população urbana no país.

O último recenseamento realizado pelo IBGE - até presente o momento - ocorreu no ano de 2010 e averiguou uma reversão no quadro encontrado no primeiro censo realizado pelo mesmo na década de 1940. Observou-se 84,36% da população como urbana e 15,64% como

rural. Isso significa dizer que, em apenas setenta anos, a população brasileira passou da condição de majoritariamente rural para a condição urbana e que, de 1940 a 2010, houve um aumento crescente de 53,13% da população urbana concomitantemente a uma queda progressiva da população rural, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:



**Gráfico 1.** Brasil: Evolução da População Urbana e Rural entre 1940 e 2010

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1940-2010.

A urbanização brasileira esteve diretamente relacionada ao processo migratório na década de 1970, no qual se constituiu como um importante fator impulsionador das mudanças de estrutura nacional e da consolidação do urbano.

Os mapas abaixo foram confeccionados pelo IBGE com o objetivo de comparar a evolução da população urbana no Brasil de 1940 até 2010. Eles evidenciam um processo de ocupação territorial, no período apontado, a partir da concentração da população em áreas predominantemente urbanas, pois estas instituíram-se como o lócus da produção industrial do país.



Figura 1. Brasil: População Total Residente, em 1940

Fonte: IBGE, Tendências Demográficas (2007).



Figura 2. Brasil: População Total Residente, em 2000

Fonte: IBGE, Tendências Demográficas (2007).

Em conformidade aos dados obtidos pelo IBGE, o mapa 1 ilustra a população urbana total residente no Brasil na década de 1940. Nota-se que, mesmo nos grandes centros urbanos, o número de habitantes não chegava a ultrapassar 2 milhões. Em contrapartida, no mapa 2 tem-se uma representação cartográfica que indica um expressivo crescimento no número máximo de residentes nas cidades brasileiras, atingindo a marca de 10 milhões de habitantes. Atualmente, consta um total de catorze cidades brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes (IBGE, 2020), curiosamente todas elas são capitais de estados.

No caso do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística (IBGE) aponta o município de São Paulo como a maior aglomeração populacional do país, contabilizando mais de 12 milhões de habitantes, seguido pelo Rio de Janeiro com aproximadamente 6,8 milhões de habitantes, Brasília com uma população que atinge a casa dos 3 milhões e Salvador com mais de 2 milhões de indivíduos.

O expressivo crescimento urbano não é um exemplo especificamente brasileiro, muito pelo contrário. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1950, havia cem cidades com mais de 1 milhão de habitantes. Em 2018, esse número cresce para 300 e projetase que em 2025 serão um total 527 cidades. Como exemplo dessa categoria aponta-se Tijuana no México, com população de pouco mais de 1,5 milhão de habitantes.

Essa tendência marcante de crescimento concentrado da população advém, primeiramente, de um processo de urbanização em países desenvolvidos e intensifica-se em países emergentes no século XX devido a um modelo de industrialização tardia. O resultado é o advento de grandes aglomerações urbanas.

Atualmente (2020), existem mais de 70 cidades que concentram mais de 5 milhões de pessoas, dentre elas, a região metropolitana de Tóquio (Japão), que centraliza a maior quantidade de pessoas de todo o mundo, Mumbai (Índia), Cidade do México (México), Los Angeles (EUA), Moscou (Rússia), Xangai (China), São Paulo (Brasil), Rio de Janeiro (Brasil), entre outras.

Ressalta-se ainda que toda essa mudança decorre de um rápido e intenso processo de urbanização e de alocação da população nas cidades, principalmente no que diz respeito aos países emergentes. O preço dessa nova ordem urbana tem sido a desigualdade cada vez maior, tanto dentro de cidades de diferentes tamanhos e especializações econômicas quanto entre elas (DAVIS, 2006, p.17).

Dentro dessa lógica, as cidades passaram a adquirir determinadas funções em prol do atendimento das demandas do capital, ou seja, o espaço tornara-se um produto a partir de seu valor de troca. Acerca do exposto, Lefebvre indica que:

O espaço inteiro deve receber valor de troca. Ora, a troca implica intercambialidade. A intercambialidade de um bem faz dele uma mercadoria [...] ela exige que o bem seja comparável a outros bens e mesmo a todos os bens do mesmo gênero. No 'mundo' da mercadoria com seus traços se estende às coisas e bens produzidos no espaço e, de suas circulações e fluxos, ao espaço inteiro que toma assim a realidade autônoma da coisa, do dinheiro. (LEFEBVRE apud VILLAÇA, 1998, p 71).

Guimarães (2016) aponta que esse processo veloz e maciço de alocação de populações em cidades e a constituição de uma população urbanizada é uma condição inerente ao processo de avanço e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ele reestrutura as cidades e o sentido daquilo que é entendido como o "urbano", modifica as relações sociais ali produzidas e ocasiona profundas transformações espaciais.

O processo de modernização do campo e de industrialização nas cidades consolidouse primeiramente na região Centro-sul do Brasil e os fluxos migratórios direcionavam-se justamente para essa região em decorrência de tal fato. Entretanto, as ofertas de emprego no setor industrial não acompanharam o aumento da demanda de trabalho em função dessa migração, ou seja, a população urbana aumentava, porém, a ofertas de emprego, não. Como consequência, os índices de desemprego se elevaram a partir dessa dinâmica econômica excludente. Acerca do ocorrido, Ferreira (2000, p.13) destaca:

O fenômeno de urbanização observado em grande parte dos países subdesenvolvidos em muito se deve à matriz de industrialização tardia da periferia. A atratividade exercida pelos polos industriais sobre a massa de mão-de-obra expulsa do campo (em especial nos países que receberam empresas multinacionais que alavancaram a passagem de economias agroexportadoras para economias "semi-industrializadas" como o Brasil ou a Índia) provocou, a partir da década de 1960, a explosão de grandes polos urbanos no Terceiro Mundo que não receberam a provisão de habitações, infraestrutura e equipamentos urbanos que garantisse qualidade de vida a essa população recémchegada.

A urbanização acelerada e o expressivo aumento da massa trabalhadora nas cidades indicaram a demanda da provisão de uma infraestrutura que acomodasse essa população. Compreendendo moradia como uma necessidade básica de todo ser humano, entende-se

também que esse expressivo aumento da população nas cidades veio acompanhado de um aumento dos locais destinados à habitação.

Ainda que tenha seu lado positivo, Maricato (2000) indica que a urbanização brasileira provocou também uma piora nos índices de crescimento urbano, de desemprego, de violência e no aumento de favelas. A acumulação nos centros urbanos de populações faveladas tem sido apontada como um dos maiores problemas de urbanização dos países em processo de desenvolvimento (GASPAR, 1970). Assim, a formação de espaços de moradias precárias reflete as condições de pobreza originadas por seu processo de urbanização.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista gerou um processo de concentração e de acumulação de capital, que levou a aplicação de grande parte da mais-valia apropriada na aquisição de terras (OLIVEIRA, 2017). Desse modo, a cidade constituída a partir da reprodução do espaço sob o modo de produção capitalista não visa servir à população, mas sim aos interesses do capital, e os agentes imobiliários passaram a criar espaços valorizados em áreas específicas através do apoio do Estado com a implantação de políticas urbanas de zonas de valorização, a partir da lógica do consumo e da especulação imobiliária.

Carlos (2009) observa que há um processo de reprodução continuada do capital que se realiza nos espaços metropolitanos configurando novas morfologias. Gonçalves (2002), ao fazer uma reflexão sobre a visão de Santos (1978) acerca da especulação da terra, conclui que o processo que origina a especulação se alimenta de expectativas que, coletivamente ou individualmente, são criadas em relação a um dado território, expectativas que, realizadas, dão forma a outras tantas.

Nesse sentido, entender a especulação imobiliária implica também na compreensão da criação de espaços específicos destinados à especulação, que nada mais são do que uma materialização da terra de forma especulativa. Como consequência desse processo, emergem constantes investimentos em infraestrutura que acaba por aumentar o preço da terra e a valorizar determinadas áreas em detrimento de outras. Esse processo cria uma supervalorização de espaços no urbano que se tornam inacessíveis, em termos monetários, à maioria da população (ARENDIT, 1993).

Portanto, diferentemente da lógica de povoamento dos países desenvolvidos, a urbanização dos países emergentes tende a concentrar a população de classe média/alta nos

espaços centrais e, como consequência desse processo, a população de classes menos privilegiadas se desloca para as zonas periféricas<sup>1</sup> em função do elevado preço do solo.

A produção e a apropriação do espaço não só refletem as desigualdades e as contradições sociais, como também as reafirma e as reproduz (MARICATO, 2000, p.170). Aos trabalhadores e àqueles que não possuem atributos necessários para se adequar à lógica mercantilista de reprodução do espaço urbano, restam-lhes as periferias compreendidas por favelas, ocupações irregulares e demais lugares precários de condições de moradia, o que reflete o aprofundamento dos níveis de desigualdade social e de segregação socioespacial caminhando junto à emergência de um modo de vida urbano.

A conceituação do termo "segregação socioespacial" surgiu a partir de esforços em tentar compreender a lógica da distribuição das classes econômicas pelo território. É um conceito amplo que busca especializar a dominação de uma determinada classe econômica sobre outra e entender a distribuição desigual de classes no espaço. Pagani, Alves, Cordeiro (2015, p. 172) afirmam que a segregação não se caracteriza apenas pela divisão de classes no espaço urbano, mas é, também, um instrumento de uso e controle desse espaço que se materializa na forma de segregação social e territorial.

O conceito abrange a ideia de isolamento de determinada classe sobre outra, o que revela uma discriminação e exclusão social, e contribui diretamente na perpetuação da desigualdade. Villaça (2012, p. 48) em seus estudos publicados acerca da segregação socioespacial aponta que, no caso particular das cidades brasileiras, é indispensável articular o papel da segregação urbana na produção da desigualdade e da dominação social. Isso porque a segregação é a forma de exclusão social e de dominação, que está diretamente vinculada a uma dimensão espacial.

Os trabalhos de Sposito (2007, p. 11) acerca da relação entre a reestruturação urbana e a segregação, indicam que esta é duplamente determinada:

No plano social, tendo em vista o fato de que os preços dos imóveis nesses espaços fechados aumentam progressivamente, comparando-se aos preços de imóveis na cidade "aberta"; no plano espacial, porque o privilégio decorrente das facilidades de locomoção e de proximidade, advindas da localização desses empreendimentos [...] possibilita que a auto separação desejada pelos moradores desses empreendimentos não implique em afastamento espacial ou aumento do tempo necessário aos deslocamentos cotidianos.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Entende-se a produção de zonas periféricas a partir de sua subordinação aos centros. Ou seja, as periferias estão relacionadas a um conceito de cidade polinucleada e não necessariamente a um único núcleo central.

Nesse sentido, tal forma de segregação pode ser compreendida como um mecanismo que, não só reflete a reprodução do espaço através do modo de produção capitalista, mas também atua na função de perpetuar a desigualdade. Dentro desse cenário, o papel do indivíduo de classe menos privilegiada se resume ao da representação da força de trabalho barata e da negação aos seus direitos básicos urbanos.

A prática da especulação imobiliária se insere nessa lógica enquanto um fator facilitador da segregação socioespacial. De acordo com Amaral (2009), trata-se de uma disputa por localizações, caracterizada como uma luta de classes para o controle do espaço urbano, na qual são utilizados mecanismos de natureza econômica, política e ideológica pela classe dominante. Desse modo, as cidades brasileiras acabaram por tornar-se um retrato de desigualdades e de condições minimamente dignas aos que não possuem o poder aquisitivo.

Portanto, o urbano se torna a espacialização de uma grande contradição. De um lado espaços extremamente valorizados caraterizados por grandes empreendimentos, constituído por um, muito bem estruturado, eixo empresarial, comercial e residencial. De outro, uma forte insurgência de periferias como um sintoma desse processo, caso localizadas em áreas centrais, são desapropriadas, expulsadas e levadas às margens do espaço urbano; a periferia.

O município de Uberlândia também expressa tal lógica<sup>2</sup>. Um exemplo dessa situação pode ser ilustrado através do contraste paisagístico identificado nas seguintes imagens:

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> A lógica de reprodução do espaço urbano da qual se insere a cidade de Uberlândia será tratada com maiores detalhes nos capítulos seguintes desta dissertação.



Figura 3. Uberlândia - MG: Bairro Nobre do Setor Sul da Cidade

Fonte: AGB Uberlândia (2016). Autor desconhecido.



Figura 4. Uberlândia - MG: Assentamento de População Sem-teto

Fonte: AGB Uberlândia (2016). Autor desconhecido.

As imagens anteriores (figura 1 e 2) são registros fotográficos de um evento promovido em 2016 pela administração municipal da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) em Uberlândia, cujo objetivo foi o de compreender o trabalho de campo como possibilidade de

análise da reprodução social do espaço. Nesse sentido, o contraste paisagístico expressa múltiplas informações.

A figura 1 revela uma paisagem muito comum nos bairros nobres da cidade de Uberlândia (MG), que se caracterizam, em sua maioria, por terrenos grandes, casas e ruas com infraestrutura muito bem consolidada, arquitetura moderna, presença de arborização, entre outros.

Já a figura 2 representa um registro da antiga ocupação irregular do Glória (atualmente, o bairro Élisson Pietro que passa por um processo de regularização fundiária). A paisagem contempla características muito diferentes da primeira imagem. Nota-se a ausência de asfalto, presença de muitos buracos nas ruas, casas sem muros, sem acabamentos e com infraestrutura mínima. Desse modo, é perceptível o forte contraste presente entre as duas paisagens.

Outro atributo muito frequente em Uberlândia é a grande quantidade de vazios imobiliários espalhados pelo espaço urbano, sua relação com o preço da terra e a exorbitante especulação imobiliária na cidade, que serão detalhados e discutidos nos capítulos seguintes.

De maneira geral, surgem no espaço urbano diversos processos que se configuram enquanto uma consequência dessa lógica através da especulação de terras. Nesse sentido, ao Estado resta-lhe lidar com os problemas decorrentes dessa prática como a violência urbana, a ocupação ilegal de terras, o déficit habitacional, entre outros.

Acerca da relação entre a especulação imobiliária e o papel do Estado destaca-se as considerações de Kandir (1983, p. 16):

A especulação imobiliária tem sido também parteira da corrupção nos órgãos públicos. Esta tem-se desenvolvido [...] com o objetivo de influenciar as próprias decisões governamentais no sentido de investir nas regiões de interesse dos especuladores, aniquilando qualquer iniciativa na direção de realizar um planejamento racional dos investimentos públicos, devidamente ancorado nas necessidades sociais.

A partir do exposto, pode-se afirmar aqui o desenvolvimento e a reprodução de um processo de segregação socioespacial induzido e estimulado pelas ações do Estado. Maricato (2015) acentua ainda que a especulação imobiliária age em função da reprodução ampliada do capital, o que configura e fragmenta o espaço urbano, potencializando a reprodução e a ampliação das desigualdades sociais, uma vez que o Estado, juntamente com interesses do mercado, investe em determinadas áreas a partir de algumas especificidades, como a localização

e a possibilidade de expansão de infraestrutura urbana, aumentando dessa maneira o preço dos imóveis, de acordo com a valorização adquirida do meio construído.

#### 1.3 Urbanização e consequências: as questões que envolvem o direito à moradia

A temática da habitação no Brasil, a partir do século XX, está diretamente relacionada ao crescimento das cidades, que decorre de um intenso processo de urbanização provocado, principalmente, por dois fatores: a mecanização do campo aliada à industrialização do país, conforme já explicitado neste capítulo.

Entende-se moradia como uma necessidade básica de todo ser humano, configurandose como um dever do Estado instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano. Entende-se também que existe uma demanda por moradia que é determinada por fatores como o aumento da população, a renda familiar, entre outros.

Se existe uma demanda, logo, deve existir uma oferta que é condicionada, segundo Morais (2002), pela disponibilidade de terras para uso residencial, materiais de construção e infraestrutura. No entanto, apesar de ser considerada como uma necessidade básica, ela configura-se como um bem caro que necessita de um programa de financiamento. De acordo com Santos (1999), a habitação responde por parcela importante da atividade do setor de construção civil, que, por sua vez, representa uma parte significativa da geração de empregos e do PIB. O autor aponta ainda que o preço da habitação é, aproximadamente, três a quatro vezes o valor da renda anual do indivíduo.

Tavares (1978) assinala que a alta concentração da propriedade é acompanhada de extrema desigualdade na distribuição de renda que refletiu, principalmente, na ocupação do solo urbano. Nesse sentido,

O fato de o elevado custo da moradia ultrapassar a capacidade de pagamento da população pobre e à ausência de um mercado de financiamento de longo prazo adequado, justificam a interferência do governo no mercado habitacional com vistas a uma maior eficiência alocativa e justiça social. (MORAIS, 2002, p. 110).

Nesse cenário, o Governo Federal criou, com o objetivo de tentar reverter o quadro da crise habitacional, o Banco Nacional de Habitação (BNH), cujo objetivo era estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda (Plano Nacional de Habitação, Arquitetura IAB, 1965, n.36, p.37-40).

Nascimento e Braga (2009), indicam que a preocupação com a racionalização e a mecanização de processos em atendimento à produção em massa, fomentadas pelo desejado desenvolvimento da indústria da construção, impediu que o então criado Plano Nacional de Habitação incorporasse outros aspectos do modo de produção da moradia, como os sociais e econômicos. Portanto, as tentativas do governo em resolver as demandas habitacionais não foram suficientes para reverter o problema.

#### 1.3.1 Déficit de Moradias e Políticas Habitacionais no Brasil

A conceituação do déficit habitacional está relacionada à falta de moradias, em termos qualitativos e quantitativos, para um determinado grupo de pessoas (BERNARDO, 2018, p. 119). Portanto, entende-se por "déficit habitacional" o índice que representa o número de famílias que não possuem nenhum tipo de moradia ou ainda que residem em condições precárias das mesmas.

A Fundação João Pessoa é o órgão responsável pelo cálculo do déficit habitacional no Brasil desde 1995. O cálculo desse índice pode ser relacionado a uma esfera local, como uma determinada cidade, ou ainda a esferas maiores, como um estado ou um país, e releva, em números, a necessidade de construção de novas moradias. Ainda segundo a mesma fundação, o déficit habitacional no Brasil em 2010 era de 6.940.691 unidades habitacionais e seu cálculo se dá pela soma dos seguintes componentes: domicílios precários (rústicos, improvisados ou indicados como cômodos), coabitação forçada (duas ou mais famílias convivendo em um mesmo domicílio), ônus excessivo com aluguel (quando verifica-se que a despesa com o valor do aluguel é superior a 30% da renda total mensal de determinada família) e adensamento excessivo de domicílios alugados. Já no ano de 2021, a Fundação João Pessoa disponibilizou uma nova pesquisa referente a uma estimativa ao período entre 2016 e 2019. Os resultados demostram que o déficit habitacional estimado para o Brasil, em 2019, foi de 5,876 milhões de domicílios.

O principal intuito do levantamento desses dados é atender o direito de acesso, por parte da população, a um conjunto de serviços habitacionais que sejam, pelo menos, básicos.

Conforme indicado pela Fundação João Pessoa (2020, p. 7), o déficit habitacional:

Engloba tanto aquelas moradias sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física. E que devem ser repostas, quanto à necessidade de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar ou da moradia em locais destinados a fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição do estoque e como déficit por incremento de estoque.

Bernardo (2018) explica que o déficit por reposição de estoque está relacionado à necessidade de novas habitações devido à deterioração de parte das habitações atuais. Já o déficit devido à necessidade de incremento de estoque, é uma consequência da carência por novas moradias devido à coabitação forçada, ao ônus excessivo com aluguel e ao adensamento excessivo de domicílios alugados.

A análise de dados absolutos realizada pela Fundação João Pessoa, no período de 2016 a 2019, pode ser representada a partir da tabela 2, a seguir:

**Tabela 2.** Brasil: Déficit Habitacional Componentes (%) – 2016 a 2019

	Ano				
Especialização	2016	2017	2018	2019	
Habitação Precária	22,9	24,9	24,3	25,2	
Imóveis rústicos	13,4	13,4	12,1	11,8	
Imóveis improvisados	9,5	11,5	12,2	13,4	
Coabitação	27,3	25,6	23,9	23,1	
Cômodos	2,4	2	1,7	1,6	
Unidades conviventes	24,9	23,6	22,2	21,5	
Ônus excessivo de aluguel urbano	49,8	49,5	51,8	51,7	
Déficit Habitacional	100	100	100	100	

Fonte: Fundação João Pessoa - FJP (2020).

De acordo com os dados fornecidos pela Fundação João Pessoa (2020), observa-se uma tendência de crescimento do déficit habitacional, em uma perspectiva geral, no período indicado (206-2019), porém com uma determinada variação de acordo com cada componente. A taxa de domicílios improvisados apresenta um aumento de 3,9% de 2016 a 2019. No mesmo período, os dois subcomponentes de coabitação demostraram uma redução, 0,7% para domicílios enquadrados como cômodos, e 3,4% para unidades conviventes e um contínuo crescimento, totalizando 2% de aumento, no ônus excessivo de aluguel urbano, caracterizado como principal componente do déficit habitacional. Ou seja, em números, a quantidade de casas desocupadas em decorrência do alto valor do aluguel saltou de 2,814 milhões em 2016 para 3,035 milhões em 2019.

Em um levantamento feito por Bernardo (2018), acerca do déficit habitacional por componente no Brasil, constatou-se que 43,1% do valor total desse déficit corresponde à coabitação de famílias. O componente ônus excessivo com aluguel representa 30,6%, seguido por domicílios precários com uma taxa de 19,4% e, por último, o adensamento excessivo com uma taxa de 6,9%.

O autor ressalta ainda a relação existente entre o déficit habitacional e a quantidade de domicílios vagos no Brasil. Por domicílio vago, entende-se os domicílios que se encontravam efetivamente desocupados na data de referência do censo. Bernardo (2018) verificou um número de 6.052.161 milhões de domicílios vagos enquanto o déficit habitacional brasileiro atingia os 6.940.691, em 2010. Ou seja, observa-se que a problemática da moradia não é, necessariamente, uma questão de construção de unidades habitacionais, mas sim de refuncionalização dos imóveis vagos e distribuição de terrenos, que não exercem sua função social, à população que não possui acesso à habitação.

Na esfera local, Uberlândia também apresenta um déficit habitacional. Conforme apontado por Bernardo (2018), o déficit habitacional absoluto do município é de 20.101 unidades habitacionais em 2010, sendo que 19.483 correspondem ao espaço urbano e 618 ao espaço rural. Com relação a seus componentes, Uberlândia apresentou um destaque para ônus excessivo de aluguel, com 9.656 unidades, seguido do componente habitação, com 7.930. Os componentes com menor destaque foram habitações precárias, com índice de 1.298, e por último o adensamento populacional, com 1.217 unidades.

Outro ponto de destaque é a relação entre o déficit habitacional do município e a quantidade de domicílios vagos. Uberlândia apresenta um total de 16.252 domicílios vagos. Assim, entende-se que, tanto na esfera nacional quanto na esfera local (no caso do município

em questão) a temática da moradia não é necessariamente um problema de falta as mesmas, mas sim de ausência de uma política pública habitacional efetiva.

Em geral, o déficit habitacional funciona como um indicador social e sua devida importância se dá enquanto uma ferramenta que possibilita a inclusão de políticas habitacionais. Entretanto, ao analisar o histórico das políticas públicas voltadas para a questão da habitação no Brasil, percebe-se que a demanda por moradia sempre foi tratada como uma crise meramente quantitativa, expressa como uma deficiência numérica equacionada.

A primeira medida do governo brasileiro, no que remete ao problema habitacional, veio juntamente com o avanço tecnológico e industrial no Brasil, no século XX. O processo de urbanização resultou em uma intensa migração campo-cidade e no expressivo aumento da população urbana do país sem um planejamento prévio, conforme já especificado neste capítulo. Entretanto, desde antes da consolidação desse processo, já existiam necessidades habitacionais no país.

Por volta da década de 1930, houve uma necessidade de se pensar na questão habitacional. Fundamentada em uma visão higienista, essa iniciativa se deu em função do oferecimento de crédito a empresas privadas para que elas pudessem produzir habitações em áreas periféricas e, consequentemente, despejar a população de classe baixa para os entornos das cidades. Isso ocorreu inicialmente nos grandes centros urbanos, que era onde se concentrava a maior parte da população advinda do campo, e originou o que se denominava como "cortiços".

O exemplo da cidade da cidade do Rio de Janeiro, trazido por Maricato (1997), ilustra essa situação. A autora ressalta que, após a incidência de muitos cortiços, houve uma política higienista que combinava os elementos "embelezamento paisagístico" e "saneamento" ao planejamento urbano. Dessa maneira, segundo a mesma autora, foram demolidos 590 prédios velhos para construção de 120 novos edifícios, o que significou a expulsão de diversas famílias pobres de suas moradias, a ocupação dos subúrbios e a formação das primeiras favelas do Rio de Janeiro.

Em 1946 foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP) pelo governo do então presidente Eurico Gaspar Dutra. A FCP surgiu como uma resposta social às pressões dos sindicatos do período. Motta (2010) revela que essa fundação se tornou inoperável, devido ao acúmulo de atribuições, à falta de recursos e à força política, somadas à ausência de respaldo legal. Assim, em 1952, no governo de João Goulart reduziu-se as atribuições da FCP (2010, p. 4).

Já na década de 1950, com a expressiva expansão urbana, o governo do então presidente da República Juscelino Kubitschek (em 1956), tentou fortalecer a FCP através de investimentos

e construção de unidades habitacionais. Porém, a problemática da moradia ainda persistia. De acordo com o levantamento de Motta (2010, p. 5) apesar das tentativas de reformulação, a FCP, em quase 20 anos de existência, produziu apenas cerca de 17.000 moradias, não tendo sido, como era a proposta inicial, o "carro chefe" da política habitacional do país

A partir de 1964, no governo de Marechal Castelo Branco, com o início da Ditadura Militar no Brasil, foi criado o Plano Nacional de Habitação (PNH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) através da Lei nº 4.380/64 – que visava "estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda" (CAIXA, 2012), que substituiu a FCP. O Plano buscava a dinamização da economia, o desenvolvimento do país (geração de empregos, fortalecimento do setor da construção civil etc.) e, sobretudo, controlar as massas, garantindo a estabilidade social (MOTTA, 2010, p. 5).

O PNH foi utilizado como um instrumento de controle ao surgimento de favelas e ocupações e focou na construção de moradias e obras de infraestrutura urbana nos espaços dentro da legalidade das cidades. Motta (2010, p.6) complementa a discussão ao indicar que a partir de 1964, as ações públicas voltadas para as vilas e as favelas foram sufocadas; os movimentos sociais e as associações foram reprimidos, lançados na ilegalidade e impedidos de atuar; os favelados, bem como suas ocupações e associações, passaram novamente a ser tratados como problema de polícia.

Até meados da década de 1980, o SNH e o BNH foram pioneiros na política habitacional no país. Acerca da história desses órgãos, Motta (2010, p. 7) complementa:

Na década de 1980 a crise financeira compromete mais gravemente os investimentos do SFH, culminando na extinção do BNH em 1986, que transfere para a Caixa Econômica Federal suas funções. Entre 1964 e 1986 (ano de sua extinção), o SNH financiou cerca de quatro milhões de moradias, número bastante expressivo para a realidade do país. Porém, os investimentos atingiram predominantemente a classe média emergente, alijando da política de financiamento da casa própria os trabalhadores que recebiam menos de um salário mínimo.

Ainda que com um direcionamento de políticas públicas específicas para esse problema social urbano, as reais necessidades habitacionais não foram contempladas em termos qualitativos.

Em 1987 foi lançado o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais (PNMH) cujo objetivo era o de "financiar habitações para famílias com renda inferior a três salários mínimos" (CEF, 2012).

Já no início da década de 1990, o governo do então presidente Fernando Collor lançou o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) que, segundo Motta (2010), propôs o financiamento de 245 mil habitações em 180 dias. Mas, devido a questões burocráticas e ao pouco tempo estipulado, o PAIH acabou não cumprindo suas metas. O governo Itamar (1992 a 1994) criou os Programas Habitar Brasil e Morar Município, que tinham como objetivo financiar a construção de moradias para população de baixa renda, a serem construídas em regime de "ajuda mútua" (MOTTA, 2010, p. 8). Todavia, eles também não alcançaram suas metas, seja devido à alta inflação do período, seja pela impossibilidade dos municípios de captarem os recursos disponibilizados.

Em 1992 foi criado o Fórum Nacional de Habitação, cuja estrutura foi fundamentada a partir de três pilares: sociedade civil, empresários da construção civil e setores do Estado. Dentre seus objetivos destaca-se a produção de moradias.

Ainda segundo Motta (2010), o reconhecimento da necessidade de regularização fundiária e de uma visão integrada da questão habitacional avançou no mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) mas a orientação neoliberal do governo, somada às restrições impostas pelos bancos internacionais, tornaram-se impeditivos para que o reconhecimento dessas questões levasse à prática.

Pontua-se ainda, no que concerne à constituição de políticas públicas voltadas para a questão habitacional, a criação do Estatuto da Cidade através da aprovação da Lei Federal 10.257, em 2001, que estabelece "normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental" (BRASIL, 2001).

Dentro de uma hierarquia legislativa, o Estatuto da Cidade demarca o papel do Plano Diretor como instrumento de planejamento e norteador da política de desenvolvimento e expansão urbana. Acerca de sua função, Motta (2010, p. 9) complementa:

O Estatuto reforçou instrumentos para garantia da função social da propriedade e da regularização fundiária, tais como imposto sobre propriedade imobiliária urbana progressivo, desapropriação com títulos da dívida pública, usucapião urbano, concessão especial para fins de moradia, demarcação de zonas especiais de interesse social.

A partir do governo Lula (2002 – 2010), foram criadas propostas inovadoras para o setor da habitação com articulação das esferas municipal, estadual e federal. Dentre essas propostas, Bernardo (2018, apud Cardoso e Aragão, 2013, p. 28) evidencia:

- Criação do Sistema Nacional de Habitação, formado pelos três entes da Federação (União, Estados e Municípios), que atuariam de forma estruturada sob a coordenação de um novo ministério;
- Gestão Democrática da Política Habitacional e Urbana, a partir da criação dos conselhos nacional, estaduais e municipais de habitação que deveriam definir as diretrizes e realizar a alocação de recursos da política habitacional nos 3 níveis (sic) de governo;
- Aprovação do projeto de lei de iniciativa popular de instituição do Fundo Nacional de Habitação, bandeira do movimento de moradia que tramitava desde 1991 no Congresso Nacional;
- Retomada do financiamento habitacional para as camadas médias (SBPE), visando concentrar ao máximo os recursos do FGTS no financiamento para a baixa renda;
- Articulação da política habitacional com a política de controle e recuperação da valorização fundiária e imobiliária.

Conforme o estudo realizado por Bernardo (2018), em 2003 o Ministério das Cidades, cuja principal função englobava aspectos do planejamento territorial. Através desse ministério foi formulada a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), foram criados a Secretaria Nacional de Habitação e o Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social (FNHIS), cuja responsabilidade era a de transferir os recursos financeiros para os munícipios. De acordo com Arantes (2018), foram alocados no FNHIS recursos da ordem de 4,4 bilhões de reais, beneficiando mais de 4.400 projetos. Em tese, o Ministério das Cidades tem a responsabilidade da gestão da política habitacional. Contudo, na prática, esta é dirigida pela Caixa Econômica Federal, uma vez que é ela o órgão que decide sobre a aprovação dos pedidos de financiamento dos empreendimentos habitacionais (ARANTES, 2018, p. 61).

Outra importante constatação é a inclusão dos movimentos populares dentro dos programas habitacionais e dos assuntos que remetem à questão da moradia a partir da implementação desse novo Ministério. Nota-se uma preocupação do governo em atender às demandas sociais considerando a voz do povo representada pelos movimentos sociais.

Em 2007, o governo Lula lançou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que estabelecia investimentos em habitação e saneamento. Segundo Arantes (2018 apud CARDOSO et al., 2011), no âmbito habitacional, foi privilegiada a urbanização de favelas, com forte visibilidade política, sobretudo nos grandes centros urbanos.

Após a crise econômica de 2007, que teve início nos Estados Unidos, o governo, temendo que "o setor da construção civil, que vinha em um processo constante de aumento de investimentos, fosse impactado e sofresse um revés que levasse à recessão e ao desemprego" (BERNARDO, 2018, p. 159), buscou adotar uma série de medidas para estimular o crescimento econômico brasileiro. Dentre essas medidas, criou-se então o Programa "Minha Casa, Minha Vida" (PMCMV), que foi oficialmente lançado em março de 2009 "pela Medida Provisória nº 459 (BRASIL, 2009) (Anexo A) e, posteriormente, por meio da Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009" (BERNARDO, 2018, p. 159).

O PMCMV foi considerado a principal política habitacional do Ministério das Cidades e possuía a meta de construir um milhão de moradias totalizando R\$ 34 bilhões de subsídios para atender famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos, além de estimular a criação de empregos e investimentos no setor da construção civil.

O Programa possibilitou a consonância dos interesses do Governo Federal, dos movimentos sociais e das empresas (BERNARDO, 2018, p. 161). O mesmo foi estruturado para funcionar por meio de dois subprogramas principais: o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), que era voltado para o atendimento de famílias com renda bruta mensal de até dez salários mínimos; e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), destinado à construção de moradias em áreas rurais. De forma geral, seu funcionamento pode ser ilustrado por meio do esquema apresentado na figura 3.

No Governo Dilma (2011 – 2016) foi implantada a segunda fase do "Minha Casa, Minha Vida", intitulado Programa Minha Casa Minha Vida 2 (PMCMV2), através Decreto n° 7.499, de 16 de junho de 2011, com investimento anunciado pelo governo num total de R\$ 71,7 bilhões (BERNARDO, 2018).

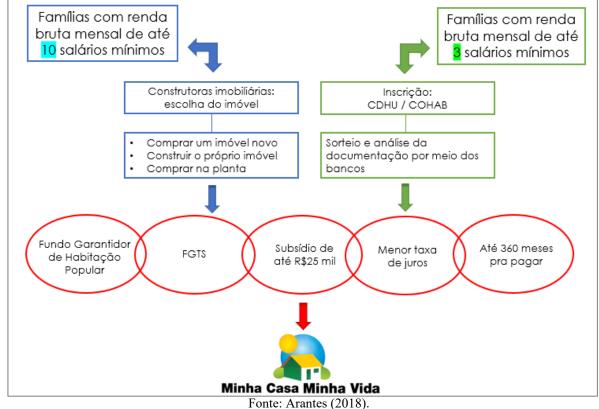


Figura 5. Funcionamento por Etapas do PMCMV

Fonte: Arantes (2018). Organização: Bicalho (2022).

Na segunda fase do programa destaca-se uma maior quantidade de famílias beneficiadas, um reajuste na faixa de renda, a melhoria na qualidade das habitações, a instalação de energia solar nas mesmas, a inclusão do Banco do Brasil como agente financiador e, principalmente, a permissão que mulheres "chefes de família" na assinatura de contratos sem a necessidade da outorga de um cônjuge.

No que concerne à implementação do PMCMV, foi lançado ainda pelo governo Dilma, em março de 2016, o Programa Minha Casa Minha Vida 3 (PMCMV3), com a proposição de novas metas e a implementação de uma nova categoria de faixa de renda. O PMCMV 3 conseguiu atender, em maior ou menor proporção, os interesses de vários agentes envolvidos como os governos federal, estaduais, municipais e distrital, das empresas do setor de construção civil e de parcela da população inserida no quadro do déficit habitacional (BERNARDO, 2018, p. 176).

Em 2020, o governo do então presidente Jair Bolsonaro rebaixa consideravelmente os investimentos do "Minha Casa Minha Vida" e, em janeiro de 2021, decreta o fim do maior programa habitacional da história do Brasil até o presente momento. Como alternativa, Bolsonaro apresenta um substituto: o Programa "Casa Verde e Amarela" (PCVA) através da lei nº 14.118/21, que se estabelece como a principal política habitacional no Brasil, atualmente. De acordo com o governo federal, o PCVA planeja remanejar R\$5 bilhões em recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para saúde, saneamento e infraestrutura.

Diante do cenário de crise econômica e do aumento do déficit habitacional no país, as ações do governo com relação às políticas voltadas para a habitação foram severamente criticadas. Fala-se em um projeto de desmonte da política habitacional ao longo dos anos no governo Bolsonaro e da extinção e substituição do PMCMV como forma de desvincular a imagem do programa ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Governo Lula.

De maneira geral, nota-se que a questão habitacional no Brasil é considerada como um dos maiores problemas sociais urbanos da atualidade e existe a necessidade urgente de se pensar em formas de solucionar e de modificar essa realidade. Como descrito acima, constata-se que as alternativas propostas para a resolução desse problema sempre permearam a partir da articulação entre o setor público e o setor privado e que, apenas no governo Lula é que foram envolvidos outros órgãos para se pensar a temática da moradia. Percebe-se que houve um considerável avanço nas políticas habitacionais, mas, também, que existe uma preocupação muito maior no que tange à construção de novas moradias, do que na refuncionalização de imóveis não funcionais.

Em uma entrevista à Pós TV (2012), Rolnik discorre sobre o tema. A autora ressalta que tratar de déficit habitacional não significa, necessariamente, falar sobre construir novas moradias, isso não resolveria o problema pois o problema não está na falta de moradias, mas sim, no direito à cidade para a população. Portanto, ao invés de se falar em déficit, deve-se falar em necessidades habitacionais. O que se precisa é de infraestrutura, de espaços públicos, de lazer onde estão sendo construídas essas novas casas. É necessário falar em abrigo, em lar, em qualidade de vida, e não apenas em casas.

### 1.3.2 Favelização e Ocupação Ilegal de Terras

A significativa concentração da pobreza nas metrópoles brasileiras, que se estende também às médias e pequenas cidades, tem como expressão um espaço dual: de um lado, a cidade formal, que concentra os investimentos públicos e, de outro, o seu contraponto absoluto, a cidade informal relegada dos benefícios equivalentes e que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana que a constitui, exacerbando as diferenças socioambientais (GROSTEIN, 2001, p.2). A precariedade e a ilegalidade são seus componentes genéticos e contribuem para a formação de espaços urbanos sem atributos de urbanidade.

Maricato (2000) reforça a tese de que a ocupação de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização. Ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais (MARICATO, 2000, p. 1). A ocupação ilegal de terras em solo urbano, conforme apontado pela autora, é um processo que se intensifica juntamente com a urbanização do Brasil a partir do século XX. O expressivo deslocamento da população para as cidades ocasionou uma grande oferta de trabalhadores disponíveis que não correspondeu à quantidade de empregos oferecidos pelas indústrias e setores comerciais.

Do ponto de vista econômico, a chamada "urbanização dos baixos salários" era vantajosa aos donos dos meios de produção por oferecer baixas remunerações e garantir a reserva de mão de obra, em decorrência do intenso fluxo migratório. Já do ponto de vista social, estabelecia-se aqui um grande problema. A população possui necessidades mínimas como, por exemplo, trabalho e moradia.

Tendo em vista as baixas remunerações para a classe trabalhadora, a exorbitante especulação imobiliária que, ao determinar o preço da terra, impossibilita que uma estabelecida classe social possa adquiri-la, e a ineficiência do governo em garantir uma política social de habitação efetiva, a ocupação de terras, então, surge como uma opção viável aos prejudicados nesse processo. A favela surge da necessidade de onde e do como morar. Se não é possível comprar uma casa pronta, nem terreno e autoconstruir, tem-se que buscar uma solução (RODRIGUES, 2017, p.40).

Esta gigantesca ilegalidade não é fruto da ação de lideranças subversivas que querem afrontar a lei. Ela é resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui (MARICATO, 2000). Vale lembrar, nesse contexto, que o indivíduo que é expulso do campo é o mesmo que migra para a cidade em busca de melhores condições de vida e é, geralmente, o mesmo que acaba por ocupar espaços de forma ilegal em busca de moradia. É a partir dessa lógica que se fortalece o processo de favelização e o surgimento de ocupações ilegais.

Entende-se por favela a materialização de um espaço, segundo Tavares (1979), resultante da modernização conservadora, que pressiona grandes contingentes humanos a habitar nas cidades de maior porte, relegando-os às localizações mais desprezadas dentro do espaço urbano.

Rodrigues (2017) escreve que favela se constitui de uma ocupação judicialmente "ilegal" de terras. Terras sem uso, em geral do Poder Público, que são ocupadas pelas famílias sem terra e sem-teto. Segundo Ferreira (2000), o surgimento de favelas está diretamente relacionado à informalidade urbana que diz respeito à inadequação físico-construtiva da habitação e/ou geomorfológica/ambiental do entorno à ausência de infraestrutura urbana ou ainda à ilegalidade da posse da terra ou do contrato de uso.

De acordo com Rodrigues (2017), as favelas passaram a ser reconhecidas como um problema a partir da década de 1950 e tem sido vista de várias formas: como local de marginais, como local onde se conseguem votos, como resultado do processo de migração e a chamada "população favelada" vive dessa forma porque está se "integrando" no meio urbano.

Conforme Meirelles e Athayde (2014), para as elites e as camadas médias brancas, e, não raro, para os governantes, favela foi e tem sido, o lugar do "outro". A favela simboliza o lado negativo, o lado das sombras, o lado da contracultura. Existe, nesse sentido, uma construção acerca da imagem da favela, principalmente, através da mídia. De acordo com Gohn (2000, p. 19):

Podemos definir a mídia como o conjunto de instituições, negócios ou organizações que produz e transmite informações para determinados públicos. A mídia inclui jornais, rádio, estações de televisão, magazines, boletins, mídia computadorizada "online", mídia interativa via computador, filmes e vídeos, e assim por diante.

Compreende-se a mídia como uma forma de controle e poder. Gohn (2000) destaca que se trata de um poder que possui certas características que são ocultas com regras próprias, podendo estabelecer articulações não visíveis que poderá tanto democratizar a informação como distorcê-la. A autora destaca ainda que, principalmente a partir da década de 1990, a mídia passou a se tornar uma peça do consenso político e empresarial em torno do neoliberalismo e da Globalização, constituindo-se assim, como uma importante ferramenta na construção do imaginário da população que consome informações diárias acerca de diversos assuntos.

Uma pesquisa realizada por Almeida (2018) levantou 86 reportagens através da mídia digital sobre as ocupações sem teto em Uberlândia entre os anos de 2011 e 2017. A grande maioria desses registros abordam o termo "invasão", indicando uma postura de criminalização dos ocupantes e tratando a questão da moradia como um problema individual dessas famílias (Almeida, 2018, p. 157).

Ainda segundo a autora, em nenhuma dessas reportagens houve uma preocupação jornalística que apontasse para o tema da especulação imobiliária e demais problemas urbanos que atingem a população pobre de Uberlândia. No que diz respeito aos comentários elaborados pelos leitores, Almeida (2018, p. 158) indica que,

É visível o predomínio de manifestações que em geral criticam e mesmo criminalizam as ocupações, os moradores e os movimentos sociais, em geral apontando falta de compreensão dos problemas sociais, ou seja, não reconhecendo o direito à habitação como direito institucional. Não são poucos os comentários que caracterizam os ocupantes como "oportunistas", "vagabundos", entre outros termos pejorativos.

Não é de se espantar que uma mídia que serve a um modelo neoliberal, destinada a fortalecer valores de poderosos grupos no poder, construa uma imagem depreciativa acerca de favelas e demais locais de moradia ocupados de forma indevida.

Assim, uma alternativa plausível para tentar resolver a questão do "onde e como morar" é através da ocupação de terras nas cidades. De acordo com Rodrigues (2017, p. 43):

As ocupações ocorrem em bloco, ou seja, um certo número de famílias procura juntamente uma área para instalar-se. Essa ocupação da área ocorre em um mesmo dia para todo um grupo. As ocupações caracterizam-se por uma mobilização anterior. As construções, embora de responsabilidade de cada família ocupante, são realizadas em verdadeiros "mutirões", em que as famílias que não contam com homens, são auxiliadas por outras.

As ocupações irregulares podem ser classificadas como construções (em conjunto) de moradias, propícias a algum risco. O IBGE (2010) denomina essas ocupações através do termo "aglomerados subnormais" e indica suas principais características:

- Pessoas que não possuem título de propriedade da terra;
- Deficiência de vias de circulação;
- Formato e tamanho irregulares de lotes;
- Carência de serviços públicos (energia elétrica nas casas e iluminação pública, água tratada, rede de esgoto, entre outros).

Diferentemente das favelas, as ocupações são geralmente pensadas de forma a se estabelecerem em áreas onde existe um determinado terreno fruto de especulação. Essa irregularidade não deve ser reduzida, pois isso ocorre, em geral, por um conjunto de distorções sociais, econômicas e políticas, sendo uma questão muito mais grave do que meramente a falta de uma casa (LORENZETTI, 2001). São pensadas através de um movimento coletivo que prega o princípio da solidariedade, na procura de uma solução de moradia, nas construções e no processo como um todo e, muitas vezes, tornam-se condutores do crescimento urbano.

A ocupação "Povo sem Medo", por exemplo, iniciada em setembro de 2017 em São Bernardo do Campo (SP) tornou-se a maior do Brasil, com mais de 8 mil famílias. Seu contexto de surgimento vem do fato de que o terreno ocupado permanecia vazio e sem uso a mais de trinta anos e a empresa proprietária devia um valor de aproximadamente 500 mil reais de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). A empresa foi previamente notificada pela prefeitura de São Bernardo do Campo em 2014, que solicitou também um plano de parcelamento da área.

Outro exemplo é o caso da ocupação Fidel Castro, em Uberlândia (MG). Ela foi iniciada no final de 2016 em um terreno às margens da BR 050, próximo ao Parque do Sabiá, com, aproximadamente, 200 famílias. A ocupação que abriga hoje mais de 900 famílias foi formada em uma área de 16 hectares pertencente a uma construtora com mais de 50 milhões somados em dívidas com a União. Outro representativo exemplo na cidade de Uberlândia é o caso do Glória, uma ocupação com mais de 2 mil famílias, iniciada em um terreno da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), cujos trâmites do processo de ocupação e de regularização da área serão detalhados em capítulos posteriores deste trabalho.

De forma geral, o advento dessas ocupações não são casos isolados, muito pelo contrário. Atualmente (2022), existem ocupações lideradas por movimentos de luta por moradia em diversos estados brasileiros como Goiás, Minas Gerais, Ceará, Distrito Federal, São Paulo, entre outros.

# 1.3.3 Conflitos Fundiários e a Insurgência de Movimentos de Luta por Moradia

Os termos, "direito à moradia" e "direito à propriedade" configuram-se como diferentes elementos. A histórica concentração fundiária na qual se consolidou a estrutura da propriedade

privada no país induz à negligência em se cumprir a função social da terra a partir da justificativa do direito à propriedade, que confere uma determinada posse em função de instrumentos legislativos configurados por meios mercadológicos. Ou seja, na lógica capitalista de produção e de consumo do espaço, a partir do momento em que se paga um determinado valor por um bem, um terreno ou um imóvel, tem-se total controle e acesso sobre ele, tornando-o privado.

Já o direito à moradia é considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos direitos humanos e caracteriza-se como um dos direitos sociais fundamentais no Brasil, assegurado através artigo 6º da Constituição (1988):

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Conforme previsto também na Constituição Federal de 1988, as terras que não cumprem sua função social – tanto no campo quanto nas cidades - devem ser desapropriadas para fins de reforma agrária ou urbana. Entretanto, a realidade brasileira se revela através de outra face.

O histórico da concentração de terras no Brasil, conforme já discutido nesse capítulo, justifica o surgimento dos conflitos fundiários no país. No ano de 2016, sob administração do governo Temer, foi deliberada a Emenda Constitucional nº 95, cujo objetivo consistiu no congelamento de gastos com as políticas públicas por um período de vinte anos. Essa emenda implicou na extinção dos conselhos do Ministério das Cidades e de políticas habitacionais, incluindo as que se referem à regularização fundiária.

O Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) lançou no ano passado (2021) o "Relatório Mundial das Cidades 2020". De acordo com esse documento, atualmente, mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo vivem em assentamentos precários<sup>3</sup>. No cenário nacional, o estudo revela que, no Brasil, 41,4% da população vive em assentamentos precários, informais ou em domicílios inadequados.

Salienta-se ainda que, a crise econômica, aliada à ausência de investimentos em programas habitacionais e sociais e à uma das maiores crises de saúde pública da história do país, em decorrência da disseminação do vírus da COVID-19, contribuíram significativamente para tornar a questão da moradia ainda mais problemática. Conforme indicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a população em situação de rua cresceu 140% de 2012

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> De acordo com o documento, o termo "assentamentos precários" corresponde ao que, no Brasil, é denominado como favela.

a março de 2020. O instituto indica ainda que houve um considerável aumento desse número com a crise acentuada pela pandemia da COVID-19.

Ressalta-se também que essa tendência se manifesta em menores escalas. De acordo com o jornal digital Diário de Uberlândia, o Fórum Permanente da População em Situação de Rua (FPPSRU) em Uberlândia registrou um considerável aumento da população desabrigada na cidade durante a pandemia. Em números, houve um salto de 700 para um total de 1.500 pessoas desabrigadas. Jack Albernaz, presidente do FPPSRU, em entrevista ao jornal, destacou que "A perda de empregos, dificuldade de realocação no mercado de trabalho e a consequente queda do poder econômico e dificuldade para custear despesas habitacionais influenciam neste problema social". (DIÁRIO DE UBERLÂNDIA, 2021, p. 2)

Diante desse cenário é que se destacam os conflitos urbanos. Eles são um dado constituinte e constituído a partir das dinâmicas que operam nas cidades contemporâneas (MIILANO, 2016). São fenômenos que se materializam na forma de conflitos e correspondem ao protagonismo de sujeitos sociais na busca pelo direito à cidade. Acerca do tema, Milano (2016, p. 93) complementa ainda que,

Os movimentos sociais dos sem teto, movimentos de luta pela moradia, movimentos de resistência aos processos de despejo e gentrificação, movimentos de população em situação de rua e catadores, coletivos de busca pelo reconhecimento identitário nas cidades, passam a se organizar em torno da categoria de direito à cidade.

Quando um determinado grupo ou agente social se sobressai por cima de outro, evidencia-se o que pode vir a se tornar um conflito. Portanto, a expressão "conflitos fundiários" traduz uma luta de interesses, na qual a terra e o direto à mordia exercem um papel central.

Nesse sentido, o Fórum Nacional de Reforma Urbana lançou um documento intitulado "Panorama dos Conflitos Fundiários no Brasil (2019 – 2020)", cujo objetivo principal é formar uma base de dados ampla dessas disputas, que ocorrem em diferentes intensidades por todo o território nacional. De acordo com o documento, o estudo reuniu dados das Defensorias Públicas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Pará e Amazonas, da Campanha Nacional Despejo Zero e das articulações locais do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) nos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

A partir da sistematização dos dados obtidos, foram identificados um total de 647 casos de conflitos fundiários no Brasil, sistematizados a partir do seguinte gráfico:

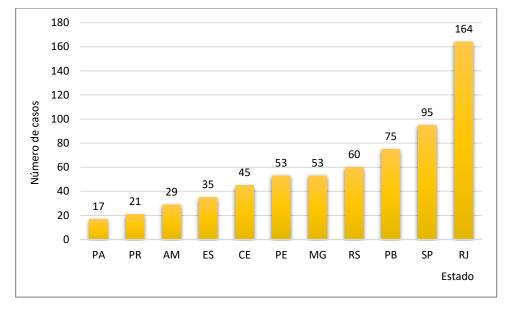


Gráfico 2: Panorama dos Conflitos Fundiários no Brasil: Contagem Por Estado (2020)

Fonte: Fórum Nacional de Reforma Urbana (2021). Org.: Bicalho, B. (2022).

De acordo com o levantamento realizado, destacam-se os estados do Rio de Janeiro (com 164 conflitos), São Paulo (95) e Paraíba (75) com os maiores números de incidência de conflitos fundiários. Segundo o FNRU (2021), essa situação afeta mais de 62 mil famílias, contabilizando mais de 248 mil pessoas e identificando ameaça de despejo de mais de 59 mil famílias.

Levando em conta o presente contexto, evidencia-se aqui o surgimento dos movimentos de luta por moradia no Brasil que se manifestam no espaço urbano como um sintoma da carência habitacional provocada por um processo supressivo de urbanização somada ao estrutural histórico de privatização da terra no país.

Esses movimentos populares emergem a partir da década de 1970 juntamente com uma gama de reivindicações em diversas esferas, tanto no urbano quanto no rural. Na década de 1980 eles se fortaleceram e passaram a buscar, não mais apenas reivindicações isoladas, mas demandas populares cada vez mais unificadas e articuladas. Assim, os chamados "movimentos de luta por moradia" se enquadram na perspectiva proposta por Fernandes (2005, p. 31) de movimentos socioterritoriais:

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, especializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização.

Esses movimentos criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e produzirem seus próprios espaços e seus territórios (FERNANDES, 2005, p. 31).

Destarte, esses movimentos rejeitam o termo "invasão", o consideram como uma denominação de caráter pejorativo/ofensivo. Segundo Maricato (2000), adotam o termo "ocupação", por se tratar de um movimento reivindicativo, que se baseia no componente legal que é a afirmação da função social da propriedade urbana, conforme apontado no Art. 182 da Constituição Federal de 1988, retomada através da Lei Federal n° 10.257/01, do Estatuto da Cidade.

A ação política dos movimentos urbanos atua pela garantia do direito à cidade cujas principais bandeiras referem-se ao direito à moradia e acesso ao solo urbano, ao combate à especulação imobiliária e ao princípio de uma gestão urbana democrática e participativa. Gohn (2004) analisa o reconhecimento já alcançado pelos movimentos sociais em sua diversidade e representatividade, somente ignorados ou contestados por abordagens muito conservadoras, o que geralmente contempla a esfera política por conta do histórico da concentração de terras no país.

Apesar da procura, a autora não encontrou nenhum dado/relatório que comprovasse o número exato de movimentos de luta por moradia operantes no país atualmente (2022). Porém, constata-se a existência de uma sistematização em andamento realizada por uma equipe selecionada sob coordenação da Rede DATALUTA que visa levantar, em dados quantitativos, a ação dos movimentos socioterritoriais urbanos atuantes em 2020 no Brasil. Nesse sentido, destaca-se aqui alguns exemplos dos principais movimentos que atuam em função da luta pelo direito à moradia, conforme segue.

O Movimento Pelo Direito à Moradia (MDM) atua na cidade de São Paulo e tem como principal objetivo a luta por moradia digna, prioritariamente para famílias de baixa renda, moradoras de áreas de risco e irregular, atuando na regularização fundiária, urbanização de favela, e na defesa de moradia popular na região central das cidades.

A União Nacional por Moradia Popular (UNMP), movimento articulado nacionalmente, presente em dezesseis estados brasileiros e abrange todas as regiões do território nacional. De acordo com o site oficial da UNMP, trabalha-se com grupos de base nos bairros, ocupações e favelas, articulados em movimentos regionais e municipais que, por sua vez, se articulam em âmbito estadual. Os estados possuem representação em uma Coordenação Nacional, indicada nos Encontros Nacionais por Moradia Popular.

O Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNSM) é uma entidade do movimento popular de moradia organizado nacionalmente em dezoito estados. De acordo com seu site oficial, possui como missão estimular a organização e a articulação da classe trabalhadora na busca da unidade de suas lutas, pela conquista de uma política habitacional de interesse social com reforma urbana, sob o controle dos trabalhadores, que garanta a universalização dos direitos sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade socialista, igualitária e democrática.

Tem-se ainda outros exemplos como a Frente de Luta por Moradia (FML), Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Movimento Luta por Moradia Digna (LMD) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MSTS).

Conforme apontado na Cartilha do Militante (2005), o MTST constitui-se de um movimento sério compreende que a maioria do povo pobre vive na cidade e não nas áreas rurais. Com isto, percebeu-se a necessidade de ajudar os trabalhadores urbanos a se organizarem para lutar também por melhores condições de vida. Assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passou a se preocupar, na década de 1990, também com a formação política e organização dos trabalhadores "das cidades" e não apenas "nas cidades".

O acontecimento que aproximou o MST dos movimentos urbanos foi a Marcha Nacional de 1974, quando houve uma determinação interna de liberação de militantes com diretrizes claras de trabalho (GOULART, 2011, p. 13). Ainda segundo a autora, forjava-se um movimento de intervenção com a classe trabalhadora da cidade que, "juntasse as duas lutas na mesma bandeira e então nasceu o MTST, o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto" (GOULART, 2011, p. 14). De acordo com o site oficial do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o MTST consiste em um movimento territorial dos trabalhadores que busca organizá-los a partir do local em que vivem: os bairros periféricos.

Dentre os movimentos populares de luta por moradia no Brasil, atribui-se aqui um papel de destaque ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Diferente dos outros movimentos, onde a estreita relação entre campo e cidade é implícita, a história do MTST está rigorosamente relacionada ao espaço rural. Segundo Goulart (2011), a unidade das lutas entre trabalhadores do campo e da cidade apareceu como um elemento importante para o MST, que tinha uma larga história nos debates das organizações de esquerda. Nesse sentido, a história de luta desse movimento se constitui como o principal elo de ligação na constatação da relação entre a histórica concentração fundiária do país e a incidência dos movimentos de luta por moradia na busca pelo direito à cidade.

# SESSÃO 2

A reprodução do espaço periférico em Uberlândia (MG)

### A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO PERIFÉRICO EM UBERLÂNDIA (MG)

### 2.1 Um breve Histórico da Produção do Espaço Urbano de Uberlândia (MG)

Uberlândia (MG) encontra-se localizada na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, historicamente conhecida como "Sertão da Farinha Podre". O município foi estabelecido entre as coordenadas geográficas 18°33'59.00" e 19° 13'59.00" de latitude Sul, 47°02'59.00" e 48°49'59.00" e longitude Oeste.

-18.80
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-19.20
-1

Mapa 1. Localização da Cidade de Uberlândia - MG

Fonte: Bases Cartográficas IBGE (2022). Elaboração: BICALHO, B. (2022). Possui a segunda maior população, estimada em 706.597 habitantes<sup>4</sup>, e economia do estado de Minas Gerais, bem como, detém a área de unidade territorial equivalente a 4.115,206 km², sendo 219 km² de área urbana, cuja proporção pode ser observada através do mapa 3. Apresenta, também, um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>5</sup> e uma densidade demográfica de 146,78 hab/km² (IBGE, 2020).

O processo que levou à constituição da cidade, enquanto um núcleo urbano na divisão territorial do trabalho, iniciou-se ainda no século XIX, no Triângulo Mineiro, a partir da absorção dos impulsos da economia cafeeira, devido ao forte vínculo entre São Paulo e Minas Gerais e, posteriormente, à desconcentração das atividades industriais e agropecuárias. Estes fatores possibilitaram, conforme aponta Guimarães (1990), a consolidação da função de entreposto comercial, exercendo papel de articulação comercial e produtiva de forma a complementar a economia paulista. Ainda segundo Guimarães (1990, p. 18),

Pela significativa distância física em relação à área de influência dos principais polos nacionais, permitindo uma certa proteção de mercado ao crescimento dos capitais locais/regionais [...] pela infraestrutura de acesso aos principais mercados, que permitiu sua localização estratégica na articulação da economia de São Paulo com o interior brasileiro, principalmente com o Centro-Oeste, abrindo perspectivas de expansão e diversificação da base produtiva, incluindo o fomento agroexportador.

Soares (1995) destaca também outros fatores como: a potencialidade de recursos naturais disponíveis, a ausência de resistências culturais e a existência de força de trabalho familiar, que também contribuíram no processo de formação de uma forte articulação entre capital comercial, industrial e agropecuária.

A junção de todos esses elementos, somada a uma gama de consequências provenientes de um intenso e desordenado processo de urbanização, já no século XX, contribuiu para a criação e a dispersão de uma rede urbana territorial. Enquanto regiões metropolitanas como a de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre começaram a apresentar uma forte desaceleração demográfica, cidades como Campinas (SP), Vitória (ES) e Uberlândia (MG) registraram um expressivo crescimento.

<sup>5</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano de Uberlândia (MG) é 0,789, classificado como o terceiro maior do Estado de Minas Gerais e 71º em uma escala nacional, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> O IBGE divulgou ainda no presente mês (08/2021) uma estimativa da população de Uberlândia referente a 2021. De acordo com essa estimativa, a população absoluta do município teve um aumento de 7.500 habitantes, totalizando um aumento percentual de 1,07% com relação a 2020.

Cleps (2008) evidencia que na década de 1940, na área central da cidade, condensavamse as edificações, destacando-se na paisagem o Edifício Drogasil, primeira construção vertical na cidade, a Estrada de Ferro Mogiana, com uma determinada concentração de armazéns em seu entorno, o que evidenciava, já naquela época, a importância da cidade como entreposto comercial.

De acordo Macedo et al (2017), o Ministro-Chefe da Casa Civil (1967-1969) e Governador de Minas Gerais (1970-1975), braço direito da ditadura e articulador do Ato Institucional n°5<sup>6</sup> (AI5), Rondon Pacheco, realizou diversas ações de desenvolvimento no Estado, em decorrência do "Milagre Econômico" obtido durante o regime ditatorial, com o qual Uberlândia foi altamente beneficiada por investimentos de capital, visando a descentralização dos polos econômicos do país, sobretudo de São Paulo.

Alves e Lopes (2012) indicam que cidades, em decorrência da presença de importantes equipamentos de gestão, de poder econômico, institucional e/ou político, científico, cultural, etc., podem apresentar um forte grau de centralidade. Dessa maneira, Uberlândia assume uma posição central de destaque na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tornandose um reflexo da base econômica brasileira, sobretudo, após a década de 1950.

A partir da década de 1960, Uberlândia associou-se às políticas estatais através de iniciativas como o "Programa de Cidades de Porte Médio" que objetivavam distribuir a população urbana pelo território e interiorizar as atividades econômicas. Tais atividades foram fortemente ligadas à circulação de mercadorias, de pessoas, de capitais e de informações, configurando uma posição estratégica da cidade.

Um fato interessante a se destacar acerca desse processo é que o próprio Plano Diretor de Uberlândia (1954) já endossava que o projeto de expansão proposto visava atender aos interesses de seletos grupos que controlavam a cidade.

Na década de 1980, foram propostos planos de intervenção do espaço urbano, como a criação do terceiro Plano Diretor da cidade — Plano Diretor do Sistema Viário — o qual, baseado em diretrizes urbanísticas, reforçou o processo de transformação do uso do solo e redirecionou a ocupação territorial urbana (CLEPS, 2008, p. 30). Silva (2014) aponta ainda que tais planos trouxeram poucos benefícios à população, já que a maior parte de suas propostas não foram, de fato, implantadas pelo poder público municipal.

-

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Determinações do AI-5: "São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências." Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ait/ait-05-68.htm > Acesso em: 10. nov. 2021.

Dessa forma, pode-se constatar que a política econômica e urbana adotada pelo município de Uberlândia, voltada para assegurar os interesses da elite local, viabilizou a implantação de diversos projetos e investimentos que possibilitaram o progresso e a modernização da cidade, bem como em relação ao PIB e ao ICMS em âmbito estadual e federal. (ALVES & LOPES, 2012, p. 222).

Atualmente, a lógica de produção do espaço do município enquadra Uberlândia, enquanto a hierarquia urbana, como "Capital Regional B", conforme o estudo das Regiões de Influência das Cidades – REGIC (2018).

Soares (1995) ressalta que a implantação de uma economia de mercado, pela via do desenvolvimento comercial, ampliou o espaço econômico de acumulação, determinando sua modernização, tanto no que diz respeito à diversificação da economia regional, quanto ao crescimento e à dinamização de seus centros urbanos. O elevado crescimento apresentado em Uberlândia é pautado por uma visão desenvolvimentista de seu espaço e, nos últimos anos, ocorreu devido à polarização que exerce, principalmente em função do intenso desenvolvimento do setor de terciário.

A influência do setor terciário se materializa com exorbitantes impactos que são localizados, sobretudo, na empregabilidade que se insere na referida cidade. De acordo com o Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2019, é possível identificar que os setores de comércio e de serviços representam os maiores índices de empregos vinculados aos registros da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que totalizam 174.762 postos de trabalhos, o que corresponde a 79,69%. Os demais setores integram, em somatória, 44.560 empregos, ou seja, 20,32% do número total, conforme pode ser ilustrado na tabela 3.

O setor terciário, principalmente após o processo de desindustrialização ocorrido primeiramente nos países desenvolvidos, encontra-se em plena expansão, sendo o que apresenta a maior disponibilidade de vagas de trabalho (SILVA, 2012). Uberlândia não foge a essa lógica, conforme pode ser constatado a partir da análise do gráfico 3.

\_

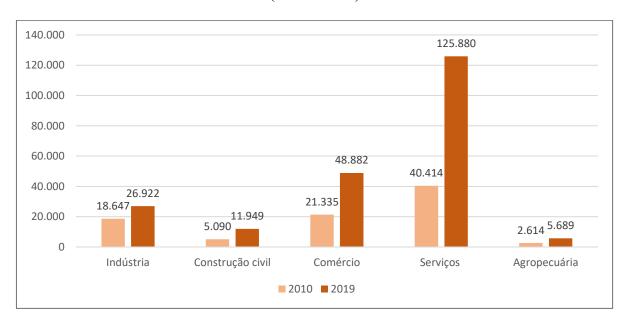
De acordo com o REGIC (2018), a classificação da rede urbana "Capital Regional B", é caracterizada por possuírem, em média, 530 mil habitantes, os quais, reúne 24 cidades reconhecidas como referências no interior dos Estados. Considera-se como exceção, apenas as Capitais Estaduais de Palmas/TO e Porto Velho/RO e Arranjo Populacional de São José dos Campos/SP, que possui uma população estimada por 1,6 milhão de habitantes em 2018.

**Tabela 3.** Uberlândia - MG: Empregabilidade por Setores Econômico (2019)

Atividade	2019	%
Industria	26.922	12,28
Construção civil	11.949	5,45
Comércio	48.882	22,29
Serviços	125.880	57,40
Agropecuária	5.689	2,59
TOTAL	219.322	100

Fonte: RAIS (2019). Org. BICALHO, B. (2021).

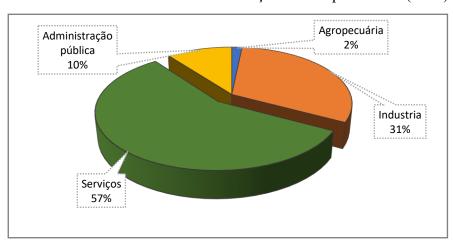
**Gráfico 3.** Uberlândia – MG: Empregabilidade por Setores Econômicos (2010 – 2019)



Fonte: RAIS (2019). Elaboração: BICALHO, B. (2021).

O gráfico 3 revela que, em apenas dez anos, o setor de serviços obteve um crescimento de 85.466 vagas, enquanto que o número de vagas no comércio obteve um aumento de 27.547 cargos, seguido pelo setor industrial com 8.275, construção civil com 6.859 novos empregos

e por último o setor agropecuário, com 3.075 novas vagas. Nota-se uma significativa tendência de crescimento e expansão, em um intervalo de tempo relativamente curto, no setor de serviços. Sua importância reflete na expressiva participação do PIB do município, como pode ser ilustrado a partir do gráfico 4.



**Gráfico 4.** Uberlândia - MG: Distribuição do PIB por setores (2019)

Fonte: RAIS (2019). Elaboração: BICALHO, B. (2021).

De maneira geral, todo o processo de expansão urbana de Uberlândia ocorreu de forma a se fazer prevalecer interesses políticos e econômicos, o que significa que, não necessariamente, interesses sociais foram contemplados.

## 2.2 Expansão Urbana e o Consumo do Espaço: descentralização e novas centralidades em Uberlândia (MG)

A expansão dos setores de comércio e de serviços implica no crescimento urbano a partir do surgimento de novas áreas de centralidades, às quais vem acompanhadas de um processo de descentralização das atividades comerciais que se localizaram primeiramente na região central da cidade, ocasionando o advento de novos complexos como os eixos comerciais, subcentros, shopping centers e novos espaços de consumo. Nas palavras de Tourinho (2004, p. 391):

[...] a centralidade pode se manifestar no não-centro, sem que esta nova área de concentração de equipamentos comerciais e de serviços da cidade seja o Centro. [...] não se trata unicamente de uma característica física; mas a somatória de atributos que beneficiam o Centro, fazendo com que existam no espaço urbano as novas centralidades.

Portanto, as centralidades são produzidas no espaço urbano e variam de acordo com uma gama de fatores e atributos que se estabeleceram como consequência de um desordenado processo de urbanização.

Nesse sentido, a urbanização foi um importante instrumento para ampliar a capacidade do comércio, pois, à medida que a cidade se expandia, criavam-se novos pontos de atração para a localização dos novos tipos de estabelecimentos comerciais, ou seja, novas centralidades (CLEPS, 2004, p. 128). Ainda de acordo com Cleps (2004), o comércio influenciou na valorização de áreas pois, uma vez que determinada atividade comercial migra para zonas periféricas, ela tende a concentrar em seu redor uma gama de serviços, gerando assim, uma maior relevância locacional dessas áreas.

Souza (2009) aponta que não se pode falar do surgimento desses espaços sem levar em consideração os interesses dos agentes produtores do espaço urbano, como os proprietários fundiários e promotores imobiliários que veem nesse processo a possibilidade de valorização de suas áreas mediante aos novos usos do solo que, porventura, ocorrerão.

Segundo Ribeiro Filho (2004), a área central tornou-se o ponto mais privilegiado do espaço urbano em função da concentração das atividades localizadas nesse setor da cidade. A acessibilidade elevou o preço do solo urbano o que provocou uma disputa pelo seu uso. Esse é um importante fator na compreensão do processo de descentralização das atividades comerciais e de serviços. Sposito (1998) ressalta ainda um outro fator: a difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo, os quais redefinem o cotidiano das pessoas e a lógica da localização e do uso dos equipamentos comerciais e de serviços.

Conforme indicado por Ribeiro Filho (2004), as novas formas espaciais originadas pelo processo de descentralização constituem-se de: subcentros comerciais (planejados ou espontâneos), eixos comerciais e áreas especializadas. Em um sentido mais amplo, entendese essas novas áreas de consumo como diferentes formas de apropriação do espaço.

Em conformidade com Sposito (1991), a grande maioria das cidades brasileiras, até a década de 1970, apresentava um único centro onde se condensavam as atividades de comércio e de serviços. O primeiro subcentro do Brasil foi o Brás, um dos mais antigos bairros de São

Paulo. Posteriormente, surgiram também no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, e atingiram seu ápice a partir da década de 1970.

Ribeiro Filho (2004), ao conceituar os subcentros a partir dos estudos de Villaça (1998), revela que estes constituem-se de uma espécie de réplica do centro principal, com diversidade comercial e de serviços, porém com menor incidência de atividades especializadas. Villaça (2001) acrescenta ainda que os subcentros atendem a uma parte da cidade, enquanto o centro principal atende à cidade toda. Não necessariamente, a ascensão de um implica na regressão de outro, pelo contrário, a dinâmica do surgimento dos subcentros funciona como uma espécie de complementaridade à função do centro principal.

Os eixos comerciais compõem as formas de centralidade menos discutidas na Geografia Urbana no Brasil, até então. De maneira geral, configuram-se como avenidas ou ruas de notáveis vias de acesso aos principais bairros. A circulação nelas concentrada provoca intenso movimento diário de pessoas que se deslocam de um ponto a outro da cidade, atraindo para si lojas comerciais importantes (DUARTE, 1974, p.86).

De acordo com Sposito (1991), esses eixos não são contínuos aos centros e subcentros. Eles se configuram como desdobramentos do centro principal e dos subcentros, caracterizam-se pela diversidade de concentração de atividades especializadas que elas apresentam, propiciando uma seletividade à parcela da população.

Ao analisar o surgimento de novas centralidades no urbano, não se pode deixar de citar o advento dos shopping centers, que se constituem como uma significativa contribuição para, segundo Ribeiro Filho (2004), a transformação da estrutura espacial das atividades de comércio e de serviços das grandes cidades. Dessa forma, são compreendidos como equipamentos urbanos que se destacaram na paisagem urbana pois diferem dos demais estabelecimentos comerciais, sobretudo devido a sua grande dimensão espacial (SILVA, 2012, p. 27). Complementando essa discussão, Silva (2012, p. 27) define-os da seguinte forma:

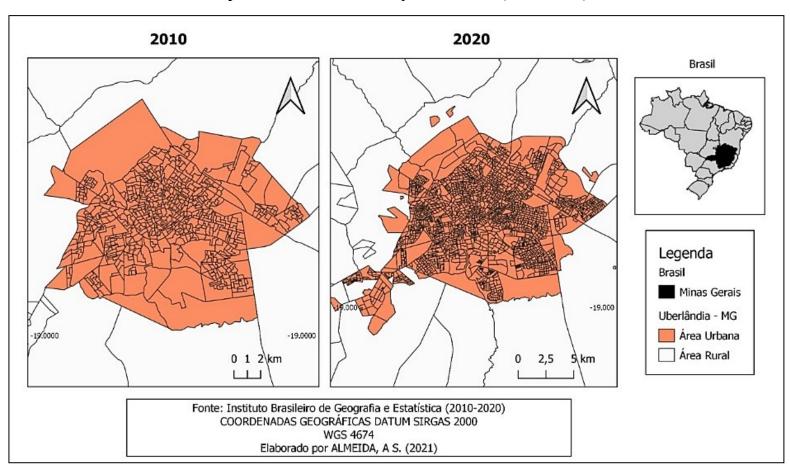
Constituem-se em complexos comerciais que concentram em seu interior uma grande diversidade comercial, uma série de serviços e espaços de lazer voltados para seus consumidores. Reúnem todas essas características, visto que apresentam como principal objetivo de sua existência o lucro, como os demais empreendimentos capitalistas. Representam a concentração espacial do comércio, que pode ser entendida também como concentração do capital, uma vez que os shopping centers reúnem em um mesmo espaço grande diversidade de estabelecimentos comerciais, serviços, lazer e entretenimento, que garantem importante retorno financeiro aos empreendedores.

Ribeiro Filho (2004, p. 164), em seus estudos sobre o conceito de área central e suas dinâmicas, aponta que os shopping centers surgem no Brasil no momento em que há acumulação do capital via monopólio do espaço comercial, passando a ser a nova forma de organização das atividades terciárias descentralizadas. Desse modo, seu surgimento busca atrair o consumidor a partir de fatores como a fácil acessibilidade para o automóvel, segurança, seletividade e, principalmente, pela complexa estrutura espacial das atividades terciárias reunidas num só lugar. Portanto, os shopping centers constituem-se de espaços privados, geralmente destinados à população de alta renda e são compreendidos, por vários autores, como verdadeiros "templos do consumo e da mercadoria".

De maneira geral, os processos metropolitanos ocorrem também em outras escalas urbanas, porém, adaptados às suas realidades (SOUZA, 2009). Ocorre que os padrões de crescimento e de expansão urbana dos grandes centros urbanos serviram como uma espécie de molde para a expansão de cidades de menor porte.

Sposito (1991) assinala que o cenário dessas cidades apresenta características semelhantes a dos grandes centros urbanos, sendo significativa: a expansão do perímetro territorial urbano, o adensamento populacional fora do núcleo central, o surgimento de formas modernas de mobilidade urbana entre outros. A população necessita de infraestrutura comercial que atenda às suas necessidades e desejos de consumo, fazendo com que haja uma concentração destas atividades fora das áreas centrais, levando à dispersão da centralidade pelo espaço urbano.

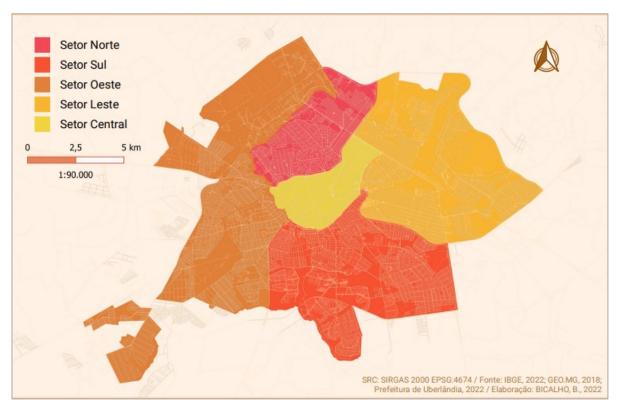
De acordo com Silva (2012), as novas centralidades em Uberlândia estão associadas ao crescimento demográfico, econômico e, sobretudo, ao crescimento espacial. A cidade possui uma das maiores taxas de crescimento populacional do estado de Minas Gerais, com um índice de crescimento de aproximadamente 15%, em um período de 10 anos - 2010 a 2020 (IBGE, 2020), ficando atrás apenas da capital, Belo Horizonte. Essa expansão pode ser observada a partir do seguinte mapa:



Mapa 2. Uberlândia - MG: Expansão Urbana (2010 / 2020)

Fonte: IBGE (2010 / 2020). Elaboração: ALMEIDA, A. S. (2021). Ao longo do tempo, o crescimento espacial de Uberlândia propiciou modificações em sua forma e conteúdo. É nesse sentido que se constata uma direta relação entre o crescimento da área urbana e o surgimento de novas centralidades. Novos bairros e espaços de consumo surgem cada vez mais distantes da área central da cidade em função de sua expansão, o que justifica o processo de descentralização das atividades comerciais e de serviços.

O próprio Plano Diretor da cidade justificava a necessidade de descentralização e reorientação das atividades a partir da setorização que, de acordo com Ferreira (2002), obedece a critérios segregacionistas e excludentes, conforme pode ser observado a partir do seguinte mapa:



Mapa 3. Uberlândia - MG: Setores Urbanos

Fonte: Bases Cartográficas IBGE (2022). Elaboração: BICALHO, B. (2022).

Conforme pode ser observado, Uberlândia é regionalizada em cinco setores: Setor Central, Leste, Norte, Oeste e Sul. Essa regionalização pauta-se em função de se promover gestão da cidade e facilitar a implementação de projetos urbanísticos.

Os setores apresentam as seguintes características que os diferenciam:

Setor central: serviços e comércio, contrastando novos e grandes edificios de luxo com edificações históricas;

- > Setor Sul: loteamentos fechados de luxo e clubes campestres destinados a atender os grupos de renda alta e centros universitários e faculdades;
- ➤ Setor Leste e Oeste: expansão dos loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, com presença de favelas e loteamentos irregulares;
- > Setor Norte: expansão do distrito industrial.

No caso de Uberlândia, alguns aspectos específicos influenciaram a descentralização. Dentre eles, Araújo Sobrinho (1998) ressalta: o uso intensivo do solo na área central com grande concentração de atividades do setor terciário, que justifica um aumento do preço da terra; a acelerada verticalização sem qualquer planejamento prévio; a instalação de novas formas comerciais e a consequente destruição de antigas formas, que dá um aspecto de mosaico à paisagem; o esvaziamento noturno do centro em função das atividades comerciais funcionarem somente no período diurno, propiciando uma refuncionalização a partir de outras atividades como tráfico de drogas, prostituição e violência urbana tais como furtos e assaltos; um aumento da vulnerabilidade a casos de greve, passeatas e perturbação da ordem pública devido ao intenso fluxo de pessoas e de informações.

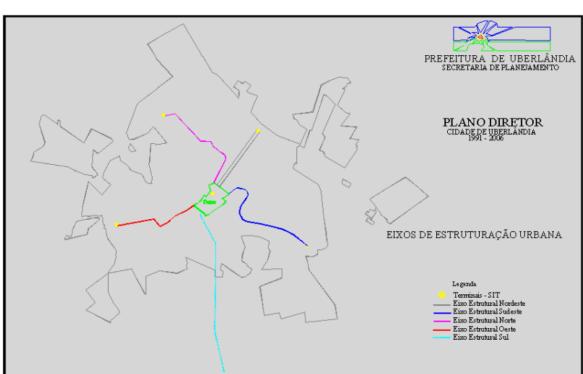
Os estudos de Ferreira (2002, p. 126) complementam essa análise ao identificar diversos problemas relacionados aos espaços públicos da área central de Uberlândia, tais como o elevado número de veículos automotores e ciclistas; o número insuficiente de estacionamento privado nas vias transversais; a desobediência generalizada à sinalização de trânsito pelos diversos usuários das vias; o elevado número de pedestres com níveis de serviços das calçadas insatisfatórios; a atuação em horários de intenso fluxo de trabalhadores de prestação de serviços urbanos de telefonia, TV a cabo, energia, água e esgoto nas vias, tumultuando a circulação; a obstrução intensa das calçadas sob diversas formas como: publicidade, sinalização, bancas de vendedores ambulantes, pedintes, bancas de lojas do comércio formal e informal, bicicletas estacionadas, equipamentos urbanos, lixo; poluição visual, poluição sonora, poluição do ar; entre outros.

Souza (2009) indica a ocorrência de uma descentralização de lojas de departamento, de clínicas médicas, de bancos, dentre vários outros setores que implicou em uma necessidade de organização dessas atividades por meio de um planejamento, forçando o poder público a criar novas diretrizes através dos Planos Diretores de 1994 a 2006.

O Plano Diretor de 1994 foi estruturado propondo uma valorização do pedestre em detrimento dos veículos no centro da cidade. As propostas apresentadas, que previam a implantação de infraestruturas para um "eixo de pedestres", não saíram do papel.

Com relação à formação dos subcentros, o Plano de 1994 propunha, de acordo com o Art. 7°, uma consolidação dos subcentros em formação ao longo dos eixos estruturais e junto aos futuros terminais de transporte coletivo. Tais eixos são representados por meio da figura 4 e compreendem:

- I Eixo estrutural Nordeste, composto pelas avenidas Afonso Pena e João Pinheiro, ligando o centro ao bairro Umuarama;
- II Eixo estrutural Sudeste, que coincide com a Avenida João Naves de Ávila, ligando o centro à região dos bairros Santa Mônica, Segismundo Pereira e Santa Luzia;
- III Eixo estrutural Norte, que tem por suporte as avenidas
   Monsenhor Eduardo e Três de Outubro;
- IV Eixo Estrutural Oeste, constituído pelas avenidas Getúlio Vargas e Imbaúbas, ligando o centro à região dos bairros Luizote de Freitas e Mansour. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1994, p. 28)



**Figura 6.** Uberlândia – MG: Eixos de Estruturação Urbana (1994).

Fonte: CLEPS (2005).

Para além desses eixos, Souza (2009) ressalta que a Prefeitura, através da Lei Complementar 394, de 2005, incluiu o eixo Avenida Rondon Pacheco. Com relação aos subcentros, o Plano Diretor de 2006 reconhece-os a partir da definição de algumas características, conforme citado por Souza (2009, p.122 apud PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2002), tais como:

Largura da caixa da via; existência de canteiros centrais; arborização; condições de calçadas; sinalização viária; tráfego de veículos e pedestres; uso predominante do solo; condição do mobiliário urbano; existência de marcos urbanos como igrejas e praças; existência de equipamentos públicos importantes como escolas, creches, postos de saúde e a conformação da paisagem urbana.

A partir dessas características, Souza (2009) apresenta a lista dos subcentros estabelecidos para a cidade, de acordo com a Prefeitura Municipal de Uberlândia (2002), cujos bairros contam ainda com a elaboração de projetos urbanísticos para tais áreas comerciais:

- ➤ Bairros Luizote de Freitas, jardim Patrícia e dona Zulmira;
- ➤ Bairros Santa Luzia e Granada;
- > Bairro Tubalina;
- > Bairro Tocantins:
- ➤ Bairro Tibery;
- ➤ Bairro Presidente Roosevelt;
- ➤ Bairro Morumbi;
- Bairro Santa Mônica.

Outro importante fator de contribuição na expansão urbana de Uberlândia é o surgimento de grandes empreendimentos comerciais. Silva (2012) aponta que muitos empreendimentos comerciais, que embora não possuam as características necessárias para a classificação de shopping, recebem essa nomenclatura na tentativa de atrair mais consumidores como é o caso, por exemplo, do Shopping Popular e o Praça Shopping em Uberlândia, visto que os shoppings exercem um importante papel de atração e de concentração de estabelecimento comerciais e de serviços, propiciando grandes transformações espaciais

em seu entorno. Dois exemplos emblemáticos em Uberlândia são o Center Shopping e o Uberlândia Shopping.

Conforme Silva (2012), o Center Shopping foi inaugurado em 1992, com a ideia inicial de construir a sede do Atacadista Armazém do Comércio no local. Porém, a partir de um estudo de localização, bem como pelo conhecimento de que o poder público local tinha a pretensão de investir e fazer crescer tal setor, como, por exemplo, pela transferência da sede da Prefeitura Municipal e da Câmara de Uberlândia, optou-se pela instalação, no local, de um novo shopping center na cidade (SILVA, 2012, p. 127).

Do ponto de vista geográfico, nota-se que a localização do Center Shopping, atualmente, corresponde a uma área bastante centralizada, com a presença de grandes estabelecimentos comerciais, hotéis, escolas, igrejas, e, até, mesmo, próximo a dois campus da Universidade Federal de Uberlândia (o Campus Santa Mônica e o da Educação Física). Dessa maneira, não se pode negar a viabilidade de sua localização na atração de empreendimentos em seu entorno.

O Uberlândia Shopping, inaugurando em 2012, foi construído em uma área distante do centro principal da referida cidade. Acerca de sua localização Silva (2012, p. 139) afirmou que:

Sua localização é estratégica, tendo em vista a proximidade do público alvo almejado pelo shopping (formado, principalmente, pela população residente no setor Sul, em especial os moradores dos condomínios horizontais, e pelos estudantes universitários das instituições situadas próximas ao shopping), e a proximidade com importantes rodovias que cruzam a cidade e o anel viário.

No caso do Uberlândia Shopping, o Setor Sul, no qual o estabelecimento se localiza, não constava no Plano Diretor de Uberlândia de 1994 como um eixo estrutural de crescimento. Posteriormente, o setor Sul foi estabelecido como um eixo estrutural trazendo modificações na ocupação e no uso do solo naquele lugar.

Pode-se constatar que os shopping centers, assim como quaisquer outras grandes áreas comerciais, possuem uma importante função no processo de transformação do espaço urbano, de forma a influenciarem no fluxo de pessoas, de veículos e de capital. Eles contribuem para o processo de novas centralidades no urbano e conferem a valorização em seu entorno. (SILVA, 2012, p. 147).

De maneira geral, entender a lógica de surgimento das denominadas novas centralidades constituiu-se de um importante fator para este estudo pois o advento destas no espaço urbano da cidade influenciam diretamente no processo de uso e de ocupação do solo e, consequentemente, na produção de seu espaço, direcionando a expansão urbana e articulando-a aos interesses de seletos grupos de poder. Dessa forma, surgem na paisagem urbana as consequências desse processo.

### 2.3 Especulação Imobiliária e Segregação Socioespacial em Uberlândia (MG)

O uso do solo não se dará sem conflitos, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade como um todo. Enquanto os interesses do capital têm por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, a sociedade anseia por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena (CARLOS, 1997, p. 41).

De acordo com Harvey (1980), na economia capitalista o solo é a representação de um produto, uma mercadoria, que possui um determinado valor de uso, determinado por sua função ou utilidade, e valor de troca, determinado por sua possibilidade de compra e venda. Nesse sentido, entende-se a valorização do solo urbano e sua apropriação privada como mecanismos fundamentais para a consolidação do processo de especulação imobiliária, cujo resultado implica em uma produção desigual do espaço.

Compreende-se a especulação imobiliária a partir do momento em que determinado terreno adquirido, seja ele construído ou não, não cumpre sua função social prevista por lei, sendo apenas fruto de uma valorização do ponto de vista mercadológico. A princípio, não há nada de mais em adquirir um terreno ou imóvel através de sua compra, afinal de contas, de acordo com a lógica capitalista, pagar por algo lhe dá o direito de posse sobre aquilo e, tendo esse direito, o proprietário pode deixar o imóvel abandonado ou subutilizado, aguardando sua valorização para, posteriormente, vendê-lo ou alugá-lo por um valor mais elevado.

O grande problema da especulação imobiliária é que ela é definida através de uma lógica puramente mercadológica, consolidada através do modo de produção capitalista do espaço. Trata-se da mercantilização do solo como um capital privado, o que impede o direito à cidade como um bem social. No ponto de vista de Maricato (1997, p.44),

[...] de um lado estão os usuários da cidade, os trabalhadores, aqueles que querem da cidade condições para tocar a vida: moradia, transporte, lazer, vida comunitária, etc.[...] Do outro lado estão aqueles para quem a cidade é fonte de lucro, mercadoria, objeto de extração de ganhos.

Dessa forma, o solo urbano como mercadoria, não possui um preço disponível a todos, mas sim para um grupo seleto e, seguindo a mesma linha de raciocínio da concentração de terras analisada no capítulo 1, existem mecanismos que restringem seu uso à sociedade como um todo. Nas palavras de Oliveira (2012, p. 5):

A valorização do imóvel, em grande parte, é gerada pelos investimentos públicos (melhoria da infraestrutura e construção de equipamentos e serviços públicos). Por isso, o Estado deve regular o uso do solo para garantir o interesse público e a apropriação coletiva dos lucros provenientes dessas melhorias, não permitindo a existência de imóveis vazios que esperam por valorização

A perspectiva teórica da afirmação de Oliveira (2012) faz sentido apenas em seu sentido hipotético. O que ocorre na prática é um pouco diferente, a especulação imobiliária provoca a segregação socioespacial. De acordo com Negri (2008, p. 130) a segregação socioespacial é um fenômeno de múltiplas facetas e o principal tipo de segregação é a socioeconômica, por meio da qual as classes sociais distribuem-se de forma desigual no espaço urbano das cidades.

As práticas da especulação urbana, facilmente identificadas em Uberlândia (MG), traduzem o ordenamento territorial composto pela segregação e a pela fragmentação como regra, que se materializam a partir da produção do espaço em função dos agentes produtores da cidade. Soares (1994) verifica uma significativa atuação das empresas imobiliárias nessa prática, principalmente a partir da década de 1970, conforme exemplificado no mapa 6.

O modo de apropriação do espaço urbano na cidade "[...] fez com que a especulação imobiliária antecedesse em alguns locais a própria urbanização, ocasionando a forma de tentáculos, espalhando-se por todas as direções." (MICHELOTTO, 2014, p. 72) Geralmente, tais vazios são previamente planejados e pensados com o intuito de esperar a implantação de infraestrutura necessária e, consequentemente, seu momento de valorização imobiliária, pelos agentes produtores da cidade, transformando-a em um mero produto.

Maricato (2015) complementa ainda que a cidade compreendida como mercadoria nega os direitos da população na garantia de condições adequadas de moradia, tal como inviabiliza à mesma o cumprimento de medidas sanitárias, o que acarreta a expansão dos riscos de contaminação da população (MARICATO, 2015).

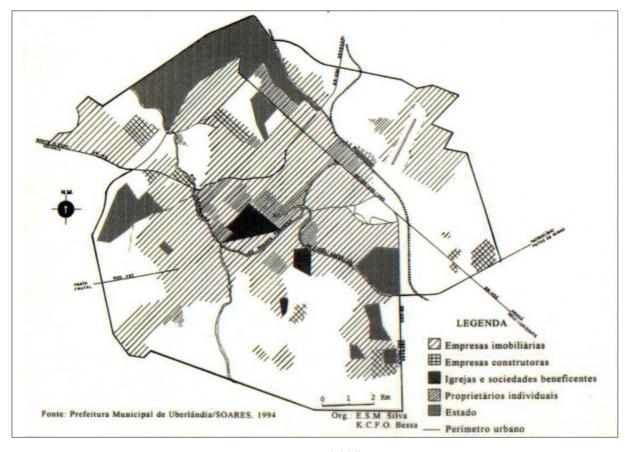


Figura 7. Uberlândia - MG: Agentes Produtores do Espaço Urbano (1994)

Fonte: Soares (1994).

Conforme Almeida et al. (2018) indica, ao mesmo tempo em que o perímetro urbano é ampliado, conjuntos habitacionais de interesse social são construídos em espaços periféricos e distantes do centro, enquanto grandes vazios urbanos permanecem aguardando valorização fundiária. A grande problemática em que se estabelece é que as áreas periféricas são formadas depois desses ditos "vazios demográficos".

Um exemplo recente dessa situação é o caso da implementação do conjunto habitacional Pequis, no setor Oeste da cidade. De acordo com o Diário de Uberlândia (2019), o residencial foi entregue no final de 2016 através do Programa Minha Casa Minha Vida, contemplando cerca de 1,3 mil famílias. O grande problema é que foi construída uma grande

quantidade de moradias, geograficamente localizadas, depois de vastos vazios demográficos configurando um aspecto de mosaico na paisagem, conforme pode ser observado na figura 5.

JARDIM EUROPA

JARDIM DAS PALMERAS

Vale do Amanhecer
-Templo Agaro

Setor Oeste

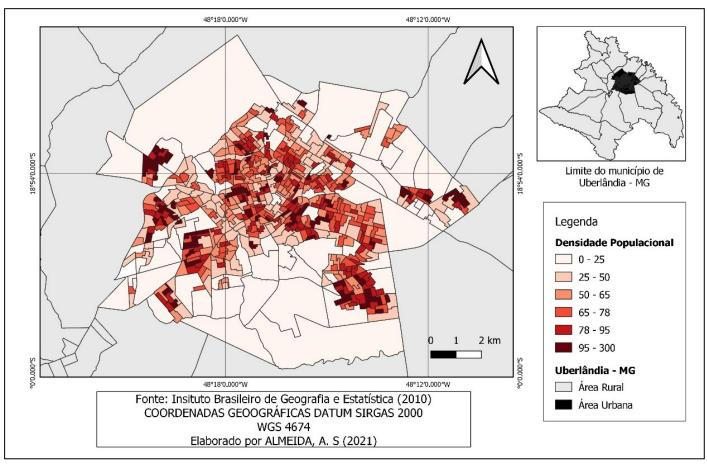
Figura 8. Uberlândia - MG: Vazios Demográficos no Setor Oeste, Sentido Pequis.

Fonte: Google Earth (2021).

A área destinada à implementação de moradias localiza-se em uma região sem acesso à infraestrutura necessária para a população como mercados, espaços de lazer, transporte público eficiente, hospitais, segurança, entre outros, e distante dos serviços oferecidos pela cidade.

Os serviços básicos chegaram ao conjunto habitacional após a implementação dessas moradias, seguindo a lógica de consumo do espaço. Ou seja, primeiramente ocorre a instalação das habitações, a partir da demanda é que se instalam os estabelecimentos que correspondem aos serviços essenciais tais como, posto de saúde, supermercados, escolas, feiras entre outros. O Pequis é apenas um dentre os vários exemplos de bairros afetados pela lógica da especulação imobiliária presente na cidade.

A representação das manifestações evidenciadas dos "vazios demográficos" que atingem Uberlândia pode ser reconhecida através do mapeamento da densidade populacional estabelecida pelo último Censo Demográfico do IBGE realizado no ano de 2010, conforme o seguinte mapa:



<sup>8</sup>**Mapa 4.** Uberlândia – MG: Densidade Populacional (2010)

Fonte: IBGE (2010).

<sup>8</sup> É possível que os resultados destinados ao ano de 2021 sejam ainda mais expansivos e aprofundados. Entretanto, em função da ausência continuada do Censo Demográfico, que ocorre a cada 10 anos, o mapa apresenta o último estudo referente a densidade populacional de Uberlândia -MG, obtida em 2010 através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme determinado na Constituição Federal de 1988 (art. 182) "A política de desenvolvimento urbano [...] tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes" (BRASIL, 1988). Dessa forma, a aliança entre o Estado e os interesses do mercado nega o desenvolvimento pleno de uma cidade em prol da contemplação de sua função social, criando infraestruturas urbanas desiguais. É nesse sentido que Uberlândia torna-se um espaço de contradição e de reprodução das desigualdades socioespaciais. De acordo com Almeida et al. (2018, p.298),

Direcionando políticas públicas e recursos a espaços específicos, ocorre uma acentuação da segregação espacial, visto que a população pobre que habita as periferias é a que mais sofre, com o aumento dos índices de violência urbana, falta de saneamento básico, dificuldades de acesso à cultura, educação, transporte, saúde, lazer etc., expressões claras da negação do direito à cidade.

A exemplo desse direcionamento, Souza (2009) indica que a década de 1990 foi marcada pelo surgimento de novas formas de morar em Uberlândia onde: os condomínios horizontais fechados surgem como uma nova opção de habitação a partir da lógica da apropriação do espaço por seu valor de troca e contribui para a reestruturação da relação centro-periferia na cidade. Acerca do surgimento desses condomínios, Moura (2008, p.83) explica que:

As primeiras iniciativas de construção de condomínio horizontal apareceram na periferia de Uberlândia, sob a forma de casas de campo, de moradias para final de semana, de chácaras de lazer. Foi assim que surgiu o Condomínio Morada do Sol e as Mansões Aeroporto.

O Morada do Sol surgiu em 1985 no formato de sítio de recreio como uma opção de segunda residência. Moura (2008) indica que o empreendimento possui, aproximadamente, 492 lotes de 5.000 m² contendo Área de Preservação Permanente (APP), academia, campo de futebol, piscina, quadra poliesportiva entre outros. A partir dos anos 1990 essa lógica se inverte com o crescimento do Setor Oeste de Uberlândia e as casas do condomínio passam a ser ocupadas como moradias principais.

Quanto ao Mansões Aeroporto, o condomínio surgiu em formato de chácaras, também com 5.000 m². Muitas moradias passaram a ser alugadas para festas (por se tratar de uma área distante do centro). A área começou a ser desvalorizada em função da invasão e do favelamento das áreas próximas às chácaras (MOURA, 2008, p. 83).

Este é um fenômeno que se estendeu para a década de 2000, com a construção de vários condomínios fechados, como o Gávea Hill, Jardins Barcelona, Jardins Roma e outros (SOUZA, 2009, p. 110).

De maneira geral, a lógica que se estabelece com o surgimento dos condomínios horizontais é segregadora no sentido de se compreender que "[...] apenas alguns grupos podem pagar por essa mercadoria e impor à paisagem urbana os valores e símbolos que os diferenciam dos demais grupos sociais" (MOURA, 2008, p. 31). Como resultado, a paisagem urbana se reconfigura e surge uma nova relação entre centro e periferia. Moura (2008, p. 38) reforça essa tese ao afirmar que

O surgimento dos condomínios horizontais nas áreas periféricas traz mudanças interessantes no espaço urbano e na própria teoria urbana, como o desmantelamento da concepção centro-periferia, uma vez que o centro urbano deixa de abrigar as elites e passa a ser o cenário apenas dos comércios, dos serviços, das moradias dos grupos menos favorecidos, das ruas congestionadas e poluídas, sem áreas verdes e/ou de lazer.

Antes, habitar na área central era sinônimo de *status*. Devido ao grande fluxo de pessoas e serviços no centro e ao uso do automóvel para facilitar o deslocamento, agora tornase viável a mudança para um local mais afastado, que acompanha uma proposta de segurança, qualidade de vida e, principalmente, diferenciação social. O uso do automóvel oferece condições extremamente favoráveis às temporalidades rápidas para aqueles que optam por esse novo território fechado, cuja localização é mais periférica (SPOSITO, 2006, p. 193).

Moura e Ultramari (1996, p.10) complementam ainda que os afastamentos não são quantificáveis apenas pelas distâncias físicas, mas sim, revelados pelas condições sociais de vida que evidenciam a nítida desigualdade entre os moradores dessas regiões da cidade. Como consequência, tem-se a promoção da especulação imobiliária e da segregação socioespacial de formas mais intensas.

O estudo realizado por Soares e Ramires (2002), constatou que até a década de 1990, os condomínios até então destinados a espaços de lazer em Uberlândia somavam-se 25 e ocupavam cerca de dois milhões de hectares. Já em 2008, Moura (2008) identificou a existência de 43 condomínios horizontais, distribuídos em todos os setores. Entretanto, a grande maioria encontra-se localizados no Sul e Leste. No setor Sul tem-se o predomínio de condomínios de alto luxo. Já nos setores Oeste e Norte, notou-se o predomínio de condomínios direcionados preferencialmente para grupos de renda média-alta e baixa.

Em um levantamento realizado por Almeida et al. (2018), verificou-se no cenário urbano de Uberlândia a ocorrência de 50 (cinquenta) condomínios horizontais no ano de 2015, dos quais, 26 localizam-se no Setor Sul, dez no setor Leste e 12 no Setor Oeste da cidade. A espacialização desses, pode ser observada a partir do mapa 8. Ressalta-se ainda que, apesar de o levantamento ter sido realizado no ano de 2018, a implementação desse modelo de empreendimento continua vigente até os dias de hoje, principalmente no Setor Sul.

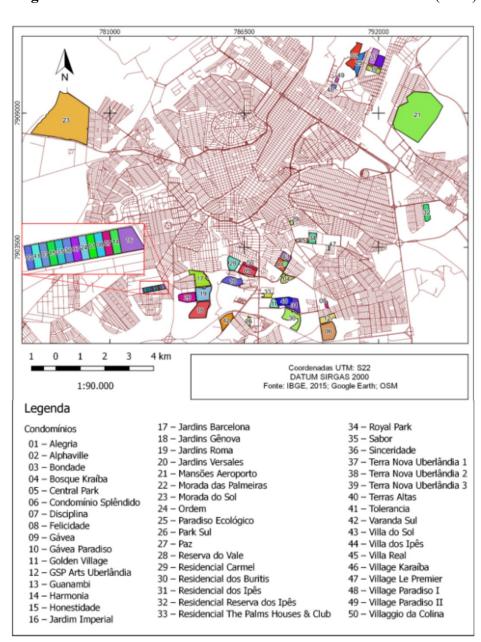


Figura 9. Uberlândia - MG: Condomínios Horizontais Fechados (2018)

Fonte: Almeida et al. (2018). Elaborado por GREGOLATE, V., (2018). Um outro aspecto que deve ser levado em conta é o fato de que a ocorrência desse elevado número de condomínios horizontais na cidade não se deu de forma espontânea, muito pelo contrário. Por trás desse processo, existe a indução desta nova forma de se morar através da publicidade feita acerca dos condomínios. Eles tentam reproduzir um cenário [...] que privilegia a tranquilidade, a segurança, as áreas verdes, o lazer, a qualidade de vida (MOURA, 2008, p. 38). Assim, adquirir um imóvel implica na venda não somente de um produto, mas principalmente de uma ideia e de um estilo de vida que se materializa no espaço na forma de habitação. Um exemplo evidente é o próprio slogan do condomínio Morada do Sol. Ao abrir o site, deparamo-nos com a seguinte mensagem em sua página inicial:



Figura 10. Uberlândia – MG: Página Principal do Site do Condomínio Morada do Sol (2022)

Fonte: https://www.cmsol.com.br

Desse modo, as populações que habitam estes locais o fazem, geralmente, por buscarem maior segurança e qualidade de vida, já que os condomínios oferecem tais benefícios. Baumman (2005), ao discutir sobre a relação entre confiança e medo presente nas cidades, afirma que: "[...] poderíamos dizer que a insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos." (BAUMMAN, 2005, p. 16). O autor indica ainda que se presume as comunidades fechadas como mundos separados. "As mensagens publicitárias acenam com a promessa de 'viver plenamente' como uma alternativa à qualidade de vida que a cidade e seu deteriorado espaço público podem oferecer" (BAUMMAN, 2005, p. 39).

Baumman (2005) afirma que as cidades se tornaram cada vez associadas ao perigo. Isso pode ser comprovado através do "[...] incremento dos mecanismos de tranca para automóveis; as portas blindadas e os sistemas de segurança; a vigilância crescente dos locais públicos, para não falar dos contínuos alertas de perigo por parte dos meios de comunicação em massa" (BAUMMAN, 2005, pp 40-41). As considerações de Nardini (2011, p.53) sobre a questão da segurança demostram que

Ao se discutir o aspecto da violência na aceitação por modelos de moradia enclausuradas, ressalta-se que isso se insere em um discurso de violência crescente e cria-se uma visão em que não há muitas alternativas de segurança, a não ser, buscar "se fechar" através de aparatos eletrônicos e muros, pela falta de ação do poder público e pelo sentimento de impunidade.

Portanto, ao mesmo tempo em que as construtoras e imobiliárias oferecem isolamento e distância da cidade, ofertam também o discurso da segurança, que acaba por se tornar um fator chave no processo de aquisição desses imóveis pois, até então, a concepção de áreas periféricas vinha acompanhada da ideia de insegurança, de criminalidade entre outros. Moura (2008, p.38) complementa a discussão ao apontar que

O surgimento dos condomínios horizontais nas áreas periféricas traz mudanças interessantes no espaço urbano e na própria teoria urbana, como o desmantelamento da concepção centro-periferia, uma vez que o centro urbano deixa de abrigar as elites e passa a ser o cenário apenas dos comércios, dos serviços, das moradias dos grupos menos favorecidos, das ruas congestionadas e poluídas, sem áreas verdes e/ou de lazer.

É possível morar longe do caos central da cidade, ainda na zona urbana e com um fácil acesso aos serviços, em função do uso do automóvel, e tudo isso em segurança, já que esses condomínios possuem muros altos e são cercados, possuem guardas 24 horas por dia, câmeras de segurança, portaria com vigilância com total controle de quem entra e quem sai desses lugares.

Baumman (2005) conclui ainda que a incerteza do futuro, a fragilidade da posição social e a insegurança da existência tendem a convergir para objetos mais próximos e assumir a forma de questões referentes à segurança pessoal e que " [...] situações desse tipo transformam-se facilmente em incitações à segregação-exclusão que levam a guerras urbanas". (BAUMMAN, 2005, p.41). Desse modo, as autênticas ou supostas ameaças à integridade individual e à propriedade privada se convertem em questões de grande alcance

cada vez que se consideram as vantagens e desvantagens de viver num determinado lugar. Elas aparecem primeiramente nas estratégias de marketing imobiliário.

Conforme evidenciado anteriormente, de acordo com Almeida et al. (2018), a grande maioria desses condomínios localizam-se no Setor Sul da cidade. Sendo esse ocupado em meio a um forte processo ideológico, tanto por parte dos incorporadores imobiliários e proprietários fundiários quanto pelas ações públicas que sempre direcionaram os melhores serviços urbanos para esse espaço em análise (SILVA, 2012, p. 69).

Silva (2012) investigou o discurso do "alto padrão" no Setor Sul. De acordo com seus estudos, a área que compreende o que é chamado de "alto padrão" corresponde apenas a uma parcela dessa região na cidade e que a população de baixa renda é consideravelmente maior que a população de alto poder aquisitivo nesse setor. Dos dezessete<sup>9</sup> bairros que estão integrados ao setor Sul, Shopping Park, Laranjeiras, Lagoinha e São Jorge são exemplos de espaços ocupados por classes de baixo poder aquisitivo que fazem parte do Setor Sul. No entanto, eles não entram nesse discurso do "vivem bem" (SILVA, 2012, p. 70). Portanto, o Setor Sul, que é tão bem falado pelo mercado imobiliário compreende apenas a região composta pelos bairros Jardim Karaíba, Jardim Inconfidência e Morada da Colina e ocupam, segundo Silva (2012), apenas 25% de todo o setor. Entretanto, ressalta-se que essa informação foi levantada pela pesquisa realizada em 2012. Atualmente, Gávea e Jardim Sul foram incorporados como bairros de alto padrão do Setor Sul.

Além da especulação imobiliária e da segregação socioespacial apresentadas e analisadas aqui, os empreendimentos imobiliários no Setor Sul da cidade remetem também a um outro problema. De acordo com Sposito (2010) as lógicas de expansão dos tecidos urbanos, marcadas pela constituição da descontinuidade territorial, no que se refere "cidade contínua", responde, com grande intensidade, aos interesses dos proprietários de terras, dos incorporadores e dos corretores, sem que tenham peso importante as preocupações de natureza ambiental, patrimonial e cultural (SPOSITO, 2010, p. 133).

Tratando-se da temática proposta, o ano de 2021 foi marcado pela notícia do possível início de uma obra que causaria um desmatamento de cerca de seis hectares para a construção de um empreendimento imobiliário no setor Sul de Uberlândia. De acordo com o parecer técnico, elaborado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a estimativa é de que existem aproximadamente cinco mil unidades de árvores, de espécies variadas, sendo parte destas

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Esse número foi levantado pela autora em 2012. Atualmente, de acordo com o site oficial da Prefeitura de Uberlândia, o setor Sul abriga um total de dezenove bairros.

endêmicas do bioma Cerrado. Espécies como pequi, ipês, sucupira branca entre outras. Segundo o Diário de Uberlândia, a empresa responsável pelo empreendimento propôs compensar essa situação com o plantio de 172 (cento e setenta e duas) mudas de ipês amarelos e 410 (quatrocentos e dez) pequis no mesmo local ou em outra área indicada e ainda prover a manutenção das mesmas por um período de cinco anos consecutivos.

Como foi analisado acima, o quesito "áreas verdes" são um atrativo para os moradores desses empreendimentos no setor Sul. Portanto, a problemática que se estabelece é a de que a aprovação desse projeto, além de regularizar o desmatamento, consolida o que pode vir a ser o início de um processo contínuo nessas áreas, até então preservadas.

#### 2.4 A Produção do Espaço Periférico de Uberlândia (MG)

O termo "periferia" era utilizado para designar um local distante da área denominada como "central" da cidade, sendo que esse distanciamento, normalmente, foi entendido apenas no sentido geométrico. Entretanto, essa é uma visão bastante simples do significado do termo periferia, pois não são consideradas as condições físicas, econômicas, sociais e até mesmo culturais, tanto da periferia como da área central. (MOURA e SOARES, 2009, p. 24). Em contrapartida à valorização de determinadas áreas, tem-se o 'outro lado da moeda', que remete à produção do espaço periférico em Uberlândia (MG).

Moura e Soares (2009) apontam que o problema da habitação na cidade não teve sua origem devido à falta de terras, mas sim, em função de seu elevado preço, que era - e ainda é - definido a partir do fator locacional. Desse modo, o seu valor de troca era elevado, o que impedia a população, principalmente a imigrante, de ter acesso e ela, porquanto não tinham condições financeiras suficientes para isso. (MOURA e SOARES, 2009, p. 27). Ressalta-se que essa mesma lógica, por sinal segregacionista e excludente, que surgira há séculos ainda no início do processo de colonização do Brasil, perdura nas mais diferentes escalas até os dias atuais.

No que diz respeito ao histórico da produção do espaço periférico na cidade, Moura e Soares (2009) evidenciam que um dos primeiros bairros periféricos a surgir em Uberlândia foi o Vila Operária, o qual foi inicialmente composto por cinquenta habitações sem a presença de infraestrutura mínima. Outro bairro que seguiu a mesma lógica de surgimento foi o Patrimônio. Ambos se ergueram em função da localização próxima a fábricas e indústrias, e serviram como local de moradia para os trabalhadores das mesmas.

A relação entre centro e periferia modifica-se constantemente em decorrência da criação de novos bairros e do aumento populacional. Seguindo essa lógica surgiram, a partir da década de 1940, novos espaços para abrigar grupos de classe sociais mais elevadas. Esses deram origem a vários bairros, tais como: Martins, Osvaldo Rezende, Brasil, Saraiva, Tabajaras, Aparecida entre outros.

Na década de 1940, em Uberlândia, o poder público passou a investir na produção e na comercialização de moradias populares destinadas à população de classe social baixa através da criação da Fundação Casa Popular. De acordo com Moura e Soares (2009, p. 27), "Era um programa federal de construção e financiamento de moradias populares, sob a forma de conjuntos habitacionais, para atender a classe trabalhadora de baixa renda".

Ainda que tal programa tenha sido posteriormente extinto, novos bairros foram criados. Dentre eles, Daniel Fonseca em 1952, Osvaldo Rezende em 1955 e Custódio Pereira em 1956, que até então eram considerados como áreas periféricas destinadas a atender grupos de menor poder aquisitivo.

Essa nova organização do espaço em função do surgimento e da expansão da periferia ocorreu de forma desordenada, primeiramente por não haver uma política efetiva de estruturação do urbano e, segundamente, por buscar sempre atender aos interesses dos agentes imobiliários da cidade. Como consequência, a especulação de terras se torna cada vez mais intensa, à medida que a cidade cresce e a segregação se torna cada vez mais explícita. Moura e Soares (2009) indicam também a construção de quatro conjuntos habitacionais pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) na década de 1960, que acabaram por contribuir para a formação de quatro bairros periféricos. Dentre eles o Conjunto Industrial, contendo mais de trezentas casas e todo o aparato de infraestrutura básica implantado pela prefeitura.

Moura e Soares (2009, p. 31) expõem a participação ativa das empresas imobiliárias no processo de criação de novos bairros, segundo as autoras,

Além do Estado, as empresas imobiliárias tinham uma participação significativa na construção do espaço urbano, pois, como eram proprietários de vasta área de terras, as próprias imobiliárias loteavam e vendiam os terrenos, dando origem a vários bairros, como: Vila Maria (1966), hoje conhecida como Pacaembu, Jardim Brasília (1966) e Maravilha (1966), cujas terras pertenciam à empresa Imobiliária Novo Horizonte; o bairro Santa Mônica (1964), que era da Imobiliária Segismundo Pereira; e os loteamentos que originaram o Rooselvelt (1969), Jaraguá (1964), Jardim Califórnia (1966) e Marta Helena (1967), que eram da primeira imobiliária que surgiu na cidade, a Imobiliária Tubal Vilela.

Já os bairros Santa Mônica e Umuarama tornaram-se atrativos em função da implementação dos campus da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e estimularam o desenvolvimento de áreas próximas, tais como Saraiva, Cazeca, Tibery, Marta Helena entre outros. Como consequência, essas regiões dotaram-se de uma gama de serviços e equipamentos e passaram a desempenhar um novo papel na relação centro-periferia. Nota-se, de maneira geral, que esse processo gerou a segregação entre bairros habitados pela elite, pela classe média e pela classe em condições de maior vulnerabilidade social.

Tratando-se da evidente segregação residencial e da carência de habitações para determinada parcela da população como consequência desse processo, destaca-se nessa discussão a inserção das políticas habitacionais ao longo do tempo em Uberlândia.

Moura e Soares (2009) indicam que na década de 1990 houve a implementação do Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) na cidade. Como resultado, foram construídos novos conjuntos habitacionais nas áreas que correspondem hoje aos bairros Parque Granada, Mansour, Segismundo Pereira, São Jorge, Guarani, Laranjeiras e Santa Luzia. Esse processo de ocupação do espaço em função dos novos conjuntos habitacionais fez com que os agentes imobiliários atuassem nas imediações entre esses novos bairros que, até então, foram construídos fora do perímetro urbano.

Destaca-se ainda a criação do Programa Municipal de Habitação Popular (Pró-Lar) em 1997 pela Prefeitura, cujo objetivo era o de auxiliar o processo de aquisição de moradia a partir do financiamento de lotes e de materiais de construção, por meio da Caixa Econômica Federal; e a instituição do Casa Fácil que, através dos recursos obtidos do Fundo Municipal de Habitação, construiu unidades habitacionais nos bairros Morumbi, São Jorge e no distrito de Tapuirama.

A partir dos anos 2000, ocorre em Uberlândia a implementação do PMCMV. Seguindo a mesma tendência do cenário nacional, o programa focou em beneficiar a classe média e não, necessariamente, a população de menor renda, a qual possui maior carência habitacional. Os dados obtidos por Bernardo (2018) e organizados através da tabela 4, ilustram a situação.

Tabela 4. Uberlândia: PMCMV (2006 a 2016).

Faixas de Renda	Unidades Habitacionais contratadas ( %)	Déficit Habitacional (%)
1 (até 3 s.m.)	27,1	65,3
2 (3 a 6 s.m.)	59,8	14,1
3 (6 a 10 s.m.)	13,1	15,6
Acima de 10 s.m.	0	5
TOTAL	100%	100%

Fonte: BERNARDO, L. T. 2018. Org. BICALHO, B.

Nota-se por meio da tabela 4 que a população correspondente à faixa 1 é a que corresponde a maior parte do déficit habitacional na cidade. Porém, ainda que tenham sido parcialmente contempladas com a construção de unidades habitacionais, o foco destas concentra-se, em sua maior parte, na faixa 2 que, por sua vez, possui o menor índice de déficit habitacional das faixas de renda. O caso de Uberlândia foi resumido por Bernardo (2018, p. 182) da seguinte maneira:

Apesar de grande parte do déficit habitacional ser composto por domicílios com os mais baixos rendimentos domiciliares, o PMCMV não contemplou proporcionalmente esta parcela da população, mas principalmente as que se encontravam na parte intermediária dos estratos de renda familiar.

A implementação de moradias pelo PMCMV em Uberlândia deu-se por meio da regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em 2009 por meio da medida provisória nº 459/09, para atender a população da faixa de renda 1. De acordo com o Plano Diretor de Uberlândia (2006) os objetivos das ZEIS são:

- I Permitir a inclusão urbana de parcelas da população que se encontram à margem do mercado legal de terras;
- II Possibilitar a extensão dos serviços e da infraestrutura urbana nas regiões não atendidas; e,
- III Garantir a qualidade de vida e a equidade social entre as ocupações urbanas.

(UBERLÂNDIA, 2006, p. 41)

Conforme a pesquisa realizada por Bernardo (2018) acerca da implantação do PMCMV em Uberlândia, foi preciso a implementação das ZEIS para permitir a "[...] destinação de áreas específicas à habitação popular pela ampliação da oferta de terrenos à

população de baixa renda e, também, da legalização de assentamentos e ocupações informais". (BERNARDO, 2018, p. 190).

Dessa forma, é possível reconhecer através de meios legais a necessidade de implementação de moradias para determinada parcela da população, de acordo suas necessidades. Conforme apontado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia (2020), a ZEIS são subdivididas nos seguintes grupos:

- ➤ ZEIS I Regiões ainda não parceladas e que foram destinadas para implantação de habitação de interesse social;
- ➤ ZEIS II Regiões que serão objeto de regularização fundiária, onde existe o parcelamento do solo de forma irregular. Compreende os seguintes espaços: Bela Vista, Complexo Integração, Esperança III, Minas Brasil, Jardim Glória;
- ➤ ZEIS III Regiões que já receberam ou poderão receber habitação de interesse social Programa Minha Casa Minha Vida em áreas já parceladas. Compreende os seguintes espaços: Jardim Sucupira, Shopping Park, Parque dos Jacarandás, Cidade Verde, Jardim Vica, Residencial Maanaim, Residencial Frura do Conde, Residencial Pequis, Monte Hebron;
- ➤ ZEIS IV Regiões ainda não parceladas. Compreende os seguintes espaços: Residencial Lago Sul.

Bernardo (2018) realizou um levantamento das unidades habitacionais de faixa 1, 2 e 3 em Uberlândia. Seu estudo indicou a implementação de moradias destinadas à faixa 1 nos setores Oeste e Sul. Segundo o mesmo, os bairros contemplados foram: Shopping Park; Jardim Sucupira; Monte Hebron Pequis, Mansour, Jardim Maanaim e Tocantins.

Com relação às unidades destinadas à faixa 2, o autor destaca que tendem a se localizar entre as unidades das faixas 1 e 3, assumindo uma posição geográfica periférica com relação ao centro, porém mais central que a faixa 1. Os bairros compreendidos são o Shopping Park, Tubalina, Pampulha e Laranjeiras, Chácaras Tubalina, Tibery, Umuarama, Alto Umuarama, Custódio Pereira, Santa Mônica, Segismundo Pereira, Novo Mundo e Morumbi, Paradiso e Presidente Roosevelt e Monte Hebron, Chácaras Panorama, Pequis, Jardim Holanda, Jardim Canaã, Jardim Patrícia, Luizote de Freitas e Jardim das Palmeiras.

Já a faixa 3 de renda apresenta melhores localizações que as duas primeiras em função da possibilidade de escolha da localização do imóvel. "Os bairros englobados são: Laranjeiras,

Jardim Karaíba, Tubalina, Patrimônio, Saraiva, Santa Mônica, Presidente Roosevelt, Marta Helena e Minas Gerais, Osvaldo Resende, Daniel Fonseca, Tabajara, Martins, Brasil" (BERNARDO, 2018, p. 208).

De maneira geral, percebe-se que a lógica de distribuição dos conjuntos habitacionais nas extremidades do urbano revela a segregação socioespacial existente em Uberlândia, uma vez que a população que habita nesses conjuntos é a que possui menor acesso aos mais variados serviços oferecidos pela cidade.

Uma outra forma de ocupação do espaço é o parcelamento das áreas por seus próprios donos ou por imobiliárias, que realizam a venda antes mesmo de se resolver as questões judiciais que buscam regularizar as mesmas. Geralmente, esses terrenos, além do urbano, abrangem o perímetro correspondente a áreas rurais ou até mesmo a área que corresponde à transição entre o rural e o urbano, o periurbano. Para regulamentar o loteamento, expande-se o perímetro urbano, assim uma nova área é incorporada a malha urbana, novos vazios urbanos são produzidos e amplia-se a segregação socioespacial (SOUZA, 2020).

Dessa forma, a população que reside nesses espaços aciona o poder público em busca da regularização fundiária com o objetivo de regularizar o imóvel ou o bairro perante a lei para venda ou até mesmo em busca de conseguir a implementação dos serviços básicos pelo poder público local.

O Minas Brasil foi um dos loteamentos mais antigos de Uberlândia e localizava-se nas mediações do bairro Minas Gerais. Os estudos de Freitas (2005) mostram que parte da área total foi parcelada por seus donos e a venda de lotes ocorreu a partir de 1952. Alguns anos depois, a imobiliária *Cunha Imobiliária Incorporadora* absorveu o restante da área, elaborou uma divisão dessa segunda parte do terreno e vendeu mais lotes dos mesmos, destinados à população de baixa renda. Somente em 1986 é que foi aprovado o projeto de loteamento pela Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Alguns exemplos dessa mesma forma de ocupação do espaço são os loteamentos Bela Vista, Jardim Brasília (prolongamento do bairro), Vila Jardim (próximo ao Parque do Sabiá) e Jardim Sandra (próximo ao bairro Planalto) que também iniciaram seu processo de ocupação através da irregularidade em função do parcelamento, da compra e venda inadequada de seus terrenos e hoje fazem parte dos bairros regularizados do perímetro urbano de Uberlândia<sup>10</sup>.

.

Mapa dos Bairros Integrados, disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, encontra-se inserido neste trabalho como Anexo 4, ou através do link: https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/planejamento-urbano/mapas-e-bairros/

Outra forma ainda é a partir da autoconstrução. Essa categoria é apresentada quando o trabalhador, ao não se adequar às exigências dos programas habitacionais, ocupa determinados espaços ou mesmo realiza a compra de um terreno fora do perímetro urbano ou às margens dele e, ele próprio ou com a ajuda de familiares, constrói aos poucos sua moradia e, posteriormente, acionam o poder púbico em busca da infraestrutura mínima necessária para viver naquele local.

Uberlândia contém vários exemplos dessa situação. O bairro Dom Almir é um desses exemplos, possui sua gênese enquanto assentamento urbano e, em 1991, iniciou-se o processo de regulamentação como bairro a partir do projeto de Desfavelamento e Urbanização de favelas, promovido pela Prefeitura Municipal. De acordo com Ramires e Santos (2001) representantes políticos, simpatizantes pela causa, e instituições não governamentais, como a igreja, interviram juntamente com os moradores na busca dessa conquista. Somente no ano de 1994 é que a prefeitura inaugurou a primeira escola e demais serviços no referido bairro.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, os loteamentos irregulares estão presentes em seu espaço urbano desde a década de 1950, com um considerável aumento a partir da década de 1980. Conforme apontado por Diniz (1997), na década de 1990 quase 2% da população de Uberlândia residia em áreas irregulares no urbano e a grande maioria era oriundas de outras cidades e estados, tais como São Paulo, Goiás entre outros. O quadro a seguir ilustra a distribuição dos loteamentos irregulares em Uberlândia no ano de 2001.

**Quadro 2**. Uberlândia - MG: Loteamentos Irregulares por Setor (2001).

Setor	Loteamentos Irregulares	
Leste	1. Prosperidade II	
	2. Joana D'arc II	
	3. Jardim Prosperidade	
	4. Residencial Dom Almir	
	5. São Francisco/Joana D'arc	
	6. Vila Jardim	
Oeste	7. Jardim Sandra	
	8. Bela Vista	
	9. Reloteamento Chácaras Bela Vista	
Norte	10. Residencial Jardim Brasília-prolongamento	
	11. Minas Brasil	
Sul	Sem loteamentos irregulares	
Central	Sem loteamentos irregulares	

Fonte: FREITAS, 2005.

De acordo com o artigo 2º do Decreto nº18.602, de 30 de abril de 2020, os procedimentos adotados para a regularização fundiária de núcleos urbanos informais em Uberlândia dispõem:

> legitimados requerimento dos regularização; para a II - instauração do processo administrativo de Regularização de Núcleos Urbanos Informais; notificação III dos envolvidos; IV Projeto de Regularização Fundiária; V saneamento do processo administrativo; VI licenciamento do projeto de regularização fundiária; VII - decisão e aprovação, pelos dirigentes dos órgãos envolvidos, do projeto regularização fundiária;

VIII - emissão da Certidão de Regularização Fundiária – CRF.

A partir desses procedimentos, a Secretaria de Planejamento Urbano de Uberlândia (SEPLAN) disponibilizou, através de seu site oficial, um documento intitulado de Loteamentos irregulares/clandestinos na zona urbana identificados até 30/09/2020<sup>11</sup>. Esse levantamento foi realizado pelos órgãos NAPSI/DU/SEPLAN juntamente com a PMU e nele constam um total de 18 (dezoito) loteamentos. Dentre eles, casos emblemáticos de assentamentos, tais como Fidel Castro e Glória; e casos de venda irregular de terrenos no urbano. A relação dos mesmos pode ser verificada a partir do quadro 3 e o documento oficial encontra-se no anexo 1 deste trabalho.

Percebe-se, através das informações explicitadas pelos quadros 2 e 3, que nas duas últimas décadas (2010 e 2020) houve um considerável aumento do número de ocupações irregulares no urbano de Uberlândia, de onze para dezoito unidades. Essa tendência de crescimento das ocupações ocorre em vista do crescimento e da expansão da cidade, mas também em função da produção de seu espaço.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Vide anexo 1.

Quadro 3. Uberlândia - MG: Loteamentos Irregulares por Setor (2020).

Setor	Loteamentos Irregulares
Leste	1. Fidel Castro
	2. Alvorada
	3. Residencial Dom Almir
	4. Residencial Dom Almir (prolongamento)
	5. Integração
	6. Joana D'arc II
	7. Jardim Prosperidade,
	8. Jardim Prosperidade (prolongamento)
	9. Prosperidade II
	10. Novo Mundo
	11. Maná
	12. Santa Clara
Oeste	13. Bela Vista (parte na zona rural)
	14. Reloteamento Chácaras Bela Vista (Jardim Canaã)
	15. Boa Vista
Norte	16. Esperança
Sul	17. Glória (bairro Élisson Pietro)
	18. Fazenda Campo Alegre (Laranjeiras)
Central	Sem loteamentos irregulares

Fonte: PMU (2020). Org.: BICALHO, B. (2022).

Bessa e Soares (1998, p.107-111), a partir de estudos sobre a cidade de Uberlândia, apontam a existência de 255 famílias em áreas faveladas no município no ano de 1990; número este que chegou a 338 famílias no ano de 1993; 390 em 1995 e cerca de 200 famílias no ano de 1998. Em 2009, a Prefeitura Municipal, através do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PMU, 2009, p.83), indicou a existência de seis favelas e dez loteamentos irregulares na cidade, totalizando 4.342 domicílios precários, ocupados por mais de 15 mil habitantes. Almeida et al. (2018, p. 303) constatou, a partir de um levantamento nas mídias locais e a

realização de trabalhos de campo, a presença de um total de 14 ocupações de sem-teto na cidade entre os anos de 2011 e 2016.

Acerca das ocupações, Almeida et al. (2018) ressaltam que a grande maioria dessas ocupações ocorrem de forma espontânea, enquanto as maiores (dentre elas a ocupação do Glória, atualmente alvo de regularização fundiária, e a Fidel Castro) possuem sua origem a partir de um planejamento prévio, que será melhor estudado no próximo capítulo.

Ressalta-se também que o início do ano de 2020 foi marcado pelo advento da pandemia devido à disseminação do vírus da COVID-19. Dentre os mais afetados em Uberlândia encontram-se a população de rua que, praticamente, dobrou após o início da pandemia devido à perda de emprego, à dificuldade de realocação no mercado de trabalho e de sustentar o custo da moradia diante de um cenário de crise econômica; à população habitante das periferias, por não dispor do privilégio de trabalhar no modelo durante esse período; e à população habitante das ocupações que são submetidas às ordens de despejo em plena pandemia.

Tais informações são o resultado de um crescimento urbano aliado a uma intensa especulação imobiliária, que ocasiona o déficit habitacional na cidade e atinge, principalmente, a população em condições de vulnerabilidade social. A partir dessa lógica, aquilo que diz respeito aos direitos essenciais são negados à população que não se enquadra nos parâmetros mercadológicos produzidos e constantemente reproduzidos na cidade.

As reflexões de Santos (1996) se fazem mais atuais que nunca. Segundo o autor, o espaço é a morada do homem, mas pode ser sua prisão. A cidade, com seus setores nobres segregados e suas periferias crescentes, expressa tanto um lugar de morada como uma prisão. Percebe-se que a paisagem urbana periférica representa os grandes contrastes, as diferenças da construção de um determinado espaço urbano, ou seja, as diferenças de utilização desse espaço e as próprias contradições existentes no seu interior (MOURA e SOARES, 2009, p. 23). Assim, Uberlândia, uma cidade em constante crescimento e classificada como uma capital regional, é também a cidade que materializa espaços em condições precárias de moradia e nega o direito à cidade a determinada parcela da população. Eis a contradição da reprodução capitalista no espaço.

# SESSÃO 3

# AS OCUPAÇÕES URBANAS EM UBERLÂNDIA (MG)

Conforme analisado nos capítulos anteriores deste trabalho, o uso da terra pode ser compreendido a partir de diferentes concepções por diferentes grupos da sociedade. O que há de comum entre eles são os pressupostos de que falar de terras implica em uma visão capitalista e mercantilista da mesma, na existência do vínculo entre o homem e a terra desde os tempos mais primórdios e sua intrínseca relação com a criação de sua territorialidade.

Entretanto, o modelo de sociedade atual pressupõe a proteção da propriedade privada acima de quaisquer outros direitos estabelecidos pela Constituição Brasileira vigente. Como consequência a essa lógica, aliada à expressiva desigualdade social presente no Brasil, tem-se a falta de acesso à habitação, que se caracteriza como um dos grandes problemas do país. Diante desse cenário, lutar pelo direito à habitação configura-se como uma luta social em prol do direito à cidade e o ato de ocupar caracteriza-se como uma consequência desse processo segregador.

Dentre suas significações, o verbo *ocupar* relaciona-se ao conceito de preencher um determinado espaço, de tomar posse, de habitar. Nesse sentido, faz-se necessário aqui estabelecer a terminologia dos vocabulários utilizados para compreender esse processo.

O termo *ocupação irregular* remete à forma como um determinado terreno ou espaço foi ocupado, ou seja, de maneira irregular perante a legislação vigente, que ressalva o princípio da propriedade privada. Essas ocupações tendem a ocorrer de forma espontânea ou premeditada e geralmente são conhecidas e denominadas pelo senso comum como *invasões*, terminologia essa que tende a expressar um caráter pejorativo acerca do processo de ocupação de determinada área.

As ocupações podem ainda ser diferenciadas a partir de denominações distintas e pelo espaço que ocupam, seja ele urbano ou rural. Um exemplo, é quando utilizado o termo *Ocupação Sem Teto* ou ainda *Ocupação das Famílias Sem Teto*. Essa terminologia remete à população sem-teto mas é comumente associada às ações de movimentos de luta por moradia que organizam a tomada de posse de terrenos (públicos ou privados) que não cumprem sua

função social. Geralmente essas ocupações são previamente organizadas e realizadas em blocos de famílias, nunca com uma quantidade pequena de indivíduos. Assim, evita-se a retirada e a expulsão das famílias que se instalam no local. Após a instalação, iniciam-se os trâmites jurídicos para a negociação com o poder público e a reivindicação da posse do terreno.

Outra expressão utilizada ainda é *loteamento*. Os loteamentos podem ser subdivididos em irregulares, quando passam por um processo de legalização na prefeitura, mas ainda não atendem às exigências jurídicas para sua regularização; e clandestinos, que configuram-se como aqueles que surgiram de maneira ilegal e ainda não iniciaram seu processo de regularização.

Por fim, utiliza-se ainda o termo *assentamento*. A Prefeitura Municipal de Uberlândia adotou o termo "assentamento" no ano de 2006 para ocupações irregulares que não estão inseridas na categoria loteamento e podem ser diferenciadas pela ocorrência em áreas públicas e privadas ou ainda em Áreas de Preservação Permanente (APP), o que dificulta seu processo de regularização em função das exigências legislativas para as APPs especificadas no Plano Diretor. Nota-se que essa terminologia é comumente utilizada também para tratar de ocupações oriundas na zona rural.

Conforme evidenciado no capítulo anterior, a história do município de Uberlândia está relacionada à formação de diversas ocupações em seu espaço, sejam elas na zona urbana ou rural. Essa particularidade chamou a atenção para a consolidação deste trabalho em função de dois pontos. O primeiro, é que a cidade expressa uma feição desenvolvimentista e moderna, que não combina e não traduz a realidade da produção de seu espaço periférico. O segundo, é tentar compreender o porquê da ocorrência dessas ocupações, já que são tão importantes no sentido de que preenchem seu espaço, de que abrigam grande parte da massa trabalhadora e direcionam a expansão urbana da cidade. Portanto, compreender esse processo de ocupação significa compreender também uma das faces da produção do espaço urbano de Uberlândia.

Entretanto, para adentrar nesse assunto, alguns pontos necessitam de esclarecimento. O primeiro deles é o Art. 80 do Plano Diretor de Uberlândia (2006), que define os objetivos das ZEIS, conforme apresentado na sessão 2 (página 105).

Uma vez que o Plano Diretor do município esclarece na legislação a permissão da regularização das ocupações no urbano, cabe ao governo municipal pensar formas de incluir e de promover infraestrutura e serviços necessários para a população que reside nesses espaços.

No entanto, o que foi observado é que a gestão do então prefeito Odelmo Leão (2005 – 2012), não se demostrou flexível com as recorrentes solicitações de regularização fundiária.

Inclusive o mesmo chegou a deixar isso claro em meados de 2012 em uma entrevista a um jornal local.

Em julho de 2017, foi aprovada a Lei Federal nº 13.465/2017 que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. A lei especifica os principais objetivos da Regularização Fundiária Urbana (ReUrb) da seguinte forma:

- I identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;
- II criar unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano e constituir sobre elas direitos reais em favor dos seus ocupantes;
- III ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;
- IV promover a integração social e a geração de emprego e renda;
- V estimular a resolução extrajudicial de conflitos, em reforço à consensualidade e à cooperação entre Estado e sociedade;
- VI garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas;
- VII garantir a efetivação da função social da propriedade;
- VIII ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;
- IX concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo;
- X prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais;
- XI conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher;
- XII franquear participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária.

A partir da ReUrb, foi promulgada a Lei Complementar nº 670, de 2 de maio de 2019, que dispõe sobre a criação do Programa de Regularização Fundiária de Núcleos Urbanos Irregulares (PROURBI) no município de Uberlândia e seus distritos, e a incorporação desses núcleos ao ordenamento territorial urbano com a devida titulação de seus ocupantes.

A Lei Complementar, no inciso 2º do Art. 1º, especifica os mesmos atributos da Lei nº 13.465/2017, que determina que a mesma só pode ser aplicada para núcleos urbanos comprovadamente existentes no perímetro urbano, zona de expansão urbana e zona rural, até 22 de dezembro de 2016. Ou seja, ocupações que surgirem a partir dessa data não serão

contempladas com a regularização fundiária. A referida Lei destaca ainda que a mesma não se aplica a áreas como o Parque Estadual do Pau Furado e sua zona de amortecimento.

A Lei (nº 670, de 2019), no seu Art. 13, estabelece que:

Art. 13 § 2º [...] após convertida em propriedade [a posse], constitui forma originária de aquisição de direito real, de modo que a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada restará livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio beneficiário. (grifo nosso)

O Art. 22 da Lei Complementar (2019) estabelece ainda que os órgãos responsáveis pela regularização fundiária devem definir a implantação dos sistemas viários, da infraestrutura essencial, dos equipamentos públicos ou comunitários, das medidas de mitigação e da compensação urbanística e ambiental, dos estudos técnicos quando necessário.

Acerca das condições que impedem a regularização dos imóveis, o Art. 40 especifica as seguintes restrições de construções:

I - estejam em área de risco geológico;

II - estejam erigidas sobre a faixa non aedificandi, ocupação administrativa ou instituição de servidão;

III - localizadas em áreas ambientalmente protegidas, perante rios, córregos, várzeas, fundo de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações, linhas de energia de alta tensão, ferrovias, rodovias e estradas;

IV - localizadas em área tombada, de interesse de preservação do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural ou inserida em perímetro de tombamento ou área de preservação do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural, exceto as que possuem anuência do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia - COMPHAC;

V - as que tenham sido iniciadas após o dia 22 de dezembro de 2016;

VI - as localizadas em loteamentos não regularizados na forma desta lei complementar pelo Município de Uberlândia e não registrados em Cartório de Registro de Imóveis;

VII - as edificadas em loteamentos que possuam restrições urbanísticas próprias, registradas em cartório e com as quais estejam em desacordo, seja pela técnica de construção, ou pelo uso a que se destinam;

VIII - as áreas públicas institucionais, as áreas verdes, áreas de recreação, as zonas de preservação e lazer - ZPL, as áreas dominiais, as áreas de preservação permanente - APP, não regularizadas na forma do art. 4°, §3°;

IX - as que estejam sob discussão judicial relativa a direito real ou em processo de inventário, com exceção, neste último caso, de decisão judicial transitado em julgado;

X - as edificações para fins comerciais que não atendam às normas de acessibilidade;

XI - as edificações para fins comerciais que não tenham executado o projeto acústico nas atividades que couber. (UBERLÂNDIA, 2019, Art. 40)

Destaca-se, acerca do Art. 40 da legislação, que diversas áreas irregulares possuem impeditivos em seu processo de regularização devido a algumas características citadas nos incisos acima, tais como localização permanente em Áreas de Proteção Ambiental (APA) e linhas de energia de alta tensão. Outras, mesmo com localização geográfica e condições favoráveis à sua regularização, ainda possuem dificuldade de implementação dos trâmites jurídicos e técnicos que possibilitem a mesma.

Uma reportagem publicada em um jornal local acerca da implementação da Lei Complementar indicou que o principal motivo por trás da aprovação da Lei Complementar foi a ausência dos vereadores de oposição, após o escandaloso caso de corrupção que exonerou grande parte da equipe de vereadores de Uberlândia no ano de 2019<sup>12</sup>. No entanto, o advogado responsável pela regularização fundiária das ocupações, Igino Marcos Oliveira, esclareceu, em uma entrevista, a causa para a provação da legislação:

A regularização fundiária, em Uberlândia, vem encomendada pelos donos de chácaras das beiras das represas. Por isso que a lei (a ReUrb) foi aprovada, não foi pra regularizar o Dom Almir, o Prosperidade. Como é supervalorizado na beira da represa (que é invasão, lá é irregular) e como eles queriam criar um complexo turístico daquela região, eles criaram essa lei só pra isso. Só que nós, da pastoral e o povo da nossa empresa, estávamos muito preparados para discutir. Aí nós fomos no ministério público "ué, vai criar a ReUrb só pros ricos? Cadê a ReUrb pros pobres?". Então eu não vejo nenhuma relação entre a prisão dos vereadores e a aprovação da ReUrb. (OLIVEIRA, 2022).

Nesse sentido, a partir da aprovação da Lei Complementar, a Prefeitura Municipal de Uberlândia reuniu esforços, contabilizou e registrou as ocupações irregulares do município, na

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Em dezembro de 2019, vinte vereadores (incluindo o próprio presidente da Câmara) de Uberlândia foram presos em duas operações do Ministério Público de Minas Gerais contra irregularidades na Câmara Municipal da cidade. A apuração é de que houve desvio de verbas de gabinete por meio de serviços de impressão.

zona rural e urbana. Os dados quantitativos somam 146<sup>13</sup> "loteamentos irregulares/clandestinos e invasões" (conforme denominação proposta pela PMU) na zona rural, 12 na zona rural que correspondente à amortecimento do Parque Estadual do Pau Furado<sup>14</sup> e 18 na zona urbana<sup>15</sup>.

O ReUrb disponibilizou ainda um documento dos loteamentos irregulares com processo de tramitação para regularização na Secretaria de Planejamento Urbano (SEPLAN)<sup>16</sup>, do qual contém, ao todo, um total de 70 processos. Dentre eles, a grande maioria encontra-se na zona rural e apenas sete correspondem à área urbana. Portanto, ressalta-se a importância dos esforços direcionados ao processo de regularização no sentido de se fazer valer a legislação vigente do Plano Diretor.

Desse modo, entendendo a importância da temática e a necessidade da produção de um material científico que reúna informações sobre a mesma, o presente capítulo tem por objetivo identificar e caracterizar as ocupações irregulares na zona urbana de Uberlândia a partir do recorte temporal estabelecido entre os anos de 2010 e 2020.

Para o levantamento das informações a seguir, foram consideradas as ocupações que tiveram sua gênese tanto a partir da articulação de movimentos de luta pela moradia ou mesmo de forma espontânea em Uberlândia (MG).

A construção da metodologia se deu através de várias etapas e por meio do uso de diversas ferramentas. Considera-se que discutir a construção metodológica desta pesquisa é como falar da montagem de um quebra-cabeça, onde cada informação adquirida de cada fonte pode ser comparada a uma peça diferente.

A fonte inicial de referências ocorreu por meio do mapa apresentado como resultado da pesquisa realizada pelo Programa de Educação Tutorial do Instituto de Geografia da UFU (PETGEO-UFU) acerca das ocupações, do qual indicou a ocorrência de vinte e quatro ocupações urbanas em Uberlândia até o ano de 2018, dentre as quais, as mais expressivas foram identificadas por meio do mapa 9.

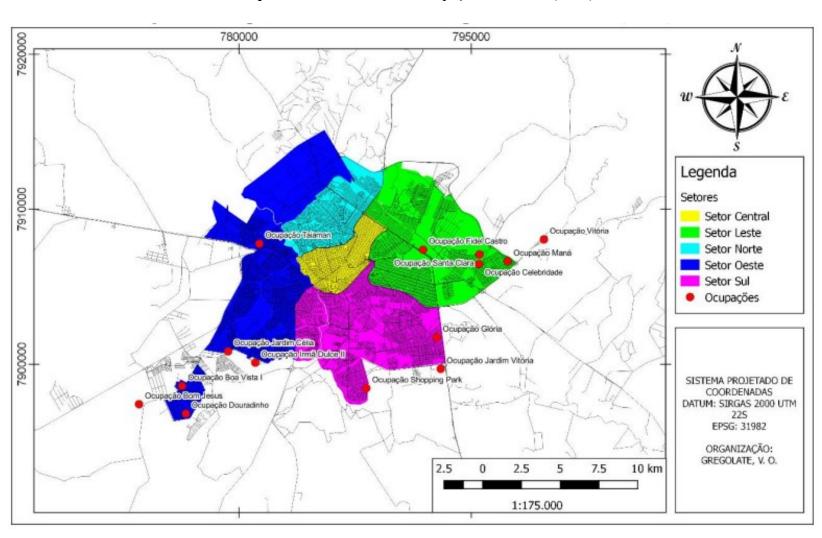
A segunda fonte de informação foi o levantamento dos loteamentos irregulares/clandestinos até setembro de 2020, disponibilizados pela SEPLAN, que identificou um total de 18 áreas em situação de irregularidade na zona urbana de Uberlândia.

<sup>15</sup> Identificados até 30/09/2020. Vide anexo 1.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Esse levantamento corresponde aos loteamentos identificados pela Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) até 30/06/2021. Vide anexo 2.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Vide anexo 3.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Vide anexo 4.



Mapa 5. Uberlândia – MG: Ocupações Sem-teto (2017)

Fonte: Almeida et al. (2018).

A partir desses dados iniciais, foi realizada uma conferência das informações por meio da utilização das ferramentas "Google Earth" e "Google Maps". Através das imagens de satélite do ano de 2021, disponibilizadas por esses aplicativos, e das fotografias do Google Street View, foi possível observar, verificar e comparar o processo de ocupação dos assentamentos urbanos ao longo do tempo no recorte temporal estabelecido.

Não menos importante, foi utilizado como procedimento metodológico o recolhimento de informações adquiridas de inúmeros trabalhos científicos publicados acerca da produção do espaço periférico e das ocupações em Uberlândia. Também foi realizada uma busca através de meios digitais, tais como reportagens de jornais locais, vídeos concedidos pelo Youtube, publicações em redes sociais, arquivos disponibilizados pela Secretaria de Planejamento Urbano, todos sobre a temática das ocupações urbanas em Uberlândia.

Por fim, recorreu-se à realização de trabalhos de campo, já no ano de 2022, em algumas das ocupações e entrevistas com os moradores das mesmas, lembrando que todos os procedimentos foram realizados dentro das devidas medidas de prevenção ao COVID-19.

Não se pode deixar de ressaltar aqui também a dificuldade encontrada em seguir o devido planejamento das etapas deste trabalho em função do contexto pandêmico. A pandemia da Covid-19 influenciou diretamente nos resultados dessa pesquisa no sentido de inviabilizar muitas das ações planejadas.

Doravante à metodologia descrita, foi possível identificar a ocorrência de um total de onze ocupações no recorte temporal estabelecido, ou seja, com ocorrência entre 2010 e 2020. Também identificou-se a reintegração de posse de três ocupações, com ano de início em 2006, 2011 e 2014; três casos de ocupações que tiveram início antes do recorte temporal estabelecido porém que ainda existem atualmente; e ainda duas ocupações que não se obteve informações suficientes das mesmas para adicioná-las ao conteúdo desta discussão. Todos os casos serão especificados a partir de então.

### 3.1 Ocupações Urbanas com Início na Década de 1990

Em função de um critério cronológico, começaremos essa análise pelas ocupações que surgiram na década de 1990. O quadro abaixo sistematiza dados encontrados acerca de três casos que serão especificados a seguir:

Quadro 4. Uberlândia - MG: Ocupações Urbanas com Início na Década de 1990

	SETOR	NOME	ANO DE INÍCIO	NÚMERO DE OCUPANTES
1	Oeste	Nova Renovação	1997	500 famílias
2	Norte	Esperança III	1999	50 famílias
3	Leste	Residencial Integração	-	5.500 famílias
TO	TOTAL			6.050 famílias

FONTE: BICALHO, B. (2022).

Conforme se observa no quadro, na década de 1990 ocorreram três ocupações urbanas em Uberlândia, as quais serão analisadas a seguir.

# • Ocupação Nova Renovação

A Ocupação Nova Renovação, também identificada apenas por Renovação, localiza-se ao lado do bairro Tocantins, entre a BR 365, sentido Ituiutaba, e o Anel Viário Setor Oeste. O processo de ocupação da área se iniciou no ano de 1997 e, atualmente, conta com aproximadamente 500 famílias habitando o lugar. De acordo com informações coletadas na mídia local, parte do terreno ocupado pertence à Prefeitura Municipal cuja parcela corresponde a uma Área de Preservação Permanente, o que dificulta seu processo de regularização. Já a outra parte, no que concerne às margens do Anel Viário, é uma propriedade privada que pertence à Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).



Figura 11. Delimitação de Área da Ocupação Nova Renovação (2022).

Fonte: *Google Earth* (2022). Org. BICALHO, B. (2022).

A imagem acima revela a delimitação do terreno ocupado pela Nova Renovação. Em relação ao seu processo de ocupação, destaca-se a ocorrência de assentamentos cíclicos, a partir do final da década de 1990, e a formação de um núcleo expressivo de ocupantes entre os anos de 2013 e 2019. Evidencia-se ainda, através da ferramenta *Google Street View*, que a área que corresponde às margens do Anel Viário não havia sido ocupada até o ano de 2013.

A última tentativa de reintegração de posse aconteceu em 2017 e a previsão era de que o terreno deveria ser desocupado até o final do mês de abril de 2018. No entanto, por decisão judicial, a solicitação foi suspensa e as famílias permanecem no local até os dias de hoje (2022).

No que diz respeito à infraestrutura do local, verificou-se que as ruas são de terra batida, não possuem asfaltamento, inclusive com buracos e acúmulos de água nos mesmos; a existência de entulhos e empilhamento de lixos, o que deixa a população residente do local vulnerável e suscetível à contaminação de doenças tais como a dengue, por exemplo. Observou-se ainda a ocorrência de moradias localizadas embaixo de torres de transmissão de energia, o que se configura como um risco às pessoas que ali residem. O compilado de imagens a seguir exemplifica a situação exposta.



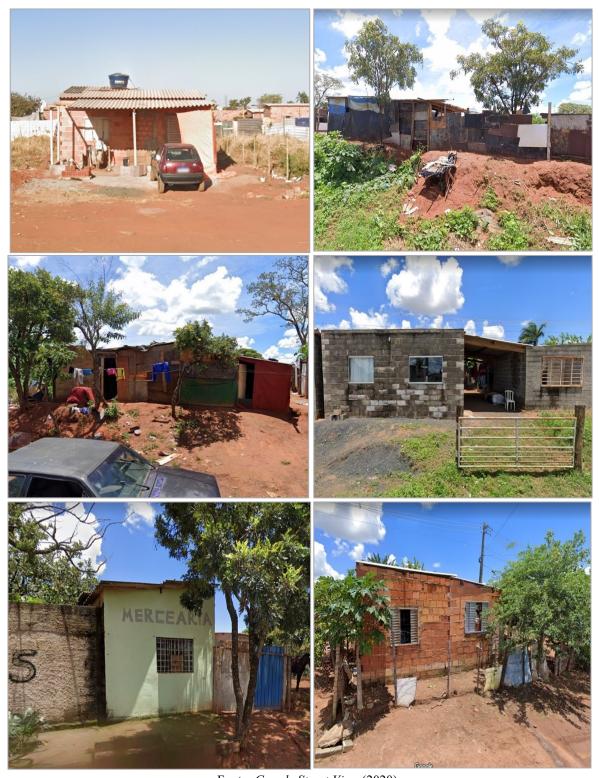
Figura 12. Aspectos Infraestruturais da Ocupação Nova Renovação (2020).



Fonte: *Google Street View* (2020). Org. BICALHO, B. (2022).

No que concerne à infraestrutura das habitações, verificou-se a existência de dois principais tipos de moradia: de alvenaria, com blocos de concreto e tijolos; e de materiais provisórios, tais como madeira e lonas, com portões e muros improvisados. Existem ainda casos de habitações que dispõe parte de seu espaço para uso comercial, como pequenas mercearias e ferro velho, conforme demonstrado na figura 9.

Figura 13. Infraestrutura das Habitações na Ocupação Nova Renovação (2020).



Fonte: Google Street View (2020). Org. BICALHO, B. (2022). Acerca dos serviços básicos mais próximos, foi realizada uma busca pelo Google Maps, cujos resultados são apresentados a seguir.

O núcleo educacional mais próximo do local é a Escola Municipal Mário Godoy Castanho, localizada na Rua Joaquim Roberto de Souza, 508, no bairro Tocantins, a uma distância de cerca de 600 metros da entrada mais próxima da ocupação. Existe também a Escola Estadual Professora Juvenília Ferreira dos Santos, localizada no bairro Luizote de Freitas, a cerca de 1,5 quilômetro da entrada mais próxima da ocupação. Nota-se que, para ter acesso a esses serviços, é necessário "atravessar a rodovia" a grosso modo pois, próximo ao local, não existe passarela para pedestres.

A unidade de saúde mais próxima está localizada no bairro Tocantins, a cerca de 1,4 quilômetro de distância da ocupação e as linhas de ônibus limítrofes são A704 e A706, que passam pelo bairro Tocantins com intervalo de 45 minutos e 25 minutos, respectivamente.

#### Ocupação Esperança III

A Ocupação Esperança III está localizada No Setor Norte de Uberlândia em uma área entre os bairros Esperança II, Nossa Senhora das Graças e Jardim América I. Acerca de sua delimitação, inicia-se no encontro da Rua Maria Aparecida Peixoto com a Avenida Antônio Thomaz Ferreira de Rezende, segue por esta até o prolongamento da Rua Nupotira Sales, segue por este até a Rua Francisco de Assis Rosa, segue por esta até a Rua Maria Aparecida Peixoto, segue por esta até a Avenida Antônio Thomaz Ferreira de Rezende (figura 14).



Figura 14. Delimitação de Área da Ocupação Esperança III (2022).

Fonte: *Google Earth* (2022). Org. BICALHO, B. (2022).

A ocupação, que teve início no ano de 1999, difere de outros casos pela particularidade de que este é o único assentamento encontrado neste setor da cidade (Setor Norte). A informação levantada acerca do terreno é de que o imóvel foi registrado em 1996 e pertence ao Estado, compreendendo uma área de cerca de 2.631,25 metros quadrados, que foi ocupada por famílias de baixa renda no fim da década de 1990, dando origem à ocupação desde então.

Acerca de seu processo de regularização, em 2011, a área foi definida como Zona Especial de Interesse Social, categoria II, pela Lei Complementar nº 525/2011, que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo em Uberlândia, conforme apresentado na sessão anterior.

Em 2016 foi assinado um acordo entre o Ministério Público Federal e a Prefeitura de Uberlândia que previa um prazo de 120 dias para a realização de uma vistoria no terreno em prol de identificar as demandas infraestruturais necessárias para a população e iniciar a regularização fundiária do mesmo. Entretanto, a vistoria não foi realizada e o prazo estipulado para os trâmites de regularização venceram. O presidente do bairro relatou, em entrevista a um jornal local, que nenhum morador do bairro foi procurado pelo Município até abril de 2018.

Em novembro de 2018, foi criado o Decreto nº 17.817/2018 com o objetivo de instituir uma comissão de auxílio na execução do termo de ajustamento de conduta de regularização

fundiária de interesse social do assentamento urbano Esperança III e designar membros para as devidas providências a serem praticadas na área proposta. Até o presente momento (abril de 2022), o processo de regularização fundiária do assentamento não foi concluído.

No que concerne à infraestrutura do local, nota-se a prevalência de habitações em alvenaria, com construções não terminadas de poucos cômodos e, também, domicílios construídos com materiais improvisados, tais como madeira, pallets e lonas (figura 11).

As ruas são asfaltadas, no entanto, o único trecho que possui calçada é o da Avenida Antônio Thomaz Ferreira de Rezende. Em todo o restante do quarteirão as calçadas são constituídas por espaços improvisados de terra batida. Observa-se também o acúmulo de lixo e entulhos por todo o local (figura 12).



Figura 15. Infraestrutura das Habitações na Ocupação Esperança III

Fonte: *Google Street View* (2021). Org. BICALHO, B. (2022).



Figura 16. Aspectos Infraestruturais da Ocupação Esperança III

Fonte: *Google Street View* (2021). Org. BICALHO, B. (2022).

Com relação aos serviços mais próximos, destaca-se o fato de a ocupação estar localizada em uma área cuja urbanização encontra-se em etapa bastante consolidada. Esse fato influencia diretamente no acesso a supermercados, escolas, igrejas, transporte entre outros. A poucos quarteirões de distância pode-se encontrar duas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI). O serviço de saúde mais próximo é a Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora das Graças, localizado a 850 metros da ocupação, o que corresponde a, aproximadamente, 10 minutos de caminhada. Existem ainda pontos de ônibus muito próximos onde passam as linhas A146, D280, D281, sentido Terminal Central (Setor Central), e I251, sentido terminal Umuarama (Setor Leste).

Realizou-se uma busca acerca da faixa de preço dos serviços eletrônicos de transporte privado urbano, Uber e 99 App. Identificou-se que o serviço é indisponível para a área que contempla a ocupação e suas proximidades. Observou-se também que uma corrida do bairro Esperança (local relativamente próximo à ocupação) até o centro da cidade compreende uma faixa de preço de R\$15 a R\$20<sup>17</sup>, em horário comercial.

#### • Residencial Integração

O Residencial Integração surgiu a partir de uma proposta da PMU de incorporação de loteamentos clandestinos no setor Leste de Uberlândia. A prefeitura teve como objetivo integrar, via projeto de lei, toda a área dos loteamentos Dom Almir, Joana D'Arc, São

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Esses valores variam entre \$3 e \$4, de acordo com a cotação em dólar (\$4,73) atualizada em 31 de maio de 2022.

Francisco, Jardim Prosperidade, Celebridade e Jardim Sucupira. A integração dos referidos bairros originou o Residencial Integração (AMORIM e FILHO, 2021, p. 7). A imagem a seguir ilustra o recorte da delimitação da área que contempla o bairro.



Figura 17. Delimitação de Área do Residencial Integração (2022).

Fonte: *Google Earth* (2022). Org. BICALHO, B. (2022).

Os estudos de Amorim e Filho (2021) sobre o Residencial Integração indicam que a formação territorial o mesmo teve início em 1991. No entanto, somente em 2014 é que foi aprovada a proposta de integração dos loteamentos clandestinos.

O processo de ocupação da área iniciou-se a partir da consolidação do assentamento Dom Almir que, segundo Parreira (2016), foi organizado como bairro em 1991 por meio do Projeto de Desfavelamento e Urbanização de Favelas. Em 1990, a Prefeitura (PMU) solicitou a desapropriação e oficializou a doação da área do assentamento para a Empresa Municipal de Urbanização e Construções Populares (EMCOP).

Os bairros Joana D'arc e Jardim Prosperidade seguiram a mesma lógica de surgimento. Segundo Ramires e Santos (2001), o Joana Dar'c surgiu como um assentamento localizado ao lado do Dom Almir. Como a área era irregular perante a lei, não havia infraestrutura no local e a população que ali residia dependia dos serviços oferecidos pelo bairro ao lado (Dom Almir), tais como escolas, centros de saúde, creches, entre outros.

Já o Jardim Prosperidade teve sua gênese como loteamento clandestino a partir da venda de terrenos sem regularização fundiária, que dependia dos trâmites judiciais entre o proprietário da terra e seus herdeiros. Ramires e Santos (2001) evidenciam que, como a situação não se encontrava resolvida perante termos judiciais, os moradores não possuíam a opção de vender, comercializar ou, até mesmo, concluir o pagamento de seus lotes. Enquanto o processo não se resolvia, o poder público não levou a infraestrutura básica necessária aos moradores que ali residiam.

Em 1998 foi formado o assentamento São Francisco/Joana D'arc. Freitas (2005) indica a publicação de um jornal local sobre o início de seu processo de ocupação: "O terreno foi invadido na madrugada do dia 2 de janeiro, por cerca de 80 pessoas sem lugar de morar. Hoje, a área já possui cerca de 350 invasores (Jornal Correio, 2 de fev./ 2001). A ocupação contava com um grupo de aproximadamente 1.500 famílias que cortaram o mato, abriram ruas e começaram a erguer seus barracos de lona, de madeira e restos de materiais de construção e sucatas (FREITAS, 2005, p. 84).

As obras de urbanização do assentamento São Francisco e Joana D'arc foram embargadas em função da medida judicial impetrada por vereadores da oposição que alegaram irregularidades no processo de desapropriação implantado pelo governo Zaire Rezende (RAMIRES e SANTOS, 2001, p. 84). Com relação ao Celebridade, o pouco que se sabe é que foi um assentamento que, em função de ter pequenas dimensões, foi incorporado ao Joana D'arc.

A partir de 2001, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social realizou um levantamento das famílias que habitavam na área correspondente a esses dois assentamentos e deu-se início à regularização fundiária. Durante este processo, foi constatado que muitas dessas famílias vieram de fora de Uberlândia, principalmente em busca de trabalho, com baixa ou nenhuma escolaridade e estão inseridas principalmente no setor terciário (PARREIRA, 2016, p. 33).

O bairro Jardim Sucupira foi designado pela prefeitura como ZEIS e loteado por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Foram construídas, ao todo, 270 unidades habitacionais para abrigar uma média de 1.000 habitantes.

Parreira (2016) indica que, por mais que exista essa proposta de integração na área em questão, a população local sabe diferenciar cada um dos bairros. Eles têm sua própria organização, existe uma identidade local forte, que independe de como são designados pelas instituições (PARREIRA, 2016, p. 33). O contingente populacional nesses assentamentos

representava, até o início dos anos 2000, aproximadamente 17 mil habitantes, ao passo em que, no ano de 2010, aproximadamente 25 mil habitantes ocupavam a referida área (AMORIM e FILHO, 2021, p. 9).

Um ponto interessante a ser observado acerca da localização do Residencial Integração é que, além da área possuir uma histórica ocupação irregular, evidencia-se a ocorrência de outros dois assentamentos. A ocupação Renascer, que está inserida no perímetro do bairro e a ocupação Santa Clara, que não está inserida mas que se encontra geograficamente localizada ao lado do mesmo.

## 3.2 Ocupações Alvo de Reintegração de Posse

Outro objeto de investigação desse estudo, foi a ocorrência das ocupações urbanas alvo de reintegração de posse. Verificou-se a constatação de 3 casos no período de 2010 a 2020, sistematizados a partir da tabela 6.

Quadro 5. Uberlândia - MG: Ocupações Urbanas Alvo de Reintegração de Posse

	SETOR	NOME	ANO DE	NÚMERO DE OCUPANTES
			INÍCIO/FIM	
1	Sul	Ocupação Lagoinha	2006 - 2017	8 famílias
2	Leste	Ocupação CEASA	2011 - 2012	3.000 famílias
3	Oeste	Ocupação Jardim Célia	2013 - 2015	20 famílias
TO	TOTAL			3.028 famílias

FONTE: BICALHO, B. (2022).

A Ocupação Lagoinha, localizada no bairro em questão, no setor sul de Uberlândia, teve início no ano de 2006. A área era ocupada por oito famílias, que foram retiradas do local, em 22 de novembro de 2017, no cumprimento de uma ordem judicial. A justificativa para a reintegração de posse era de que as casas ocupavam o espaço de uma rua. No entanto, após a demolição das residências, o local acabou virando um depósito de lixo.

Acerca desse processo, foi encontrado o vídeo de uma reportagem da TV Integração com relatos dos antigos moradores do local. Uma das entrevistadas esclareceu que vivia no local a mais de 30 anos e, com renda de um salário-mínimo, passou a pagar R\$600,00

(seiscentos reais) de aluguel. Um outro entrevistado e ex-morador da ocupação relatou que passou a morar de favor.

A Ocupação CEASA foi nomeada de tal forma por localizar-se em um terreno em frente ao CEASA, às margens da Avenida Segismundo Pereira, no Setor Leste de Uberlândia. No início de seu processo de ocupação, o local correspondente pertencia à Prefeitura e encontravase sem uso. De acordo com informações coletadas por reportagens na mídia local, o tempo de duração da ocupação foi de, aproximadamente, um ano, relativamente curto, porém suficientemente longo para agregar um adensamento populacional de cerca de 3.000 famílias. No entanto, a área estava destinada à construção do cemitério Parque dos Buritis e, em 2012, os ocupantes foram despejados do local por ordem judicial no cumprimento de uma reintegração de posse. O que se sabe, até o presente momento, acerca do destino da população que permanecera ali durante esse período é que parte migrou em busca de ocupar a região que hoje corresponde a ocupação do Glória, atualmente intitulado como bairro Élisson Prieto.

A Ocupação Jardim Célia, localizada no bairro Jardim Célia, foi formada no final do ano de 2013 em uma área de 390 hectares cujo terreno pertence à Granja Planalto. De acordo com informações adquiridas através de reportagens na mídia local, o terreno foi ocupado inicialmente por cerca de 20 famílias e quem tivesse interesse em adquirir um lote deveria pagar uma taxa única no valor de R\$35,00 (trinta e cinco reais). Após a aquisição, era cobrado mensalmente um valor de R\$20,00 (vinte reais) por família para arcar com as despesas da montagem da infraestrutura necessária à população, tais como água e luz. Pouco mais de um ano depois, em 2015, o terreno foi alvo de reintegração de posse e, através do cumprimento de uma ordem judicial, as famílias foram retiradas da área.

#### 3.3 Ocupações Urbanas Não Encontradas

Durante a pesquisa, verificou-se ainda a ocorrência de dois casos de ocupações urbanas cujas informações levantadas necessárias para incluí-las na listagem dos assentamentos não foram encontradas (quadro 6). O que se sabe é a constatação da existência de duas ocupações: o Taiaman, no Setor Oeste e Carlito Cordeiro, no Setor Leste. Foi descoberto também o número de famílias que ocupam esses dois espaços, no entanto, informações relevantes tais como localização geográfica e ano de início não foram identificadas.

Quadro 6. Uberlândia - MG: Ocupações Urbanas Não Encontradas

	SETOR	NOME	ANO DE INÍCIO	NÚMERO DE OCUPANTES
1	Oeste	Ocupação Taiaman	Não encontrado	24 famílias
2	Leste	Ocupação Carlito Cordeiro	Não encontrado	80 famílias
TO	DTAL	<u> </u>		104 famílias

FONTE: BICALHO, B. (2022).

# 3.4 Ocupações Urbanas em Uberlândia (2010 a 2020)

Partindo do recorte temporal estabelecido, foi identificada a ocorrência de um total de onze ocupações urbanas no município de Uberlândia (quadro 7), cuja grande maioria encontrase localizada nos setores Leste e Oeste da cidade.

Quadro 7. Uberlândia - MG: Ocupações Urbanas (2010-2020).

	Setor	Nome	Ano de início	NÚMERO de ocupantes
1	Sul	Ocupação Nelson Mandela	2011	300 famílias
2	Sul	Ocupação Glória	2012	2.200 famílias
3	Leste	Ocupação Zaire Rezende II	2011	164 famílias
4	Leste	Ocupação Santa Clara	2013	1.000 famílias
5	Leste	Ocupação Maná	2013	1.200 famílias
6	Leste	Ocupação Renascer	2014	120 famílias
7	Leste	Ocupação Fidel Castro	2016	900 famílias
8	Oeste	Ocupação Irmã Dulce	2012	700 famílias
9	Oeste	Ocupação Bom Jesus	2013	800 famílias
10	Oeste	Ocupação Monte Horebe	2014	200 famílias
11	Oeste	Ocupação Santa Bárbara	2015	25 famílias
TOTAL			7.609 famílias	

FONTE: BICALHO, B. (2022).

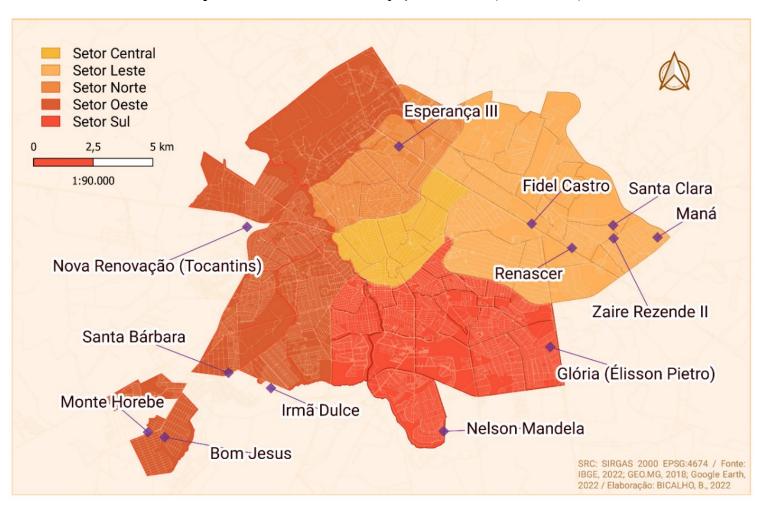
Em 2011, surgiram os primeiros aglomerados informais no período de análise proposto, um no Setor Sul (Ocupação Nelson Mandela), logo após a implementação de conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, e outro no Setor Leste (Ocupação Zaire Rezende II), impulsionado pela histórica ocupação irregular da região. Já no ano de 2012, foi formada o que viria a ser a maior e mais expressiva ocupação urbana de Uberlândia: o Glória, que abriga hoje cerca de 2.200 famílias e passa por um processo atual de regularização fundiária.

Nos quatro anos subsequentes (2013 – 2016) houve um expressivo aumento do número dos assentamentos, constatando-se a ocorrência de oito novos núcleos irregulares dente os quais quatro situam-se no Setor Oeste (Santa Bárbara, Monte Horebe, Irmã Dulce e Bom Jesus) e quatro localizam-se no Setor Leste da cidade (Fidel Castro, Renascer, Maná e Santa Clara). Observou-se também que, a partir do ano de 2016, não ocorreu a formação de novas ocupações.

No total, constatou-se que, até o final do período proposto pelo recorte temporal estabelecido neste trabalho (2020), mais de 7.000 famílias residem em áreas irregulares na área urbana de Uberlândia. Ressalta-se ainda que a pandemia do COVID-19 contribuiu significativamente no sentido de ampliar as desigualdades sociais já existentes, propiciando a determinada parcela da população à exposição a mais uma expressiva situação de vulnerabilidade social.

Por meio das informações levantadas durante esta pesquisa, foi possível elaborar um material cartográfico que permitisse especializar as ocupações urbanas de Uberlândia no período proposto, como segue no mapa 10.

Uma vez sistematizadas as informações por meio do quadro 7 e confeccionado um material cartográfico que permite especializar a temática aqui discutida, nota-se que existem pontos fundamentais a serem incluídos nesta discussão. Portanto, faz-se necessário, para esta etapa a caracterização das ocupações e promoção de um debate acerca dos principais aspectos que tangem a localização de cada uma delas.



Mapa 6. Uberlândia – MG: Ocupações Urbanas (2010 – 2020)

Fonte: IBGE (2022). Elaboração: BICALHO, B. (2022).

## • Glória – Bairro Élisson Pietro

O que conhecemos hoje como a área que compreende o Glória, também conhecido como bairro Élisson Pietro, tem sua origem como um terreno pertencente à Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

O Glória ocupa uma área de 6.858.799 m², o que equivale a 685 hectares, 87 acres e 99 centiacres (PIETRO, 2005, p. 172). Já a ocupação da área denominada como "Triângulo do Glória", pertence ao perímetro urbano e localiza-se ao lado do bairro São Jorge, no setor Sul da cidade. Esse terreno possui, aproximadamente, 64 (sessenta e quatro) hectares e se enquadra na categoria de áreas sem utilização da Fazenda do Glória da UFU, sujeito ao descumprimento da legislação que garante a função social da propriedade. O mapa 11 elaborado por Pietro (2005) ilustra a divisão das áreas inicialmente compostas à fazenda do Glória.

O bairro recebeu esse nome em homenagem ao professor da Universidade Federal de Uberlândia, Élisson Pietro<sup>18</sup>.

Pietro (2005), realizou um estudo acerca da divisão do terreno pertencente à fazenda do Glória e constatou sua divisão em quatro partes. As áreas denominadas no mapa como "Área 1(A)" e "Área 2" totalizam mais de 293 hectares e foram destinadas à implementação do Campus Glória da Universidade Federal de Uberlândia. A área 1(B), onde está localizada a ocupação do Glória, foi separada em função da construção da rodovia BR-050 e faz parte do perímetro urbano de Uberlândia. Por fim, na porção indicada no mapa como área 3, foi implementada a fazenda experimental e o laboratório de atividades acadêmicas relacionadas à produção animal, vegetal e à recuperação ambiental de áreas degradadas da UFU.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Formado em direito (2002) e com mestrado acadêmico na área de Geografia (2005), ambos pela UFU, atuou como consultor nas áreas de planejamento urbano e ambiental junto a organizações não-governamentais e prefeituras municipais.

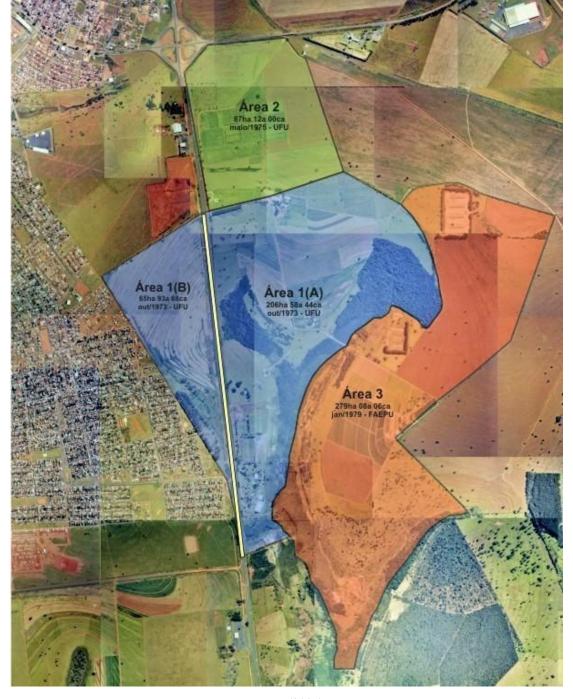


Figura 18. Mapa de Divisão das Glebas da Fazenda do Glória.

Fonte: PRIETO (2005).

Dias (2017) ressalta que em 2009 a Prefeitura Municipal de Uberlândia, por meio da implementação da legislação que instituiu as ZEIS (Zonas de Interesse Social), indicou o Jardim Glória para a categoria I com a intenção de estipular a área para a implantação de conjuntos habitacionais do PMCMV. A partir desses esforços, foi realizado um planejamento urbanístico para o local com a intenção de destinar espaços exclusivos para estabelecimentos comerciais,

vias de circulação, áreas verdes e de lazer, e equipamentos públicos. Projeto esse que foi posteriormente utilizado por Élisson Pietro como base para o traçado urbano e topográfico da Ocupação do Glória. Através da imagem abaixo, percebe-se que a área já possui uma organização prévia com a presença da divisão dos lotes. Isso ocorreu em função desse planejamento urbanístico.



Figura 19. Delimitação de área da Ocupação do Glória (2021).

Fonte: *Google Earth* (2021). Org. BICALHO, B. (2022).

Apesar da intenção de implementação de conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, a área permaneceu desocupada e sem nenhum uso até 2012 quando um grupo de famílias, após ter sido despejado de seu antigo local de ocupação, próximo à Central Estadual de Abastecimento (CEASA), onde hoje encontra-se o Cemitério Parque dos Buritis, migrou e se instalou no local. A partir de então, com a ajuda do MTST, outras famílias oriundas da zona rural e de outros tipos de coabitação também ocuparam a área.

A figura 15 revela a paisagem do processo de ocupação vista pela BR-050 a partir de dois momentos: o primeiro, ainda em 2011, quando o terreno permanecia sem uso e o segundo, em janeiro de 2022, já com a presença de várias habitações.

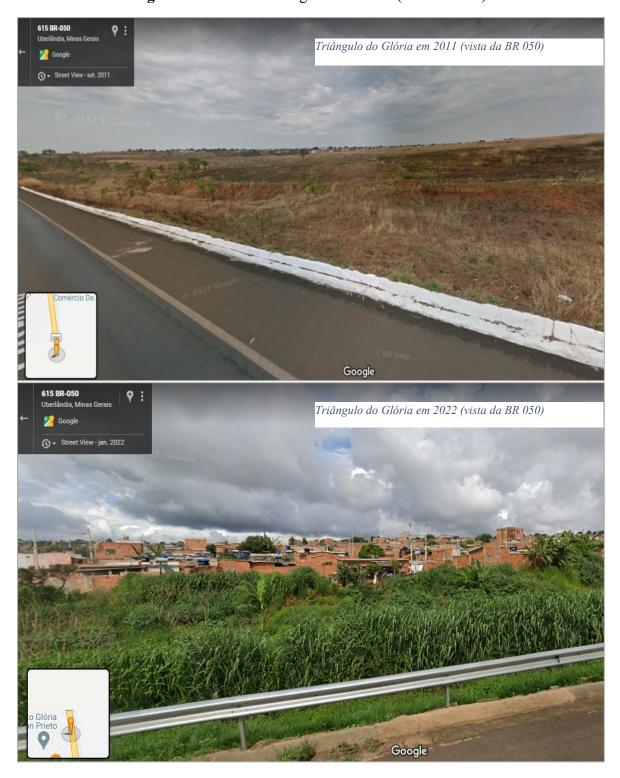


Figura 20. Vista do Triângulo do Glória (2011 e 2022)

Fonte: *Google Maps* (2022). Org. BICALHO, B. (2022).

A ação de ocupação da área foi comunicada à UFU logo no início do processo, em janeiro de 2022. A própria universidade enviou um ofício ao Ministério da Cidade comunicando a invasão do terreno e o projeto de utilização do mesmo para a implementação de um novo campus. A partir de então deu-se início às negociações e às inúmeras tentativas de reintegração de posse.

Dias (2017) destaca que foram apresentadas duas tentativas para resolver o problema. "A primeira seria a troca da área ocupada por outro terreno e, a segunda, seria a troca da área ocupada por obras de infraestrutura no Campus do Glória no valor do terreno" (DIAS, 2017, p. 31). A partir do exposto, a universidade iniciou o processo de elaboração de um projeto de extensão que teve como principal finalidade criar um esboço do projeto de regularização fundiária. Entretanto, o Ministério Público Federal notificou a Polícia Militar para tomar providências no sentido de cumprir a decisão judicial, penalizando a universidade por improbidade administrativa (DIAS, 2017, p. 31).

Entre negociações, possibilidades de permuta, protestos e diversos impasses ao longo do tempo, o número de moradores do local, que consistia em 50 pessoas no início do processo de ocupação, multiplicava-se e, com isso, tornava-se cada vez mais difícil os esforços de expulsar a população ocupante. De acordo com reportagens da mídia local, após um ano a população do Glória somava mais de 2.000 famílias (G1, 2015).

No ano de 2017 o reitor da UFU anunciou uma medida provisória que prevê flexibilidade nas regras para obter a escritura de terrenos ocupados que pertencem à União. Em março do mesmo ano foi anunciada pela mídia local a notícia de que a UFU aprovou a doação da área do Glória para fins de regularização fundiária (G1, 2017).

De acordo com o portal de notícias da Universidade Federal de Uberlândia, a doação da área foi aprovada pelo Conselho Universitário (Consun/UFU) em março de 2017 através da assinatura do termo de cooperação envolvendo a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB Minas), o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública, o Município de Uberlândia e a UFU.

Em junho de 2021 o portal oficial de notícias da Prefeitura Municipal de Uberlândia informou que a PMU e COHAB Minas assinaram um convênio de cooperação técnica e de repasse de recursos para a regularização do assentamento, cujo orçamento atinge R\$30 milhões. O contrato estabeleceu que as famílias residentes na ocupação paguem um valor mensal

simbólico que varia entre R\$100 e R\$150 com finalidade de cobrir parte dos custos das obras de melhoria do local.

A notícia traz palavras do então prefeito Odelmo Leão sobre o tema, segundo ele "[...] esse trabalho de urbanização é muito importante para se resolver uma situação que se arrasta há quase dez anos na nossa cidade". Foi informado ainda que o município assumirá a responsabilidade pela contratação e supervisão dos serviços de infraestrutura. O Estado de Minas assumiu a responsabilidade da regularização fundiária e do repasse de verbas para o poder público municipal e demais procedimentos administrativos.

A principal implicação desse convênio foi o investimento em infraestrutura para a população. Como não houve um planejamento urbanístico na área os terrenos não foram devidamente nivelados, deixando as habitações sujeitas ao alagamento em épocas de chuvas. Além disso, outros fatores como a proliferação de doenças devido à ausência de coleta de lixo e de serviços básicos, deixam os moradores expostos a doenças advindas de mosquitos, carrapatos e ratos. Acerca do tema, Dias (2017, p.36), complementa:

É possível concluir o estado de precariedade e insalubridade, que em grande parte dessas pessoas se submetem a morar, apresentando ausência de conforto térmico e acústico, ar puro, luz e iluminação. Verifica-se então que as habitações são um fator determinante social da saúde, pois futuramente essas habitações podem proporcionar a proliferação de doenças.

As imagens abaixo ilustram a situação exposta.



Figura 21. Insalubridade no Glória

Fonte: TV Integração (2019).

Dias (2017) observa ainda que a área correspondente à ocupação possui alguns estabelecimentos comerciais e de serviços, tais como mercearias, pequenas lojas de materiais de construção, salões de beleza entre outros, todos sem o devido alvará de funcionamento, voltados principalmente para atender as demandas dos próprios moradores.

Entretanto, é muito comum que os moradores busquem os mais variados tipos de serviços em bairros vizinhos, devido à ausência destes no assentamento. Um exemplo é a inexistência de uma unidade de saúde no local. Os moradores recorrem ao UAI São Jorge e ao UAI Pampulha, unidades mais próximas, e necessitam apresentar uma declaração de que moram no local, fornecida pela Associação de Moradores, para ter acesso ao serviço de saúde pública.

Uma outra dificuldade que ainda é encontrada pelas famílias que residem no Glória é a ausência de entrega de correspondências pelos Correios. Atualmente, todas as ruas já possuem nome e o devido Código de Endereçamento Postal (CEP). Entretanto, os Correios afirmam que o serviço passará a ser realizado assim que for concluído o processo de regularização fundiária do bairro. Apesar das reclamações da Associação de Moradores aos órgãos competentes, a situação permanece sem resolução e a alternativa encontrada pelos moradores é a de deixar todas as correspondências em uma loja de materiais de construção localizada na entrada do bairro.

Em fevereiro desde ano (2022), o da presidente da Associação de Moradores do bairro Élisson Pietro cedeu uma entrevista ao jornal *O Tempo*, e destacou:

O governo do Estado não se importa com a situação de abandono em que vivem os moradores do Glória. Até o escritório da Cohab, que existia aqui em Uberlândia, foi fechado. O presidente da Cohab só veio aqui no Glória uma vez e, assim mesmo, por dez minutos. Fez que ouviu e foi embora.

Portanto, a regularização fundiária do assentamento constitui-se em fator extremamente importante no sentido de fornecer aos moradores do local infraestrutura e serviços necessários, os quais constituem como um direito da população. A imagem abaixo ilustra exemplos dessa situação.

g1 G1 Nova unidade de saúde será construída no Bairro São Jorge UBSF vai atender cerca de 12 mil pessoas dos bairros São Jorge, Laranjeiras e Elisson Pietro (Glória). Anúncio foi feito nesta sexta-feira (28)... 28 de jun. de 2019 g1 G1 Energia elétrica chega ao assentamento Glória em Uberlândia Bairro que recebeu o nome Élisson Pietro recebeu mais de 400 postes com investimento de R\$ 2,45 milhões. Segundo Cemig, cerca de 15 mil... 11 de set. de 2019 Obras de patrolamento são realizadas em ruas do assentamento 'Glória' em Uberlândia as vias do assentamento Glória, em Uberlândia, são um problema ... se tornar oficialmente o Bairro Élisson Pietro, mas já é considerado... 1 de iun. de 2020 Bairro Élisson Prieto, antigo assentamento Glória em Uberlândia, vai receber hidrômetros comunitários Toda água que sai das torneiras dos moradores do Bairro Élisson Prieto, também conhecido como Glória, em Uberlândia, entra nos números de... 16 de out. de 2020

Figura 22. Implementação de Obras de Infraestrutura - Retratado Pela Mídia Local

Fonte: G1 Uberlândia, 2022. Org. BICALHO, B. (2022).

A área, apesar de estar em processo de regularização fundiária e recebendo investimentos em infraestrutura, carece de infraestrutura, conforme foi observado através de um levantamento pela mídia. Somente no ano de 2019 é que os moradores do bairro Élisson Pietro receberam energia elétrica no local. De acordo com a TV Integração, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) instalou cerca de 400 postes de energia, beneficiando mais de 15 mil moradores.

Outros serviços que chegaram ao local recentemente foram as obras de patrolamento das vias, pois até então as ruas do bairro eram descontínuas e repletas de buracos; e a instalação da primeira Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF), com enfermeiros, auxiliares administrativos, agentes comunitários, técnicos de enfermagem e equipe multiprofissional.

A última informação que se tem acerca da regularização fundiária do Glória é a realização no dia 11 de abril de 2022, do Fórum de Acompanhamento da ReUrb, no qual a

COHAB Minas informou aos moradores que entregou à PMU o requerimento e documentação necessários para a instalação da regularização fundiária urbana de interesse social no assentamento. Esse processo pode durar até dez meses e o prazo final para a entrega dos títulos de propriedade aos moradores está estipulado para o primeiro trimestre de 2023.

# • Ocupação Nelson Mandela - Shopping Park

A Ocupação Nelson Mandela, no bairro Shopping Park (Setor Sul), localiza-se às margens da Avenida Rio Acima e compreende uma pequena porção da Avenida Ministro Homero Santos e Rua Ana Valentina Nogueira, onde ambas se bifurcam. Não se sabe ao certo o exato dia em que iniciou seu processo de ocupação. Entretanto, constatou-se que foi no ano de 2011 quando estabeleceu a migração de famílias para a área, ainda durante o período das obras de construção de moradias dos conjuntos habitacionais do PMCMV no bairro Shopping Park.

CRAS Shopping m Park (Zona Sul)

Ocupação Nelson Mandela, Shopping Park

Figura 23. Delimitação de Área da Ocupação Nelson Mandela

Fonte: *Google Earth* (2021). Org. BICALHO, B. (2022).

Entre as ocupações levantadas a partir do recorte temporal estabelecido para esta pesquisa, observa-se que esta é uma das que possuem o mais antigo processo de formação, totalizando 11 anos de ocupação. Hoje, o assentamento Nelson Mandela é composto por, aproximadamente, 300 famílias. Chama a atenção para essa ocupação o fato de ela estar localizada em uma Área de Proteção Permanente, cujo terreno pertence à Prefeitura Municipal de Uberlândia.

A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, define em seu Art. 3º que Área de Proteção Permanente corresponde a uma "[...] área protegida [...] com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas" (BRASIL, 2012).

Devido a esse fato, as tentativas de regularização fundiária da área, até o presente momento, não obtiveram sucesso. Acerca das tentativas de reintegração de posse no local, a informação levantada é de que em abril de 2018 foi emitida a última ordem judicial para retomada da posse em uma área que habitavam cerca de 40 famílias. A ação, que teve início ainda de madrugada, prolongou-se até o fim da tarde e só foi possível sua concretização com apoio da Polícia Militar.

Antecederam a ação várias tentativas de negociação de reintegração porém, os órgãos competentes não prometeram nada aos moradores. O advogado responsável pelo processo, Igino Marcos Oliveira, foi consultado e informou que o pedido de regularização fundiária foi realizado e aguarda resposta.

No que concerne à infraestrutura geral do local ocupado, a ocupação Nelson Mandela encontra-se em uma avenida como qualquer outra da cidade. Possui duas vias asfaltadas, iluminação pública e arborização. No entanto, de um lado, estão presentes as moradias advindas do PMCMV em lotes bem delimitados. Do outro, a paisagem ilustra um contraste entre habitações precárias, entulhos de materiais de construção entre outros.

Uma característica interessante a ser observada nessa ocupação é a existência de uma ciclovia no local. De acordo com o Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana de Uberlândia (2010), uma ciclovia corresponde a uma pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum, conforme pode ser observado na figura 19.

A imagem à esquerda foi resgatada do *Google Street View* e corresponde a um trecho ainda não ocupado em 2012. A imagem da direita foi tirada pela autora e exemplifica como a ciclovia acabou sendo incorporada pelos moradores. Evidencia-se ainda o rebaixamento do

meio fio nos locais que correspondem às garagens dos moradores e a utilização do espaço como depósito de materiais de construção, tais como areia, brita e até mesmo tijolos, em outros trechos.

Figura 24. Ciclovia na Avenida Rio Acima (2012 / 2022) – Bairro Shopping Park

Fonte: Google Street View (2012); BICALHO, B. (2022).

Acerca da infraestrutura das habitações, no que corresponde à área ocupada de maneira irregular, o que se verificou foi a presença de algumas poucas unidades de casas com estrutura muito bem consolidada, com muro, acabamento em pintura e até mesmo arborização (figura 20).

Em uma dessas, inclusive, havia um papel colado no muro acerca de um edital de convocação de assembleia para a instituição da Associação de Moradores da Avenida Rio Acima. Tentou-se entrar em contato com os moradores da residência para conseguir maiores informações, mas sem sucesso.

De modo geral, observou-se que a grande maioria das habitações foram construídas com materiais provisórios, tais como madeira e pallets, alvenaria precária e de autoconstrução. Sobre a dimensão das residências, notou-se que, salvo exceções, trata-se de construções pequenas, de até quatro ou cinco cômodos, com garagens e/ou áreas de serviço improvisadas e, a maior parte, sem muros ou delimitação do terreno, ausentes de um planejamento de perfil arquitetônico. No entanto, a sensação, ao visualizar as residências, é a de que a ocupação parece ser muito bem consolidada. O conjunto de imagens a seguir exemplificam a situação exposta.



**Figura 25**. Infraestrutura das Habitações na Ocupação Nelson Mandela (2022)

Fotos: BICALHO, B. (2022).

No que diz respeito à disponibilidade de serviços no local, notou-se que o lado da avenida que contempla a ocupação possui alguns estabelecimentos comerciais e de serviços. Dentre eles, uma igreja evangélica, um ferro velho, serviços de costura e consertos em geral, um bar, um brechó e venda de plantas. Existem ainda algumas pequenas mercearias bem próximas, supermercado, estúdio de tatuagem, salão de cabeleireiro, escolas e um Centro de Referência de Assistência Social, todos localizados no bairro Shopping Park nas proximidades da ocupação.

No entanto, a distância entre a ocupação e o centro da cidade é de, aproximadamente, 9 Km e o acesso, que corresponde a um tempo de transporte de 20 minutos de carro; duas horas, a pé; ou 35 minutos utilizando o transporte coletivo (as linhas de ônibus que transitam pelas proximidades da ocupação são A147 e A331, com intervalos de 20 a 30 minutos), é dificultado aos moradores da ocupação.

Pesquisou-se sobre preço dos serviços de transporte privado urbano, Uber e 99 App, e o resultado identificado é que o valor de uma viagem da Avenida que corresponde à ocupação Nelson Mandela até o centro da cidade, varia de R\$20,00 a R\$30,00 em horário comercial. Ou seja, o custo do transporte rápido é alto e a distância é grande, consequentemente, o acesso à cidade se torna dificultado

#### • Ocupação Fidel Castro

A Ocupação Fidel Castro formou-se em 25 de novembro de 2016 com a posse conjunta de cerca de 200 famílias, lideradas pelo MTST. Esse número multiplicou-se a partir da inserção de novos moradores e atualmente somam, aproximadamente, 900 famílias no local. O nome da ocupação se deu em homenagem ao líder da Revolução Cubana, Fidel Castro, que veio a falecer exatamente no mesmo dia em que se iniciou o processo de ocupação.



Figura 26. Delimitação de área da Ocupação Fidel Castro

Fonte: *Google Earth* (2021). Org. BICALHO, B. (2022).

Geograficamente localizada às margens da BR 050, em frente ao Parque do Sabiá (conforme figura 20), a área ocupada, de 16 hectares, pertence à Construtora Centro-Oeste que declarou falência em função de uma dívida com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo informações, a dívida atinge um valor de R\$130 milhões (cento e trinta milhões de reais) e o terreno ficou sem uso durante anos<sup>19</sup> até que foi ocupado.

Em função de estar situada em uma região valorizada pelo mercado imobiliário, a ocupação passou por diversas tentativas de reintegração de posse, mas resiste até hoje. Tratando-se do assunto, em março de 2020, o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da ocupação Fidel Castro, Daniquel Oliveira dos Santos, foi encontrado morto após uma ação da Polícia Militar no assentamento.

De acordo com a PM, três indivíduos foram abordados a partir de uma suspeita de ligação clandestina (o famoso "gato"), dois fugiram e um deles apontou uma arma para os policiais, que revidaram. No entanto, os moradores protestaram a ação e afirmaram que se tratou de uma execução.

\_

 $<sup>^{19}</sup>$  Não foram encontradas informações acerca do tempo que o terreno permaneceu sem uso.

O advogado Igino Marcos Oliveira comunicou às autoridades que a versão verdadeira dos fatos é a de que a vítima estava realizando apenas uma manutenção e que se tratou de uma execução, visto que a vítima foi encontrada com um tiro na região da nuca. Foi solicitado ao Ministério Público uma averiguação dos fatos. Como resultado, o MPMG denunciou doze policiais pelo envolvimento na morte da vítima, dentre os quais quatro estão respondendo por homicídio consumado e outros oito por acusação de fraude de provas no curso da investigação.

A partir de um resgate de imagens pelo *Google Street View*, notou-se que a ocupação adquiriu, ao longo do tempo, uma organização estruturada (figura 21). A área, que antes permanecia inutilizada, foi ocupada inicialmente por barracos às margens da rodovia BR 050. Atualmente, é possível notar que existe uma entrada consolidada pela rodovia e uma divisão de ruas e dos lotes. O que permaneceu intacto na entrada principal foi a visível placa que anuncia que a ocupação é liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

No que concerne aos aspectos infraestruturais da ocupação notou-se, a partir de uma visita de campo, que os serviços de água e energia elétrica são distribuídos aos moradores de forma ilegal e improvisada. As habitações dividem-se entre barracos, construídos com materiais provisórios e casas de alvenaria.

Observou-se ainda a existência de uma delimitação das ruas e dos lotes. No entanto, as ruas não possuem asfaltamento e, em muitos lugares, existem entulhos às margens das vias de circulação. O entorno da ocupação apresenta também lixo espalhado em alguns pontos. A figura 23 exemplifica a situação exposta.



Figura 27. Vista da Entrada Principal da Ocupação Fidel Castro (2012 / 2017 / 2022)

Fonte: Google Street View (2022).



Figura 28. Aspectos Infraestruturais na Ocupação Fidel Castro (2022)

Org.: BICALHO, B. (2022). Fotos: BICALHO, B. (2022).

Verificou-se ainda que a ocupação possui um terreno de maior dimensão, com uma espécie de centro comunitário o qual possui espaço reservado para a realização de reuniões com os moradores, uma cozinha comunitária que serve refeições aos moradores em situação de vulnerabilidade social do assentamento; uma horta comunitária que foi construída com o intuito

de abastecer parte da demanda da cozinha comunitária; e ainda, uma creche em construção. Ou seja, trata-se de uma ocupação socialmente organizada.

#### Ocupação Renascer

A Ocupação Renascer localiza-se no Setor Leste entre a rodovia BR 452 e a rua Gonçalo Alves, na região conhecida como bairro Jardim Sucupira dentro da proposta do Residencial Integração. O assentamento surgiu em 2014 com um aglomerado de poucas pessoas e hoje conta com cerca de 120 famílias (cerca de 400 pessoas) habitando o local.



Figura 29. Delimitação de Área da Ocupação Renascer

Fonte: *Google Earth* (2021). Org. BICALHO, B. (2022).

A área que corresponde ao Renascer pertence ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT). As primeiras habitações improvisadas foram construídas ao lado dos bolsões de contenção do bairro. Com cinco metros de profundidade, os bolsões têm como principal função reter a água da chuva e liberar esse volume de forma gradativa, evitando-se assim inundações e enchentes. No entanto, as cercas que existiam no local não foram suficientes para evitar o processo de ocupação da área.

A problemática que se estabelece é que as moradias começaram a ser construídas justamente na área desses bolsões, o que expõe os moradores diretamente ao risco de morte por afogamento ou mesmo à contaminação de doenças, já que o espaço também é utilizado como descarte de lixo. A imagem a seguir representa uma das entradas da ocupação e ilustra muito bem a situação exposta.

Figura 30. Situação de Insalubridade na Ocupação Renascer (2022)

Fotos: BICALHO, B. (2022).

Acerca da infraestrutura do local, observa-se que as habitações foram levantadas com material improvisado, tais como lonas, pallets e pedaços de madeira, tudo muito rústico e totalmente ausente de um planejamento prévio, o que indica à necessidade da moradia.

No aspecto geral, a impressão que fica, ao ver a situação das habitações construídas ali, é de que a área é ocupada majoritariamente por barracos. As ruas não são asfaltadas, existem inúmeros buracos nas vias de tramitação, lixo espalhado de forma indevida e as casas, atualmente, escondem-se em meio ao matagal do local. Foi identificado ainda que parte do espaço dividido entre os moradores foi destinado à plantação de alimentos, tais como bananeira e pé de mandioca. Com relação ao acesso a serviços, a ocupação encontra-se próxima ao Terminal de Ônibus Novo Mundo, à UBSF Dom Almir, a supermercados e linhas de ônibus que atendem o bairro Residencial Integração.

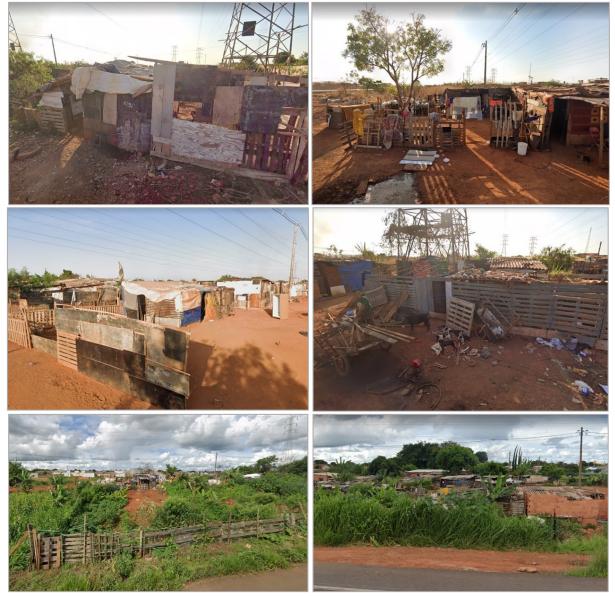


Figura 31. Aspectos Infraestruturais na Ocupação Renascer (2019 / 2022)

Fonte: Google Street View (2019/2022). Org. BICALHO, B. (2022).

Sobre as tentativas de retomada do terreno pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), a informação que se tem é que havia uma reintegração de posse agendada para o dia 19 de fevereiro de 2022, mas, foi suspensa pelo juiz Lincon Rodrigues de Faria, do Supremo Tribunal Federal (STF) e o prazo final foi estendido para o dia 31 de março. A decisão foi baseada na suspensão das ordens de despejo e de desocupação contra imóveis ocupados antes de 20 de março de 2020, que marcou, no Brasil, o início da pandemia, pelo juiz Luís Roberto Barroso. O prazo dessa suspensão termina em 30 de junho de 2022.

Atualmente (abril de 2022), os moradores encontram-se em uma situação de incertezas já que muitos não têm pra onde ir, caso sejam despejados.

#### Ocupação Maná

A Ocupação Maná encontra-se localizada no setor Leste de Uberlândia, às margens do Anel Viário e da BR 365. O assentamento surgiu em 2013 em uma área privada que correspondia à fazenda Três Marcos, próximo ao bairro Morumbi. Dos 1054.323,05 m² do terreno total, dois terços pertencem à Francisco Moya Neto (que faleceu no início de 2021) e sua esposa, de posse da empresa Uberlândia Refresco LTDA. Atualmente, o local abriga cerca de 1.200 (mil e duzentas) famílias.



Figura 32. Delimitação de Área da Ocupação Maná

Fonte: Google Earth (2021). Org. BICALHO, B. (2022).

No que diz respeito à regularização fundiária da ocupação, em janeiro de 2020 a Prefeitura Municipal de Uberlândia realizou uma reunião com os moradores do assentamento visando o esclarecimento de dúvidas acerca do processo. Após essa primeira etapa, o segundo passo é a construção de um perfil socioeconômico dos moradores, com o intuito de compreender as condições de vida das pessoas que habitam a área.

O processo de regularização do Maná, está inserido em um programa da prefeitura chamado "Entre, a casa é minha" e as informações adquiridas na fase inicial possuem o objetivo de direcionar ações específicas acerca do processo de regularização. De acordo com informações da PMU (2020), os projetos de loteamento estão em fase final de elaboração, sendo conduzidos pela empresa vencedora da licitação, Vertex Desenvolvimento Imobiliário, que será responsável pelos projetos de infraestrutura tais como água, rede de esgoto, asfaltamento, drenagem, rede elétrica e outros serviços essenciais.

Apesar da constatação da existência do projeto de regularização fundiária no local, ressalta-se neste trabalho que não foram encontradas informações que indicam que o projeto está em andamento.

A partir de um resgate de imagens dos anos de 2011 e 2019 pelo Google Street View, notou-se que o terreno que corresponde hoje à ocupação, que faz divisa com o bairro Morumbi, não exercia sua função social. Ao longo do tempo, a ocupação foi adquirindo forma e hoje possui uma organização estruturada com divisão de ruas e lotes, conforme pode ser observado na figura 28.

No que diz respeito à infraestrutura do local e das habitações, foi possível constatar através *Google Street View*, que não existe asfaltamento nas ruas, que a energia elétrica é utilizada por meios ilícitos (através dos "gatos") e que as habitações, no início do processo de ocupação, eram, em sua maioria, construídas com materiais provisórios. As imagens de 2022 revelam que as habitações foram edificadas com materiais melhor estruturados com o passar do tempo. Atualmente, a grande maioria das habitações observadas possuem estrutura e muros de alvenaria (o que não necessariamente represente o todo), evidenciando-se, ainda, a técnica da autoconstrução das moradias. Notou-se também a presença de algumas hortas urbanas e da abertura de trilhas no entorno da rodovia que visam facilitar o acesso à ocupação.

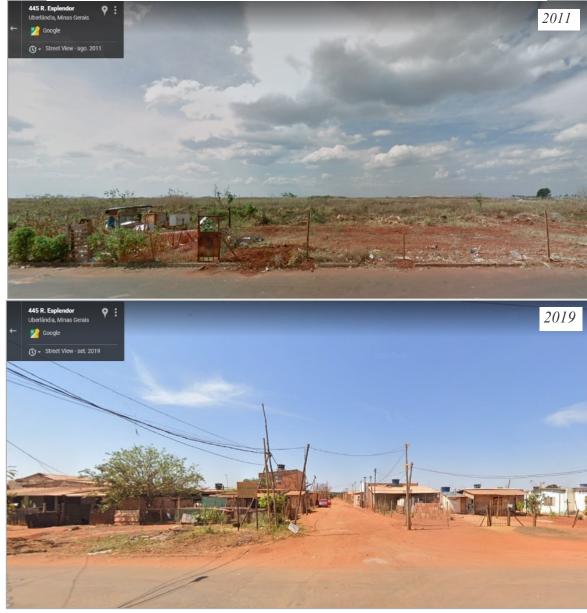


Figura 33. Vista da Ocupação Maná (2011 / 2019)

Fonte: Google Street View (2011; 2019). Org. BICALHO, B. (2022).

De modo geral, pode-se afirmar que o Maná se constitui de mais um caso de uma área privada que antes permanecia sem uso e que agora abriga uma população em situação de vulnerabilidade social, que depende exclusivamente dos serviços ofertados pelo bairro vizinho (bairro Morumbi).

# • Ocupação Santa Clara

A Ocupação Santa Clara encontra-se localizada no Setor Leste de Uberlândia ao lado do bairro Joana D'arc, entre a Avenida Anselmo Alves dos Santos e Avenida Pau Furado. Com estrutura montada como um prolongamento do bairro Joana D'arc, trata-se de uma das ocupações das quais o MTST está diretamente envolvido, desde o início de todo o processo.

Av. Pau Furado

Ocupação Santa Clara

Av. Anselmo Alves dos Santos

Figura 34. Delimitação de Área da Ocupação Santa Clara

Fonte: *Google Earth* (2021). Org. BICALHO, B. (2022).

As informações acerca da ocupação foram encontradas por meio do vídeo de uma entrevista, realizada em 2016, com uma das coordenadoras da ocupação, à qual relata as principais informações do mesmo a Guilherme Boulos e sua equipe, em uma visita a Uberlândia.

Maria Aparecida (coordenadora do assentamento) conta que inicialmente ocuparam o terreno pela entrada da frente (acesso à Av. Anselmo Alves do Santos) mas foram impedidos de permanecer no local. Dias depois, voltaram a ocupar o local pelos fundos (acesso ao bairro Joana D'arc) e instalaram-se permanentemente a partir de então. Ela conta ainda que o nome

do assentamento foi estabelecido por meio de uma votação a qual elegeu "Santa Clara", por se tratar da companheira de lutas de São Francisco de Assis<sup>20</sup>.

No que diz respeito à organização do espaço, o terreno foi dividido em lotes de 10x25 metros e, por meio de sorteio, foram transferidos os lotes para as famílias. Foi informado ainda que a maior preocupação dos moradores era a de levar uma creche e um posto de saúde para o local, já que os moradores não possuíam fácil acesso a esses serviços. No entanto, até o presente momento, não se obteve maiores informações sobre a implementação desses serviços na ocupação.

Acerca da regularização fundiária, o advogado Igino Marcos informou que será um processo difícil de se conseguir a vitória por se tratar de uma área com quatro diferentes donos que estão brigando pelo terreno, dos quais todos possuem os devidos documentos de matrícula do imóvel, o que pode indicar uma falsificação dos mesmos.

Com relação à infraestrutura do local e das habitações, nota-se que o assentamento não possui asfaltamento, as ruas são irregulares e com a presença de vários buracos que possibilitam a formação de poças d'água. Na figura 30, de 2013 e 2021, foram resgatadas pelo do Google Street View, de um local que faz divisa entre o bairro e a ocupação, e possibilita identificar um exemplo da situação descrita.

A primeira imagem, trata-se de um trecho da área antes do início de seu processo de ocupação e demonstra que o terreno não possuía uso. A segunda, ilustra o mesmo trecho, porém, em 2021, com a ocupação já consolidada. Nota-se que existe uma rua asfaltada, que corresponde a última rua do bairro (Rua da Tarefa) e que faz divisa com o início da ocupação, já sem asfaltamento.

Destaca-se ainda que durante a pesquisa, foram encontrados dois anúncios de venda de imóveis no assentamento. O primeiro referia-se a um terreno de 250m² no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), do qual o anunciante informou que ainda seria levantado um muro no local e que aceitava propostas ou veículos na negociação. O outro anúncio corresponde a uma residência de três quartos no valor de R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), com muros, portão fechado, piscina no fundo parte da entrada gramado. As fotografías do anúncio evidenciam que a construção é simples, que a casa não possui laje, e os muros não possuem

-

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> São Francisco de Assis, conhecido como padroeiro da ecologia, nasceu em 1.182 na Itália em uma família bem afortunada. Aos 25 anos recebeu um chamado de Deus, renegou sua herança, vendeu todos os seus bens e dedicouse totalmente a um estilo de vida pautado na humildade, na generosidade e na caridade. Santa clara ficou conhecida como companheira de lutas de São Francisco de Assis porque, mesmo possuindo todos os privilégios de uma família nobre, fugiu de sua casa aos dezoito anos, fez voto de pobreza, entrou para o convento dos franciscanos e dedicou o resto de sua vida a ajudar os pobres e necessitados, assim como São Francisco.

reboco, a descrição do mesmo informava: "Vendo está linda casa com 3/4 terreno medido 10/25 toda murada numa ótima localização no assentamento Santa Clara em Uberlândia valor 65 mil pra vende longo". Houve uma tentativa de contato visando perguntar se a casa possui documentação, mas, até o presente momento (01 de abril de 2022), não se obteve resposta.

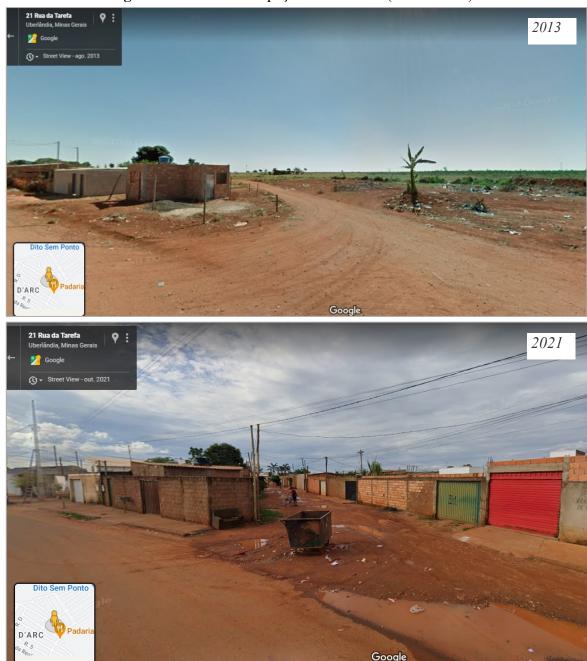


Figura 35. Vista da Ocupação Santa Clara (2013 / 2021)

Fonte: Google Street View (2013; 2021). Org. BICALHO, B. (2022).

# • Ocupação Zaire Rezende II

A Ocupação Zaire Rezende II encontra-se localizada no Setor Leste de Uberlândia, no perímetro inserido entre a Rua Pai Nosso, Rua São Sebastião e Avenida Jerônimo José Alves, nas proximidades do bairro Morumbi.



Figura 36. Delimitação de Área da Ocupação Zaire Rezende II (2021).

Fonte: *Google Earth (*2021). Org. BICALHO, B. (2022).

A área que contempla a ocupação, pertencia à Prefeitura. O início do processo de ocupação ocorreu ao final de 2011 e abriga atualmente cerca de 164 famílias que passam por um processo de regularização fundiária. Através do *Google Street View* foi realizado um resgate de imagens que evidenciam que o terreno ocupado não possuía uso antes de sua ocupação, em 2011.



Figura 37. Vista da Ocupação Zaire Rezende (2011 / 2021)

Fonte: Google Street View (2011; 2021). Org. BICALHO, B. (2022).

Acerca da regularização fundiária do assentamento sabe-se que, em 2016, foi assinado pelo Ministério Público Estadual, pela Prefeitura de Uberlândia e pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para a regularização fundiária do assentamento Esperança III, no qual o então prefeito Gilmar Machado informou que a área do Zaire Rezende II estava sendo analisada e a estimativa era que dentro de 120 dias a população do assentamento estaria com as devidas escrituras em mãos. No entanto, em 2018 os moradores receberam uma ordem judicial para desocupação da área, que foi posteriormente revogada.

Em julho de 2019, o prefeito Odelmo Leão anunciou o início do processo de regularização fundiária da ocupação Zaire Rezende II, junto a mais duas outras ocupações na cidade. A ação foi pensada por meio do programa "Entre, a casa é minha", que visa beneficiar a ocupação com a regularização de 200 unidades habitacionais. De acordo com advogado Igino Marcos, foi realizado o cadastramento das famílias e o mapeamento da área por parte da prefeitura (figura 32).

**Figura 38.** Mapeamento da Ocupação Zaire Rezende II Realizado pela Prefeitura (2018)

Fonte: Facebook - Página da comunidade Zaire Rezende II (2018).

A PMU realizou ainda o processo de licitação para contratação da empresa fornecedora dos serviços. A empresa vencedora foi a Vertex Desenvolvimento Imobiliário e ficou responsável pela elaboração de projetos de parcelamento do solo, plano planialtimétrico e infraestrutura (água, esgoto, drenagem, asfalto e eletrificação), cujo contrato foi firmado no valor de R\$134 mil reais, contemplando todas as despesas. Observa-se que Zaire Rezende II possui um processo de regularização avançado, comparado à situação de outras ocupações.

Um fato interessante, que difere esse assentamento dos demais, é que foi criada uma página da ocupação na rede social Facebook, onde encontram-se um conjunto de informações, tais como fotografias aéreas do terreno ocupado, evidenciando que a área não possuía nenhum uso, links de reportagens da mídia local sobre a ocupação e seus moradores, foto de documentos do processo de regularização fundiária, evolução da construção das habitações e pedidos de

ajuda para que "não deixem que derrubem as casas" (Facebook, 2022. Disponível em: https://web.facebook.com/ZaireRezende2/?ref=page\_internal).

# • Ocupação Santa Bárbara

A Ocupação Santa Bárbara encontra-se localizada no Setor Oeste de Uberlândia no bairro Panorama, entre a Rua das Paineiras e a Avenida Aldo Borges Leão, cuja localidade é muito conhecida pela quantidade de chácaras ali existentes.



Figura 39. Delimitação de área da Ocupação Santa Bárbara (2021)

Fonte: *Google Earth* (2021). Org. BICALHO, B. (2022).

A área da ocupação possui cerca de 35 mil metros quadrados. O terreno foi ocupado em 2015 e, atualmente (2021), abriga cerca de 25 famílias. A imagem seguinte, que contempla o cruzamento da Rua das Paineiras e a Av. Aldo Borges Leão de 2012 e de 2021, foi resgatada pelo Google Street View e ilustra o processo de ocupação da área.



Figura 40. Vista da Ocupação Santa Bárbara (2012 / 2021)

Fonte: Google Street View (2012; 2021). Org. BICALHO, B. (2022).

Acerca da regularização fundiária do terreno, a informação que se tem é que em 2015, no mesmo ano em que se iniciou o processo de ocupação, foi emitida uma ordem de reintegração de posse, suspensa pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Em 2019, a justiça suspendeu novamente o novo prazo estabelecido para desocupação do terreno e estabeleceu um prazo de 60 dias para que os moradores apresentem assim uma proposta de regularização fundiária.

O advogado Igino Marcos Oliveira, responsável pelo processo, afirmou em uma entrevista que nenhum morador quer nada de graça. A proposta é que se crie um fundo de regularização fundiária urbana, para que as famílias que se encontram em áreas irregulares paguem um determinado valor pelo terreno ocupado. Estima-se que o município poderá arrecadar até R\$ 200 milhões para que contemple os custos com a regularização das áreas (OLIVEIRA, 2022).



Figura 41. Aspectos Infraestruturais na Ocupação Santa Bárbara (2021)

Fonte: *Google Street View* (2021). Org. BICALHO, B. (2022).

No que concerne aos aspectos infraestruturais, foi possível observar que a situação da ocupação Santa Bárbara não difere muito da apresentada em outras ocupações. As habitações

seguem dois principais padrões de construção, de alvenaria e de materiais provisórios tais como lonas, pedaços de madeira, pellets e outros. Inclusive, observou-se a utilização de uma placa de creche da prefeitura como parte de um portão improvisado. As ruas não são asfaltadas, as habitações são pequenas, não possuem calçada e não existe uma numeração que identifique as casas.

Quanto ao acesso aos serviços, até cerca de 300 metros do local da ocupação existe um ponto de ônibus pelo qual circulam as linhas A803, A806, A833, A835, A836, A837 e A839 que passam com intervalos de 40 minutos, sentido terminal Canaã. Ou seja, caso um morador da ocupação deseje ir ao centro da cidade utilizando os serviços de transporte público, seria necessário ir ao terminal Canaã e de lá pegar outro ônibus sentido terminal Central, cuja viagem duraria cerca de 30 a 40 minutos. Caso opte pela opção de transporte privado, a distância estabelecida pelo Google Maps é de cerca de 12 km e o valor da tarifa de um Uber, por exemplo, gira em torno de R\$28,00, em horário comercial.

Existem ainda algumas pequenas mercearias próximas ao local. No entanto, o fácil acesso a esses serviços torna-se um pouco complicado em função do fato de que a região é majoritariamente composta por chácaras.

#### • Ocupação Monte Horebe

A Ocupação Monte Horebe encontra-se localizada às margens da Avenida Aldo Borges Leão em uma região de chácaras, próximo ao bairro Morada Nova Setor Oeste de Uberlândia (figura 37). O início do processo de ocupação do local se deu em 2014 e abriga, atualmente, cerca de 200 famílias.

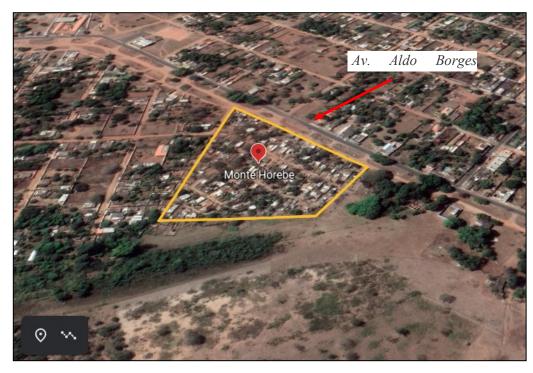


Figura 42. Delimitação de Área da Ocupação Monte Horebe (2021)

Fonte: *Google Earth* (2021). Org. BICALHO, B. (2022).

Não foram encontradas informações acerca da origem do terreno ou reintegração de posse do local. No entanto, o resgate de imagens da ferramenta Google Street View evidencia que o local ocupado permanecia sem uso até o início de seu processo de ocupação, em 2014. A imagem de 2021 revela a ocorrência de habitações, uma borracharia, um pequeno ponto comercial e uma igreja.

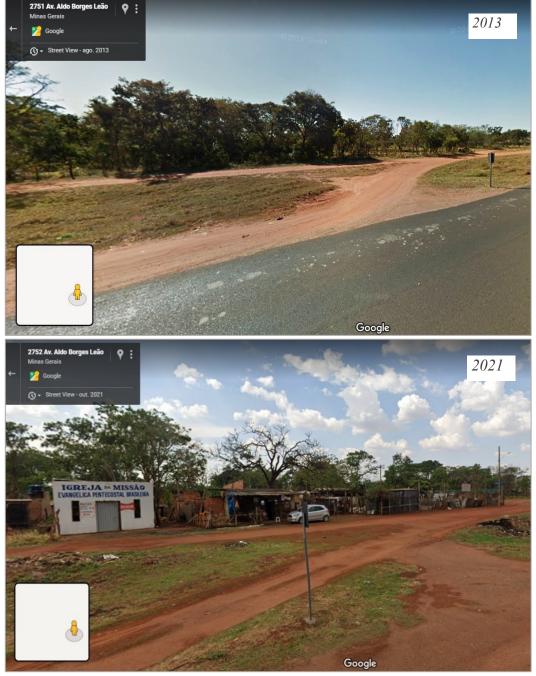


Figura 43. Vista da Ocupação Monte Horebe (2013 / 2021)

Fonte: Google Street View (2013; 2021). Org. BICALHO, B. (2022).

Acerca da infraestrutura do local, nota-se a prevalência da autoconstrução, com algumas habitações em alvenaria e outras com materiais improvisados, tais como madeira, pallets e lonas. As ruas não são asfaltadas, há acúmulo de lixo e entulhos às margens da Avenida Aldo Borges Leão.

# • Ocupação Irmã Dulce

É necessário explicar que em Uberlândia existiram duas ocupações com o mesmo nome (Irmã Dulce). Uma localizada na zona rural, às margens da BR 050, em uma área pertencente à Fazenda Campo Alegre que foi alvo de reintegração de posse em 2017. A outra é uma ocupação localizada no bairro Canaã, às margens da Avenida Galassi, no Setor Oeste de Uberlândia com início em 2012 que abriga, atualmente, cerca de 700 famílias.



Figura 44. Delimitação de Área da Ocupação Irmã Dulce (2021).

Fonte: *Google Earth* (2021). Org. BICALHO, B. (2022).

Identificou-se que a área que corresponde à ocupação, antes de seu processo de ocupação, não cumpria com sua função social. Atualmente seus habitantes vivem na irregularidade e dependem do fornecimento ilegal de água e de energia elétrica.



Figura 45. Vista da Ocupação Irmã Dulce (2011 / 2020).

Fonte: Google Street View (2011; 2020). Org. BICALHO, B. (2022).

Em julho de 2020 a ocupação foi muita evidenciada nas mídias locais em função da confusão que se estabeleceu a partir de uma visita da CEMIG ao local. De acordo com relatos dos moradores, a CEMIG chegou com um caminhão e derrubou uma sequência de postes de energia construídos pelos próprios habitantes do lugar. Segundo a companhia, a ação visava preservar a segurança dos moradores, já que cabos elétricos desencapados estariam expostos e poderiam vir a ocasionar um incêndio. Tal ação gerou um grande descontentamento da população que protestou e tentou construir uma barreira nas vias que impedisse a passagem da CEMIG. No fim, uma parcela dos moradores acabou ficando sem energia.



Figura 46. Aspectos Infraestruturais na Ocupação Irmã Dulce (2021).

Fonte: *Google Street View* (2021). Org. BICALHO, B. (2022).

No que concerne aos aspectos infraestruturais da ocupação foi observado, por meio do *Google Street View*, que as ruas não possuem asfalto, as casas foram construídas com alvenaria ou por meio da utilização de materiais provisórios, tais como lonas e madeira. Alguns pontos específicos são destinados ao descarte de lixo, as residências possuem numeração e as ruas são nomeadas por letras maiúsculas. A entrada principal, que antes era cercada, foi substituída por arborização, com bananeiras e mangueiras.

Assim como observado nas outras ocupações, o Irmã Dulce depende exclusivamente dos serviços oferecidos pelo bairro ao lado, o Canaã, que oferece escolas, pontos de ônibus, supermercados entre outros. No entanto, para os moradores que habitam as margens da ocupação o acesso torna-se mais difícil em função da distância à entrada da ocupação e ao bairro mais próximo (bairro Canaã).

# • Ocupação Bom Jesus

A Ocupação Bom Jesus existe desde 2013 em uma área de chácaras que pertence ao bairro Morada Nova, localizada no Setor Oeste de Uberlândia entre a Rua Célio José Gonçalves, Rua Dezoito e Avenida D.



Figura 47. Delimitação de Área da Ocupação Bom Jesus (2021).

Fonte: *Google Earth* (2021). Org. BICALHO, B. (2022).

Não foram encontradas muitas informações na mídia acerca desta ocupação. Sabe-se que atualmente a área abriga cerca de 300 famílias. A confirmação da ocorrência desta ocupação só foi possível através da pesquisa que constatou que a Prefeitura Municipal de Uberlândia incluiu a ocupação Bom Jesus nas ocupações contempladas com o projeto Busão Social, que será explicado no capítulo seguinte.

# 3.5 Perspectivas Acerca das Ocupações Urbanas de Uberlândia

O terceiro capítulo buscou aprofundar a discussão acerca do objeto de estudo desse trabalho; as ocupações urbanas de Uberlândia. De modo geral, é possível concluir que a

população sem-teto ocupa majoritariamente os setores Leste e Oeste da cidade, que são setores historicamente marcados pela ocupação de terras, e a cartografia reproduzida sugere importantes aspectos no que se refere à localização das ocupações.

Ocupação irregular, ocupação de famílias sem-teto, loteamentos, invasões e comunidades são termos utilizados para se referir ao que muitos consideram como única alternativa para se ter onde morar. Nesse sentido, a pesquisa constatou a ocorrência de três ocupações urbanas com ocorrência na década de 1990 (Nova Renovação, Esperança III e Residencial Integração), três ocupações urbanas que surgiram a partir de 2010 alvo de reintegração de posse (Lagoinha, CEASA e Jardim Célia), onde ocupações urbanas com ocorrência entre 2010 e 2020 (Glória, Nelson Mandela, Fidel Castro, Renascer, Maná, Santa Clara, Zaire Rezende II, Santa Bárbara, Monte Horebe, Irmã Dulce e Bom Jesus), e ainda duas ocupações urbanas que constatou-se sua existência, no entanto, não se obteve informações suficientes para incluí-las na contagem (Taiaman e Carlito Cordeiro). Ao todo, contabilizou-se 13.763 famílias habitando em situação irregular, o que corresponde a 42.252 pessoas.

Ao todo, contabilizou-se 13.763 famílias morando em situação irregular no perímetro urbano do município de Uberlândia. Esse número foi calculado a partir da soma dos componentes familiares das ocupações urbanas no recorte temporal estabelecido, das que apresentaram ocorrência a partir da década de 1990 e, também, daquelas cujas existências foram constatadas, porém a localização exata não foi encontrada. Isso implica dizer que existem, aproximadamente, 42.252<sup>21</sup> pessoas que residem em espaços de maneira irregular em Uberlândia. Ressalta-se ainda que essa soma representa um número aproximado da situação exposta pois, grande parte das fontes utilizadas para a realização desse levantamento foram obtidas através de reportagens da mídia local e pode ser que as informações não sejam totalmente verídicas.

-

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> O cálculo foi realizado com base na estimativa do Governo Federal do tamanho médio das famílias brasileiras (2018), que indica que um núcleo familiar é composto por 3,07 pessoas.

# SESSÃO 4

Diferentes Olhares Acerca das Ocupações Urbanas em Uberlândia (MG)

# DIFERENTES OLHARES ACERCA DAS OCUPAÇÕES URBANAS EM UBERLÂNDIA (MG)

Dialogar sobre as ocupações urbanas em uma sociedade cujos indivíduos vivem a partir do princípio da propriedade privada pode ser tanto quanto problemático em função do não reconhecimento da população que habita esses espaços. Portanto, essa pesquisa, de caráter quanti-qualitativo, buscou destinar um espaço a compreender e evidenciar a percepção dos diferentes olhares acerca da temática proposta.

De acordo com Manzini (2003), a entrevista é um procedimento de coleta que trabalha como um tipo de dado específico: a versão sobre um fato. O autor (2012) afirma ainda que a entrevista vem sendo utilizada como ferramenta e método de pesquisa há muitas décadas e que o mérito da entrevista está justamente em permitir ao entrevistador a análise de critérios subjetivos, por meio de uma contínua reinterpretação do discurso dos entrevistados (MANZINI, 2012, p 150).

Nesse sentido, este capítulo foi dividido em quatro partes das quais utilizou-se a entrevista, que é em si um processo comunicacional, como principal método de pesquisa, contribuindo de forma qualitativa com as demais informações já expostas nos capítulos anteriores.

A partir da elaboração de um roteiro de entrevista estruturada, na forma de questionário, composto por 26 questões de múltipla escolha, destinado a analisar a opinião da população residente em Uberlândia acerca da temática das ocupações na cidade. A disposição das perguntas foi estruturada de forma a identificar, primeiramente, o perfil dos respondentes, depois o acesso à informação acerca das questões propostas e, por último, perguntas que envolvem diretamente as ocupações urbanas.

Em seguida, a partir de um roteiro prévio, buscou-se evidenciar a opinião de agentes diretamente envolvidos com as ocupações. A entrevista semiestruturada tem como característica um roteiro com perguntas abertas e é indicada para estudar um fenômeno com uma população específica. Deve existir flexibilidade na sequência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o entrevistador pode realizar perguntas complementares para entender melhor o fenômeno em pauta (MANZINI, 2012, p. 156). O autor afirma ainda que

esse método confere confiança ao pesquisador e possibilita a comparação das informações entre os participantes entrevistados.

Por fim, realizou-se entrevistas no formato não estruturado com os moradores das ocupações, de forma a possibilitar o entendimento sobre a percepção dos sujeitos inseridos nesses territórios. A entrevista não-estruturada se inicia com uma pergunta geradora e o pesquisador não possui um roteiro previamente estabelecido. Com o objetivo da pesquisa em mente, o entrevistador irá conduzindo a entrevista tentando relacionar o objetivo pretendido com as informações que estão sendo apresentadas pelo participante (MANZINI, 2012, p. 155).

Como forma de finalizar esse trabalho, buscou-se por fim apresentar uma quarta visão acerca das ocupações: a visão da solidariedade; dos agentes que compreendem a realidade dos sujeitos e se comprometem com projetos destinados a auxiliar a população residente nesses espaços.

#### 4.1 O olhar da População de Uberlândia Sobre as Ocupações

Buscando compreender a opinião da população residente em Uberlândia (MG) acerca das ocupações urbanas presentes na cidade, foi elaborado um questionário contendo um total de 26 perguntas, disponibilizado do dia 03 de março ao dia 03 de abril de 2022, através de meios digitais. Ao todo, foram registradas 141 respostas, das quais 100% dos respondentes concordaram em participar da pesquisa de forma anônima.

A disposição das perguntas foi pensada a partir de três blocos. O primeiro reúne informações com o intuito de construir um perfil dos respondentes, tais como faixa etária, sexo, cor/etnia, cidade bairro em que residem, escolaridade, ocupação/profissão, tipo de moradia e renda média mensal.

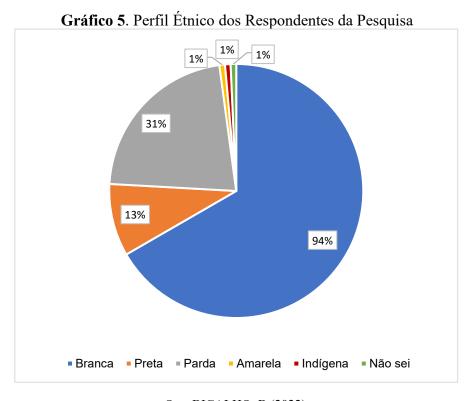
O segundo bloco diz respeito às informações de cunho teórico, que buscam averiguar se os respondentes possuem conhecimento prévio de assuntos como o direito à moradia, especulação imobiliária, função do Estatuto da Cidade e, principalmente, acerca das fontes de informação das pessoas que se propuseram a responder o questionário.

O terceiro e último bloco corresponde às perguntas que remetem diretamente às ocupações, tais como a averiguação se os respondentes já visitaram um assentamento, a utilização de termos para se referirem às ocupações urbanas, sobre como é percebida a paisagem desses cenários, aspectos de segurança e de criminalidade desses espaços, atuação de movimentos de luta pela moradia no processo de ocupação e de reivindicação dos

assentamentos, sobre o fornecimento de serviços à população sem-teto, dentre outros. Os resultados obtidos serão mostrados a seguir.

### • O Perfil dos Participantes da Pesquisa

No que diz respeito ao perfil dos respondentes, observou-se que 92,2% confirmaram residir na cidade, enquanto que 7,8% não residem atualmente, no entanto, já residiram e conhecem a temática proposta do questionário. Observou-se também que 56% das respostas registradas correspondem a pessoas do sexo feminino, enquanto que 44% são do sexo masculino. No que diz respeito à etnia, a maior parte das respostas contempla pessoas que consideram-se brancas (66,7%), seguido de uma minoria parda (22%), preta (9,2%), amarela (0,7%) e indígena (0,7%) conforme por ser observado através do gráfico a seguir:



Org: BICALHO, B (2022).

Os resultados acerca da faixa etária demostram que a pesquisa abrangeu majoritariamente um público jovem e que 83% dos respondentes possuem até 40 anos de idade, 9,9% correspondem à faixa etária entre 41 e 55 anos e 7,1% entre 56 e 70 anos. Não foi registrada a resposta de nenhum indivíduo acima de 71 anos.

No que concerne ao nível de escolaridade, constatou-se que 33,3% dos respondentes possuem pós-graduação, 22,7% possuem ensino superior completo e 30,5% possuem ensino superior incompleto. Ou seja, a pesquisa abrangeu um público majoritariamente acadêmico. Registrou-se ainda que 9,2% dos indivíduos que responderam ao questionário possuem ensino médio completo, 2,8% ensino médio incompleto, 0,7% ensino fundamental completo e 0,7% ensino fundamental incompleto.

Com relação à ocupação dos respondentes, foi registrado que a maioria, 24,1% trabalham em cargos como "outros", ou seja, que não foram especificados pelo questionário em questão; 20,6% trabalham como funcionários(as) em instituições federal, estadual ou municipal; enquanto 19,1% trabalham no setor de serviços; 13,5% trabalham como profissional liberal, professor(a) ou técnico(a) de nível superior; 9,9% indicaram que não trabalham; 2,8% que trabalham fora de casa em atividades informais tais como serviços de pintura, eletricista entre outros; 2,8% trabalham em indústrias; 2,1% trabalham em casa informalmente; 1,4% com construção civil; 1,4% trabalho doméstico remunerado; 1,4% no setor primário da economia e; 0,7% no lar, sem nenhuma remuneração.

Acerca do tipo de moradia dos respondentes, registrou-se que 44,2% possuem moradia própria (casa ou apartamento) e 34,1% habitam em um imóvel alugado. Verificou-se ainda que 22% moram com a família ou em repúblicas (residências onde geralmente habitam três ou mais estudantes universitários). Tais informações foram sistematizadas a partir do seguinte gráfico:

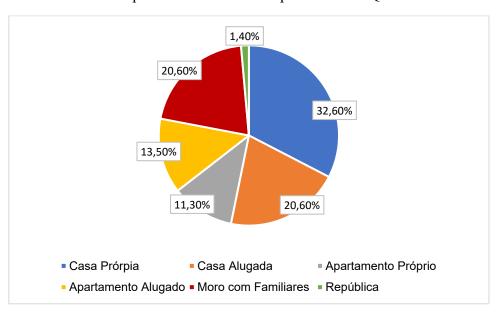
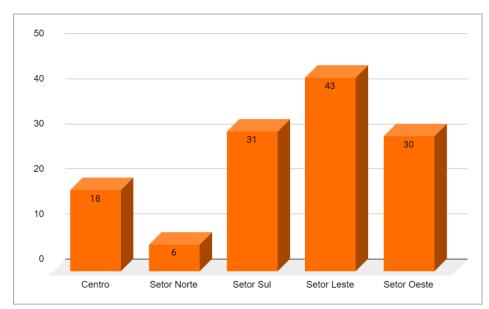


Gráfico 6. Tipo de Moradia dos Respondentes do Questionário

Org: BICALHO, B. (2022).

Quanto à renda mensal, verificou-se que 63,2% dos respondentes vivem com uma renda de um a três salários mínimos<sup>22</sup>, 14,9% informaram que possuem uma renda de quatro a cinco salários mínimos, 7,8% de seis a nove salários mínimos, 7,8% recebem mensalmente um valor menor que um salário mínimo e ainda 6,4% possuem uma renda maior que dez salários mínimos.

Quanto ao bairro onde os respondentes residem, foram registradas ao todo 131 respostas e as informações adquiridas foram sistematizadas através do gráfico 7.



**Gráfico** 7. Localização Habitacional dos Respondentes (2021).

Org: BICALHO, B (2022).

Constatou-se que o bairro que abriga o maior número de respondentes foi o Santa Mônica, localizado no Setor Leste de Uberlândia, que totalizou 43 respostas. Os Setores Sul e Oeste contabilizaram 31 e 30 respostas, respectivamente, seguido do Centro, com 18 respostas e por último o Setor Norte, com apenas seis respostas. Ressalta-se ainda que, das 131 respostas contabilizadas, um corresponde à zona rural e outras duas respostas inconclusivas por se tratarem de respostas que não contemplam a pergunta em questão.

De modo geral, no que diz respeito ao perfil socioeconômico dos respondentes, nota-se que se trata de pessoas com um fácil acesso à informação acerca das questões que envolvem a temática do questionário em questão. Prevaleceram pessoas com etnia branca, em sua maioria

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Considerando o valor do salário mínimo atual, equivalente a R\$ 1.212,00 (mil, duzentos e doze reais), ou \$284,94 (duzentos e oitenta e quatro dólares).

do sexo feminino, relativamente jovem com até 40 anos de idade, com ensino superior completo ou incompleto ou com pós-graduação, com cargos públicos ou com atividades no setor terciário, com moradia própria, renda mensal de até três salários mínimos, habitando majoritariamente no Setor Leste.

### • Resultados da Pesquisa

É de 81,6% o índice que contabiliza a porcentagem de indivíduos na pesquisa que possuem total ciência acerca do direito à moradia e a função social da propriedade, previstas na Constituição, ou mesmo já ouviram falar, enquanto 18,4% responderam não ter conhecimento sobre a temática.

No questionamento em relação à especulação imobiliária e como ela se manifesta em Uberlândia, 82,3% têm total ciência sobre o tema ou mesmo já ouviu falar sobre. Enquanto 17,7% nunca ouviram falar.

No que diz respeito ao Estatuto da Cidade, 35,7% afirmam ter total ciência sobre o tema, ao passo que 35,7% afirmam que já ouviram falar, mas não sabem muito sobre e, 28,6% nunca ouviram falar. Do público que respondeu SIM à essa questão, 34,7% afirmam saber qual a função do Estatuto da Cidade, enquanto 32,3% não saber muito sobre e 33,1% afirmaram não saber qual a sua função.

No que concerne às questões acima evidenciadas, foi elaborado um questionamento sobre como os indivíduos obtiveram acesso a tais informações. Nessa pergunta foi indicada a possibilidade de marcar mais de uma opção e o resultado das respostas foi sistematizado a partir do gráfico 8.

Observa-se que a fonte de informação mais acessível acerca dos temas propostos é através da internet, contabilizando 107 respostas, o que corresponde a 75,88% dos respondentes. A segunda opção mais votada foi por meio da sala de aula, com 72 votos, outras opções indicadas ainda foi a através de conversas informais, com 67 votos, e por meio de material científico, com 65 votos. Revela-se, portanto, a predominância de um público acadêmico e com fácil acesso aos meios de comunicação.

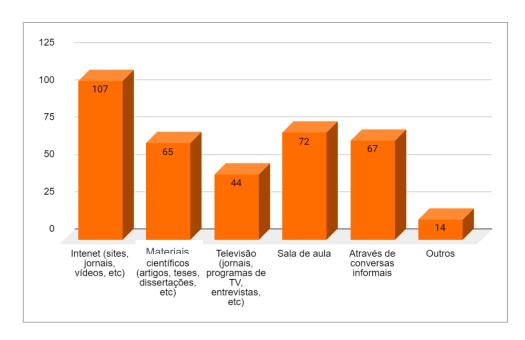


Gráfico 8. Relação das Principais Fontes de Informação dos Respondentes

Org: BICALHO, B (2022).

Dos 141 respondentes, 74,5% afirmaram ter ciência de que o processo de formação de vários bairros em Uberlândia teve sua origem a partir de uma ocupação irregular, enquanto 25,5% afirmaram não saber de tal informação. Acerca da terminologia utilizada para se referir aos terrenos ocupados de maneira ilegal, foram apresentadas três opções: "assentamentos irregulares", com 77,3% dos votos, "invasões", com 11,3% dos votos e "outro", contemplando 14,2% dos votos. As informações foram sistematizadas a partir do seguinte gráfico:

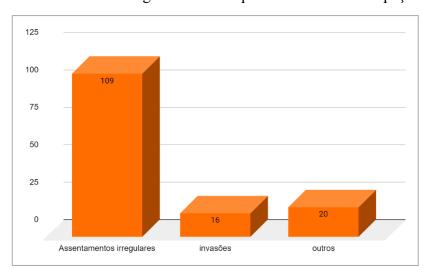


Gráfico 9. Terminologias Utilizadas para se Referir às Ocupações

Org: BICALHO, B (2022).

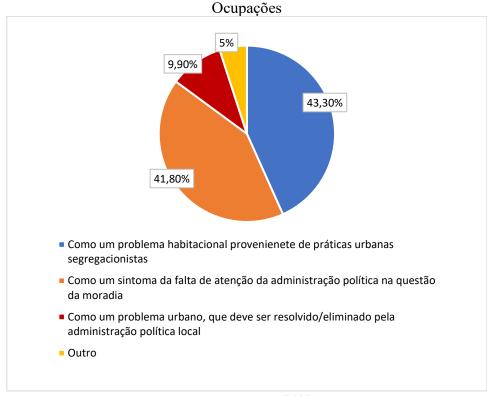
Ressalta-se que o termo "ocupação" não foi inserido nas opções acima pelo receio de que a resposta poderia vir a ser induzida pela pesquisadora, já que a mesma utiliza o termo em outros momentos no questionário. Entretanto, os respondentes que marcaram a opção "outro", identificaram os seguintes termos: uma resposta para "bairro por direito", uma resposta para "apropriação", uma resposta para "compra de terrenos/herança" e 15 respostas para ocupações com variações na terminologia (ocupação urbana, ocupação espontânea, ocupação irregular e ocupação com vista à moradia social).

Foram identificadas ainda duas respostas dissertativas que não se encaixaram na categoria: "o poder público não se importa com a falta de moradia, pois em época de eleições esse lugar (referindo-se às ocupações) serve pra fazer promessas que nunca serão cumpridas." e "Eu não acho certo nenhum tipo de invasão, eu acho que os prefeitos deviam fazer mais conjuntos com as prestações mais em conta".

No que diz respeito a conhecer as ocupações *in loco*, 67,4% afirmam já ter visitado uma ocupação, enquanto 27,7% afirmam não ter visitado, porém, já viram através da mídia e, 5% afirmam que nunca estiveram em uma ocupação.

Foi questionado também a opinião dos respondentes sobre quem é a população que habita nesses espaços. Nessa etapa foi permitido marcar mais de uma opção totalizando 314 interações das quais, 111 indicaram que se trata de "pessoas incluídas na categoria de baixa renda que não tem onde morar"; 50 indicaram que são "pessoas incluídas na categoria de baixa renda que tem onde morar mais não possuem imóveis próprios"; 50 respostas para "pessoas que se organizam para adquirir terrenos de maneira conjunta"; 18 respostas para "pessoas que se aproveitam da legislação para aumentar seu patrimônio"; 84 respostas para "Em sua maioria, pessoas que não tem onde morar, mas também composto por indivíduos que se aproveitam da situação para adquirir terrenos e aumentar o seu patrimônio". Houve ainda uma indicação de resposta para a opção "outro", no qual o respondente especificou a ocorrência também de pessoas vindas de fora do país, tais como haitianos, bolivianos e angolanos, os quais vão para as ocupações em busca de melhores condições de vida do que em sua terra natal.

Elaborou-se ainda uma questão acerca de como respondente percebe a formação das ocupações dos sem-teto em Uberlândia e os resultados foram sistematizados a partir do gráfico 10.



**Gráfico 10**. Uberlândia – MG: Percepção dos Respondentes Sobre a Formação das

Org: BICALHO, B (2022).

Nota-se que 43,3% possuem consciência de que se trata de problema habitacional proveniente de práticas urbanas segregacionistas, enquanto 41,8% entendem como um sintoma da falta de atenção da administração política na questão da moradia e 9,9% como um problema urbano, que deve ser resolvido/eliminado pela administração política local. Contatou-se ainda sete repostas marcaram a opção "outro", das quais três respondentes indicaram que se trata de uma junção da primeira e da segunda opções, um indicou "alto custo e baixa renda", um indicou "Como um problema social, de desigualdade de renda; e habitacional, de exclusão na ocupação do espaço", um indicou que se trata de uma junção de todas as três opções e, ainda, uma indicação para "não tenho uma opinião ainda".

Sobre a paisagem que as ocupações representam no cenário urbano, permitindo-se marcar mais de uma resposta, foram contabilizadas 201 interações das quais 124 votos foram para a opção "São paisagens que claramente refletem a necessidade de uma infraestrutura urbana e de uma maior atenção por arte da administração pública nesses locais", 48 votos para "transcrevem um certo desconforto e uma ideia dedes continuidade no urbano", 16 votos para "possuem certa beleza, proveniente do simbolismo da pobreza e resistência que essas ocupações

representam no espaço urbano" e ainda 13 votos para a opção "são esteticamente feias, estragam a imagem da cidade e não deveriam existir no urbano".

No que se refere aos aspectos sobre a segurança nas ocupações, contabilizou-se 172 interações, permitindo marcar mais de uma opção. O resultado alcançado foi de 76 votos que consideram que são locais relativamente seguros e a imagem da falta de segurança e altos índices de criminalidade são transmitidas pela mídia para a população a partir de uma visão tendenciosa e pejorativa; 51 votos que indicam que são locais com altos índices de criminalidade e que oferecem pouca — ou praticamente nenhuma — segurança para moradores e visitantes; e ainda 45 votos para a opção "locais seguros para a população que ali reside porém, perigosos para quem visita".

Quanto à opinião dos respondente sobre a ação de movimentos de luta pela moradia no processo de consolidação das ocupações, permitindo-se marcar mais de uma resposta, foi contabilizado ao todo 197 interações, das quais houve 89 manifestações que concordaram que essa articulação é extremamente importante, visto que os movimentos agem em função de se garantir o direito à moradia e 57 votos para "Promovem um importante papel nesse processo de ocupação porém existem algumas ressalvas a serem feitas". Em contrapartida, foram 18 votos para "acho um desrespeito com a propriedade privada, visto que os movimentos colaboram com o processo ilegal de ocupação de terrenos", 29 votos para "acho problemático pois, parte dos problemas ambientais urbanos se dão em função da ocupação indevidamente planejada desses espaços" e ainda quatro manifestaram-se indiferentes ao assunto.

No que diz respeito à qualidade de vida da população que habita as ocupações, permitindo-se marcar mais de uma opção, houve 173 interações das quais 120 respondentes concordaram que a população das ocupações possui baixos níveis de qualidade de vida, comparado à população com acesso à moradia na cidade de Uberlândia; 42 indivíduos manifestaram-se na opção "possuem certo nível de qualidade de vida, mas com ressalvas em função da infraestrutura habitacional e acesso aos serviços básicos (transporte, educação, saúde, etc.)"; oito votos para "o nível de qualidade de vida dessas pessoas é ditado em função de uma escolha pessoal em habitar nesses locais" e ainda, três votos para "possuem um considerável nível de qualidade de vida, assim como quaisquer outros habitantes da cidade.

Acerca da relação entre as ocupações e o poder público, 123 pessoas concordam que apesar das ocupações surgirem através da ilegalidade, ainda assim, o poder público deve fornecer serviços básicos a essa população. Em contrapartida, 13 manifestaram-se contra a

obrigação do poder público de fornecer quaisquer tipos de serviços a essa população. Houve também cinco respondentes que indiferentes à questão proposta.

Por último, foi questionado ainda sobre o fornecimento de serviços à população semteto residente nas ocupações, permitindo-se marcar mais de uma opção, ao todo foram contabilizadas 861 interações, às quais foram sistematizadas por meio da tabela abaixo:

**Tabela 5**. Contagem das Respostas Associadas ao Fornecimento de Serviços à População Sem-teto

SERVIÇOS	VOTOS	%
Acesso à educação	83	9,6
Tratamento de água e esgoto	82	9,5
Recolhimento de lixo	81	9,4
Acesso à saúde e bem-estar	79	9,1
Acesso à auxílios sociais	77	9
Provimento de energia elétrica para as residências	75	8,7
Segurança	73	8,47
Trabalho	72	8,3
Mobilidade e transporte	71	8,2
Provimento de asfalto e calçadas nas ruas	67	7,8
Esporte e lazer	62	7,2
Acesso à cultura (cinema, teatro etc.)	58	6,7
Acesso à internet	54	6,2
Nenhuma das alternativas anteriores	3	0,3
TOTAL	861	100%

Org: BICALHO, B (2022).

De modo geral, constatou-se que a maioria dos respondentes possuem acesso à informação a questões que envolvem o direito à moradia, à função social da propriedade, Estatuto da Cidade ou mesmo sobre as causas e consequências da especulação imobiliária em Uberlândia, sendo que a principal fonte de informação dos mesmos é através da internet.

Foi possível identificar na amostra estabelecida que se trata de indivíduos que utilizam os termos "assentamento" ou "ocupação", que possuem consciência do processo irregular de formação de vários bairros e que, em sua maioria, afirmam já ter ao menos visitado alguma ocupação. São pessoas que compreendem, de modo geral, que se trata de um problema habitacional que surge pela união de práticas segregacionistas e da má administração pública; que a população que habita as ocupações são pessoas de baixa renda, que possuem a urgência de uma necessidade habitacional, que é refletida da paisagem urbana dessas ocupações; mas que, também, existe uma parcela desses indivíduos que se aproveitam da situação para adquirir terrenos.

No quadro geral, os respondentes compõem um perfil que consideram as ocupações urbanas como locais relativamente seguros para seus habitantes e concordam com a articulação dos movimentos de luta por moradia na formação das ocupações, com ressalvas, e consideram que o poder público possui obrigação de fornecer serviços básicos para esses moradores que se encontram à margem do mercado habitacional.

Ressalta-se ainda que as respostas aqui registradas contemplam apenas uma amostra e que não é possível tomar os resultados dessa análise como dados oficiais, pois, o conjunto de informações sistematizado através do questionário em questão não releva a opinião da população uberlandense como um todo, mas sim como uma pequena parcela. Portanto, também foi realizada uma busca, nas redes sociais, de notícias que envolvem a temática das ocupações em Uberlândia com o intuito de analisar as interações e os comentários. A alguns dos resultados obtidos encontram-se exemplificados a seguir.

Na rede social *Facebook*, foi encontrada uma postagem de uma página voltada para publicações de notícias acerca da cidade de Uberlândia, na qual, no dia 14 de maio de 2020, a página publicou uma fotografia aérea noturna do bairro Élisson Pietro, com iluminação pública com LED's e o principal comentário encontrado foi "INVASÃO!".

Em setembro de 2018, a CEMIG compartilhou publicação de uma reportagem da TV Vitoriosa sobre a instalação de postes de energia elétrica no Élisson Pietro. Nessa postagem foram identificados alguns comentários de usuários da rede:

Cemig 🔮 15 de setembro de 2018 ⋅ 😵 O Bairro Élisson Prieto, antigo assentamento do Glória, começou a dar seus primeiros passos rumo a sua regularização. Deixou invadir agora aguenta .. kkkkkkkk Após a abertura das primeiras ruas, a Cemig começou a instalar os primeiros postes Eu aqui trabalhando e pagando energia cara enquanto de energia elétrica nesta semana, o que mudará a realidade de seus moradores. uns querem de graça! **O** 5 Se não paga , tem q corta ! Deixa eu não paga a minha eles vem e corta é justo uai . E nós que pagamos a conta desse povo, vamos ter o dinheiro de volta? Cemig arrombando o bolso dos mineiros Curtir Responder 1 a Curtir Responder 3 a Este prefeito não vale a água que bebe deixar fazer isto com o povo pobre se fosse rico ninguém tocava a mão neles no Brasil oque manda e o dinheiro mesmo i **30** 7 Responder V9VITORIOSA.COM.BR Cemig começa a instalar os primeiros postes de energia elétrica no Bairro Élisson Prieto, antigo assentamento do Glória | v9 **(1)** 59 26 comentários 12 compartilhamentos

Figura 48. Comentário de Usuários do Facebook em Publicações Sobre as Ocupações.

Fonte: *Facebook* (2018). Org: BICALHO, B (2022).

No comentário à esquerda, o usuário da rede se mostra insatisfeito com a publicação e sugere que o aumento do custo da conta de energia é consequência da instalação elétrica de espaços cuja origem é irregular. À direita, outros usuários demostram sua insatisfação com a instalação do serviço e utilizam como principal argumento a questão do pagamento individual pelos serviços de fornecimento de energia elétrica.

Outro exemplo que chamou a atenção para essa discussão, foi uma publicação, de 2020 do jornal Diário de Uberlândia, que relatava a visita de Guilherme Boulos à cidade para cobrar respostas sobre a morte do morador da ocupação Fidel Castro que foi assassinado por policiais militares. A publicação e os comentários encontram-se a seguir:

Diário de Uberlândia

12 de março de 2020 · ♥

OCUPAÇÃO FIDEL CASTRO

Coordenador do MTST se reuniu com promotores de Justiça que investigam o assassinato. Movimento alega que policiais militares executaram Daniquel Oliveira, de 40 anos. #uberlândia #guilhermeboulos #visita #mtst #diáriodeuberlândia

DIARIODEUBERLANDIA.COM.BR

Em visita a Uberlândia, Boulos cobra respostas sobre morte de morador de ocupação

\$\text{\$59}\$ comentários 35 compartilhamentos

**Figura 49.** Publicação de Postagem Sobre a Visita de Guilherme Boulos em Uberlândia (2020).

Fonte: Facebook (2020). Org: BICALHO, B (2022).

Apesar da notícia tratar da cobrança da investigação de um possível assassinato por parte da polícia, o que se observa pelos comentários (figura 45) é de uma total falta de bom senso dos indivíduos que se manifestaram. Comentários de apoio a ação policial, bem como muitas críticas à visita de Guilherme Boulos, algumas até com caráter ofensivo, foram comuns nas postagens.

Essas interações foram inseridas nesta análise com o intuito de demostrar e exemplificar que existe uma parcela da população que discorda totalmente das ocupações e da opinião do perfil dos respondentes do questionário proposto. Os comentários deixam visível o predomínio de manifestações que discordam, criticam e até mesmo criminalizam as ocupações e os envolvidos por trás desse processo. Isso revela não compreensão, por parte desses indivíduos, das questões que envolvem o direito à habitação e à legislação em torno dessa temática. Portanto, trata-se de um assunto delicado, que possui uma necessidade de se promover

discussões e orientações para a população a respeito do tema e da realidade das pessoas que habitam esses espaços.

Invasão agora mudou de nome, engraçado vc vai nesses lugares os tais coordenadores e muitos lá tem 3, 4, 5 terrenos, sabem que mais cedo o mais tarde vai regularizar e aí é dinheiro no bolso, no glória foi assim é nos pagadores de impostos que se viramos para comprar com casa na puta que pariu tendo de pagar caro. Esse país é uma palhaçada, condescendência com vadiagem Curtir Responder 2 a que bosta ein Boulos em Uberlândia que fase Curtir Responder 2 a Acabou a mamata para estes vagabundos 66666 Ainda perdem tempo com esse tipo?! Curtir Responder 2 a VAGABOULOS 👝 Curtir Responder 2 a este vai invadir terreno no inferno kkk Curtir Responder 2 a se estivesse trabalhando não iria acontecer isto, simples! Curtir Responder 2 a Túlio Brayner Martins Que esse bosta suma da nossa cidade. Comunista filho da puta. Curtir Responder 2 a Gilvan Ribeiro Gilvan Ribeiro Vishi, haja cadeado para eu por na minha casa Curtir Responder 2 a Cypress Nas Terrorista tem é que prender. Curtir Responder 2 a Editado Luiz Carlos Junior Sai filhote do cão... ტ Curtir Responder 2 a Cypress Nas
Todo mundo tranque as casas, o invasor chegou! Curtir Responder 2 a

Figura 50. Comentários de Usuários do Facebook Sobre a Postagem

Fonte: *Facebook* (2020). Org: BICALHO, B (2022).

## 4.2 Olhar dos Agentes Envolvidos na Luta pela Moradia

Com o intuito de reunir informações e esclarecimentos sobre as ocupações e compreender um pouco da visão de quem lida diretamente com a população sem teto em Uberlândia, buscou-se para este trabalho realizar entrevista com responsáveis pelos trâmites organizacionais e jurídicos das ocupações. Dentre os indivíduos procurados, o advogado Igino Marcos Oliveira, responsável pela regularização fundiária das ocupações, mostrou-se acessível e nos concedeu uma entrevista para este trabalho. Ressalta-se que a entrevista realizou-se em 28/03/2022, foi gravada, transcrita e a divulgação das informações obtidas através da mesma foi autorizada pelo entrevistado.

Da seguinte forma:

Buscando conhecer o entrevistado, realizou-se uma série de perguntas introdutórias acerca de sua vida, de seu trabalho e de sua trajetória.

Bom, eu cheguei em Uberlândia em 1991 e em 1992 eu fui morar em uma república de estudantes que eram agentes pastorais, ligados à Pastoral da Terra. O Tião Elias que foi da saúde (enfermeiro) até hoje tem um trabalho social muito bacana. O Marcelo Rezende, hoje ele tá na Venezuela, não não, tá em Cuba trabalhando em um organismo da ONU e com Frei Rodrigo, que até hoje mora em Uberlândia e tem como principal atividade o combate à mineração. Eu escolhi o direito por conta de uma conversa com o Tião. Eu tava escolhendo o meu curso e já estava visitando as ocupações em 1991, vai fazer 30 anos. Capaz que você não tinha nem nascido. Me perguntaram: Você quer fazer faculdade de que? Eu não sei não, só sei que eu não quero ser nem advogado e nem professor. Professor porque não sou bom pra falar em público e advogado porque tudo ladrão. Aí ele falou assim: Você está enganado, aqui tem a Dra. Marilda (ela tá na luta já antes de mim) que tem um trabalho muito importante na luta dos sem terra, defende, consegue muitas conquistas, então eu me encantei. Então eu sou uma das poucas pessoas que escolheu a profissão dois anos antes (de cursar) e faz o que eu faço antes de entrar na faculdade, eu acompanho a luta pela terra desde essa época (Entrevista realizada 28. Mar. 2022).

A respeito de sua relação profissional com a luta pela moradia, o entrevistado complementa:

E, assim, de modo bem resumido, acompanhei principalmente a luta pela terra rural até 1991/1992/1993, depois passei mais pra luta urbana, até porque a reforma agrária entrou em crise, houve muita dificuldade em conseguir desapropriações e tudo, e essas lideranças do campo vieram pra cidade. O Glória é um exemplo. O Marrom era do MST e foi da ocupação do Glória. E eu tive 4 anos no governo federal, representei um ministro do estado durante quatro anos no governo Lula, fui delegado federal do MDA, ficava em Belo Horizonte, rodava

o estado e tive a oportunidade de conhecer muitos assentamentos de reforma agrária, muitas comunidades de agricultura familiar e trabalho com políticas públicas. Voltei (acho que foi em 1996 que eu voltei do governo, ou 1997) e de lá pra cá 90% do que eu faço é trabalhar com defesa possessória e regularização fundiária urbana. De três anos pra cá eu montei uma empresa, chama SITURB, que tem uma equipe multidisciplinar, uma equipe de arquitetos, etc, para fazer regularização fundiária e é isso. Hoje eu acompanho, aproximadamente, uns 40 grupos que lutam por moradia, o Fidel do MTST é um deles e já acompanhei, sem exageros, umas 15 mil famílias que lutam por moradia aqui em Uberlândia e na região. Acho que esse é um resumo da minha apresentação (Entrevista realizada 28. Mar. 2022).

Vivemos em um modelo de sociedade onde entendemos a moradia, que se configura como um direito básico de todo ser humano, como algo que é negado a determinada parcela da população. Então se você possui poder aquisitivo, você pode comprar a sua moradia onde você bem entender. Caso não tenha, lhe sobram poucas opções. Para além disso, nós temos a propriedade privada e a concentração fundiária em nosso país que é estruturada já desde o processo de colonização, que é algo que parece acompanhar toda a história do Brasil ao longo do tempo. Diante desse cenário, foi questionado ao entrevistado como o mesmo compreende a ação dos movimentos sociais em prol do direito à moradia. Segundo ele:

É essencial. Começou com as ligas camponesas, na verdade, com Francisco Julião lá de Pernambuco, estimulou as ocupações. Aí veio o golpe militar e deu uma esfriada. Depois veio o MST com a democratização e o MST é o pai de quase todas as lutas. Ele faz uma proposta de pressão ao Estado, que é organizar os trabalhadores pobres, ocupar latifúndios improdutivos e pressionar para que o INCRA cumpra o que está na constituição que é fazer a desapropriação. O MTST e outros movimentos rurais e urbanos, nasceram dessa inspiração, então eles são fundamentais. Tem muitos vícios, tem problemas, mas sem os movimentos sociais a sociedade brasileira seria muito pior e com muito mais injustiças do que já tem (Entrevista realizada 28. Mar. 2022).

Um outro questionamento feito ao entrevistado foi a respeito do papel do Estado brasileiro diante da problemática da moradia e da possibilidade de outras alternativas além das reformas agrária e urbana para se resolver os conflitos que envolvem a terra.

[...] assim, eu sou do time que acha que o Estado não é um ente apartado da realidade. Então assim, ocupar o poder igual o Lula ocupou ou a Dilma ocupou, significa um passo importante mas ele não diz muito. Se não tiver outros elementos como culturais e de movimentos organizados, não há vontade política que resolva. A reforma agrária é

um ótimo exemplo. O método do MST funcionou muito bem até Fernando Henrique Cardoso. Não lembro do decreto nem do ano, mas eles promoveram um decreto com uma medida provisória que estabeleceu que terras ocupadas não serão desapropriadas, então juntando essa legislação com a alta capacidade dos advogados do latifúndio, isso inviabilizou a reforma agrária. Então não adianta. Se falar assim, no ano que vem o Lula vai fazer a reforma agrária, ele não vai conseguir. Porque a reforma agrária, a desapropriação é um ato judicial, não é um ato administrativo do INCRA só. Você tem um ato administrativo e depende depois de uma ação judicial para desapropriar a área. Então não é só a vontade política do Estado. Nós temos que ter movimentos políticos organizados, nós temos que ter uma população que quer a reforma agrária, se não, não vai ter. E precisávamos atualizar a legislação referente à desapropriação para permitir, de forma mais fácil, que o governo conseguisse tomar as áreas e indenizar os fazendeiros e distribuir. E serve pro urbano também, no urbano é mais grave ainda, porque você depende de uma gama de vereadores que, na sua maioria, foi financiada pelas empresas imobiliárias e que fazem loteamentos na cidade, então é muito difícil (Entrevista realizada 28. Mar. 2022).

O entrevistado discorreu ainda sobre a importância da moradia na vida do ser humano, enquanto algo que expressa um valor, uma base para a vida, cujo significado vai muito além de uma mera construção física.

Moradia é quase que a base de todos seus direitos, é lá que você vive com a sua companheira ou companheiro, que você cria seus filhos, é lá que você faz a sua alimentação diária, que você toma seu café da manhã. Então, moradia é o início de quase tudo, e muita coisa tá ruim porque as moradias são muito difíceis pra quem não tem dinheiro. Até mesmo para as crianças, se você não tem um quarto, uma cama. Já vi muitas palestras de filósofos e teóricos dizendo que aquela criança que não tem um berço, um lugar de referência, difícilmente depois ela consegue se equilibrar, porque você não tem um chão pra você pisar. Então assim, casa não é só a casa, ela é a base de tudo (Entrevista realizada 28. Mar. 2022).

Apesar de já ter falado um pouco sobre isso no início da entrevista, o advogado contou com maiores detalhes como o mesmo começou a advogar nas causas do Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Igino revelou que, na verdade, foi o MTST que o encontrou juntamente ao grupo de pessoas com quem ele trabalhava junto à Pastoral da Terra. A partir de então, o MTST foi convidado por eles a vir para Uberlândia diante da necessidade de um movimento que atuasse diretamente em função de se garantir o direito à moradia para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Não foi o MTST que me encontrou. Nós é que convidamos eles para virem pra cá. Nós percebemos que precisava de movimento social em Uberlândia e vendo a presença do Boulos no Jornal Nacional (na época eu assessorava o Marquinho Mega Box) e pedi pra secretária, acha esse cara que eu quero falar com ele. Demorou até a gente conseguir contato, eu liguei, a mulher dele que atendeu, nós chamamos o Boulos e ele veio. E aquela área onde o MTST ocupa hoje, nós que já conhecíamos aquela realidade, sabíamos da fragilidade dos documentos, da posse, nós ajudamos a organizar as lideranças, que vieram principalmente do Maná e ocupou. Então, eu quase que era coordenador. Hoje eu tenho algumas dificuldades de convivência com o MTST. Se eles pudessem, eles trocavam de advogado, mas eu continuo advogando lá. Pierre Cordier que fala isso, "as disputas mais duras são no próprio campo", então quanto mais a gente faz, mais difícil fica a convivência. Mas eu tenho muito respeito por eles, principalmente pelo Boulos, e eu espero que o MTST consiga continuar dando a linha no Brasil e apontando caminhos (Entrevista realizada 28. Mar. 2022).

Durante a entrevista surgiram algumas falas do entrevistado que sugeriram não haver dúvidas entre a estreita relação do campo com a cidade e os movimentos sociais que atuam em ambos. Foi esclarecido que a necessidade da reforma urbana vem acompanhada, também, pela necessidade da reforma agrária pois, as ocupações são um sintoma da concentração fundiária que se intensifica primeiramente no campo e posteriormente no urbano. Nesse sentido, Igino esclarece:

A relação, ela é evidente. Por comum é o método, ocupar e pressionar o poder público. Em Uberlândia, chegou a existir oito movimentos de luta pela terra mas acho que não tem mais nenhum. Tem o MTST que é mais ou menos organizado, que foram esperados no método, ocupar e pressionar o INCRA. E aí, quando o governo dificulta a reforma agrária, o povo vem para o urbano. Em Uberlândia chegou a ter doze movimentos de luta pela moradia, hoje tem só o MTST enquanto movimento, mas você tem várias lideranças no meio urbano que vieram do rural. Só que existem conflitos né, o MST compõe uma rede de luta nacional MST compõe outra. Se organizam mas tem muitas diferenças sim entre eles, o MST e o MTST (Entrevista realizada 28. Mar. 2022).

Um importante questionamento levantado na entrevista foi a respeito do processo que envolve a estruturação e concretização das ocupações urbanas e como os movimentos sociais se organizam no sentido de viabilizar e colocar em prática esse processo. A respeito da referida questão, Igino esclarece:

[...] não tem um roteiro. Cada uma das ocupações exigiria talvez uma tese, vou te dar alguns exemplos. No dia que ocuparam o Santa Clara, ocuparam o Maná. São duas grandes ocupações. Quem organizou a ocupação do Santa Clara foi o Chicão Periferia e aí anunciou-se, naquela época, na região inteira, então a polícia sabia porque é muito

dificil esconder. O Chicão tentou ocupar o Santa Clara e um outro grupo achou que a ocupação seria na área do Maná e ocuparam. E no Maná deu certo uns dias e o Chicão demorou pra ocupar o Santa Clara mais 15 dias depois. Aí o grupo do Maná foi se organizando como MSC (até hoje lá é o mesmo grupo que coordena). O Chicão não chegou a coordenar nunca o Maná, mas o pessoal, só pelo nome do Chicão, ocupou o Maná. Essa foi uma das mais espontâneas das ocupações. Aí você pega uma mais antiga (isso aí foi 2012/2014). Agora uma de 2001/2002 que foi o São Francisco, Joana D'arc, uma região que também da uma tese, a região envolve grilagem de terra, Virgílio Galassi, Tubal Vilela, Costa Silva, Costa Azevedo, mas o fato é que aquela área um dia foi do Major Costa Azevedo em 1968 e depois teve uma série de golpes e grilagens de terra que fizeram com que os herdeiros do João Costa Azevedo, até hoje não recebesse as heranças. E parte dos herdeiros, que articularam com uma liderança muito importante pra você conhecer, caso você for entrevistar, chama Paulinho, uma liderança analfabeta mas extremamente preparada e que fez a ocupação daquela área. Ocupou porque sabia que tinha grilagem de terra, resto de área e o pessoal ali ocupou. Você tem, o Fidel Castro, foi mais ou menos o que te contei, tem matrícula sobreposta a CCO (palavra não compreendida) devia milhões de reais, então não existe uma receita, cada ocupação tem uma historiazinha a se contar (Entrevista realizada 28. Mar. 2022).

O entrevistado também foi questionado sobre o conhecimento de algum levantamento que revele, em dados quantitativos, o número de ocupações urbanas a população residente nas mesmas, em Uberlândia.

Eu acho que quem sistematiza, além da prefeitura, é a CPT, Pastoral da Terra. Nós apontamos que tem 135 mil pessoas que moram em áreas irregulares. Nós dizemos que existem em torno de 114/120 chacreamentos irregulares na área rural. Deve ter em torno de 60 ou 70 núcleos irregulares em Uberlândia. Alguns muito grandes, como o São Francisco e Joana D'arc, que o Odelmo disse que regularizou e até hoje está irregular. O Dom Almir, todo irregular. Se tem 2 mil famílias no Morada Nova, nós temos condições de apontar onde é que estão essas 135 mil pessoas (Entrevista realizada 28. Mar. 2022).

Durante o desenvolvimento deste trabalho, surgiram algumas dúvidas sobre a existência de uma questão política por trás da ocorrência das ocupações em Uberlândia. Pressupõe-se que se revelaram um considerável número de ocupações próximo ou mesmo no período de vigência de governo do ex-prefeito Gilmar Machado (2013 a 2016). Essa colocação foi revelada ao entrevistado e, diante do exposto, o mesmo esclareceu:

[...] isso é uma construção da elite de Uberlândia que diz que durante o governo do Gilmar teve mais ocupações que no resto. Eu vou te falar que bairro São Francisco e Dom Almir, Joana D'arc, Zaire Rezende, tudo muito anterior e são bairros enormes. O Morada Nova inteiro,

bairro Tocantins também, todos os distritos, não ocorreram na época do Gilmar. O Glória inclusive foi no governo do Odelmo a ocupação. Antes do governo do Gilmar entrar. Agora, ocorreram algumas ocupações durante o governo do Gilmar, parte delas tiveram despejo. Então, acho que o que diferencia é o trato. Com o Odelmo é pancada. O Gilmar se reunia conosco uma vez por mês. Então o Gilmar conseguiu desapropriar a parte do Maná (¾), foi em Brasília várias vezes pra ajudar a resolver a questão do Glória. Então eu acho que existe uma sensibilidade muito maior nos governos de esquerda mas não é verdade que é só nos governos de esquerda que acontecem. E a maioria não foi durante o governo do Gilmar. Uberlândia tem uma história de luta pela terra anterior e os chacreamentos são mais na época do Odelmo, que é uma imobiliária que vai e comete crime vendendo de forma irregular (Entrevista realizada 28. Mar. 2022).

Uma outra colocação, ainda, foi colocada em pauta durante a entrevista. Pressupõe-se a influência de uma questão político partidária no que diz respeito à aprovação da legislação de regularização fundiária em Uberlândia. Suspeita-se que escandaloso caso de corrupção revelado em 2019, que exonerou vinte vereadores do exercício de seus cargos, tenha contribuído para a aprovação da lei de regularização fundiária do município, visto que, muitos desses vereadores tinham um posicionamento contrário à aprovação da lei em questão.

Eu penso que não foi nessa época que foi aprovada a regularização fundiária. A regularização fundiária, em Uberlândia, ela vem encomendada pelos donos de chácaras das beiras das represas. Por isso que a lei (a ReUrb) foi aprovada, não foi pra regularizar o Dom Almir, o Prosperidade. Como é supervalorizado na beira da represa (que é invasão, lá é irregular) e como eles queriam criar um complexo turístico daquela região, eles criaram essa lei só pra isso. Só que nós, da pastoral e o povo da nossa empresa, estávamos muito preparados pra discutir. Aí nós fomos no ministério público "uai, vai criar só o ReUrb pros ricos? Cadê a ReUrb pros pobres?". Então eu não vejo nenhuma relação entre a prisão dos vereadores e a aprovação da ReUrb. E até porque mesmo a lei não permite regularizar áreas públicas e 90% das áreas onde tem pobre é área pública. Então continua ainda o espírito da lei municipal pra regularizar só as casas dos bacanas (Entrevista realizada 28. Mar. 2022).

Foi esclarecido ao entrevistado que essa dúvida/proposição surgiu a partir da leitura de algumas reportagens de jornais da mídia local e o entrevistado se disponibilizou a ler as notícias, a discutir e esclarecer quaisquer outras dívidas relacionadas e reafirmou que o mesmo não vê nenhuma relação entre uma coisa e a outra. Igino também comentou um pouco sobre o perfil das pessoas que residem as ocupações.

Tem de tudo. A maioria das pessoas, 90%, é gente que está fugindo do aluguel, 80% pra não errar. Agora esses 20% que restam é gente que "ó ja tenho minha casa aqui mas quero pegar mais uma, quero ver se eu pego um terreno", tem esse tipo de coisa. Mas 80% das pessoas que vão para as ocupações vão atrás da primeira casa, e muitos deles são pedreiros e domésticas, e fugiram do aluguel que é insuportável, é impossível você pagar o aluguel e comprar roupa, e comprar material escolar para as crianças, e comprar comida. Então 80% é fugindo do aluguel (Entrevista realizada 28. Mar. 2022).

No que diz respeito à relação entre as ocupações e a mídia local, o entrevistado também esclarece:

Eu tenho tido uma relação, há mais de 10 anos, muito boa com a Globo e com o SBT. Eles têm dado espaço que eu acho que em muitos lugares do Brasil não tem. Acho que nós conseguimos influenciar as duas redações ao ponto de, por exemplo, hoje, que tem iminência de despejo na comunidade chamada Renascer, que fica entre o Parque do Sabiá e o Dom Almir. Eles estão tão preocupados com o despejo quanto nós. O povo da redação da Globo me liga de cinco em cinco dias para saber se o juiz se suspendeu ou não suspendeu, se o Ministério Público já está atrás de casa. Então eu acho que pelo menos em Uberlândia dá pra dizer que a mídia, pelo menos desses dois veículos (SBT e Globo), eles relatam os fatos, e tem mostrado, a última matéria que teve sobre a Renascer, eles pegaram uma família de catadores de papel que tem renda de 800 reais por mês e mostraram a vida deles e o barraco deles e mostraram outra família onde tem um cadeirante e um senhor com câncer, então eu tenho a dizer que a mídia em Uberlândia tem sido muito séria na reprodução das notícias. Talvez alguns meios de comunicação cheguem a ser tendenciosos, mas eu não posso reclamar. No Glória, por exemplo, a Globo fez uma série de 3 dias de matéria, entrando de casa em casa, ouvindo depoimentos, mostrando a nossa versão e não teria sido possível ter conquistado o Glória se a imprensa não tivesse sido imparcial (Entrevista realizada 28. Mar. 2022).

Por fim, foi questionado ao entrevistado acerca das relações cotidianas de convivência nas ocupações, sobre como são as pessoas que habitam esses espaços e como se dão as relações de convivência entre elas.

É uma escola, porque assim (você deve conhecer algumas, se quiser conhecer mais, eu gosto de levar as pessoas pra conviver, a gente pode ir nas cozinhas comunitárias e tudo). Agora, o povo que tá nas ocupações é muito parecido comigo, eu não sei você. Nós somos vaidosos, somos egoístas, autoritários, temos nossas inclinações. desejos, e isso na comunidade é igual a nós, a gente faz tudo pra equilibrar nosso superego, equilibrar, organizar e escolher melhor, lá na nossa comunidade é a mesma coisa, tem muita disputa, tem muitos interesses colocados, tem muitas fraquezas. Mas existe um desafío permanente "amanhã tem que ter café da manhã para as nossas

202

crianças, amanhã tem que ter feijão". Esses desafíos, que nós também temos em certa medida, são mais agudos. Então é você conhecer o ser humano sem ilusão, porque muita gente da esquerda fala "ó o povo", como se lá tivesse só santo, mas é gente como nós. Por isso mudar o Brasil é um desafío, porque os vícios que têm na burguesia, tem também no meio do povo. Mas também tem muita esperança, muita solidariedade, tem muita coisa bacana (Entrevista realizada 28. Mar. 2022).

Através da entrevista concedida foi possível esclarecer muitas dúvidas que surgiram ao longo da pesquisa, por exemplo, como ocorreu a ampliação da luta pela terra do rural para o urbano, sobre o método adotado pelos movimentos socioterritoriais na conquista pela moradia e sobre como os movimentos se organizam para concretizar as ocupações. Foi possível constatar que, por mais que exista, em alguns casos, uma ação premeditada de movimentos sociais no processo de ocupação, na maioria das vezes, essa ação é protagonizada pelo povo e ocorre em função da necessidade habitacional.

Esclareceu-se também sobre a existência das questões políticas a respeito da produção do espaço urbano em função da relação entre as empresas imobiliárias e o poder público, o que dificulta o acesso à habitação para parcela significativa da população. Outro ponto importante abordado pelo entrevistado sobre o processo de aprovação da legislação da regularização fundiária em Uberlândia, que teve como principal foco atender às demandas à população com poder alto aquisitivo.

Destaca-se ainda a indicação do importante papel da mídia em apresentar a realidade das ocupações e de seus habitantes e em pressionar o poder público acerca da regularização fundiária. Outra informação importante é a de que existem cerca de 135 mil pessoas vivendo em situação irregular na cidade. Considerando que Uberlândia possui 706.597 habitantes, de acordo a estimativa da PNAD para 2021, isso implica dizer que, atualmente, 19,1% da população de Uberlândia vive em situação irregular.

Por fim, o entrevistado esclareceu ainda que se trata de pessoas como quaisquer outras, tomadas de desejos, angústias, sentimentos e interesses. O quesito que difere os ocupantes do restante da população é, principalmente, o acesso à moradia.

#### 4.3 Olhares e Vivências: Conhecendo os Moradores das Ocupações

Compreendendo a importância e a necessidade do papel da pesquisa qualitativa, este estudo empenhou-se em demonstrar o contato direto da pesquisadora com a situação estudada, buscando-se compreender a perspectiva, a realidade e as vivências dos sujeitos.

Com esse propósito foi elaborado um roteiro prévio para conduzir as entrevistas. Entretanto, o mesmo acabou não sendo utilizado em todas as conversas pois, cada entrevista se desenvolveu de uma forma muito particular e cada entrevistado reagiu de uma maneira diferente, alguns conversaram abertamente, outros demostraram-se bem introvertidos em falar sobre suas vivências.

A entrevistadora foi incialmente apresentada, explicando que é aluna da Pós-graduação em Geografia da UFU, que está realizando um trabalho sobre ocupações e que o objetivo da entrevista seria produzir um material que mostre um pouco da realidade dos moradores das ocupações urbanas em Uberlândia, com enfoque à questão da carência de moradia e à regularização fundiária das áreas.

Após a apresentação sobre a pesquisa, alguns moradores aceitaram que a entrevista fosse gravada por áudio para registro posterior, outros não. Portanto, as ocupações que cada morador pertence não serão identificadas, nem informações pessoais tais como nome e idade, visando respeitar o anonimato de cada entrevistado. Sendo assim, ao se referir aos sujeitos, no material produzido abaixo, serão utilizados nomes fictícios e idade aproximada. Destaca-se ainda que, nas entrevistas em que foi permitida a gravação, buscou-se transcrever com originalidade a fala dos entrevistados pois acredita-se que esse método permite revelar mais fidedignamente a realidade do sujeito.

#### • Entrevista Com Moradores das Ocupações

Helena, de 44 anos, é diarista e mora com um casal de filhos. A estrutura de sua casa, feita de alvenaria em reboco, possui cinco cômodos internos, com sala e cozinha conjugadas, dois quartos e um banheiro, sem área de serviço, sem laje e sem garagem. A moradora conta que faz cinco anos que ela mora naquele local. Originária da Bahia, chegou em Uberlândia quando seus dois filhos ainda tinham seis e oito anos, respectivamente. Foi perguntado acerca do motivo pelo qual a moradora habita naquele local e a resposta dada foi a de que ela não conseguia pagar o aluguel, conforme segue:

Aqui nessa casa tem cinco anos que eu moro, esse ano faz seis. Eu vim parar aqui porque, eu tenho dois filhos né, eu sou da Bahia aí eu cheguei aqui no Uberlândia, ela tinha seis anos (aponta para a filha mais nova) e o Carlos (filho mais velho) tinha oito e eu não tava dando conta de pagar o aluguel. Ai já tinha minha irmã que tava morando aqui (na ocupação). Aí ela falou "não, então você vai morar lá porque vai ficar mais fácil pra você". Como o pai dos meus filhos não me dá pensão, é eu sozinha e eu ganho só um salário mínimo. E eu passava muita necessidade, com comida, com tudo, com alimentação, com remédio, por conta disso, eu tinha que pagar o aluguel e o aluguel consumia metade do meu salário. Como aconteceu tudo isso, aí eu consegui comprar, que aqui era um terreno de outra pessoa e eu consegui comprar na mão dessa outra pessoa (PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Perguntou-se sobre o valor do terreno e a entrevistada informou que pagou R\$10.000,00 (dez mil reais), que se tratava do único dinheiro que possuía. Ela começou a construir aos poucos e ficou cerca de quatro anos comprando materiais de construção, levantando um cômodo por vez, com a ajuda dos serviços de pedreiro do padrasto.

Aí como eu não tinha condições, eu tentei financiar uma casa só que eles falaram que pela renda que eu tinha eu não conseguia, que era muito pouco que eu ganhava. E eu tentei também fazer a inscrição das casinhas (do PMCMV) só que não tava mais fazendo. Eu fui várias vezes na prefeitura, até descobrir que não tava mais tendo construção das casinha popular. Ai eu fiquei por aqui. É uma chance de eu ter a minha casa própria e de viver um pouco melhor com meus filhos (PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Questionou-se à moradora se ela já teve problemas com ordens de despejo ou mesmo com tentativas da polícia de retirar os ocupantes do local. Ela informou que nunca acontecera, ao menos não na área em que ela mora e relatou ainda que a polícia vai muito naquela região por causa dos traficantes que existem ali, mas que "esse pedacinho que eu moro é muito tranquilo" (PESQUISA DE CAMPO, 2022). Também foi questionado à moradora sobre o acesso aos serviços da cidade e ela destacou que infelizmente é tudo muito longe. "Quando preciso ir lá no centro, eu tenho que separar um dia inteiro pra isso porque é do outro lado da cidade, aí como eu trabalho, vou juntando e deixo tudo pra um dia só" (PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Cláudio possui 28 anos e foi o segundo entrevistado. Após a apresentação de seu trabalho sobre as ocupações, logo de início, a pesquisadora foi chamada por ele de doutora. Ele reside em uma casa de apenas um cômodo, com construção de alvenaria e um puxadinho de telha Eternit que faz uma espécie de garagem.

Que eu moro aqui acho que faz mais de um mês um pouquinho. Eu já to aqui no estado têm muitos anos. Sou de Natal, Rio Grande do Norte, capital. Ai eu morava no Pequis, tenho esposa, tenho filho, inclusive acho que até minha esposa vai vir morar aqui também. Ai no momento eu to abrigado mas assim é um lugar que eu achei bom inclusive meu irmão mora aqui do lado. E assim, minha esposa vai vim pra cá pra nós correr do aluguel né, porque aluguel é caro entendeu, ai vem aluguel, vem os mantimentos, ai você põe na ponta da caneta né, o custo de vida é muito caro. Então nós preferiu vir pra cá pra sair fora do aluguel e tamo tentando ter uma renda maior saindo do aluguel né, qualidade de vida melhor (PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Segundo Cláudio "[...] o terreno foi conquistado, mas não foi eu, foi minha mãe que tava aqui" (PESQUISA DE CAMPO, 2022). Ele revelou ainda que se mudou para o local logo após ter se separado da mulher e como não tinha onde ficar, a mãe cedeu o espaço. Atualmente, ele está desempregado e tem pretensão de reatar com a esposa e levar a família para morar com ele.

Silvana, de 36 anos, a terceira entrevistada, mora com o marido e dois filhos em uma habitação de quatro cômodos e um puxadinho no telhado que abriga utensílios de cozinha, utilizado também como garagem. A residência não possui muro, as paredes externas da casa estão sem reboco, só no tijolo. A entrada é composta por mato e terra. Atrás da casa existe um barranco que leva a uma porção de vegetação mais densa. Ela, costureira, o marido, pedreiro, não conseguem juntos pagar o aluguel e ainda arcar com as despesas para alimentar as duas filhas, uma de oito e outra de seis anos.

Eu moro aqui vai fazer um ano, mora eu, meu marido e duas filhas. Eu morava de aluguel e não tive mais condições de pagar e um colega da gente cedeu pra gente, uma parte era dele. Aí meu esposo (pedreiro) ia fazer a casa dele e ele dava a parte pra gente, ai foi assim que a gente veio parar aqui (PESQUISA DE CAMPO, 2022)

O espaço em que habitam hoje foi cedido por um colega em troca dos serviços oferecidos pelo marido. A moradora informou ainda que nunca chegou a pagar por água e energia. "Eu acho que aqui é tudo gato, ninguém paga né, da área de cá" (PESQUISA DE CAMPO, 2022), e que sua principal preocupação vem do fato de precisar ter um lugar para criar as filhas.

Juliano, atualmente é catador de lixo, tem 47 anos, veio de Goiás para Uberlândia aos quatorze anos para tentar a vida. De acordo com o entrevistado, ele já trabalhou com "de tudo um pouco" até que ficou desempregado e acabou se envolvendo com drogas. Segundo ele " a partir daí é que desandou tudo".

Eu vivo aqui nesse barraco memo, é o único lugar que eu tenho pra ficar. Antes aqui do que na rua, já morei na rua e você não tem ideia, a gente passa o pão que o diabo amassou. Aí eu ando com meu carrinho (carrinho que ele empurra com as mãos) e quando acho material bom eu trago e uso pra ir montando aqui (PESQUISA DE CAMPO, 2022).

O morador da ocupação conta ainda que não tem condições de pagar o aluguel com a renda mensal que possui, que é muito variada, não tem renda fixa.

Eu não tenho como pagar aluguel não moça, o que eu tiro com os reciclável dá pra eu não passar fome e tomar um carote porque né, também sou fi de Deus. Tem mês que é 600 (referindo-se à renda mensal) tem mês que é menos, tem mês que é mais (PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Foi revelado ainda que o mesmo depende da solidariedade de moradores da região e que, por vezes, ganha marmitas para se alimentar, roupas e materiais recicláveis para a venda. Mas que, segundo ele, também existem muitas pessoas das quais ele enxerga o olhar "mal encarado".

Ao chegar em uma mercearia, localizada em um cômodo estreito à frente de uma pequena casa de alvenaria. A entrevistadora apresentou-se a uma mulher que, ao ouvir, chamou a irmã e afirmou que ela responderia melhor às perguntas. A irmã veio, a entrevistadora apresentou-se novamente. No entanto, ela achou melhor que o pai fosse chamado para responder tais questões. Seu José, pai de duas filhas (as primeiras em que se tentou entrevistar) e avô de duas netas, ao chegar com as mãos sujas de cimento, disse que poderia dar algumas informações porém, demostrou-se um pouco desconfiado e não autorizou a gravação da entrevista.

Seu José, que é autônomo, informou que em 2022 completou seis anos que morava no local com a família e que ele próprio, sempre que pode ou possui condições de comprar algum material, levanta a casa aos poucos. Ao conversar respeito da regularização fundiária do assentamento em que ele vive, mostrou-se bastante inteirado ao assunto e afirmou que não se

trata da conquista ou da ocupação do terreno, no momento, a situação é incerta e só será conquistado após a distribuição da devida documentação a cada morador. A mercearia à frente de sua casa foi construída com o intuito de ajudar a implementar a renda familiar e facilitar, aos moradores do local, o acesso a produtos alimentícios básicos já que, segundo o morador, ir ao mercado é quase como atravessar um bairro.

Aline, de 22 anos, mãe de um filho pequeno, ganha um salário mínimo<sup>23</sup>, trabalha como Callcenter e divide o mesmo teto com o filho e a mãe. A moradora, que reside em uma ocupação há pouco mais de quatro anos, concordou em ser entrevistada. Mas, quando foi perguntado se a entrevista poderia ser gravada por áudio a mesma demostrou-se insegura e a entrevistadora excluiu essa hipótese. Aline contou que ela e a mãe moravam de aluguel em um bairro periférico e distante de tudo na cidade, até que a mãe soube da oportunidade de conseguir um terreno na ocupação em que residem hoje. Como era época de fim de ano, as duas (mãe e filha) que trabalhavam com carteira assinada, usaram o décimo terceiro salário de ambas para comprar materiais de construção e levantar o que viria a ser a futura moradia.

A casa, que foi construída aos poucos, possui ao todo quatro cômodos: uma sala, uma cozinha, um banheiro e um quarto. A entrevistada contou ainda que essa foi uma opção mais viável do que continuar pagando o alto custo do aluguel e que ela e a mãe têm medo de serem despejadas pois não possuem condição financeira de voltar a pagar um aluguel e, ainda sim, conseguir criar seu filho pequeno com dignidade.

João tem 36 anos, é de Tapuirama e veio para Uberlândia em busca de melhores oportunidades. O entrevistado, que preferiu que não fosse gravado o seu depoimento para evitar complicações futuras, já que a ocupação em questão está passando por uma fase conflituosa em seu processo de regularização, contou que acabou casando-se e mora atualmente com a esposa, filho e um enteado.

A casa, que foi construída por ele mesmo, é pequena e possui um pequeno cômodo comercial na frente, de onde tira seu sustento. Lá ele vende itens de mercearia, algumas leguminosas e funciona como bar nos fins de semana. O entrevistado conta ainda que sempre morou por "esses lados", já morou de favor, já pagou aluguel e agora tem a oportunidade de

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> O valor do salário mínimo, a que se refere o texto, corresponde a R\$ 1.212,00 em 2022, de acordo com a Lei 14.358.

conseguir a casa própria. Segundo ele, a esposa já fez inscrição na prefeitura para tentar conseguir a casa própria. Contudo, como eles não possuem renda fixa, não foram contemplados.

Mauro, 23 anos, afirmou ser de Uberlândia, trabalha com obras, mora sozinho e não possui família. A impressão que a entrevistadora obteve foi a de que o entrevistado não se sentiu à vontade para conversar sobre aspectos familiares. Ele contou que foi morar na ocupação em questão há dois anos, logo após o início da pandemia, quando a empresa em que trabalhava demitiu metade dos funcionários e ele acabou ficando desempregado. Como tudo na época estava fechado, não tinha como trabalhar para pagar seu aluguel até que um amigo cedeu um espaço a ele por um período.

Quando foi possível trabalhar novamente e conseguir uma renda, ele mesmo construiu um pequeno espaço, em parte do terreno do amigo, onde mora até hoje. Além de seu emprego fixo, ele presta serviços de pedreiro aos fins de semana e com a renda vai levantando sua moradia aos poucos. O entrevistado contou ainda que graças à uma ajuda divina, ele obteve ajuda quando precisou e não pensa em sair do lugar onde ele está construindo para si.

Dona Ermínia, uma senhora de idade, mostrou-se muito solícita em fornecer uma entrevista. Ajeitando a "bagunça" no sofá ela pediu que a entrevistadora entrasse, se sentasse e ficasse à vontade. Ao ser perguntada sobre a possibilidade de gravar a conversa, ela perguntou novamente se a entrevistadora era mesmo da UFU e achou melhor que a conversa não viesse a ser gravada. Ela explicou que a ocupação em que reside está passando por um processo complicado e que os moradores têm medo de dar informações para qualquer pessoa e que, tais informações possam ser utilizadas contra eles e a favor de uma possível reintegração de posse.

A moradora conta que sempre foi muito pobre e era casada com um marido alcóolatra e abusivo. Segundo o relato, faz 8 anos que ela conseguiu se separar do marido e reside no local com a filha e os netos. O filho mais velho mora ao lado, com a esposa e filhos, e foi ela quem conseguiu um terreno para ele morar.

A casa de poucos cômodos e estrutura simples possui, ao fundo, um quintal cheio de plantas. A entrevistada informou que aprendeu a mexer com plantas ainda quando jovem na roça e que ali tinha de tudo, tinha ervas, pimenta, mandioca entre outros. Disse também que quanto mais pudesse ser plantado, menor era o custo com alimentação e que, quando dá muita coisa (apontando para o pé de pequi), ela acaba trocando ou mesmo doando aos vizinhos mais próximos. Foi perguntado sobre o processo de regularização fundiária da área em questão e a

entrevistada informou que os moradores que ali residem não querem nada de graça e nunca quiseram. O que se pretende é que a dívida que os antigos donos do terreno possuem para com o poder público seja parcelada igualmente entre todos os moradores do assentamento, de tal forma que eles possam pagar por seus lotes em troca de um título de propriedade.

A partir dos dados obtidos nas entrevistas sobre as ocupações e seus respectivos moradores, as informações podem ser apresentadas em dois momentos. O primeiro durante o desenvolvimento da pesquisa teórica, permitiu amadurecer o olhar da pesquisadora para um problema de cunho social. O segundo, a partir do trabalho de campo possibilitou conhecer um pouco dos sujeitos que vivem essa realidade, suas histórias e suas vivências, ainda que se trate de uma pequena amostra, faz-se de extrema importância no sentido de propiciar o entendimento da realidade tal como ela é.

Trata-se de pessoas comuns, ou como afirma a famosa expressão "gente como a gente', algumas extremamente simpáticas, outras desconfiadas, gente que lhe diz um "boa tarde" ao caminhar pela rua ou mesmo gente que fica somente olhando. Pessoas que lhe fornecem informações sobre suas vidas na esperança de que essas possam chegar a sensibilizar a população, ou mesmo pessoas que se recusam a fornecer quaisquer tipos de informações pessoais, com receio de que essas sejam usadas para outros fins, além do acadêmico.

# 4.4 Olhares de Solidariedade: Conhecendo Projetos Solidários que Auxiliam a População Sem-teto

Durante a realização da pesquisa, foram descobertos alguns projetos solidários cujo principal foco é atuar diretamente nas ocupações. Trata-se de uma população em situação de vulnerabilidade social, de ações que visam auxiliá-las. Portanto, considerou-se válido finalizar esta pesquisa mostrando a perspectiva da solidariedade desses projetos, conforme segue.

O projeto Cozinhas Solidárias nasceu de uma iniciativa do MTST e foi pensado com o propósito de auxiliar no combate à fome. A proposta foi construir cozinhas comunitárias e, por meio de doações, fornecer marmitas aos habitantes e famílias em situação de vulnerabilidade social por todo o país. De acordo com o site oficial do projeto, ao todo, contabilizam-se 26 cozinhas espalhadas nos estados de Alagoas, Roraima, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Goiás, Rio

de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul (Cozinha Solidária, 2022).

Em Uberlândia, até 2019, existia apenas uma cozinha comunitária, localizada no bairro Dom Almir, que contemplava parte dos moradores do bairro e dos assentamentos em seu entorno. A partir de 2020, com o advento da pandemia associada à crise sanitária e política, constatou-se um aumento no índice da população das ocupações urbanas e, consequentemente, uma maior demanda no combate à fome.

Hoje, a cidade de Uberlândia conta com sete cozinhas comunitárias, quatro foram erguidas por meio do apoio do MTST nas ocupações Maná, Santa Clara, Glória e Fidel Castro; duas pela ajuda comunitária de moradores de ocupações e; uma, que pertence à Igreja Católica. Estima-se que são produzidas cerca de 2.000 refeições diárias, cuja metade é destinada exclusivamente à população de rua e a outra metade aos moradores do entorno das cozinhas.

As cozinhas são sustentadas pela doação de alimentos e verbas de diversos lugares. Dentre eles, a Pastoral da Terra, o MST, a Central dos Movimentos Populares (CMP), o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFU, SindEletro dentre outros. A doação, financeira ou de alimentos, pode ser feita por meio do contato com qualquer uma das instituições citadas.

As cozinhas solidárias contribuem com a integração da luta dos povos no campo e na cidade. A consolidação do projeto se dá por meio da doação de alimentos produzidos no campo e da ação voluntária na produção das refeições no urbano. Ressalta-se que essa integração se estende também para outros movimentos sociais. Por exemplo, o Sindicato dos Eletriciários auxilia com o gás, o Sindicato dos Professores, com o combustível, e assim por diante.

Junto à Cozinha Comunitária da ocupação Fidel Castro, nasceu a inciativa de construção de uma horta comunitária, cujo responsável concedeu uma entrevista e autorizou a divulgação das informações adquiridas. O entrevistado contou inicialmente sobre o principal objetivo do projeto, conforme segue:

O projeto é voltado para a construção de uma horta comunitária na ocupação Fidel Castro, com o objetivo de abastecer parte da demanda da cozinha comunitária desta mesma ocupação. A cozinha é um resultado da inteligência popular em prol da sua resistência diante de uma sociedade em que "há mais casas sem gente que gente sem casa". Em suma, o principal objetivo é resistir contra a insegurança alimentar que assombra o Brasil.

Entendendo que existe uma significativa distância entre uma ideia e a materialização da mesma, que é quando se torna uma ação, foi questionado ao entrevistado quando o projeto surgiu e como ele foi colocado em prática.

A experiência de construir hortas comunitárias não é uma novidade nas ocupações do MTST, aliás remete aos tempos dos quilombos do passado. O projeto surgiu no ano passado, há cerca de um ano para ser mais exato, quando decidimos tornar uma porção de terra destinada a comunidade, antes improdutiva, numa experiência de agricultura urbana com princípios agroecológicos. [...] A partir de uma campanha de arrecadação feita nas redes. Conseguimos arrecadar o suficiente para iniciar o projeto, comprar algumas poucas ferramentas e insumos. Recebemos também a doação de um produtor de leite da região, que nos doou cerca de 3 toneladas de esterco. E contamos com o apoio da ADUFU e do SINTET-UFU desde o começo, o que foi fundamental para a continuidade do projeto.

Foi mencionado pelo entrevistado que a horta surge com a demanda de auxiliar no abastecimento da cozinha comunitária (no caso em questão, na ocupação Fidel Castro). Portando, questionou-se se esse projeto é uma ação única ou abrange também outras ocupações, em Uberlândia ou mesmo em outras cidades, visto que as Cozinhas Solidárias estão espalhadas em diversos estado do território nacional.

Por enquanto a experiência na Fidel é um piloto para nós, mas temos no horizonte construir outras experiências parecidas. Há outras hortas comunitárias na cidade, algumas em ocupações, a cozinha da Cida do Maná, por exemplo, tem uma hortinha pequena. O que importa para nós é reafirmar a agricultura urbana como uma alternativa a monocultura do agronegócio predatório que mata nosso povo, envenena os rios e destrói os ecossistemas brasileiros.

Hoje o MTST tem um projeto de hortas comunitárias em curso, e assim como vimos o número de ocupações urbanas e de cozinhas solidárias/comunitárias aumentar em Minas Gerais, também veremos o número de hortas comunitárias aumentar. Se servirmos ao menos de inspiração para que mais moradores passem a produzir alguns alimentos em casa, já será de grande satisfação para todos/todas.

Dialogou-se também sobre a importância desse projeto para a comunidade, principalmente a população que reside nas ocupações e que se beneficia com as marmitas produzidas pela cozinha comunitária.

Ele é importante primeiro porque incentiva a auto-organização daquelas mais de mil famílias que ali residem. Segundo, porque produzir o próprio alimento é um ato político. O processo de identificar o terreno, entender qual o banco de sementes atual daquele solo, ou seja, qual vegetação espontânea brota ali, nos leva a fazer um exercício de reflexão muito profundo. Todo solo tem uma história, como tudo que existe. Os diferentes solos são diferentes resultados de processos naturais específicos que aquele lugar passou. E aí entra toda a biodiversidade ligada a isto, todo o processo que nos levou até ali. Eu gosto de comentar, a cada vez que acho um toco enterrado, ou um pedaço de madeirite (cheio de metais pesados, o que nos é problemático), que aquilo que estamos vendo tem uma história. Como foi parar ali? Como reagiu aos processos naturais e humanos desde que ali foi parar? São muitas questões, então para resumirmos: digamos que é importante porque possibilita a construção de uma experiência de ecologia de saberes em prol da resistência daquelas famílias e de outras que possam se inspirar.

Por fim, fez-se um questionamento sobre a quantidade de pessoas envolvidas no projeto e a viabilidade de auxílio ao mesmo. A respeito do exposto, o entrevistado esclareceu:

Hoje contamos com mutirões aos finais de semana (sábado ou domingo, no geral aos sábados), onde chegam a colaborar em média 8-12 pessoas nos dias mais movimentados. Na semana contamos com quem tá envolvido/a na cozinha e nos demais projetos comunitários. Direta e indiretamente a nossa rede de colaboração conta com dezenas de pessoas. Tem quem ajude trabalhando nos mutirões, tem que ajude regar e fazer algumas manutenções ao longo da semana. Há também as cozinheiras que fazem as colheitas para o preparo das mais de 100 refeições servidas só nesta cozinha todos os dias. Em termos gerais, dá para ajudar de todo jeito, divulgando, apoiando, doando, sendo voluntário, toda ajuda é bem-vinda e necessária.

Um outro projeto é o "Busão Social" que foi pensado como uma ferramenta criada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação (SEDESTH) para atender às demandas da população em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de um veículo que fica estacionado próximo às ocupações e que oferece serviços à população tais como o Cadastro Único, a inscrição no Bolsa Família, orientações para obter Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Carteirinha do Idoso Interestadual e as isenções para o Registro Geral (RG) e da tarifa de água e esgoto do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) entre outros.



Figura 51. Veículo do Projeto "Busão Social", Shopping Park

Foto: BICALHO, B. (2022).

O projeto foi materializado em um ônibus adaptado para prestar serviços aos moradores do Shopping Park, Monte Horebe, Dom Almir, Planalto, da ocupação Irmã Dulce, Santa Mônica, Rooselvelt, Luizote de Freitas, Aclimação, Monte Hebron, São Jorge dentre outros bairros.

Outra entidade que também auxilia os moradores das ocupações é a Ação Moradia. Localizada no bairro Morumbi, trata-se de uma Organização da Sociedade Civil (OSC) voltada a atender as diferentes necessidades da população em situação de vulnerabilidade social do Setor Leste de Uberlândia. De acordo com as informações de seu site, a OSC atende diariamente cerca de 234 crianças e 316 adultos e tem como principal objetivo promover uma melhoria na qualidade de vida das famílias contempladas. Dentre os serviços oferecidos à população constam cursos de capacitação profissional para adolescentes, atividades recreativas e projetos de música, oficinas de dança, entregas de cestas básicas dentre outros.

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Geografia, inicialmente, é a ciência das relações que se constituem no espaço ao longo do tempo. Por meio desse importante objeto de estudo, é possível compreender a construção da sociedade, tal como a presenciamos e vivemos hoje, considerando seus principais processos e fenômenos, a partir de uma escala temporal. Nesse sentido, nesta dissertação, foi possível discorrer sobre importantes aspectos que remetem à questão da moradia e a ocorrência das ocupações urbanas, cujos principais resultados foram evidenciados no decorrer deste trabalho.

Verificou-se a concentração fundiária como um processo intencional e induzido, instituído a partir de inúmeras iniciativas que objetivaram, ao longo do tempo, transformar a terra em propriedade privada, desvinculando-a de sua principal característica: o sustentáculo da vida. Esse fenômeno, concretizado com base em uma lógica mercadológica, acompanhou a modernização do país e estendeu-se para o espaço urbano de tal forma a compreender essa concentração fundiária como a origem de grande parte dos problemas que envolvem a temática da habitação no Brasil hoje.

O problema urbano da habitação que se evidencia no momento presente consiste num prolongamento de um processo histórico, que nasce no período de colonização do Brasil com as Capitanias Hereditárias. Este sistema de concessão de terras da coroa portuguesa aos seus donatários deu origem às Sesmarias e intensificou-se com a Lei de Terras de 1850, que foi um dos principais instrumentos de consolidação da propriedade privada no Brasil, juntamente com as Grilagens, que se trata de uma apropriação ilegal das terras públicas e que se desenvolveu para favorecer a formação das fazendas.

Constatou-se ainda que a mecanização das atividades agrícolas, intensificadas principalmente a partir do século XX, teve como principal função re-funcionalizar o espaço rural para maior obtenção de lucros a partir do modelo de produção capitalista, constituiu-se, portanto, uma significativa etapa no aprofundamento da concentração fundiária no país. O êxodo rural e a urbanização brasileira manifestaram-se então como consequência desse processo induzido, que promoveu um novo arranjo espacial do território brasileiro, marcado pelo aumento de cidades locais e seu fortalecimento, assim como de centros regionais.

A população brasileira tornou-se majoritariamente urbana e o expressivo crescimento urbano apresentou consequências marcantes, tais como a alta demanda habitacional, a

especulação imobiliária e a segregação socioespacial. A habitação, dentro dessa lógica, é entendida como um produto, a especulação é a ferramenta que manipula o controle e o acesso a esse produto. Segregação vem da desigualdade, e desigualdade implica em diferenciação social.

Desse modo, as questões que envolvem a habitação tornaram-se um problema, pois, nem todos possuem fácil acesso a ela. Como alternativa, a população de baixo poder aquisitivo passou a depender de programas habitacionais para conseguir uma moradia (casa ou apartamento), ou ocupou espaços indevidos ou impróprios à moradia, originando as favelas e as ocupações urbanas. Nesse cenário, a pesquisa evidenciou os movimentos de luta pela moradia como uma articulação social que visa preservar um direito básico de todo ser humano: o direito à moradia. Direito este que é negado a determinada parcela da população em função de uma estrutura consolidada, cujo início se deu ainda no início do processo de colonização do Brasil.

Trazendo essa lógica à escala local, evidenciou-se nesta dissertação os principais aspectos que concernem à produção do espaço urbano em Uberlândia, com enfoque na produção das periferias. Constatou-se que o projeto de expansão urbana da cidade visava (e ainda o faz, no presente) atender aos interesses de seletos grupos que controlavam seu espaço. Um dos indicativos dessa afirmação é a espacialização da reestruturação da relação centro periferia.

Através de ações planejadas, a expansão urbana da cidade foi direcionada para atender aos interesses de empresas imobiliárias, construtoras e grandes proprietários de terras. Como consequência, a ocupação irregular de terras urbanas surge como um sintoma à reprodução de seu espaço. Evidenciou-se ainda que os programas habitacionais implantados em Uberlândia não foram suficientes para atender às demandas habitacionais tão pouco à formação de vários bairros da cidade que se formaram de maneira irregular perante a legislação vigente.

A pesquisa constatou a ocorrência de três ocupações urbanas com início na década de 1990 (Nova Renovação, Esperança III e Residencial Integração), três ocupações urbanas que surgiram a partir de 2010 e que foram alvo de reintegração de posse (Lagoinha, CEASA e Jardim Célia). Evidenciou ainda onze ocupações urbanas com ocorrência entre 2010 e 2020 (Glória, Nelson Mandela, Fidel Castro, Renascer, Maná, Santa Clara, Zaire Rezende II, Santa Bárbara, Monte Horebe, Irmã Dulce e Bom Jesus). Ainda foi possível identificar outras duas

ocupações urbanas, no entanto, não se obteve informações suficientes para incluí-las nesta análise (Taiaman e Carlito Cordeiro). Ao todo, em Uberlândia, contabilizou-se 13.763 famílias habitando em situação irregular, número que corresponde a 42.252 pessoas. Acerca da distribuição espacial das ocupações nos setores da cidade, o Setor Leste é historicamente marcado pela ocupação de terras e a grande maioria dos bairros que o compõem foram fundados por meio da ocupação irregular. No processo de expansão do seu distrito urbano, incialmente, o crescimento da cidade foi direcionado aos setores Nordeste e Norte, em função da Ferrovia Mogiana. A implementação da BR 050, ainda no século XX, orientou novos rumos ao seu desenvolvimento urbano.

Destacou-se ainda uma variedade de equipamentos urbanos que exercem um poder de atração populacional para o Setor Leste, tais como um shopping center, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a presença do Centro Administrativo e uma diversidade de estabelecimentos comerciais e d de serviços. Isso somado ao fato de que sempre existiram no setor inúmeros hectares de áreas privadas, fruto de especulação imobiliária, sem exercer sua função social e a pretensão do poder público em construir conjuntos habitacionais destinados à população de baixo poder aquisitivo. Esses fatores levaram uma parcela significativa da população a ocupar as áreas consideradas como franjas do perímetro urbano, ou seja, às margens do urbano, naquele momento.

No setor Sul, destaca-se o caso da ocupação do Glória, que atualmente passa por um processo de regularização fundiária, e a ocupação Nelson Mandela, que surgiu como um prolongamento dos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda. No entanto, o setor é atualmente direcionado à implementação de condomínios horizontais fechados destinados à população de alto poder aquisitivo.

Observou-se ainda que existe uma contradição no que se refere ao processo de regularização fundiária de áreas impróprias à habitação na cidade como um todo, porém, com maior evidência no Setor Sul. Enquanto os habitantes de algumas das ocupações sofrem as consequências da ausência da regularização, determinadas áreas são beneficiadas em função dos agentes imobiliários que produzem o espaço.

O Setor Sul da cidade abriga uma variedade de condomínios de luxo inseridos em áreas de preservação ambiental, o que não é permitido perante a legislação vigente. No entanto, esse não se constitui um fator inviabilizador da implementação desses condomínios, muito pelo

contrário. A própria propaganda que é feita acerca desses espaços traz consigo a idealização de morar em um lugar próximo à natureza, o que, por sinal, expressa uma lógica um tanto quanto contraditória já que os condomínios não poderiam ser construídos em áreas de preservação permanente. Logo, reverbera-se a existência de uma aliança entre o poder público e os agentes produtores do espaço em Uberlândia, da qual a população que vive às margens do mercado legal de terras não está inserida.

No que diz respeito ao Setor Norte, a ocupação Esperança III surge a partir de uma pontualidade, como o único assentamento da região que se manifesta como uma espécie de favela que surge dentro de um bairro, o Esperança já consolidado no perímetro urbano. Apontase também que não foi encontrado histórico de casos de outras ocupações nesse referido setor da cidade.

O Setor Central não apresenta a ocorrência de ocupações urbanas. Em contrapartida, o Setor Oeste expressa um considerável número de ocupações. O setor, que incialmente não fazia parte do perímetro urbano e era destinado à implementação de chácaras e sítios de recreio, atualmente, é direcionado à expansão urbana com a implementação de conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda. Como exemplo mais antigo destaca-se a implementação do conjunto habitacional Luizote de Freitas. Como exemplo mais recente evidencia-se o residencial Pequis. Ocorre que, por se tratar de uma área às margens do perímetro urbano, ela tende a ser ocupada por famílias em situação de vulnerabilidade social.

Quanto ao panorama geral acerca da infraestrutura das ocupações, constatou-se a padronização de alguns aspectos. É evidente que a autoconstrução é a principal forma de edificação das habitações e a paisagem desses espaços revela isso com clareza. Foi possível notar, em campo e a partir de uma análise realizada através do *Google Street View*, que as residências variam entre construções bem consolidadas e barracos construídos com materiais provisórios e, tais exemplos, não podem ser comparados a uma construção edificada, por meio de um planejamento prévio.

Esses espaços possuem em comum a maneira ilegal e improvisada da qual se consegue acesso a água e a energia elétrica, a dificuldade de acesso aos serviços oferecidos pela cidade, à dependência dos serviços dos bairros vizinhos e à situação de vulnerabilidade social dos moradores. Destacou-se também a capacidade dos ocupantes de construir o espaço habitado, não somente no que diz respeito às habitações em si, mas em toda a infraestrutura dos locais,

como creches, pontos comerciais, espaços de recreação (em alguns casos), ruas e vias de tramitação entre outros.

Notou-se que os assentamentos que surgem por meio do auxílio operacional dos movimentos de luta pela moradia tendem a se estruturar de maneira mais organizada e até mesmo a perpetuar por mais tempo. Enquanto, quando surge de forma espontânea, a ocupação tende a ser mais vulnerável à reintegração de posse. Apesar da Prefeitura Municipal de Uberlândia indicar que existe um apoio às famílias no processo de desocupação das áreas, não foi encontrada nenhuma informação a respeito.

Ressalta-se ainda os esforços desta pesquisa em mostrar o processo de evolução dos assentamentos, pois, por mais que a grande maioria das áreas ocupadas tenha sofrido tentativa de reintegração de posse, ainda assim, todos os terrenos, sejam eles públicos ou privados, permaneciam sem uso até o início de seu processo de ocupação. Ou seja, constituíam-se em áreas que não cumpriam sua função social.

As ocupações inseridas no espaço urbano de Uberlândia, no recorte temporal estabelecido (2010-2020), intensificaram-se até 2016, quando foi implementada a lei da ReUrb e, apesar de a população em situação de vulnerabilidade social ter sofrido um considerável aumento, não ocorreram novos núcleos irregulares na cidade. É evidente e indiscutível que a principal causa de suas ocorrências é porque as famílias não conseguem pagar o aluguel e o custo de vida é alto.

A regularização fundiária efetua-se, primeiramente, em função dos interesses dos agentes produtores da cidade e, segundamente, de forma lenta e criteriosa, ao passo que os moradores sofrem as consequências desse vagaroso processo. Trata-se de uma população que vive às margens do mercado legal de terras, consequentemente, às margens da sociedade. O acesso aos serviços oferecidos é dificultado em vista da questão socioeconômica e segregacional. Entretanto, ainda sim, existem agentes solidários que auxiliam e contribuem no sentido de fortalecer a luta pelo direito à moradia com o intuito de amenizar os impactos para a população afetada.

Constatou-se que a habitação no Brasil é um problema de origem estrutural, e não é uma gestão ou um gestor que poderia resolver tal problema. A impressão que fica é de que as ocupações continuarão ocorrendo, em maiores ou menores escalas, e que são intrínsecas ao crescimento urbano, aos moldes do modo de produção capitalista do espaço.

Por fim, ressalta-se ainda a dificuldade de realização de trabalhos de campo necessários à concretização deste trabalho em meio ao contexto pandêmico. Como alternativa, a metodologia foi repensada. Desta forma, utilizou-se muito de imagens do Google Earth e Google Street View para resgatar, principalmente, os aspectos infraestruturais das ocupações analisadas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. S. As ocupações urbanas na mídia local: uma análise das notícias e dos comentários sobre as ações dos sem-teto em Uberlândia MG. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, [S. 1.], v. 9, n. 2, 2018. Disponível em: <a href="https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/46428">https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/46428</a>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- ALMEIDA, A. S., et al. (2019). IMPLICAÇÕES ESPACIAIS DA CRISE URBANA EM UBERLÂNDIA-MG: dos espaços de valorização imobiliária às ocupações dos Sem Teto. **Observatorium: Revista Eletrônica De Geografia**, *9*(3), 287–312. https://doi.org/10.14393/OREG-v9-n3-2018-48494
- ALVES, L. A.; LOPES, M. de L. Perspectivas sobre as dinâmicas espaciais em Uberlândia (MG). Caminhos da Geografía, Uberlândia, v. 13, n. 42, p. 216-227, 2012.
- AMARAL, F. O. M. **Especulação imobiliária e segregação social em Palmas do Tocantins:** uma análise a partir dos programas habitacionais no período de 2000 a 2008. 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- AMORIM, P. H. S.; FILHO, V. R. Da segmentação à fragmentação: análise do Residencial Integração Setor Leste de Uberlândia (MG). *In:* Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, XIV. 2021, online. **Anais eletrônicos** [...] Editora Realize, 2021, p. 1-12. Disponível em: <a href="https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-do-xiv-enanpege">https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-do-xiv-enanpege</a>. Acesso em: 15. fev. 2022.
- ARANTES, J. S. Análise do setor terciário em empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV): um estudo de caso em loteamentos do bairro Shopping Park em Uberlândia-MG. 190 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. DOI 10.14393/ufu.di.2018.1369.
- ARENDIT, E. J. **Expansão Urbana em Campinas:** Ocupação do Solo, Consequências Sociais e Atuação do Poder Público Municipal. São Paulo: PUC SP, 1993.
- AZEVEDO, S. Desmatamento de seis hectares preocupa moradores do setor sul. **Diário de Uberlândia**, 2021. Disponível em: <a href="https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/29142/desmatamento-de-seis-hectares-preocupa-moradores-do-setor-sul">https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/29142/desmatamento-de-seis-hectares-preocupa-moradores-do-setor-sul</a>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. Residencial Pequis se desenvolve mais rápido que o Monte Hebron. **Diário de Uberlândia**, 2019. Disponível em: <a href="https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/22325/residencial-pequis-se-desenvolve-mais-rapido-que-o-monte-hebron">https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/22325/residencial-pequis-se-desenvolve-mais-rapido-que-o-monte-hebron</a>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. 116 p.
- BAUMANN, Z. Confiança e medo na cidade. São Paulo: Zahar, 2005. 94 p.

- BECKER, B. K. **Manual do Candidato**: Geografía. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 204 p.
- BERNARDO, L. T. A classe média brasileira no século XXI e sua relação com o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV): reflexões a partir de Uberlândia (MG). 2018. 280 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. DOI 10.14393/ufu.te.2018.614
- BORGES, Diélen. Escritura definitiva conclui doação do Glória ao estado de Minas Gerais. **Comunica UFU**. Uberlândia, 21 dez. 2021. Disponível em <a href="https://comunica.ufu.br/noticia/2021/12/escritura-definitiva-conclui-doacao-do-triangulo-dogloria-ao-estado-de-minas">https://comunica.ufu.br/noticia/2021/12/escritura-definitiva-conclui-doacao-do-triangulo-dogloria-ao-estado-de-minas</a>. Acesso em: 05 mar. 2022.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 24. jul. 2021.
- Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Coleção das Leis do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 1850. Disponível em <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/10601-1850.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/10601-1850.htm</a>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/leis-2001/110257.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/leis-2001/110257.htm</a>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana e outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 25 mai. 2012. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm#art82">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm#art82</a>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a proteção de vegetação nativa e outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 25 mai. 2012. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm</a>. Acesso em: 02 mar. 2022.
- BUENO, E. Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. XX p.
- CADÊ a Cohab. **O Tempo.** Uberlândia, 12. fev. de 2022. Disponível em <a href="https://www.otempo.com.br/opiniao/luiz-tito/cade-a-cohab-1.2611871">https://www.otempo.com.br/opiniao/luiz-tito/cade-a-cohab-1.2611871</a>>. Acesso em: 05 mar. 2022.
- CAMACHO, R. S. A histórica concentração fundiária do Brasil: estudo de caso do município de Paulicéia/SP. **Geografia em Questão**, [S. 1.], v. 4, n. 1, 2011. DOI: 10.48075/geoq.v4i1.4439. Disponível em: <a href="https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4439">https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4439</a>. Acesso em: 9 abr. 2022.
- CARLOS, A. F. A. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. **Estudos avançados**, [S.1], v. 23, n. 66, p. 303-314, 2009. Disponível em:

- <a href="https://www.scielo.br/j/ea/a/XwS46QJPfBHP8nF3HRz9tyh/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/ea/a/XwS46QJPfBHP8nF3HRz9tyh/?lang=pt</a>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- CAIXA Federal. **Demanda Habitacional no Brasil**. Brasília: CAIXA, 2012. 170p. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-documentos-gerais/demanda\_habitacional.pdf. Acesso em: 04 fev. 2022.
- CIRIACO, D. de C. "Nós somos completamente outros": uma análise da ocupação urbana Fidel Castro em Uberlândia MG. 2018. 140 p. Dissertação (Mestrado) Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/8028. Acesso em: 11 fev. 2022.
- CLEPS, G. D. G. A desconcentração indutrial no estado de São Paulo e a expansão do comércio e do setor de serviços. **Caminhos de Geografia**, Online, v. 9, n. 4, p. 66-89, 2003. Semestral.
- \_\_\_\_\_. Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas: o comércio de auto-serviço em uberlândia (mg). 2005. 319 f. Tese (Doutorado) Curso de Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.
- \_\_\_\_\_. A produção do espaço urbano de Uberlândia e as políticas públicas de planejamento. Caminhos de Geografia, p. 26-41, 2008.
- CNM. Onu-Habitat lança Relatório Mundial das Cidades; CNM é destaque no Brasil. **Confederação Nacional de Municípios**, 2020. Disponível em:
- <a href="https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/onu-habitat-lanca-relatorio-mundial-das-cidades-cnm-e-destaque-no-brasil">https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/onu-habitat-lanca-relatorio-mundial-das-cidades-cnm-e-destaque-no-brasil</a>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- COZINHA Solidária. Homepage. Disponível em:<a href="https://www.cozinhasolidaria.com/">https://www.cozinhasolidaria.com/</a>>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- DAVIS, M. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006. 170 p.
- DESCULPE Nossa Falha. Urbanista Raquel Rolnik dá show em #pósTV sobre desafios das cidades. **YouTube**, 25 fev. 2012. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=-Bm7GC\_EZ4">https://www.youtube.com/watch?v=-Bm7GC\_EZ4</a>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- DIAS, R. M. **Diagnóstico da saúde ambiental no assentamento do Glória em Uberlândia**: um retrato das ocupações irregulares. 2017. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão em Saúde Ambiental) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.
- DINIZ, N. A. As políticas habitacionais de desfavelamento em Uberlândia MG no período de 1983 a 1988 e a experiência do sistema de autoconstrução implantada no bairro Esperança. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Brasília, 1997.
- FARIA, C. S. Cadeia Dominial: uma leitura da grilagem e da constituição da propriedade privada capitalista das terras. In: OLIVEIRA, A. U. A grilagem de terras na formação territorial brasileira. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. p. 55-82.

FAUSTO, B. História do Brasil. 12. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 639 p.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, São Paulo, v. 93, p. 9-17, 1999.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 24-34, 2005. Disponível em: <a href="https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460">https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460</a>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

FERREIRA, J. S. W. Globalização e urbanização subdesenvolvida. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 10-20, 2000. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/spp/a/HxwY7GS4Yzg5Y679f794Q5b/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/spp/a/HxwY7GS4Yzg5Y679f794Q5b/?lang=pt</a>. Acesso em: 19 mar. 2022.

FERREIRA, W. R. O espaço público nas áreas centrais: a rua como referência-um estudo de caso em Uberlândia - MG. 327 f. 2002. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), São Paulo, 2002.

FJP. Déficit Habitacional no Brasil 2016 - 2019. **Fundação João Pinheiro**, 2020. Disponível em: <a href="mailto:http://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/">http://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/</a>>. Acesso em 03 mar. 2022.

FÓRUM Nacional de Reforma Urbana. **Panorama dos conflitos fundiários no Brasil**: Relatório 2019-2020. Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2021. 158p.

- FREITAS, C. M. **Regularização da ocupação urbana em Uberlândia**: loteamento São Francisco/Joana D'Arc uma contribuição. 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- G1. Energia elétrica chega ao assentamento Glória em Uberlândia. **G1 Triângulo e Alto Paranaíba**, 2019. Disponível em: <a href="https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/09/11/energia-eletrica-chega-ao-assentamento-gloria-em-uberlandia.ghtml">https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/09/11/energia-eletrica-chega-ao-assentamento-gloria-em-uberlandia.ghtml</a>>. Acesso em: 04 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. Obras de patrolamento são realizadas em ruas do assentamento 'Glória' em Uberlândia. **G1 Triângulo e Alto Paranaíba**, 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/06/01/obras-de-patrolamento-sao-realizadas-em-ruas-do-assentamento-gloria-em-uberlandia.ghtml. Acesso em: 04 fev. 2022.

GASPAR, L. M. Migrações rurais e crescimento urbano. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 124-135, 1970. Disponível em: <a href="https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/4471">https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/4471</a>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais**: espaços de educação não-formal da sociedade civil. São Paulo. Universia Brasil, 2004.

GONÇALVES, J. C. **A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos**: um estudo de caso. 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

- GOULART, D. C. **O** anticapitalismo do movimento dos trabalhadores Sem-Teto MTST. 2011. 275 f. Tese (Doutorado) Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.
- GRAZIANO, J. S. A nova dinâmica da agricultura brasileira. 2 ed. Campinas: UNICAMP IE, 1998. p. 228.
- GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. São Paulo: Paz & Terra, 1968.
- GUIMARÃES, E. N. Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional. EDUFU, 2010.
- GUIMARÃES, L S. O modelo de urbanização brasileiro: notas gerais. **Geotextos**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 13-35, jul. 2016. Disponível em: <a href="https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/14084/11194">https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/14084/11194</a>>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- IBGE. Censo Demográfico: População e Habitação. In: IBGE. **Série Nacional, Volume II Recenseamento Geral do Brasil [1.º de Setembro de 1940]**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: <a href="https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII\_Brasil.pdf">https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII\_Brasil.pdf</a>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- \_\_\_\_. FTP do IBGE. Estimativa População Brasileira. Disponível em <a href="https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\_de\_Populacao/Estimativas\_2020/estimativa\_dou\_2020.p">https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\_de\_Populacao/Estimativas\_2020/estimativa\_dou\_2020.p</a> df>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- \_\_\_\_\_. **IBGE Memória. Histórico dos Censos Demográficos**. Disponível em: <a href="https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html">https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html</a>>. Acesso em 24 jul. 2021.
- \_\_\_\_\_. **Séries Históricas e Estatísticas**. Taxa de Urbanização Brasileira. Disponível em <a href="https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,0U&cat=-1,1,2,-2,-3,128&ind=4710">https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,0U&cat=-1,1,2,-2,-3,128&ind=4710</a>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- INNOCENTINI, T. C. **Capitanias Hereditárias**: herança colonial sobre desigualdade e instituições. 2009. 57 f. Dissertação (Mestrado) Curso de Economia, Escola de Economia de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- IPEA. População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\_content&view=article&id=35811. Acesso em: 04 fev. 2022.
- IPEADATA. **Banco de Dados**. Disponível em: <a href="http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx">http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx</a>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

- KANDIR, A. **A instabilidade do mercado habitacional**. 1983. 193 f. Dissertação (Mestrado) Curso de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1983.
- LARANGEIRA, A. N. O compadrio na formação das capitanias hereditárias da mídia brasileira. **E-Compós**, [S. 1.], v. 12, n. 3, 2010. DOI: 10.30962/ec.435. Disponível em: <a href="https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/435">https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/435</a>>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- LOPES, M. de L. O comércio varejista em Uberlândia (MG) e sua atuação como agente modificador do espaço urbano: as estratégias da rede Bretas de supermercados. 2012. LORENZETTI, M. S. B. A Questão Habitacional no Brasil. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, p. 1-25, jul. 2001. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1469. Acesso em: 02 fev. 2022.
- MACEDO, A. P. et al. Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba" Ismene Mendes". Relatório II: a face civil da ditadura: o protagonismo das elites e sua dominação socioeconômica. 2017.
- MACHADO, M. C. T. **Plantei meu sonho aqui: o impasse entre a UFU e os Sem Teto do campus Glória em Uberlândia-MG**. Disponível em: <a href="http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link">http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link</a> (179).pdf>. Acesso em: 03 abr. 2017.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 5<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. **Cultura Vozes**, v. 93, n. 6, p. 7-22, 1999. Disponível em: <a href="http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato\_terranosociedadebrasileira.pdf">http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato\_terranosociedadebrasileira.pdf</a>>. Acesso em: 25 jul. 2021.
- \_\_\_\_\_. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Habitação e cidade**. Série Espaço & Debate. 3 ed. São Paulo: Atual Editora, 1997.
- . **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MEIRELLES, R; ATHAYDE, C. **Um país chamado favela**: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Gente, 2014.
- MILANO, G. B. **Conflitos fundiários urbanos e Poder Judiciário**: decisões jurisdicionais na produção da segregação socioespacial. 2016. 246f. Tese (Doutorado em Direito) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.
- MORAIS, M. P. **Breve diagnóstico sobre o quadro atual da habitação no Brasil**. São Paulo: Mimeo, 2002.

- MOTA, M. S. Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América portuguesa. **Sæculum Revista de História**, [S. 1.], n. 26, 2012. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/15031">https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/15031</a>>. Acesso em: 16 mar. 2022.
- MOTTA, L. D. A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. **Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: < https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA\_Luana\_\_A\_questao\_da\_habitacao\_no\_Brasil.pdf> Acesso em: 28 jul. 2021.
- MOURA, R; ULTRAMARI, C. O que é periferia urbana. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- MOURA, G. G.; SOARES, B. R. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 10, n. 32, dez. 2009, p. 22-40.
- MOURA, G. G. Condomínios horizontais/loteamentos fechados e a vizinhança (in)desejada: um estudo em Uberlândia/MG. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- MTST. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Cartilha de princípios. **Issuu**, [S.l], 25 set. 2013. Disponível em: <a href="https://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst\_cartilha/11">https://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst\_cartilha/11</a>. Acesso em: 28 jul. 2021.
- NARDIN, J. Segregação socioespacial: os condomínios horizontais na cidade de São Carlos/SP. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- NASCIMENTO, D. M.; BRAGA, R. C. Q. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida?. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, [S. l.], n. 9, p. 98-109, 2009. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v0i9p98-109. Disponível em: <a href="https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44765">https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44765</a>>. Acesso em: 16 mar. 2022.
- NATÁLIO, F. Pandemia faz dobrar número de pessoas em situação de rua em Uberlândia. **Diário de Uberlândia**, 2021. Disponível em: <a href="https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/28526/pandemia-faz-dobrar-numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-em-uberlandia">https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/28526/pandemia-faz-dobrar-numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-em-uberlandia</a>>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- OLIVEIRA, A. U. Camponeses, quilombolas, indígenas e grileiros em conflitos no campo brasileiro. In: OLIVEIRA, A. U. **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. p. 10-54.
- \_\_\_\_\_\_. de. A lógica da especulação imobiliária. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 55, p. 75–92, 2017. Disponível em: <a href="https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1054">https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1054</a>. Acesso em: 16 mar. 2022.
- \_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 184p.

- OLIVEIRA, Marcos Igino. [Entrevista concedida a] Beatriz Bicalho. Uberlândia, 28. Mar. 2022.
- OLIVEN, R.G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. 146 p.
- PAGANI, E. B. S.; ALVES, J. de M.; CORDEIRO, S. M. A. Segregação socioespacial e especulação imobiliária no espaço urbano. **Argumentum**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 167–183, 2015. DOI: 10.18315/argumentum.v7i1.8637. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/8637">https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/8637</a>>. Acesso em: 13 mar. 2022.
- PIETRO, G. Nacional por usurpação: a grilagem de terras como fundamento da formação territorial brasileira. In: OLIVEIRA, A. U. A grilagem de terras na formação territorial brasileira. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. p. 131-178.
- PRIETO, G. F. T. Sob o império da grilagem. Os fundamentos da absolutização da propriedade privada capitalista da terra no Brasil (1822-1850). **Terra Brasilis (Nova Série)**. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 8, 2017. Disponível em: <a href="https://journals.openedition.org/terrabrasilis/2137">https://journals.openedition.org/terrabrasilis/2137</a>. Acesso em: 14 fev. 2022.
- PRIETO, E. C. Os desafios institucionais e municipais para implantação de uma cidade universitária: o Campus Glória da Universidade Federal de Uberlândia. 2005. 275 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- RAMIRES, J. C. L.; SANTOS, M. A. F. Exclusão social em Uberlândia: algumas reflexões a partir do bairro Dom Almir e seu entorno. **Caminhos de Geografia**, [S. l.], v. 2, n. 4, jun. 2001. Disponível em: <a href="https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15284">https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15284</a>. Acesso em: 19 jul. 2021.
- RODRIGUES, A. M. Moradia nas cidades brasileiras. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1990.
- . Moradia nas cidades brasileiras. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. 72 p.
- SANTOS, C. H. M. **Políticas federais de habitação no Brasil**: 1964/1998. Texto para discussão nº 654. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1999. 30 p.
- SANTOS, M. A Urbanização Brasileira, São Paulo: Hucitec, 1993. 176 p.
- \_\_\_\_\_. Espaço e Método. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: 8<sup>a</sup> ed. Record, 2005. XX p.
- SARAIVA, A. ONU-Habitat Brasil reúne desafios e conquistas de 2020 em relatório anual. **Nações Unidas Brasil**, 2021. Disponível em: <a href="https://brasil.un.org/pt-br/137253-onu-habitat-brasil-reune-desafios-e-conquistas-de-2020-em-relatorio-anual">https://brasil.un.org/pt-br/137253-onu-habitat-brasil-reune-desafios-e-conquistas-de-2020-em-relatorio-anual</a>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- SCHWARZ, R. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34. 2012.

- SILVA, J. M.; MENDES, E. de P. P. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. p. 203-221 In: MARAFON, G. J.; RAMIRES, J. C. de L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, V. L. S. (org.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teóricoconceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013, 528 p. Disponível em: <a href="https://books.scielo.org/id/hvsdh">https://books.scielo.org/id/hvsdh</a>. Acesso em: 27 mar. 2022.
- SILVA, K. N. **Expansão urbana do setor sul da cidade de Uberlândia-MG**: um estudo dos processos de exclusão e segregação socioespacial. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- SOARES, Beatriz Ribeiro. Uberlândia: a cidade jardim ao portal do cerrado imagens e representações no triangulo mineiro. 1995. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- SOARES, B. R.; RAMIRES, J. C. L. Os condomínios horizontais fechados em cidades médias brasileiras. In: CABRALES BARAJS, L. (Org.). **Latinoamérica**: países abiertos, ciudades cerradas. Guadajara: Universidad de Guadalajara UNESCO, 2002. p. 373-396.
- SOUZA, T. S. **Urbanização contemporânea face as informalidades no rural**: um olhar a partir dos loteamentos clandestinos e irregulares de Uberlândia MG. 2020. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI 10.14393/ufu.di.2020.14.
- SPOSITO, M. E. B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; MIÑO, O. S. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Popular, 2006. p. 175-197.
- \_\_\_\_\_. Capitalismo e Urbanização. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017 [1988]. 97p.

  \_\_\_\_\_. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales, v. 11, n. 245 (11), n.p., ago. 2007. Disponível em: <a href="http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24511.htm">http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24511.htm</a>. Acesso em 29 jul. 2021.
- STEDILE, J. P. Questão agrária no Brasil. São Paulo: Atual, 1998.
- TAVARES, M. C. **Da Substituição das Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 263p.
- UBERLÂNDIA (Minas Gerais). Convênio entre Prefeitura e Cohab Minas vai regularizar assentamento do Glória. **Prefeitura de Uberlândia**, 2021. Disponível em: <a href="https://www.uberlandia.mg.gov.br/2021/06/23/convenio-entre-prefeitura-e-cohab-minas-vai-regularizar-assentamento-do-gloria/">https://www.uberlandia.mg.gov.br/2021/06/23/convenio-entre-prefeitura-e-cohab-minas-vai-regularizar-assentamento-do-gloria/</a>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. Venda de terrenos a R\$ 35 em área invadida é flagrada em Uberlândia. **G1 Triângulo Mineiro**, 2013. Disponível em: <a href="https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/09/venda-de-terrenos-r-35-em-area-invadida-e-flagrada-em-uberlandia.html">https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/09/venda-de-terrenos-r-35-em-area-invadida-e-flagrada-em-uberlandia.html</a>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

Decreto nº 18.602, de 30 de abril de 2020. Regulamenta o procedimento de
regularização de núcleos urbanos informais no município de Uberlândia e seus distritos e revoga o Decreto nº 18.282, de 25 de setembro de 2019. <b>Leis Municipais</b> , Uberlândia, MG, 30
abr. 2020a. Disponível em:
<a href="https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/decreto/2020/1861/18602/decreto-n-18602-4">https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/decreto/2020/1861/18602/decreto-n-18602-4</a>
2020-regulamenta-o-procedimento-de-regularizacao-de-nucleos-urbanos-informais-no-
municipio-de-uberlandia-e-seus-distritos-e-revoga-o-decreto-n-18282-de-25-de-setembro-de-
2019?q=18602>. Acesso em: 04 abr. 2022.
. Lei Complementar nº 432, de 19 de outubro de 2006. Aprova o Plano Diretor do
município de Uberlândia, estabelece os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação,
revoga a Lei Complementar nº 078 de 27 de abril de 1994 e dá outras providências. Leis
Municipais, Uberlândia, MG, 19 out. 2006. Disponível em:
<a href="https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-uberlandia-mg">https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-uberlandia-mg</a> . Acesso em: 04 jan. 2022.
Lei Complementar nº 525, de 14 de abril de 2011. Dispõe sobre o zoneamento do uso
e ocupação do solo do município de Uberlândia e revoga a Lei Complementar nº 245, de 30 de
novembro de 2000 e suas alterações posteriores. Leis Municipais, Uberlândia, MG, 14 abr.
2011. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-
solo-uberlandia-mg. Acesso em: 04 fev. 2022.
Lei Complementar nº 670, de 2 de maio de 2019. Dispõe sobre o programa de
regularização de núcleos urbanos irregulares – PROURBI no município de Uberlândia e seus
distritos. Leis Municipais, Uberlândia, MG, 2 mai. 2019. Disponível em:
<a href="https://leismunicipais.com.br/a1/mg/u/uberlandia/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/670/lei-complementar/2019/67/67/670/lei-complementar/2019/67/67/67/67/67/67/67/67/67/67/67/67/67/&lt;/td&gt;&lt;/tr&gt;&lt;tr&gt;&lt;td&gt;complementar-n-670-2019-dispoe-sobre-o-programa-de-regularização-de-nucleos-urbanos-&lt;/td&gt;&lt;/tr&gt;&lt;tr&gt;&lt;td&gt;irregulares-prourbi-no-municipio-de-uberl-ndia-e-seus-distritos&gt;. Acesso em: 15 mar. 2022.&lt;/td&gt;&lt;/tr&gt;&lt;tr&gt;&lt;td&gt;. Loteamentos irregulares com processos em tramitação para regularização na SEPLAN.&lt;/td&gt;&lt;/tr&gt;&lt;tr&gt;&lt;td&gt;Prefeitura de Uberlândia, 2022. Disponível em:&lt;/td&gt;&lt;/tr&gt;&lt;tr&gt;&lt;td&gt;&lt;a href=" https:="" lote<="" loteamentos-urbano="" planejamento-urbano="" prefeitura="" secretarias="" td="" www.uberlandia.mg.gov.br=""></a>
irregulares/>. Acesso: 02 fev. 2022.
. Plano Local de Habitação de Interesse Social: diagnóstico estratégico de
habitação de interesse social. Uberlândia: Prefeitura Municipal, 2009. 180p.
. Plano Local de Habitação de Interesse Social: estratégia de ação. Uberlândia:
Prefeitura Municipal, 2010. 77p.
. Plano Local de Habitação de Interesse Social: metodologia do Plano Local de
Habitação de Interesse Social do município de Uberlândia: Prefeitura
Municipal, 2009b. 93p.
. Prefeitura inicia atendimentos nas UBSFs do Glória e do Shopping Park. <b>Prefeitura</b>
de Uberlândia, 2020b. Disponível em:

	AÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: <b>Anais do VII</b> atro Nacional da ANPUR. Recife: ANPUR, 1997. p. 1375-1385.
1998.	<b>Espaço intra-urbano no Brasil</b> . São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute,
	<b>Reflexões sobre as cidades brasileiras</b> . São Paulo: Studio Nobel, 2012.

# **APÊNDICES**

#### APÊNDICE A

Questionário Aplicado na População de Uberlândia (MG)

#### Os sem-teto: opinião da população residente em Uberlândia (MG) sobre o tema

Este questionário faz parte da pesquisa de mestrado intitulada "Segregação Urbana em Uberlândia (MG): emergência da população sem-teto" realizada pela pesquisadora Beatriz Bicalho sob orientação da Profa. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps no Instituto de Geografía da Universidade Federal de Uberlândia – UFU e se destina a pessoas que residem – ou já residiram - na cidade de Uberlândia (MG). Esta pesquisa tem caráter acadêmico e em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e, ainda assim, a sua identidade será preservada. Caso tenha interesse em entrar em contato com os pesquisadores, envie um e-mail para beatrizbicalho94@gmail.com

*(	Obrigatório
1.	Você concorda em participar dessa pesquisa? *
(	)Sim
	)Não
2.	Faixa etária: *
	)Até 20 anos
(	)Entre 21 e 28 anos
	)Entre 29 e 40 anos
•	)Entre 41 e 55 anos
•	)Entre 56 Anos e 70 Anos
(	)Acima de 71
3.	Sexo: *
(	)Masculino
(	)Feminino
(	)Prefiro não identificar
4.	Cor/etnia: *
(	)Branca
(	)Preta
(	)Parda
(	)Amarela
(	)Indígena
(	)Não sei

5. Cidade em que reside: \*

<ul> <li>( )Uberlândia</li> <li>( )Não resido em Uberlândia</li> <li>( )Não moro atualmente em Uberlândia, mas já residi na cidade</li> </ul>
( )) vao moro ataamiente em obertandia, mas ja residi na eidade
6. Bairro em que reside (destinado apenas às pessoas que residem em Uberlândia)
7. Escolaridade *
<ul> <li>( )Ensino fundamental incompleto</li> <li>( )Ensino fundamental completo</li> <li>( )Ensino médio incompleto</li> <li>( )Ensino médio completo</li> <li>( )Ensino superior incompleto</li> <li>( )Ensino superior completo</li> <li>( )Pós-graduação</li> </ul>
8. Ocupação / profissão: *
<ul> <li>( )Setor primário (na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca)</li> <li>( )Indústria</li> <li>( )Construção civil</li> <li>( )No comércio, banco, transportes, hotelaria ou outros serviços</li> <li>( )Como funcionário(a) do governo federal, estadual ou municipal</li> <li>( )Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior</li> <li>( )Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante guardador/a de carros, catador/a de lixo)</li> <li>( )Trabalho em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.)</li> <li>( )Faço trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.)</li> <li>( )No lar (sem remuneração)</li> <li>( )Outro</li> <li>( )Não trabalho</li> </ul>
9. Tipo de moradia: *
<ul> <li>( )Casa própria</li> <li>( )Casa alugada</li> <li>( )Apartamento próprio</li> <li>( )Apartamento alugado</li> <li>( )Moro com familiares</li> <li>( )República</li> </ul>
10. Renda média mensal: *
( )Menos de 1 Salário Mínimo ( )1 Salário Mínimo

<ul> <li>( )De 2 a 3 Salários Mínimos</li> <li>( )De 4 a 5 Salários Mínimos</li> <li>( )De 6 a 9 Salários Mínimos</li> <li>( )Mais de 10 salários mínimos</li> </ul>	
11. Você já ouviu falar sobre o direito à moradia e a função social da terra/proprieda previstas na Constituição Federal? *	de,
<ul> <li>( )Sim, tenho total ciência sobre tema</li> <li>( )Sim, já ouvi falar mas não sei muito sobre</li> <li>( )Não</li> </ul>	
12. Você sabe o que é especulação imobiliária e como ela se manifesta em Uberlândia? *	
<ul> <li>( )Sim, tenho total ciência sobre tema</li> <li>( )Sim, já ouvi falar mas não sei muito sobre</li> <li>( )Não</li> </ul>	
13. Você sabe o que é o Estatuto da Cidade?	
<ul> <li>( )Sim, tenho total ciência sobre tema</li> <li>( )Sim, já ouvi falar mas não sei muito sobre</li> <li>( )Não</li> </ul>	
14. (Destinado apenas às pessoas que responderam SIM na pergunta de número 12) Vesabe qual a função do Estatuto da Cidade?	ocê
<ul> <li>( )Sim, tenho total ciência sobre o tema</li> <li>( )Sim, já ouvi falar mas não sei muito sobre</li> <li>( )Não</li> </ul>	
15. Acerca das questões que envolvem as perguntas de número 10, 11, 12 e 13, qual(a sua(s) fonte(s) de informação? (É permitido marcar mais de uma resposta) *	uis)
<ul> <li>( )Internet (sites, jornais, vídeos, etc.)</li> <li>( )Material científico (artigos, teses, dissertações, etc.)</li> <li>( )Televisão (jornais, programas de TV, entrevistas, etc.)</li> <li>( )Sala de aula</li> <li>( )Através de conversas informais</li> <li>( )Outros</li> </ul>	
16. Você sabia que o processo de formação de vários bairros em Uberlândia, tiveram s	sua
origem a partir de uma ocupação irregular? *	
( )Sim ( )Não	

17. Sobre os terrenos ocupados de maneira ilegal (do ponto de vista da legislação vigente) em Uberlândia, qual termo lhe parece mais apropriado? *
<ul><li>( )assentamentos irregulares</li><li>( )invasões</li><li>( )outro</li></ul>
17.1 Caso tenha marcado a opção "outro" na pergunta acima, especifique:
18. Você já visitou uma ocupação irregular? *
<ul> <li>( )Sim</li> <li>( )Não, só vi através de imagens e/ou da mídia</li> <li>( )Nunca estive</li> </ul>
19. Na sua opinião, quem é a população que ocupa esses terrenos na cidade? (É permitido marcar mais de uma resposta) *
<ul> <li>( )Pessoas incluídas na categoria de baixa renda que não têm onde morar</li> <li>( )Pessoas incluídas na categoria de baixa renda que tem onde morar mas não possuem imóvel próprios</li> <li>( )Pessoas que se organizam para adquirir terrenos de maneira conjunta</li> <li>( )Pessoas que se aproveitam da legislação para aumentar seu patrimônio</li> <li>( )Em sua maioria, pessoas que não tem onde morar, mas também composto por indivíduos que se aproveitam da situação para adquirir terrenos e aumentar o seu patrimônio</li> <li>( )Outro</li> </ul>
19.1 Caso tenha marcado a opção "outro" na pergunta acima, especifique:
20. Como você percebe a formação das ocupações da população sem teto em Uberlândia? (É permitido marcar mais de uma resposta) *
<ul> <li>( )Como um problema habitacional, proveniente de práticas urbanas segregacionistas</li> <li>( )Como um sintoma da falta de atenção da administração política na questão da moradia.</li> <li>( )Como um problema urbano, que deve ser resolvido/eliminado pela administração política local.</li> <li>( )Outro</li> </ul>
20.1 Caso tenha marcado a opção "outro" na pergunta acima, especifique:
21. Qual a sua opinião acerca da paisagem dessas ocupações no cenário urbano? (É permitido marcar mais de uma resposta) *
( )São esteticamente feias, estragam a imagem da cidade e não deveriam existir no urbano

<ul> <li>( )Transcrevem um certo desconforto e uma ideia de descontinuidade no urbano</li> <li>( )São paisagens que claramente refletem a necessidade de uma infraestrutura urbana e de uma maior atenção por arte da administração pública nesses locais</li> <li>( )Possuem certa beleza, proveniente do simbolismo da pobreza e resistência que essas ocupações representam no espaço urbano</li> </ul>
22. Qual a sua percepção sobre os aspectos da segurança e criminalidade nas ocupações? (É permitido marcar mais de uma resposta) *
( )São locais com altos índices de criminalidade e oferecem pouca – ou praticamente nenhuma – segurança para moradores e visitantes ( )São locais considerados seguros para a população que ali reside porém, perigosos para quem visita ( )São locais relativamente seguros e a imagem da falta de segurança e altos índices de criminalidade são transmitidas pela mídia para a população a partir de uma visão tendenciosa e pejorativa.
23. Algumas ocupações têm ou tiveram a ajuda de movimentos sociais em seu processo de formação. Como exemplo, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Qual a sua opinião sobre a ação desses movimentos no processo de consolidação das ocupações? (É permitido marcar mais de uma resposta) *
<ul> <li>( )Essa articulação é extremamente importante, visto que os movimentos agem em função de se garantir o direito à moradia para a população.</li> <li>( )Promovem um importante papel nesse processo de ocupação porém existem algumas ressalvas a serem feitas</li> <li>( )Acho um desrespeito com a propriedade privada, visto que os movimentos colaboram com o processo ilegal de ocupação de terrenos</li> <li>( )Acho problemático pois, parte dos problemas ambientais urbanos se dão em função da ocupação indevidamente planejada desses espaços.</li> <li>( )Indiferente</li> </ul>
24. A partir de seus conhecimentos prévios sobre as ocupações, como você percebe a qualidade de vida da população que habita esses espaços? (Qualidade de vida indica o nível das condições básicas e suplementares do ser humano. Estas condições envolvem desde o bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, os relacionamentos sociais, como família e amigos, e, também a saúde, a educação e outros parâmetros que afetam a vida humana) (É permitido marcar mais de uma resposta) *
( )Possuem um considerável nível de qualidade de vida, assim como quaisquer outros habitantes da cidade ( )Possuem certo nível de qualidade de vida, mas com ressalvas em função da infraestrutura habitacional e acesso aos serviços básicos (transporte, educação, saúde, etc.) ( )O nível de qualidade de vida dessas pessoas é ditado em função de uma escolha pessoal em habitar nesses locais ( )Possuem baixos níveis de qualidade de vida, comparado à população com acesso à moradia em Uberlândia.

25. Acerca da relação entre as ocupações e o poder público, quais alternativas lhe parecem mais viáveis? (É permitido marcar mais de uma resposta) *
<ul> <li>( )Por surgirem através da ilegalidade, o poder público não possui obrigação nenhuma no que concerne a promover infraestrutura mínima para os habitantes das ocupações (rede de água e esgoto, energia elétrica, asfaltamento das ruas, coleta de lixo, etc.)</li> <li>( )Apesar de surgirem através da ilegalidade, ainda assim, o poder público deve fornecer serviços básicos a essa população.</li> <li>( )Indiferente</li> </ul>
26. Sobre o fornecimento de serviços à população sem teto residente nessas ocupações, marque aqueles que lhe parece justo? (É permitido marcar mais de uma resposta) *
<ul><li>( )Recolhimento de lixo</li><li>( )Tratamento de água e esgoto</li></ul>
( )Acesso à educação
( )Acesso à saúde e bem estar (direito à consultas, atendimento em pronto socorro e assistência social)
( )Acesso à internet
<ul> <li>( )Provimento de energia elétrica para as residências</li> <li>( )Provimento de asfalto e calçadas nas ruas</li> </ul>
<ul><li>( )Provimento de asfalto e calçadas nas ruas</li><li>( )Acesso à auxílios sociais (Exemplo: bolsa família, cestas básicas)</li></ul>
( )Acesso à cultura (cinema, teatro, etc.)
( )Esportes e lazer
( )Mobilidade e transporte
( )Trabalho
( )Segurança
( )Nenhuma das alternativas anteriores

#### APÊNDICE B

#### Roteiro da Entrevista com o Advogado Igino Marcos Oliveira

- 1. Fale-me um pouco sobre você, sobre seu trabalho e sua trajetória, se apresente, por favor.
- 2. Nós vivemos em um modelo de sociedade onde entendemos a moradia, que se configura como um direito básico de todo ser humano, como algo que é negado a determinada parcela da população. Então se você possui poder aquisitivo, você pode comprar a sua moradia onde você bem entender. Caso não tenha, lhe sobram poucas opções. Para além disso, nós temos a propriedade privada e a concentração fundiária em nosso país que é estruturada já desde o processo de colonização, que é algo que parece acompanhar toda a história do Brasil ao longo do tempo. Então diante desse cenário, como você compreende a ação desses movimentos sociais em prol do direito à moradia?
- 3. Como o senhor, enquanto advogado, enxerga o papel do Estado brasileiro sobre essa temática? Você acha que esse problema poderia ser resolvido de outra forma? Você acredita que poderia existir uma opção mais viável do que a reforma agrária e urbana para se resolver os conflitos que envolvem a terra?
- 4. Na sua percepção, a ocupação por moradia cumpre um papel que vai além da moradia em si? O que a sua experiência pode nos dizer um pouco.
- 5. Por que você advoga para o MTST? A quanto tempo? Como isso começou? Como você foi indicado? Na verdade, você já contou um pouco sobre isso na sua apresentação, mas se puder falar mais um pouco, por favor.
- 6. Alguns estudos que eu tenho acompanhado sobre a temática das ocupações indicam a relação direta entre o campo e o urbano (entre o MST e o MTST). Você pode confirmar essa proposição?
- 7. Gostaria que o senhor me contasse um pouco sobre como o(s) movimento(s) se organizam para concretizar essas ocupações aqui na cidade e como é o seu papel enquanto advogado da causa nesse processo?
- 8. Existe um levantamento das ocupações aqui em Uberlândia por parte dos movimentos?
- 9. Durante minha pesquisa eu pude perceber que existe uma questão política por trás do surgimento dessas ocupações. Pode ser que seja somente uma percepção minha acerca do assunto e pode ser que não. O que eu pude entender é que surgiram um considerável número de ocupações próximo do período ou mesmo no período de vigência do governo

- Gilmar Machado aqui em Uberlândia. Portanto, gostaria de saber se tem influência essa questão governamental na incidência dessas ocupações.
- 10. Também pude perceber que após aquele escandaloso caso de corrupção dos vereadores de Uberlândia, devido à ausência dos vereadores de oposição, acabou sendo aprovados vários projetos para regularização fundiária dessas áreas. Então me parece que existe uma questão política por trás disso tudo. O senhor, enquanto advogado, enquanto alguém que entende melhor da causa, pode me dar uma opinião sobre o assunto?
- 11. Como o senhor enxerga o perfil das pessoas que participam das ocupações? São indivíduos que entendem muito da causa ou estão ali mais pela necessidade mesmo?
- 12. Por fim, gostaria de perguntar para o senhor como são as relações de convivência no dia a dia das ocupações? Como o senhor percebe isso visitando e conversando com as pessoas que moram ali? Como é a realidade dessas pessoas?

## **APÊNDICE C**

#### Roteiro da Entrevista com o Coordenador do Projeto Horta Solidária

- 1. O que é o projeto "Horta Comunitária" e qual (ou quais) seu principal objetivo?
- 2. Quando surgiu o projeto?
- 3. Como ele se materializou? (passou de ideia para uma ação)
- 4. Esse projeto existe apenas na ocupação Fidel Castro ou abrange outras ocupações também?
- 5. Qual a importância desse projeto para a comunidade e como ele ajuda a população que reside nas ocupações?
- 6. Quantas pessoas (em média) colaboram com o projeto e como faz para auxiliar?

## **ANEXOS**

## LOTEAMENTOS IRREGULARES/ CLANDESTINOS NA ZONA URBANA IDENTIFICADOS ATÉ 30/09/2020 - NAPSI/DU/SEPLAN - PMU

Obs. 1: O numéro do mapa 12U = 80 significa que parte do loteamento está no Perímetro Urbano e parte na Zona Rural.

Obs. 2: A letra "U" significa Urbano, ou seja, são os loteamentos inseridos no Perímetro Urbano.

Nº	LOCAL	Nº MAPA	LOTEAMENTO IRREGULAR/ CLANDESTINO	COORDENADAS APROXIMADAS
1	ZONA URBANA	1U	FIDEL CASTRO	18°54'24.37"S 48°13'37.85"O
2	ZONA URBANA	2U	GLÓRIA (ASSENTAMENTO ÉLISSON PIETRO)	18°57'26.57"S 48°13'8.40"O
3	ZONA URBANA	3U	ALVORADA	18°54'57.63"S 48°12'47.57"O
4	ZONA URBANA	4U	RESIDENCIAL DOM ALMIR (BAIRRO RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO)	18°54'30.04"S 48°12'43.62"O
5	ZONA URBANA	5U	RESIDENCIAL DOM ALMIR - PROLONGAMENTO (BAIRRO RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO)	18°54'34.93"S 48°12'34.24"O
6	ZONA URBANA	6U	INTEGRAÇÃO (ANT. SÃO FRANCISCO E JOANA D'ARC) (BAIRRO RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO)	18°54'42.23"S 48°11'59.47"O
7	ZONA URBANA	7U	JOANA D'ARC II (BAIRRO RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO)	18°54'30.81"S 48°12'25.63"O
8	ZONA URBANA	8U	PROSPERIDADE II (BAIRRO RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO)	18°54'26.68"S 48°12'33.63"O
9	ZONA URBANA	9U	JARDIM PROSPERIDADE (BAIRRO RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO)	18°54'38.61"S 48°12'49.10"O
10	ZONA URBANA	10U	JARDIM PROSPERIDADE - PROLONGAMENTO (BAIRRO RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO)	18°54'52.29"S 48°12'43.11"O
11	ZONA URBANA	11U	VILA JARDIM	18°55'23.68"S 48°13'16.42"O
12	ZONA URBANA	80=12U	BELA VISTA (PRÓXIMO AO JARDIM EUROPA) (parte na Zona Rural)	18°56'14.96"S 48°20'47.36"O
13	ZONA URBANA	13U	MANÁ	18°54'39.99"S 48°10'33.88"O
14	ZONA URBANA	14U	SANTA CLARA	18°54'24.47"S 48°11'36.03"O
15	ZONA URBANA		RELOTEAMENTO CHÁCARAS BELA VISTA (B. Jd. Canaā)	18°57'54.16"S 48°19'58.53"O
16	ZONA URBANA	16U	BOA VISTA	18°58'57.49"S 48°21'31.57"O
17	ZONA URBANA	17U	FAZENDA CAMPO ALEGRE - BAIRRO LARANJEIRAS	18°58'10.52"S 48°14'15.54"O
18	ZONA URBANA		ESPERANÇA III	18°52'32.41"S 48°16'45.48"O

#### LOTEAMENTOS IRREGULARES/ CLANDESTINOS E INVASÕES NA ZONA RURAL IDENTIFICADOS ATÉ 30/06/2021 - NAPSI/DU/SEPLAN - PMU

Obs. 1: O numéro do mapa 12U = 80 significa que parte do loteamento está no Perímetro Urbano e parte na Zona Rural.

Obs. 2: A letra "U" significa Urbano, ou seja, são os loteamentos inseridos no Perímetro Urbano.

Obs 3: Não se pode afirmar com precisão as informações relativas aos proprietários e matrículas, pois não são dados oficiais, muitos deles são apenas suposições baseados em estudos/análises.

N°	LOCAL	N° MAPA	LOTEAMENTO IRREGULAR/ CLANDES TING	COORDENADAS	
				4015046.0776	
1	ZONA RURAL	1	CHÁCARAS ARCO-ÍRIS	18"59"16.97"S 48"25'32.71"O	À direita da BR-497 (Udi- Prata), Fazenda da Babilônia e Fazenda Eldorado.
2	ZONA RURAL	2	CHÁCARAS BEIRA RIO OZAIR	18"53"15.14"S 48"2'47.00"O	À esquerda da BR-452 (Udi-Araxá), lugar denominado Campestre, Gleba A.
3	ZONA RURAL	3	CHÁCARAS BOM JARDIM	19" 0'59.73"S 48"16'17.36"O	Å esquerda da BR-455 (Udi- Camp. Florido), Fazenda Bom Jardim , denominado "Bom Jardim".
4	ZONA RURAL	4	CONDOMÍNIO SAN MARES	18"40"57.06"S 48"24"38.26"O	À direita da Rod. Neuza Rezende, Distrito de Martinésia, na Fazenda do Centro, Gleba 01 à Gleba 05.
5	ZONA RURAL	5	CHÁCARAS DAS COPAÍBAS III	18"57'9.69"S 18"57'9.69"S	À direita da BR- 497 (Udi-Prata), Fazenda Douradinho, "Sitio das Laranjeiras", Gleba A.
6	ZONA RURAL	6	CHÁCARAS DOS ANJOS	19" 3"26.80"S 47"59"29.15"O	A direita da BR-497 ( Udi-Araxá), Fazenda Nova Ponte, Gleba B (113.168); Gleba B-4 (128.629), Gleba B-4A(190.574) e Gleba B-4B(190.575).
7	ZONA RURAL	7	CHÁCARA PARQUE DAS ANDORINHAS II	18"53"5.27"8 48"11"23.54"O	À esquerda da Estr. Pau Furado, Fazenda Marimbondo.
	ZONA RURAL	8	CHÁCARAS AROEIRAS DO MIRANDA	18"57"24.35"S 48"1"16.71"O	Á esquerda da BR-452 (Udi-Araxá), margens da Represa de Miranda, Fazenda São Francisco, lugar Beira Rio e Fazenda Pouso Alegre, denominado Capão do Quali, Gleba 10.
9	ZONA RURAL	9	CHÁCARAS DE RECREIO BAHIA DO MIRANDA	19" 0"35.76"S 48"0"29.83"O	À esquerda da BR-452 (Udi-Araxà), margens da Represa de Miranda.
	ZONA RURAL	10	CHÁCARAS DE RECREIO MIRANDA 2000	18"57'41.09"S	À esquerda da BR-452 (Udi-Araxá), margens da Represa de Miranda.
11	ZONA RURAL	11	MIRANDA I	19" 3"26.51"S 47"58"35.41"O	À esquerda da BR-452 (Udi-Araxá), Fazenda Nova Ponte.
12	ZONA RURAL	12	MIRANDA II	19" 3"32.33"8	À esquerda da BR-452 (Udi-Araxá).
13	ZONA RURAL	13	MIRANDA III	18"56"21.60"S 48"1"4.96"O	À esquerda da BR-452 (Udi-Araxà).
14	ZONA RURAL	14	MIRANDA IV	19" 3"10.90"S 47"57"2.40"O	À esquerda da BR-452 (Udi-Araxá).
15	ZONA RURAL	15	CHÁCARAS DE RECREIO MIRANDA VI	19" 3"39.69"S 47"58"35.69"O	À esquerda da BR-452 (Udi-Araxá).
16	ZONA RURAL	16	SÍTIOS DE RECREIO MIRANDA VII	19" 3'48.48"S 47"58'22.58"O	À esquerda da BR-452 (Udi-Araxá).
17	ZONA RURAL	17	SÍTIOS DE RECREIO MIRANDA VIII	19" 3"23.01"S 47"58"12.18"O	À esquerda da BR-452 (Udi-Araxá).
	ZONA RURAL	18	MIRANDA IX	19" 3'20.41"S	Á esquerda da BR-452 (Udi-Araxá).
19	ZONA RURAL	19	CHÁCARAS MANGUE OU CHÁCARAS DO BARREIRO	18"47'49.89"S 48"11'30.23"O	A direita Estr. Pau Furado, Fazenda Mangue, denominado Chácara Barreiro.
20	ZONA RURAL	20	CONDOMÍNIO CAIAPÔNIA	18"59"5.59"8	À direita da BR-497 (Udi-Prata).
21	ZONA RURAL	21	CHÁCARAS DOURADINHO	19" 0"29.15"S 48"21"53.41"O	À esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido), Fazenda Douradinho, denominado "Lago Azul".
22	ZONA RURAL	22	CONDOMÍNIO VALE DO SOL	18"50"5.56"S 48"18"23.80"O	A esquerda da Rod. Neuza Rezende, Fazenda Sobradinho, denominado "Córrego da Lagoa".
23	ZONA RURAL	23	CHÁCARAS GOIABEIRA	19" 3'23.34"S 47"57'22.80"O	À esquerda da BR-452, Fazenda Boa Vista, lugar denominado Châcaras Golabeira, situada no Miranda IV.
24	ZONA RURAL	24	MIRANTE DO MIRANDA I		Å esquerda da BR-452 (Udi- Araxá), Fazenda Nova Ponte.
25	ZONA RURAL	25	CHÁCARAS MONTE VERDE	18"58"27.53"S 48"19"39.37"O	Lindeiro ao corrego Guaribas, próximo la Av. Galassi do loteamento Santo Antônio II, glebas de A à F.
26	ZONA RURAL	26	FAZENDA BOA VISTA PEROBAS	19" 1"56.28"S 48"31"20.18"O	À esqueda da BR-497 (Udi- Prata), Fazenda Boa Vista Perobas, denominado "Côrrego da Gordura".

27	ZONA RURAL	27	CHÁCARAS FAZ. BURITI - CAPIM BRANCO I	18"46"15.00"S 48"11"24.19"O	À direita da BR-050 (Udi-Araguari), Fazenda do Buriti, Glebas 1 à 4 e 6.
28	ZONA RURAL	28	CHÁCARAS CAFEZAL (Fazenda Estivinha)	19" 1'46.98"S 48"4"19.86"O	A direita da BR-452 (Udi- Araxá), Fazendinha Estivinha.
29	ZONA RURAL	29	CHÁCARAS NA FAZENDA REGISTRO	19" 5'47.99"S 47"55'40.50"O	Á esquerda da BR-452(Udi-Araxá), Fazenda Saracura.
30	ZONA RURAL	30	CHÁCARAS NA FAZENDA SAMAMBAIA	18"49"38.83"S 48"19"52.69"O	Å esquerda da Rod. Neuza Rezende.
-	TONIA DUDA	31	CHÁCARAS FAZ. SÃO FRANCISCO - GLEBAS J. K E L	18"53'22.68"S 48"2'55.00"O	Assessed to DD 453 (Md. Asset) Secrete Sta Secretary described Secretary Clabor IV.
31	ZONA RURAL	31	GLEBAS J, R E L	18"52"36.96"S	A esquerda da BR-452 (Udi - Araxá), Fazenda São Francisco, denominado Campestre , Glebas J,K,L.
32	ZONA RURAL	32	CHÁCARAS OLHOS D'ÁGUA	48"5'51.06"O	À esquerda da BR-365, (Udi-Patroc.), Fazenda Olhos D'Água, lugar denominado Cocal, Glebas de 01 à 09.
33	ZONA RURAL	33	CHÁCARAS PRAIA DE MIRANDA	18"57"16.18"S 48"0"55.78"O	A esquerda da BR-452 (Udi-Araxá), Fazenda São Francisco, invernada do Marchante , denominado "Chácaras Praia de Miranda", Gleba C 4 (110.494 1º CRI), Gleba E ( 106.515 do 1º CRI), Gleba D (106.791 do 1 º CRI), Gleba F (106.544 do 1º CRI).
	ZONA RURAL	34	CHÁCARAS RECANTO DA BABILÔNIA	18"58"18.30"S 48"27"0.67"O	À direita da BR-497 (Udi-Prata), Fazenda Palma da Babilônia, Gleba A.
26	ZONA RURAL	35	CHÁCARAS VALE DO MIRANDA / FAZ. SÃO FRANCISCO CAMPESTRE	18"54"11.04"S 48"2"50.94"O	À esquerda da BR- 452 (Udi-Araxá), Fazenda São Francisco, denominado "Campestre", Gleba B e Gleba C.
30	ZUNA RURAL	35	CHÁCARAS (VALE) ALTO DO BOA VISTA 2 -		A esquerda da BR- 452 (Udi-Vraxa), Fazenda Sao Francisco, denominado "Campesee", Gieda B e Gieda C. A esquerda da Rod. Neuza Rezende, Fazenda do Salto, lugar denominado "Boa Vista" e "Santa Terezinha, Gieda 01,
36	ZONA RURAL	36	LBW	48"19'5.89"O	Gleba 03, Gleba 04 e Gleba 05.
37	ZONA RURAL	37	FAZENDA PINDAÍBAS - TENDA DOS MORENOS	18"51"35.20"S 48"8"28.49"O	À direita da Estr. Pau Furado, Fazenda Pindaíbas, lugar denominado Tenda dos Morenos.
	ZONA RURAL	38	CHÁCARAS VALE DO TANGARÁ	18"47"27.79"S 48"12"10.18"O	À direita da BR-050 (Udi- Araguari), Fazenda Buriti, Giebas de 01 à 11.
30	ZONA RURAL	39	PARQUE MARAVILHA	18"54"21.23"S 48"20'46.36"O	À esquerda da BR-365(Udi-Mont. Alegre), Fazenda Capim Branco.
	ZONA RURAL	40	CONDOMÍNIO SANTA VITÓRIA	18"57"23.22"S 48"22"36.80"O	À direita da BR-497 (Udi-Prata), Faz Rio das Pedras ou Douradinho. Gleba nº 1.
			RECANTO BELA VISTA - FAZENDA SÍTIO	19" 3"34.80"S	
41	ZONA RURAL	41	LIMA	47"58'59.23"O 18"53'14.02"S	A esquerda da BR-452(Udi-Araxá), Sfilo Lima, Gleba A. Faz. Rio das Pedras - Às margens direita da BR-365 (Udi-Monte Alegre), km 646, ao lado do Lot. Laranjeira Glebas
42	ZONA RURAL	42	SÍTIO PICA PAU	48"26'40.09"O	B, C, De E.
43	ZONA RURAL	43	VILA MARIELZA	18"53"54.63"S 48"9"21.54"O	À direita da BR-365 (Udi- Patroc.), Fazenda a Lage.
44	ZONA RURAL	44	RECANTO DAS AROEIRAS - FAZ. BURITI - ANAMUR	18"48"23.76"S 48"14'42.41"O	À direita da BR-050 (Udi-Araguari), Fazenda Buriti.
-	20.0.1.0.0.0			18"44'47.01"S	A esquerda da Rod. Neuza Rezende, Fazenda Santa Rita, constituido pela Gleba 3-12, unificação das Glebas de 3-1
45	ZONA RURAL	45	CHACARAS PARAÍSO II, III e IV	48"23'7.82"O 19" 0'41.87"S	à 3-16 e Gleba nº 4.
46	ZONA RURAL	46	FAZ. BOA VISTA PEROBAS - GLEBA B	48"29"16.00"O	A direita da BR- 497 (Udi- Prata), Fazenda Boa Vista Perobas, constiuido pela Gleba 01, Gleba 02, Gleba 03, Gleba 04, Gleba 05, Gleba 06, Gleba 07.
47	ZONA RURAL	47	CHÁCARAS RENASCER	18"58"10.17"S 48"27'47.31"O	À direita da BR-497 (Udi-Prata), Fazenda Palma da Babilônia, denominado Nova Esperança e Lagoa Izaura, Gleba 05.
48	ZONA RURAL	48	CHÁCARAS BABILÓNIA	18"58'30.24"S 48"26'55.47"O	À esquerda da BR- 497 (Udi-Prata), Fazenda Palma da Babilônia, denominado Lagoa da Izaura, Gleba 03.
49	ZONA RURAL	49	ESTÂNCIA JARDIM DE ALLAH	18"50"14.55"S 48"8"35.85"O	À esquerda da Estrada Pau furado, Estância do Jardim, constituído pelas Glebas 2-A (195.438 do 1°CRI), Gleba 2-B (195.439 do 1°CRI), Gleba 2-C (195.440 do 1°CRI), Gleba 1-A-2 (211.729 do 1°CRI), Gleba 1-C (196.633 do 1°CRI), Gleba 1-D (193.634 do 1°CRI), Gleba 1-B-1 (211.730 do 1°CRI) e Gleba 1-B-2 (211.731 do 1°CRI).
50	ZONA RURAL	50	CRISTO REDENTOR	18"43'46.85"S 48"24'0.85"O	Å esquerda da Rod. Neuza Rezende, Fazenda Boa Vista, Gleba 02.
51	ZONA RURAL	51	CONDOMÍNIO MARTINÉSIA	18"39'15.63"S 48"26'41.71"O	Á esquerda da Rod. Neuza Rezende, Fazenda Recanto GM, constituído pela Gleba A, Gleba B e Gleba C.
52	ZONA RURAL	52	RECANTO DOS SONHOS	19"10'57.70"S 48"25'33.13"O	Å esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido), Fazenda Campo Alegre.
53	ZONA RURAL	53	CHÁCARAS RECANTO DO PARAISO	19" 4'35.26"S 48"41'49.67"O	Å esquerda da BR-497 (Udi- Prata), Fazenda Genipapo.
	ZONA RURAL		CHÁCARAS RIACHO VERDE	19" 2"15.52"S 48"27'6.39"O	Acesso pela BR-497 (Udi-Prata), sentido Miraporanga com entrada à direita.
54	ZUNA RURAL	54	CHACARAS RIACHO VERDE	19° 6'56.04"S	Acesso pela BN-497 (Cd-Friata), seriado miraporanga com entrada a diretta.

56	ZONA RURAL	56	CHÁCARAS ÁGUA LIMPA II	19" 7"14.69"S 48"21"30.27"O	À esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido) , Fazenda Palma da Babilônia e Fazenda Eldorado.
57	ZONA RURAL	57 CHÁCARAS BEIRA RIO (Fazenda Estivinha)		19" 1'42.16"S 48"4'30.65"O	A direita da BR-452 (Udi- Araxá), Fazendinha Estivinha.
58	ZONA RURAL	58	CHÁCARAS RIACHO DOCE	19" 8'25.73"S 48"20'23.39"O	Å esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido), Fazenda Água Limpa, hoje Fazenda Santos.
59	ZONA RURAL	59	CONDOMÍNIO BELA VISTA - Contrato 122/17		À direita da BR-497 (Udi-Prata).
60	ZONA RURAL	60	FAZ. OLHOS D'ÁGUA - CHÁCARAS NOSSA SENHORA APARECIDA	18"51"15.02"S 48"9"34.39"O	À esquerda da Estr. do Pau Furado, Fazenda Olhos D'Água .
61	ZONA RURAL	61	RECANTO DA NATUREZA	19" 1'49.16"S 48"32'52.61"O	À direita da BR-497 (Udi-Prata,) Fazenda Palma da Babilônia, denominado "Matinha".
62	ZONA RURAL	62	CONDOMÍNIO PARAÍSO DAS ÁGUAS	18"38'58.18"S 48"23'42.84"O	À esquerda da Rod. Neuza Rezende, Fazenda Sobradinho, lugar denominado Fazenda Barreiro, Gleba nº13.
63	ZONA RURAL	63	CHÁCARAS BELO HORIZONTE	19" 1'35.98"S 48"33'4.39"O	À direita da BR-497 (Udi-Prata).
64	ZONA RURAL	64	CHÁCARAS KOINONIA - SÍTIO COLÔNIA - FAZ. PEDRA BRANCA	19" 3'4.99"S 48"2'42.05"O	À direita da BR-452 (Udi- Araxá), Fazenda Pedra Branca, lugar denominado "Chácara Koinonia".
65	ZONA RURAL	65	CHÁCARAS SILVERADO	19" 0'4.86"S 48"26"27.72"O	A esquerda da BR-497(Udi-Prata).
66	ZONA RURAL	66	EL COLORADO		BR-497 (Udi-Prata), Fazenda Eldorado, Sitio Santa Clara.
67	ZONA RURAL	67	CHÁCARAS ESMERALDA	19" 4"39.34"S 47"56"30.03"O	A esquerda da BR-452 (Udi- Araxá), Fazenda Saracura, denominado "Chácaras Esmeraldas".
68	ZONA RURAL	68	LAGOA DOS PEIXES	18"59'8.19"S 48"4'42.13"O	A esquerda da BR-452 (Udi- Araxá), Fazenda Jardim e Cabeceira Campanha, Glebas "B (nº 135.843) e C (nº 109.063)".
69	ZONA RURAL	69	CONDOMÍNIO SÍTIO PÔR DO SOL	19" 4"3.51"S 48"21"38.08"O	A esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido), Fazenda Libânia.
70	ZONA RURAL	70	CHÁCARAS VITÓRIA	19" 3'54.47"S 48"21"22.48"O	À direita da BR-455 (Udi-Camp. Florido).
71	ZONA RURAL	71	FAZENDA TALISMĀ	19" 4"12.02"S 48"21"34.11"O	À direita da BR-455 (Udi-Camp. Florido).
72	ZONA RURAL	72	ASSENTAMENTO VITÓRIA	18"52'41.23"S 48"9'29.85"O	À direita da Estrada do Pau Furado.
73	ZONA RURAL	73	ASSENTAMENTO CHÁCARAS JATOBÁ	19" 1'59.59"S 48"19'48.64"O	A esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido).
74	ZONA RURAL	74	JARDIM SANDRA	18"58"35.69"S 48"21"19.14"O	A esquerda da BR-455(Udi-Camp. Florido), Fazenda Douradinho.
75	ZONA RURAL	75	CHÁCARAS GOLDEN VILLAGE - FAZ DOS CEDROS	18"55"26.73"S 48"9"8.69"O	A esquerda da BR-452 (Udi- Araxá), Fazenda Boa Vista, denominado "Chácaras Golden Village".
76	ZONA RURAL	76	ASSENTAMENTO MAURÍCIO RIBEIRO	18"59'55.09"S 48"29'19.71"O	À direita da BR-497(Udi-Prata).
77	ZONA RURAL	77	(Assentamento) VIDA NOVA - Módulo Rural	18"47'43.70"S 48"8'26.79"O	À direita da Estr. do Pau Furado.
78	ZONA RURAL	78	CHÁCARAS SERRA VERDE	18"53"28.55"S 48"3"21.21"O	A esquerda da BR-452 (Udi- Araxá), Fazenda São Francisco, denominado "Fazenda Serra Verde".
79	ZONA RURAL	79	Residencial Douradinho	19" 0'21.00"S 48"21'59.00"O	A esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido), Fazenda Douradinho, denominado "Lago Azul".
80	ZONA RURAL E URBANA	80 = 12U	BELA VISTA (PRÓXIMO AO JARDIM EUROPA) (parte na Zona Urbana)	18"56"22.35"S 48"21"8.12"O	Anel Viário Setor Oeste, sentindo BR-497, à direita margem rural e à esquerda margem urbana.
81	ZONA RURAL	81	MIRANTE DO MIRANDA II	19" 3'40.26"S 47"59'40.88"O	Å esquerda da BR-452 (Udi- Araxá), Fazenda Nova Ponte.
82	ZONA RURAL	82	PARAÍSO DO VAL	19" 4"25.06"S 47"56"24.14"O	Å esquerda da BR-452(Udi- Araxá).
83	ZONA RURAL	83	FAZ. REGISTRO - LUGAR DENOMINADO POÇÃO	19" 6'4.82"S 47"55'36.30"O	À esquerda da BR-452(Udi-Araxá), Fazenda Registro, lugar denominado "Poção".
84	ZONA RURAL	84	CHÁCARAS RESERVA DO CERRADO	18"38"28.00"S 48"21"26.88"O	À direita da Rod. Neuza Rezende.
85	ZONA RURAL	85	CHÁCARAS RECANTO DOS TUCUNARÉS	18"38"13.86"S 48"20"8.40"O	Å direita da Rod. Neuza Rezende.
96	ZONA RURAL	86	COND. BOA VISTA, FAZ. BOA VISTA/PEROBAS, CÓR. DA GORDURA	19" 1'6.93"S 48"30'47.10"O	À esquerda da BR-497 (Udi- Prata), Fazenda Boa Vista Perobas, lugar denominado "Córrego do Gordura".

_					
87	ZONA RURAL	87	CHÁCARAS ANGRA DOS YPÉS	18"57'30.64"8 48"1"19.12"O	A esquerda da BR-452 (Udi-Araxá).
88	ZONA RURAL	88	RECANTO DOS IPÉS - Faz. Bebedouro	19" 2"29.87"S 48"30'47.48"O	A esquerda da BR-497(Udi-Prata), Fazenda Douradinho, denominado Bebedouro, constituido pelas Glebas 01 (199.581) e Gleba 07 (199.587).
89	ZONA RURAL	89	FAZENDA RIO DAS PEDRAS- PEDERNEIRAS	18"53"28.25"S 48"29"29.78"O	À esquerda da BR-365 (Udi-Ituiutaba), Fazenda Rio das Pedras, denominado Pedemeiras.
90	ZONA RURAL	90		18"56'23.46"S 48"31'44.80"O	À esquerda da BR-365 (Udi-Itulutaba), "Fazenda Palma da Babilônia".
91	ZONA RURAL	91	ASSENTAMENTO PARQUE DOS EUCALIPTOS	18"50'33.11"8 48"13'44.23"O	À direita do Anel Viário Setor Leste, sentido a BR-050.
92	ZONA RURAL	92	SÍTIO LOPES		A esquerda da BR-455(Udi-Camp. Florido).
93	ZONA RURAL	93	CHÁCARAS REMANSO (TERRA BRANCA)	18"51"39.80"S 48"11'41.83"O	À direita do Anei Viário Setor Leste, sentindo à BR-050, Fazenda Marimbondo e Terra Branca, Gleba A1.
94	ZONA RURAL	94	SÍTIO TERRA DE MINAS	18"50"15.10"S 48"29'46.19"O	Å direita da BR-365(Udi-Monte Alegre).
95	ZONA RURAL	95		19" 0'4.73"S 48"21'52.35"O	A esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido), Fazenda Douradinho, denominado "Lago Azul".
96	ZONA RURAL	96	CHÁCARAS DAS COPAÍBAS II		À direita da BR-497 (Udi-Prata), Fazenda Douradinho, denominado Copalbas.
97	ZONA RURAL	97	PA RIO DAS PEDRAS - LOTE 67		A direita da BR-365(Udi-Monte Alegre).
98	ZONA RURAL	98	PA RIO DAS PEDRAS - LOTE SEM IDENTIFICAÇÃO	18'52'36.12"8 48'26'55.25"O 18'54'10.72"8	À direita da BR-365(Udi-Monte Alegre).
99	ZONA RURAL	99	PA FLORESTAN FERNANDES	48"26'9.50"O 18"59'7.37"S	A esquerda da BR-365 (Udi-Monte Alegre).
100	ZONA RURAL	100	CHÁCARAS BONANZA II	48"23"1.46"O 18"51'49.03"S	À Direita da BR-455(Udi-Camp. Florido), lindeiro ao Distrito Industrial Químico e Energético de Uberlândia.
101	ZONA RURAL	101	CHÁCARAS LAGO NORTE - FAZ. DO SALTO		À direita da Estr. Vacinal 355, próximo ao Aterro Sanitário, Fazenda do Salto.
102	ZONA RURAL	102	CONDOMÍNIO NOVO HORIZONTE	48"13"15.01"O	À direita da BR-050 ( Udi-Araguari), Fazenda Buriti, denominado "Invernada do Buriti", Gleba C.
103	ZONA RURAL	103	São Francisco - BR 497 "Estância das Guerobas" - Faz. Santa Luzia -		À direita da BR-497 (Udi-Prata).
104	ZONA RURAL	104		48"30'56.04"O 18"46'52.09"S	À esquerda da BR-497 (Udi- Prata), Fazenda Santa Luzia, constituído pelas Glebas 09 e 10.
105	ZONA RURAL	105	Portal do Cerrado II	48"12'37.86"O	Acesso pela BR-050 (saida para Araguari).
106	ZONA RURAL	106	Asa Branca	19"4"37.41"S 48"30"56.105"O	Acesso pela BR-497 (saida para Prata-MG).
107	ZONA RURAL	107	Fazenda Paciência	19"00"35.65"8 48"00"38.37"O	Acesso pela BR-452 (saida para Araxá), entrada á esquerda.
108	ZONA RURAL	108	Arceiras do Miranda/ Lagoa Azul/ Whiskritório	18"59"15.64"S 48"1"27.72"O	Acesso pela BR-452 (saida para Araxá), entrada à esquerda pela Estrada Municipal 371.
109	ZONA RURAL	109		19"02'06"S 48"11'44"O	Acesso pela BR-050 (saida para Uberaba), km 419, por aproximadamente 10,70 km a partir do Anel Viário, até entrada das Chácaras de Recreio Bálsamo à esquerda.
110	ZONA RURAL	110	Condomínio Sagrada Familia - Chácaras Douradinho	19"0"22"S 48"21'46"O	Acesso pelo Anel Viário Setor Oeste. Setor de Châcaras Douradinho.
111	ZONA RURAL	111	Condominio Ilha Bella	18"38"13.11"S 48"28"36.64"O	Situado à 18,86 Km do Distrito de Martinésia.
112	ZONA RURAL	112	Próximo ao IFTM	18"46"50.09"S 48"16"24.44"O 18"48"49.80"8	Acesso pela Rodovia Comunitária Neuza Rezende, entrada à direita na Rodovia Comunitária Joaquim Ferreira.
113	ZONA RURAL	113	Sitios de Recreio Capim Branco	18"48"49.80"8 48"24"12.27"O 18"59'42.01"S	Acesso pela BR 365, entrada à direita em estrada de terra.
114	ZONA RURAL	114	Estância Arceiras do Miranda II	48"1"27.26"O	Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda pela Estrada Municipal 371.
115	ZONA RURAL	115	Condomínio Recanto do Miranda V (Aprovado e não registrado) Chácaras São Francisco de Assis - Fazenda	18 56 21.82 8 48 0 56.27 0 18 56 35.06 S	Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda pela Estrada Municipal 371.
116	ZONA RURAL	116	Capão da Onça	18"31'44.31"O 18"58'23.25"S	Acesso pela BR-497 (saida para Prata-MC).
117	ZONA RURAL	117	Fazenda Pouso Alegre - Mata Virgem	48"1"10.56"O	Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda pela Estrada Municipal 371.

11					
1912   CONA RURAL   191	118 ZONA RURAL	118	Invasão Mov. Sem Terra Cruz Branca	48"1'6.25"O	Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada á esquerda.
120 ZONA RURAL   120   mease Bela Vista Proc. Lutrote de Prelata)   467 2073 AFT   Acesso pela Bra. 140   Acesso pela Bra. 367 (saida para flutulaba), entrada à ecquerda.   127   27 ZONA RURAL   128   Contamento El Shaday   467 1974 BFT   Acesso pela BR. 365 (saida para flutulaba), entrada à depuerda.   187 1974 BFT   Acesso pela BR. 467 (saida para Para), entrada à direita.   187 2073 AFT   187 197 1975   Acesso pela BR. 467 (saida para Para), entrada à direita.   187 2073 AFT   187 2073 ACESSO PER ARTINIA   187 2073 AFT   187 2073 ACESSO PER ARTINIA   187 2073 ACESS	119 ZONA RURAL	119	Invasão Monte Orebe	48"22'42.63"O	Acesso pela Avenida Aldo Borges Leão, entrada à direita.
121   ZONA RURAL   122   Renovação   Researce   Resea	120 ZONA RURAL	120		48"20'23.83"O	Acesso pelo Anel Viário Setor Oeste, entrada à direita.
122 ZONA RURAL   122   Invado tima Dulce   15° 511 77° 5   Acesso pela Averrida Ado Borges Lado, entrada à ecquerda.   19° 110° 18° 18° 18° 18° 18° 18° 18° 18° 18° 18	121 ZONA DUDA	424			Accesso solo SID 365 (radio para Briutaba) entrada A esquenda
122   ZONA RURAL   123   Cotemento El Shuday   45° 194 87° 105° 105° 105° 105° 105° 105° 105° 105	121 ZUNA KUKAL	121	Poeriovação		Puesso pera pre-300 (sanda para municada), entrada a esquerda.
123   ZONA RUPAL   124   Chacaras Famiovard Gigante   15° 071 977 15° 15° 20° 10° 10° 10° 10° 10° 10° 10° 10° 10° 1	122 ZONA RURAL	122	Invasão Irmã Duice	48"19'49.70"O	Acesso pela Avenida Aldo Borges Leão, entrada à esquerda.
124   Chacaras Flamboyart Gigarte   4873156.81°C   Acesso pella BR-497 (Jakida para Prata), entrada à diretta.   125   Cheamerto Reserva do Lago   4875156.81°C   Acesso pella BR-497 (Jakida para Prata), entrada à esquerda pela Estrada Municipal 371.	123 ZONA RURAL	123	Loteamento El Shaday		Acesso pela BR-497 (saida para Prata), entrada à direita.
15   50   50   15   50	124 ZONA RURAL	124	Chácaras Flambovant Gigante		Acesso pela BR-497 (saida para Prata), entrada à direita.
125   CONA RURAL   126   127   Condominio Silo Esperança   47°054 de 7°0   127   CONA RURAL   127   Condominio Silo Esperança   48°215.27°0   127   CONA RURAL   128   Condominio Silo Esperança   48°215.27°0   129   20°0   120			, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
Associated and BR-452 (Ush-Araxal)   Associated and Associated and Associated and Associated   Associated and Associated and Associated and Associated   Associated and Associated   Associated and Associated   Associated and Associated   Associated   Associated   Associated   Associated   Associated   Ass	125 ZONA RURAL	125	Loteamento Reserva do Lago		Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda pela Estrada Municipal 371.
126   DAR RURAL   127			Sitios de Recreio Bela Vista (Fazenda Boa	19" 3'22,16"S	
127   Condominio Sitio Esperança   45°21'S 22"O   A esquerda da BR-455 (Usi-Camp. Florido)   Fazenda Palma da Babilónia e Fazenda Eldorado.	126 ZONA RURAL	126			A esquerda da BR-452 (Udi-Araxá).
128   Chacaras Paralso					
128   Chacarse Paralso	127 ZONA RURAL	127	Condominio Sitio Esperança		À esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido) , Fazenda Palma da Babilônia e Fazenda Eldorado.
129   ZONA RURAL   129   Loteamento na Fazenda Palma da Babilónia   197 (345.99°K   3274.09°C   197 (345.93°K   3274.09°C   197 (345.93°K   3274.09°C   197 (345.93°K   3474.09°K   197 (345.93°K				19" 2'28.54"S	
139 ZONA RURAL 129 Loteamento na Fazenda Palma da Babilónia 18*1979 32*15* Acesso pela BR-497 (saida para Prata), entrada à direita.  130 ZONA RURAL 130 Lot Cland. na Gleba 14-N - Chacaras Bálsamo 18*19*10.00** O 19*114.72* Acesso pela BR-495 (saida para Heraba), im 419, por aproximadamente 10,70 km a partir do Anel Viário, até entrada das Chácaras de Recreio Bálsamo à esquerda.  131 ZONA RURAL 132 Ocupação Chuvas do Amanhecer 425.48** O 425.48**	128 ZONA RURAL	128	Chácaras Paraiso	48"23'44.44"0	Acesso pela BR-497 (Udi-Prata), sentido Miraporanga com entrada à direita, Fazenda São José.
130   200   130   200   130   200				19" 0'45.99"S	
130/ZONA RURAL   130   Lotesmento na Fazenda Parana   48*22*16.72**   Accesso pela BR-050 (salida para Araxia), entrada à direita.	129 ZONA RURAL	129	Loteamento na Fazenda Palma da Babilônia	48"32'4.06"O	Acesso pela BR-497 (saida para Prata), entrada à direita.
131 ZONA RURAL   131					
131   20NA RURAL   132	130 ZONA RURAL	130	Loteamento na Fazenda Parană		
132   ZONA RURAL   132   Condominio Peninsula de Miranda   18*550.42*S   Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à direita.   133   ZONA RURAL   133   Condominio Peninsula de Miranda   48*144.16*O   Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda pela Estrada Municipal 371.   48*14*CONA RURAL   134   Chacáras Jardim Imperial   48*124.16*O   Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda pela Estrada Municipal 371.   48*125*DONA RURAL   135   Loteamento Clandestino sem denominação   18*463.83*S   Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda - Lindeiro à represa   18*463.83*S   Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda - Lindeiro à represa   18*463.83*S   Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda - Lindeiro à represa   18*463.83*S   Acesso pela BR-450 (salda para Araxá), entrada à esquerda - Lindeiro à represa   18*463.83*S   Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda - Lindeiro à represa   18*463.83*S   Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda - Lindeiro à represa   18*463.83*S   Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda   18*463.83*S   Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda   18*463.83*S   Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda   18*463.83*S   Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda   18*463.83*S   Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda   18*463.83*S   Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda   18*463.83*S   Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda   18*463.83*S   Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda   18*463.83*S   Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda   18*463.83*S   Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda   18*463.83*S   Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda   18*463.83*S   Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda   18*463.83*S   Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda   18*463.83*S   Acesso pela	131 ZONA RURAL	131	Lot. Cland. na Gleba 14-N - Chácaras Bálsamo		
133 ZONA RURAL 133 Condominio Peninsula de Miranda 18"55'\0.42"S 48"148.18"O 18"45'\151"S 18"45'				19" 3"2.54"8 48"	
133   Condominio Peninsula de Miranda   48" 1148.18"	132 ZONA RURAL	132	Ocupação Chuvas do Amanhecer		Acesso pela BR-452 (saida para Araxá), entrada à direita.
133   Condominio Peninsula de Miranda   48" 148.18"				18"55"0.42"8	
18'45'1.51''S 48''C Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda - Lindeiro à represa  18'42'1.51''S Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda - Lindeiro à represa  18'42'1.38''S Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda - Lindeiro à represa  18'42'1.37'.95''C Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à direita  18'42'1.38''S Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à direita  18'42'1.37'.95''C Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à direita  18'42'1.38''S Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à direita  18'59'4.75''S Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à direita  18'59'4.75''S Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à direita  18'59'4.75''S Acesso pela BR-452 (salda para Araxá), entrada à esquerda  18'59'4.17'S 48''  18'59'4.17'S 48''  18'59'4.17'S 48''  19'8'4.17'S 48''  140''Condominio "Rancho dos Amigos"  18'59'4.17'S 48''  140''Condominio "Rancho dos Amigos"  18'59'4.17'S 48''  140''Condominio "Rancho dos Amigos"  18'59'4.17'S 48''  18'59'4.17'S 48''  18'59'4.17'S 48''  18'59'4.17'S 48''  18'59'4.17'S 48''  19'8'6.78'S 48''  19'8'4.78'S 48''  19'8'4.78'S 48''  19'8'4.78'S 48''  19'8'4.78'S 48''  19'8'4.78'S 48''  18'49'3.18'S  18'49'3.5'S  18'8'32'.8'S  18'8'32	133ZONA RURAL	133	Condominio Península de Miranda		Acesso pela BR-452 (saida para Araxá), entrada à esquerda pela Estrada Municipal 371.
134   Chacáras Jardim Imperial   48°22'44,65°O   A esquerda da Rod. Neuza Rezende.   135   Coteamento Clandestino sem denominação   47°57'52,25°O.   Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda - Lindeiro à represa   18°46'3,83°S   Acesso pela BR-450 (saída para Araxá), entrada à direita   135   Condominio Estância Vale do Tangará   48°12'37,95°O   Acesso pela BR-050 (saída para Araxá), entrada à direita   135   Sitio Nova Era - Fazenda Laje (Averiguar 7 - 18°50'9.62°S   Acesso pela BR-050 (saída para Araxá), entrada à direita   137   Vibria aérea)   18°51'15.10°S 48°   Acesso pela BR-050 (saída para Araxá), entrada à direita   138   Barreiro Velho - Faz. Mangue   18°59'44.17°S 48°   Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda   139   Condominio 'Rancho dos Amigos'   116'A2'O   Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda   Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda   Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda   Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda - próximo à Marina   140   Condominio 'Rancho dos Amigos'   116'A2'O   Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda - próximo à Marina   140   Condominio 'Rancho dos Amigos'   116'A2'O   Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda - próximo à Marina   18°53'13.15"S 48°   Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda - próximo à Marina   140   Condominio 'Rancho dos Ins' 18°53'13.15"S 48°   Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda - próximo à Marina   140   Condominio 'Rancho dos Amigos'   116'A2'O   Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda - próximo à Marina   140   Condominio 'Rancho dos Amigos'   116'A2'O   Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda - próximo à Marina   140   Condominio 'Rancho dos Amigos'   116'A2'O   Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda   Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda   140   Condominio 'Rancho dos Amigos'   148'833.15"S 48°   Acesso pe					
135 ZONA RURAL 135 Loteamento Clandestino sem denominação 19° 4'3.28"S / 47'57'82.25"O. Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda - Lindeiro à represa 135 ZONA RURAL 136 Condominio Estância Vale do Tangará 48°12'37.95"O Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à direita Acesso pela BR-060 (saída para Araxá), entrada à direita Acesso pela BR-060 (saída para Araxá), entrada à direita Acesso pela BR-060 (saída para Araxá), entrada à direita Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda 18'51'15.10"S 48' 70.68"O Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda 18'59'44.17"S 48' Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda 18'59'41.17"S 48' Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda 18'59'41.17"S 48' Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda 18'59'41.17"S 48' Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau	134 ZONA RURAL	134	Chacáras Jardim Imperial		À esquerda da Rod. Neuza Rezende.
135					
135 ZONA RURAL 136 Condominio Estància Vale do Tangará 48°12'37.95°O 48°636.33°O 18°50'15.10°S 48° 138 ZONA RURAL 137 Sitio Nova Era - Fazenda Laje (Averiguar 7 - vitoria aérea) 18°50'15.10°S 48° 70.68°O Acesso pela BR-050 (saida para Araguari), entrada à direita Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda Acesso pela BR-452 (saida para Araxá), entrada à esquerda - 18°59'44.17°S 48° 199 ZONA RURAL 139 Condominio Rancho dos Amigos° 118'59'44.17°S 48° 116'S 42°O Acesso pela BR-452 (saida para Araxá), entrada à esquerda - próximo à Marina Acesso pela BR-452 (saida para Araxá), entrada à esquerda - próximo à Marina 140 ZONA RURAL 140 Ecochácaras Ipê Amarelo 19°8'46'78'S 48° 19'91'91'91'91'91'91'91'91'91'91'91'91'9	135 ZONA RURAL	135	Loteamento Clandestino sem denominação		Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda - Lindeiro à represa
135   Condominio Estância Vale do Tangará   48°12'37.95°O   Acesso pela BR-050 (saída para Araguarí), entrada à direita					
137 ZONA RURAL   137	135 ZONA RURAL	136	Condominio Estância Vale do Tangará		Acesso pela BR-050 (saida para Araguari), entrada à direita
137   20NA RURAL   137   138   20NA RURAL   138   38   38   39   20NA RURAL   139   20NA RURAL   139   20NA RURAL   139   20NA RURAL   140   20NA RURAL   141   20NA RURAL   142   20NA RURAL   142   20NA RURAL   143   20NA RURAL   144   20NA RURAL   145   20NA RURAL   146   20NA RURAL   147   20NA RURAL   148   20NA RURAL   149   20NA RURAL   149   20NA RURAL   140   20NA RURAL   141   20NA RURAL   142   20NA RURAL   143   20NA RURAL   144   20NA RURAL   145   20NA RURAL   145   20NA RURAL   146   20NA RURAL   147   20NA RURAL   148   20NA RURAL   148   20NA RURAL   149   20NA RURAL   149   20NA RURAL   140   20NA RURAL   141   20NA RURAL   142   20NA RURAL   143   20NA RURAL   144   20NA RURAL   145   20NA RURAL   145   20NA RURAL   146   20NA RURAL   147   20NA RURAL   148   20NA RURAL   149   20NA RURAL   149   20NA RURAL   149   20NA RURAL   145   20NA RURAL   146   20NA RURAL   147   20NA RURAL   148   20NA RURAL   148   20NA RURAL   149   20NA RURAL   145   20NA RURAL   146   20NA RURAL   147   20NA RURAL   148   20N					
138 ZONA RURAL 138 Barreiro Velho - Faz. Mangue 18"51"15.10"S 48" 70.68"O Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda 139 ZONA RURAL 139 Condominio "Rancho dos Amigos" 16"59"44.17"S 48" 140 ZONA RURAL 140 Verde - mapa 78) 151ios de Recreio São José (parte do lot. Serra 18"53"31.57"S 48" 39.16"O A esquerda da BR-452 (udi- Araxà), Fazenda São Francisco, denominado "Fazenda Serra Verde".  141 ZONA RURAL 141 Ecochácaras Ipê Amarelo 17"11.49"O A esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido) 18"49"37.18"S A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos) 18"49"37.18"S 143 ZONA RURAL 143 Condominio Califórnia 48"1949.50"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos) 18"49"34.59"S 144 ZONA RURAL 145 Morro dos Angicos 18"57"24.4"S 18"51"20.80"S	137 ZONA RURAL	137			Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda
138 ZONA RURAL 139 Condominio "Rancho dos Amigos" 116.42"O Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda 139 ZONA RURAL 139 Condominio "Rancho dos Amigos" 116.42"O Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda - próximo à Marina 140 ZONA RURAL 140 Sitios de Recreio São José (parte do lot. Serra 18*53/31.57"S 48* 140 ZONA RURAL 141 Ecochácaras ipê Amarelo 1711.49"O A esquerda da BR-452 (Udi-Araxá), Fazenda São Francisco, denominado "Fazenda Serra Verde".  141 ZONA RURAL 142 Condominio Covil dos Lobos 18*49/37.18"S 48*19/49.50"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos) 18*49/37.18"S 48*19/49.50"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos) 18*49/37.18"S 48*19/49.50"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos) 18*49/37.18"S 48*19/49.50"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos) 18*49/37.18"S 48*19/49.50"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos) 18*49/37.4"S 48*19/49.50"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos) 18*37/27.4"S 18*37/20.80"S					
139 ZONA RURAL 139 Condominio "Rancho dos Amígos" 18"59'44.17"S 48" 116.42"O Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda - próximo à Marina 140 ZONA RURAL 140 Sitios de Recreio São José (parte do lot. Serra 18"53'31.57"S 48" 3'9.16"O A esquerda da BR-452 (Udi- Araxá), Fazenda São Francisco, denominado "Fazenda Serra Verde".  141 ZONA RURAL 142 Ecochácaras Ipê Amarelo 17"11.49"O A esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido)  142 ZONA RURAL 143 Condominio Covil dos Lobos 18"49'37.18"S 48"19'49.50"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  143 ZONA RURAL 144 Chácaras dos Ypēs 48"19'49.50"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  18"49'34.59"S A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  18"49'34.59"S A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  18"49'34.59"S A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  18"57'24.74"S A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  18"89'34.59"S A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  18"89'34.59"S A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)	138ZONA RURAL	138	Barreiro Velho - Faz. Mangue		Acesso pela Estrada do Pau Furado, entrada à esquerda
139 Condominio "Rancho dos Amigos" 1'16.42"O Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada à esquerda - próximo à Marina  140 ZONA RURAL 140 Sitios de Recreio São José (parte do lot. Serra 18"53'31.57"S 48" Verde - mapa 78) 3'9.16"O A esquerda da BR-452 (Udi-Araxá), Fazenda São Francisco, denominado "Fazenda Serra Verde".  141 ZONA RURAL 141 Ecochácaras Ipê Amarelo 17"11.49"O A esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido)  18"49"37.18"S A esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido)  18"49"37.18"S A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi-Cruzeiro dos Peixotos)  143 ZONA RURAL 143 Condominio Califórnia 48"19"49.50"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi-Cruzeiro dos Peixotos)  144 ZONA RURAL 145 Morro dos Angicos 48"19"52.64"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi-Cruzeiro dos Peixotos)  48"19"52.64"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi-Cruzeiro dos Peixotos)  48"19"52.64"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi-Cruzeiro dos Peixotos)  48"19"52.64"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi-Cruzeiro dos Peixotos)  145 ZONA RURAL 145 Morro dos Angicos 18"38"20.80"S					
Sitios de Recreio São José (parte do lot. Serra   18°53'31.57"S 48"   Verde - mapa 78)   3'9.16"O   A esquerda da BR.452 (Udi-Araxá) , Fazenda São Francisco, denominado "Fazenda Serra Verde".   141 ZONA RURAL   141   Ecochácaras Ipê Amarelo   17'11.49"O   A esquerda da BR.455 (Udi-Camp. Florido)   18°49'37.18"S   48°19'49.50"O   A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)   143 ZONA RURAL   143   Condomínio Califórnia   48"19'49.50"O   A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)   18°49'37.18"S   A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)   144 ZONA RURAL   144   Chácaras dos Ypês   48"19'52.64"O   A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)   18°49'34.59"S   48"19'52.64"O   A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)   18°57'24.74"S   48"19'52.64"O   A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)   18°38'20.80"S   18°	139 ZONA RURAL	139	Condominio "Rancho dos Amigos"		Acesso pela BR-452 (saída para Araxá), entrada á esquerda - próximo á Marina
140 ZONA RURAL 140 Verde - mapa 78) 3'9.16"O Å esquerda da BR.452 (Udi- Araxá) , Fazenda São Francisco, denominado "Fazenda Serra Verde".  19"8'46.78"S 48" 17"1.48"O Å esquerda da BR.455 (Udi-Camp. Florido)  142 ZONA RURAL 142 Condomínio Covil dos Lobos 48"19"49.50"O Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  143 ZONA RURAL 143 Condomínio Califórnia 48"19"49.50"O Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  144 ZONA RURAL 144 Chácaras dos Ypês 48"19"52.64"O Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  145 ZONA RURAL 145 Morro dos Angicos 48" 19"52.64"O Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  18"38"20.80"S					
141 ZONA RURAL 141 Ecochácaras ipê Amarelo 17°11.49°0 Å esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido)  142 ZONA RURAL 142 Condomínio Covil dos Lobos 48°19′49.50°0 Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  143 ZONA RURAL 143 Condomínio Califórnia 48°19′49.50°0 Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  144 ZONA RURAL 144 Chácaras dos Ypès 48°19′49.50°0 Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  18°49′34.59°S Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  18°5′24.74°S Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  18°5′24.74°S Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  18°5′24.74°S Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  18°5′24.74°S Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)	140ZONA RURAL	140			
141 ZONA RURAL         141 Ecochácaras Ipê Amarelo         17*11.49*O         Å esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido)           142 ZONA RURAL         142 Condomínio Covil dos Lobos         18*49*37.18*S         Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)           143 ZONA RURAL         143 Condomínio Califórnia         48*19*49.50*O         Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)           144 ZONA RURAL         144 Chácaras dos Ypês         48*19*52.64*O         Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)           145 ZONA RURAL         145 Morro dos Angicos         48*19*37.00*           18*38*20.80*S					
142 ZONA RURAL 142 Condominio Covil dos Lobos 48° 19'49.50"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  143 ZONA RURAL 143 Condominio Califórnia 48° 19'49.50"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  144 ZONA RURAL 144 Chácaras dos Ypês 48° 19'52.64"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  145 ZONA RURAL 145 Morro dos Angicos 48° 19'52.64"O A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  145 ZONA RURAL 145 Morro dos Angicos 48° 19'52.080"S	141 ZONA RURAL	141	Ecochácaras Ipê Amarelo		A esquerda da BR-455 (Udi-Camp. Florido)
142 ZONA RURAL         142 Condominio Covil dos Lobos         48°19'49.50°O         Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)           143 ZONA RURAL         143 Condominio Califórnia         48°19'49.50°O         Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)           144 ZONA RURAL         144 Chácaras dos Ypês         48°19'52.64°O         Å esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)           145 ZONA RURAL         145 Morro dos Angicos         48° 16.93°O           18°38'20.80°S					
143 ZONA RURAL 143 Condomínio Califórnia 48°19'49.50"O Á esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  144 ZONA RURAL 144 Chácaras dos Ypês 48°19'52.64"O Á esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)  145 ZONA RURAL 145 Morro dos Angicos 48° 19°52'47.74"S 48° 16°93"O 18°38'20.80"S	142 ZONA RURAL	142	Condominio Covil dos Lobos		À esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)
18*49'34.59"S 144 ZONA RURAL 144 Chácaras dos Ypēs 48*19'52.64"O Á esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos) 185'724.74"S 145 ZONA RURAL 145 Morro dos Angicos 48*116.93"O 18*38'20.80"S					
144 ZONA RURAL         144 Chácaras dos Ypès         48° 19°52.64°O         Á esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)           145 ZONA RURAL         145 Morro dos Angicos         48° 1′6.93°O           18°38′20.80°S         18°38′20.80°S	143 ZONA RURAL	143	Condominio Califórnia	48"19'49.50"O	À esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)
145 ZONA RURAL 145 Morro dos Angicos 18°57'24.74"S 48° 1'6.93"O 18°38'20.80"S					
145/ZONA RURAL 145 Morro dos Angicos 48° 1'6.93°O 18°38'20.80°S	144 ZONA RURAL	144	Chácaras dos Ypēs	48"19'52.64"O	A esquerda da Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende (Udi - Cruzeiro dos Peixotos)
18"38'20.80"S					
	145ZONA RURAL	145	Morro dos Angicos		
146/ZONA RURAL   146   Fazenda Bela Vista (Faz. Santa Vitória)    48°20′31.48°O					
	146 ZONA RURAL	146	Fazenda Bela Vista (Faz. Santa Vitória)	48°20'31.48°O	

# LOTEAMENTOS IRREGULARES/ CLANDESTINOS E INVASÕES NA ZONA RURAL <u>INSERIDOS NO PARQUE ESTADUAL DO PAU FURADO E SUA ZONA DE</u> <u>AMORTECIMENTO</u> - NAPSI/DU/SEPLAN – PMU (NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO – LC 670/19 E LC 671/19) Obs. 1: O numéro do mapa 37 significa que parte do loteamento está na Zona de Amortecimento e parte fora da Zona.

			LOTEAMENTO IRREGULAR/	COORDENADAS		
Nº	LOCAL		CLANDESTINO	APROXIMADAS	LOCALIZAÇÃO	
١.			CHÁCARAS MANGUE OU CHÁCARAS DO	18°47'49.89"S		
1	ZONA RURAL	19	BARREIRO		A direita Estr. Pau Furado, Fazenda Mangue, denominado Chácara Barreiro.	
				18°46'15.00"S		
2	ZONA RURAL	27	CHÁCARAS FAZ. BURITI - CAPIM BRANCO I	48°11'24.19"O	À direita da BR-050 (Udi-Araguari), Fazenda do Buriti, Glebas 1 à 4 e 6.	
			FAZENDA PINDAÍBAS - TENDA DOS	18°51'35.20"S		
3	ZONA RURAL	37	MORENOS	48°8'28.49"O	À direita da Estr. Pau Furado, Fazenda Pindaíbas, lugar denominado Tenda dos Morenos.	
				18°47'27.79"S		
4	ZONA RURAL	38	CHÁCARAS VALE DO TANGARÁ	48°12'10.18"O	À direita da BR-050 (Udi- Araguari), Fazenda Buriti, Glebas de 01 à 11.	
				18°50'14.55"S	À esquerda da Estrada Pau furado, Estância do Jardim, constituído pelas Glebas 2-A (195.438 do 1°CRI), Gleba 2-B (195.439 do 1 ° CRI), Gleba 2-C (195.440 do 1 ° CRI), Gleba 1-A-2 (211.729 do 1° CRI), Gleba 1-C (196.633 do 1°	
5	ZONA RURAL	49	ESTÂNCIA JARDIM DE ALLAH	48°8'35.85"O	CRI), Gleba 1-D (193.634 do 1 ° CRI), Gleba 1-B-1 (211.730 do 1 ° CRI) e Gleba 1-B-2 (211.731 do 1° CRI).	
			FAZ. OLHOS D'ÁGUA - CHÁCARAS NOSSA	18°51'15.02"S		
6	ZONA RURAL	60	SENHORA APARECIDA	48°9'34.39"O	À esquerda da Estr. do Pau Furado, Fazenda Olhos D'Água .	
				18°47'43.70"S		
1 7	ZONA RURAL	77	(Assentamento) VIDA NOVA - Módulo Rural	48°8'26.79"O	À direita da Estr. do Pau Furado.	
$\vdash$			ASSENTAMENTO PARQUE DOS	18°50'33.11"S	The state of the s	
8	ZONA RURAL	91	EUCALIPTOS		À direita do Anel Viário Setor Leste, sentido a BR-050.	
<u> </u>	201011101012	0.		18°51'39.80"S		
9	ZONA RURAL	93	CHÁCARAS REMANSO (TERRA BRANCA)	48°11'41.83"O	À direita do Anel Viário Setor Leste, sentindo à BR-050, Fazenda Marimbondo e Terra Branca, Gleba A1.	
10	ZONA RURAL	102	CONDOMÍNIO NOVO HORIZONTE	18°46'59.92"S 48°13'15.01"O	À direita da BR-050 ( Udi-Araguari), Fazenda Buriti, denominado "Invernada do Buriti", Gleba C.	
11	ZONA RURAL	105	Portal do Cerrado II	18°46'52.09"S 48°12'37.86"O	Acesso pela BR-050 (saída para Araguari).	
12	ZONA RURAL	107	Gran Park Ecologic - Faz. Buração	18°49'25.86"S 48°7'48.10"O	Acesso pela Estrada do Pau Furado.	

	. LOTEAMENTOS IRREGULARES COM PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO NA SEPLAN						
	Data de						
	Nº Processo	Protocolo	Requerente	Nome do Loteamento	Zona		
1	6798/2019	11/06/2019	Carlos Batista Cândido	Santa Vitória			
2	9689/2019	19/08/2019	Condomínio Caiapônia SPE Ltda	Condomínio Caiapônia	Rural		
3	13346/2019	07/11/2019	MBC Incorporações e Negócios Imobiliários LTDA	Loteamento El Colorado	Rural		
4	13351/2019	07/11/2019	MBC Incorporações e Negócios Imobiliários LTDA	Loteamento Mirante do Miranda II	Rural		
5	13350/2019	07/11/2019	MBC Incorporações e Negócios Imobiliários LTDA	Loteamento Mirante do Miranda I	Rural		
6	13521/2019	12/11/2019	Cleusa Ferreira Dias Gouveia	Loteamento El Shaday	Rural		
7	13526/2019	12/11/2019	Associação Recanto Miranda II	Recanto Miranda II	Rural		
8	14072/2019	22/11/2019	José Lucas Navarro Amorim	Loteamento Flamboyant Gigante	Rural		
9	14300/2019	27/11/2019	Associação dos Prop. das Glebas Rurais Arco Íris LTDA	Loteamento Arco Íris	Rural		
10	14452/2019	29/11/2019	Assoc. Moradores do Bairro Res. Douradinho	Residencial Douradinho	Rural		
11	14445/2019	29/11/2019	Município de Uberlândia - SIT URB	Área Verde 04 - Taiaman	Urbana		
12	14444/2019	29/11/2019	Município de Uberlândia - SIT URB	Área Verde 03 - Taiaman	Urbana		
13	14442/2019	29/11/2019	Município de Uberlândia - SIT URB	dia - SIT URB Área Verde 02 - Taiaman			
14	14438/2019	29/11/2019	Município de Uberlândia - SIT URB Área Verde 01 - Taiaman		Urbana		
15	14722/2019	05/12/2019	Eurípedes Batista Rossi Paraíso II, III e IV		Rural		
16	14772/2019	06/12/2019	Valdir Pires Lopes	Fazenda Boa Vista - Gl. 17	Rural		
17	15093/2019	12/12/2019	Arthur Antonio Vieira	Arthur Antonio Vieira Condomínio Bela Vista			
18	15569/2019	23/12/2019	Espólio de Adalberto Garcia Camargos Chácaras Riacho Verde		Rural		
19	15709/2019	30/12/2019	Paulo Roberto Andrade Cunha	Paulo Roberto Andrade Cunha Recanto do Paraíso - Faz. Genipapo			
20	277/2020	10/01/2020	Associação de Moradores Recanto do Miranda IV	Miranda IV Recanto do Miranda IV			
21	620/2020	17/01/2020	Law Treinamentos Ltda - ME	Chácaras Cafezal (Faz. Estivinha)	Rural		
22	1294/2020	31/01/2020	Condomínio Martinésia SPE Ltda.	Condomínio Martinésia	Rural		
23	1657/2020	10/02/2020	Gabriela Leal Menezes e Outros	Fazenda Boa Vista Perobas - Gleba 05	Rural		
24	1627/2020	10/02/2020	Andreia Pereira Resende Mendes e Outros	Fazenda Boa Vista Perobas - Gleba 04	Rural		
25	1625/2020	10/02/2020	Auber dos Reis Batista e Outros	Fazenda Boa Vista Perobas - Gleba 03	Rural		
26	1617/2020	10/02/2020	Filipe Marcelino de Souza e Outros	Fazenda Boa Vista Perobas - Gleba 01	Rural		
27	2269/2020	21/02/2020	Assossiação dos Moradores do Condom. de Chác. Vitória				
28	2570/2020	04/03/2020	Associação Recanto do Miranda V - Iracema	Recanto do Miranda V	Rural		
29	2775/2020	09/03/2020	Mun. Udi/ SIT URB-Urbanismo e Regularizações Ltda-EPP	Lte 07A, Qdra 17 - Panorama II	Urbana		
30	2777/2020	09/03/2020	Mun. Udi/ SIT URB-Urbanismo e Regularizações Ltda-EPP	Lote Área Verde G - Parque das Seringueiras	Urbana		
31	3061/2020	13/03/2020	Telma Santos de Castro	Riacho Doce	Rural		
32	4207/2020	13/05/2020	Sônia Ferreira Luciano	Sítios de Recreio Paraíso das Águas	Rural		
33	5369/2020			Chácaras dos Anjos	Rural		
-							

		! !			
34	6500/2020	03/07/2020	Irineu Garcia Camargos Sítios de Recreio Perobas		Rural
35	6850/2020	10/07/2020	Edivaldo Rocha Costa e Outros	Chácaras Golden Village	Rural
36	8361/2020	07/08/2020	Ivone de Souza Lemes	Chácaras Paraíso - Faz. São José	Rural
37	9553/2020	26/08/2020	Telma Santos de Castro Aguá Limpa II		Rural
38	9557/2020	26/08/2020	Telma Santos de Castro Sítio Esperança		Rural
39	10528/2020	17/09/2020	Luziana Francisca de Melo	Sítio Rainha	Rural
40	10915/2020	25/09/2020	Associação Rural das Chácaras Douradinho	Chácaras Douradinho	Rural
41	12434/2020	26/10/2020	José Henrique Pedro Pereira	Sitios de Recreio São José (parte do Serra Verde)	Rural
42	12387/2020	26/10/2020	Ricardo Mendes Zumpano	Península de Miranda	Rural
43	13392/2020	16/11/2020	Associação dos Moradores Alto da Serra AMAS	Alto da Serra (antiga Chácaras Olhos D'Água)	Rural
44	14929/2020	08/12/2020	Associação dos Moradores e Trabalhadores Rurais das Chácaras Vitória	Sítio de Recreio Recanto das Árvores (Chácaras Vitória)	Rural
45	15406/2020	16/12/2020	Associação dos Protetores da Baía do Miranda	Baia do Miranda	Rural
46	15407/2020	16/12/2020	Beira Rio Negócios Imobiliários LTDA - ME	Chácaras Beira Rio (Faz. Estivinha)	Rural
47	15746/2020	28/12/2020	Ana Cláudia Guedes da Silva	Chácaras de Recreio Talismã	Rural
48	369/2021	12/01/2021	LBW Empreendimentos Imobiliárias e Participações	Alto do Boa Vista I e II	Rural
49	3238/2021	15/02/2021	Associação dos Moradores da Comunidade Beija Flor	Área Institucional A 11-A e A 11-B - Chácaras Panorama	Urbana
50	3516/2021	19/02/2021	Associação Miranda 2000	Miranda 2000	Rural
51	3508/2021	19/02/2021	Jorge Rocha da Silva	Chácaras Jardim Imperial	Rural
52	5529/2021	26/03/2021	Gerson Cuenca	Ecochácaras Ipê Amarelo	Rural
53	5947/2021	06/04/2021	Associação dos Amigos Protetores do Miranda III		
54	9044/2021	02/06/21	Guilherme Pereira Sigueira	Guilherme Pereira Siqueira Morro dos Angicos	
55	9229/2021	08/06/2021	Marcos Paulo de Magalhães	Fazenda Bela Vista (Faz. Santa Vitória)	Rural
56	9476/2021	11/06/2021	Associação de Proprietários e Moradores das Chácaras Tapuirama	Residencial Tapuirama	Rural
57	10189/2021	23/06/2021	Associação Praia de Miranda	Praia de Miranda	Rural
58	11487/2021	13/07/2021	Associação de Moradores do Sítio do Pica-Pau	Sitio do Pica-Pau	Rural
			Associação de Moradores e Proprietários Loteamento Rural		
59	12385/2021	28/07/2021	Chácara Recanto da Brisa	Sítios de Recreio Recanto da Brisa	Rural
60	12465/2021	29/07/2021	Giuler Afonso Gonçalves	Chácaras Recanto do Douradinho	Rural
61	13181/2021	09/08/2021	Desh Construtora Ltda EPP	Aroeiras do Desh	Rural
62	13407/2021	11/08/2021	Veiga Alves Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Terra de Minas	Rural
63	14541/2021	25/08/2021	Carlos Henrique Beregeno	San Mares II	Rural
64	14537/2021	25/08/2021	Associação Barreiro Velho	Chácaras Barreiro Velho	Rural
65	16019/2021	20/09/2021	Angélica Mendes Zumpano	Península de Miranda - Gl. 04	Rural
66	16607/2021	29/09/2021	Associação dos Moradores Recanto Bela Vista Condomínio Recanto Bela Vista		Rural
67	17189/2021	08/10/2021	Associação dos Compradores de Lotes nas Chácaras Andorinhas	Chácaras Andorinhas II	Rural
68	19077/2021	11/11/2021	RD Empreendimentos Educacionais Eireli - ME	San Mares	Rural
69	21501/2021	21/12/2021	Associação de Moradores dos Bairros Irregulares de Uberlândia - ABIV	Área Institucional 33 I - Shopping Park I	Urbana
70	21675/2021	27/12/2021	Assoc. dos Moradores e Propriet. de Sitios de Recreio Jardim de Allah		
$\overline{}$					

